

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**USO DA TERRA, TÉCNICA E TERRITORIALIDADE:  
OS ASSENTAMENTOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

**JULIA SALDANHA VIEIRA DE AGUIAR**

**ORIENTADOR: ÁLVARO LUIZ HEIDRICH**

**PORTO ALEGRE, JULHO DE 2011**

**JULIA SALDANHA VIEIRA DE AGUIAR**

**USO DA TERRA, TÉCNICA E TERRITORIALIDADE:  
OS ASSENTAMENTOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Geografia como pré-requisito para  
obtenção do título de Mestre em  
Geografia.

**NOME DO ORIENTADOR:**

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Dirce Maria Suertegaray – POSGEA/UFRGS

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura – POSGEA/UFRGS

Prof. Dr. Rumi Regina Kubo – PGDR/UFRGS

**PORTO ALEGRE, JULHO DE 2011**

Aguiar, Julia Saldanha Vieira de

Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS. / Julia Saldanha Vieira de Aguiar. - Porto Alegre : UFRGS/POSGea, 2011.

[255 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientação: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

1. Reforma agrária. 2. Territorialidade. 3. Uso da terra. 4. Relações sociais. 5. Representações. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Geociências - UFRGS  
Miriam Alves CRB 10/1947

## AGRADECIMENTOS

Às famílias de agricultores e agricultoras assentadas que confiaram no nosso trabalho e aceitaram participar da pesquisa, mesmo que muitas vezes tratando de temas críticos e polêmicos relacionados à atividade produtiva e à organização social. Que os resultados desta pesquisa possam se somar às muitas percepções sobre a riqueza, complexidade e potencialidades dos espaços da reforma agrária.

Em especial aos nossos anfitriões santanenses, Ika e Graxa, Jocerlei e Bosa, Seu Pedroso e Dona Loeci. E à COOPERFORTE, pelo apoio.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou minha dedicação integral a este trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia e a todos que nele trabalham, por todo o apoio concedido desde o início da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, pela oportunidade de pensar o mundo através do espaço e o espaço a partir do mundo. Em especial ao professor Álvaro Heidrich, orientador da pesquisa, às professoras Rosa Medeiros, Dejanira Saldanha, Andrea Ilescheck, Dirce Maria Suertegaray, aos professores Aldomar Ruckert, Oscar Sobarzo e Roberto Verdum.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia, pela amizade, as ajudas extra-classe e pelo carinho. Em especial à Vivi, Jussara, ao Vitor, Jonas e Lucas. Que a gente siga pela vida se encontrando.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, em especial à Renata Menasche, Rumi Kubo e ao Lovois Miguel. Às queridas colegas, “gurias” do DESMA, pelas ricas perspectivas do rural e pela confiança no meu trabalho.

Aos colegas e amigos do Coletivo Catarse, por sermos parte de um movimento. Ao Antônio, pelas conversas inspiradoras.

Aos queridos professores e amigos iconoclastas Jacques Saldanha e Wladimir Ungaretti, por constantemente nos desorientarem.

Aos queridos Gu e Cledi, pela convivência, pelo carinho e por todo o apoio *logístico* em nossas derivas santanenses.

À querida Ana, ao Marco e à Iara que me acolheram ao final da pesquisa e mostraram um sentido no caminho construído.

À minha grande e querida família, tios e tias, bisos e bisas, aos meus pais, Douglas e Maria Ângela, ao meu irmão, Pedro *Manga*, à *cumadre* Laura, Cris e João, por estarem sempre presentes, mesmo que não fisicamente.

Ao querido Andre e às *piripinas* Clara e Maria, por iluminarem a minha vida.

Corra, não pare, não pense demais  
Repare essas velas no cais  
Que a vida cigana  
É caravana  
É pedra de gelo ao sol  
Degelou teus olhos tão só  
Num mar de água clara

*Geraldo Azevedo*

## RESUMO

A presente pesquisa busca compreender o processo de territorialização e a territorialidade existente nos assentamentos da Reforma Agrária do município de Santana do Livramento, situado na Campanha Gaúcha, extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai. O município conta com 31 assentamentos e cerca de mil famílias assentadas sobre 26 mil hectares de terras. Observamos o processo de territorialização como um *evento* de grandes proporções (SANTOS, 1996), que agrega mudanças às regiões onde ocorre, transformando o uso da terra e as relações sociais nesses lugares. A pesquisa se apóia na utilização de uma série de representações para estudar os assentamentos em escalas diferentes, tais como cartografia, fotografia e o registro audiovisual. A opção por utilizar os vários procedimentos relaciona-se com a natureza dos processos em observação, quais sejam, a materialização dos processos produtivos nos assentamentos, as técnicas utilizadas e as relações sociais envolvidas. Partimos da compreensão do território como manifestação complexa multidimensional, implicando necessariamente em uma relação entre material e imaterial (SAQUET, 2007). A territorialidade, assim, pode ser compreendida como produto de uma relação entre pessoas e espaço, uma articulação, que supõe uma interação dinâmica entre forma, ação e representação (HEIDRICH, 2010). O conceito base é o de espaço geográfico (SANTOS, 2008), ao qual o assentamento e suas pessoas, como subsistemas estão articulados. Procuramos assim reconhecer, de modo sobreposto, o uso da terra, as formas de organização social ali encontradas e as relações com o meio no qual os assentamentos se inserem. A análise é balizada por duas hipóteses. A primeira sugere que o meio no qual os assentamentos se inserem, por ser dotado de infraestrutura de produção e de distribuição já estabelecida, condiciona os projetos produtivos lá desenvolvidos a seguirem as linhas de produção já estabelecidas na região. A segunda hipótese sugere que, apesar desses condicionamentos vindos do meio, muitas *famílias assentadas* executam projetos produtivos autônomos, gerando novas relações, novos mercados e, em última instância, desde o ponto de vista da territorialidade, novos arranjos espaciais. Essa segunda hipótese, de superação dos condicionantes do meio, apóia-se no conceito de evento, tomado de Santos (1996). Observa-se que na condição precária de assistência por parte do Estado, e diante da necessidade de reproduzir a existência no novo lugar, inúmeras relações espontâneas se estabelecem nos assentamentos, em boa parte, classificadas sob o genérico nome de *parcerias*. O assentamento é assim observado como um lugar onde intensos processos auto-organizativos se manifestam, e onde esses processos produzem uma expressiva estratificação social dentro do próprio assentamento.

**Palavras-chave:** reforma agrária, territorialidade, uso da terra, relações sociais, representações.

## ABSTRACT

This study seeks to comprehend the territorialization process and the territorialities in agrarian reform settlements situated in the municipality of Santana do Livramento, extreme south of Brazil, bordering Uruguay. The municipality has 31 settlements that occupy 26 thousand hectares with around one thousand settled families. We observe the process of territorialization as an *event* of large proportions that brings changes to the regions where it is carried out, transforming land use and social relations in the regions where it is carried out. The research methodology comprises a series of representations to study the settlements in different scales, such as cartography, photography and audiovisual recording. The option for utilizing such procedures is due to the nature of the processes in observation, such as the materialization of the productive processes in the settlements, the techniques utilized and the social relations involved. We part from the idea of territory as a complex multidimensional manifestation, that implicates necessarily in a relation between the material and the imaterial (SAQUET, 2007). Territoriality, thus, can be comprehended as product of a relation between people and space, an articulation that supposes a dynamic interaction between form, action and representation (HEIDRICH, 2010). The base concept is geographic space (SANTOS, 2008), to which the settlement and its people, as subsystems are articulated to. We seek to acknowledge, in a superposed manner, land use, social organization forms and the relations with the context where the settlements are put. The analysis is surveyed by two hypothesis. The first suggests that the medium in which the settlements are put, as is endowed with the infrastructure for production and distribution, conditions the productive projects in the settlements to follow those already established in the region. The second hypothesis suggests that, despite this conditioning, many settled families execute autonomous productive projects, that generate new social relations, new markets and, from the point of view of territoriality, new spatial arrangements. This second hypothesis, bases itself on the idea of event (SANTOS, 1996). We observe that in the precarious conditions of assistance by the State, and due to the necessity of reproducing the family life in the new place, many spontaneous relationships take part in the settlements, generically named partnerships. The settlement is so observed as a place where intense auto-organized processes manifest, and where these processes produce an expressive social stratification inside the perimeter of the settlement.

**Key-words:** agrarian reform, territoriality, land use, social relations, representations.



## SUMÁRIO

ANTECEDENTES: ESPAÇO, SISTEMAS E AUTO-ORGANIZAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
OBJETIVOS.....	27
1 OS ASSENTAMENTOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO: ASPECTOS GERAIS DA ÁREA DE ESTUDO.....	28
2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	37
2.1 Agricultura, técnica e ação.....	40
2.2 Espaço geográfico.....	52
2.3 Reforma agrária e Evento.....	57
2.4 Forma-conteúdo, assentamento e território.....	66
2.5 O corpo, o agricultor assentado e a territorialidade.....	68
2.6 Procedimentos.....	73
2.6.1 Observação de campo.....	74
2.6.2 Levantamento de informações secundárias.....	74
2.6.3 Elaboração de planilhas, gráficos e cartografias.....	75
2.6.3.1 Cartografia temática.....	75
2.6.3.2 Mudanças no uso da terra e sensoriamento remoto.....	76
2.6.4 Levantamento de informações primárias: técnicas, representações e registro audiovisual.....	79
3 REFORMA AGRÁRIA COMO EVENTO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	84
3.1 Contexto agrário regional.....	85
3.1.1 A região da Campanha.....	85
3.1.2 Propriedade da terra e Reforma Agrária no contexto regional.....	87
3.1.3 O contexto produtivo regional.....	93
3.1.4 Os assentamentos e a região da Campanha.....	107
3.2 O procedimento padrão e as formas espontâneas de organização.....	109
3.3 “Aqui era só campo!”: a forma-conteúdo e as mudanças no uso da terra.....	118
3.4 O coletivo possível, as parcerias e a organização da produção.....	132
3.5 Como ocorre a produção: sistemas produtivos e manejo.....	141
3.5.1 “Plantar e comer as coisas da terra”: a produção para o autoconsumo.....	146
3.5.2 Leite: “a vaca é uma fonte que não seca”.....	153

3.5.3 Gado de corte: “a gente vai <i>briqueando</i> ”.....	158
3.5.4 Soja: “não me convencem a ficar um ano sem plantar”.....	161
3.5.5 Arroz: conflitos e possibilidades da lavoura mais dispendiosa da Campanha.....	167
3.5.6 Fruticultura: fartura desperdiçada.....	177
3.5.7 Horticultura nos pampas: “tem que ser teimoso”.....	181
3.6 Trabalho, ambiente e saúde: os agroquímicos e a agricultura ecológica.....	185
3.7 Assentamento e território familiar: “o lugar é a gente que faz”.....	199
4 “AQUI, TEMOS QUE CRIAR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO”: BENEFICIAMENTO, ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO.....	203
4.1 Estratégias de comercialização.....	205
4.2 O ônibus de linha e a oferta espontânea de serviços no meio rural.....	210
4.3 O comércio local e as oportunidades para a reforma agrária.....	212
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ASSENTAMENTO E TERRITORIALIDADE.....	222
REFERÊNCIAS.....	237
ANEXO 1- Tabela qualitativa com informações sobre assentamentos de Santana do Livramento.....	247
ANEXO 2 – Mapas das COREDES Fronteira Oeste, Campanha e Sul com divisão municipal.....	252
ANEXO 3 – DVD com o vídeo produzido na pesquisa.....	254
ANEXO 4 – Relato de vida de Seu Joaquim.....	255

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização de Santana do Livramento com municípios da Metade Sul em destaque.....	29
Figura 2 – Mapa de localização dos assentamentos de Santana do Livramento.....	32
Figura 3 - Mapa de solos de Santana do Livramento.....	34
Figura 4 – A região onde se situa Santana do Livramento, com os municípios dos COREDES Fronteira Oeste, Campanha e Sul em destaque.....	86
Figura 5 – Número de estabelecimentos por tamanho de estabelecimento nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	87
Figura 6 – Área ocupada por tamanho de estabelecimentos rurais nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	88
Figura 7 – Formas de obtenção das áreas de assentamento nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	91
Figura 8 – Área ocupada por assentamentos e número de famílias assentadas nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	92
Figura 9 – Área dos estabelecimentos ocupada por diferentes atividades econômicas nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	94
Figura 10 – Efetivos bovino, ovino e eqüino nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	95
Figura 11 – Quantidade produzida e produtividade de leite nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	96
Figura 12 – Número de tanques para resfriamento de leite e número de tanques por estabelecimento nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	97
Figura 13 – Número total de silos e número de silos por estabelecimento nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	98
Figura 14 – Área colhida feijão, mandioca e horticultura nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	99
Figura 15 – Força de tração utilizada nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	100
Figura 16 – Equipamento utilizado para aplicação de agrotóxicos nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	101
Figura 17 – Valor da produção animal nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	102

Figura 18 – Valor da produção vegetal nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	103
Figura 19 – Valor dos financiamentos obtidos por agente financeiro responsável nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	104
Figura 20 – Acesso a financiamento nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	105
Figura 21 – Valor dos financiamentos por tipo de programa de crédito acessado nas regiões da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (RS).....	106
Figura 22– Divisão de lotes do PE Roseli Nunes, situado na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.....	113
Figura 23 - Lotes das famílias de Seu Atílio e André no PA Bom Será.....	119
Figura 24 - Lote <i>pelado</i> localizado no PA Santo Ângelo.....	120
Figura 25 - Assentamentos Santa Rita, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Herdeiros de Oziel, Ibicuí e Santo Ângelo; uso da terra em 1991 e 2007.....	121
Figura 26 - Assentamentos Coqueiro e São Joaquim (Nova Santa Rita); uso da terra em 1991 e 2007.....	126
Figura 27 - Assentamentos Apolo, Posto Novo e Recanto; uso da terra em 1991 e 2007.....	129
Figura 28 – Registro da produção no lote de Seu Pedroso, PE Roseli Nunes .....	145
Figura 29 – Seu Pedroso mostra orgulhoso o pomar da família.....	152
Figura 30 – Registro da ordenha nos assentamentos de Santana do Livramento..	154
Figura 31 – Registro da colheita de soja no projeto de assentamento Sepé Tiarajú (safra 2009/2010).....	163
Figura 32 – Registro da lavoura de arroz no PA Fidel Castro.....	169
Figura 33 – Registro da lavoura de arroz nos PAs Posto Novo e Apolo.....	
Figura 34 – Registro da colheita do arroz ecológico no PA Lagoa do Junco, no município de Tapes.....	175
Figura 35 – Registro da colheita de peras no PA Cerro dos Munhoz.....	179
Figura 36 – Registro da produção de hortigranjeiros da família Souza.....	182
Figura 37 - Pastagem após a aplicação do <i>secante</i> , no PA Bom Será.....	187
Figura 38 – Registro da pulverização de agroquímicos em lavoura de soja, no PA Coqueiro.....	191
Figura 39 – Registro da etapa de comercialização da família Souza.....	206

Figura 40 – Registro da banca dos assentados do PA Cerro dos Munhoz, localizada no centro de Santana do Livramento.....	209
Figura 41 – Registro da empresa de ônibus de Graxa e Ika.....	207

## LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária  
CEASA – Centrais de Abastecimento  
COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
COOPAT – Cooperativa dos Assentados de Tapes  
COOPERFORTE – Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste  
COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos  
COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento  
COSULATI – Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPI – Equipamento de Proteção Individual  
GRAC – Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo, órgão de terras estadual  
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária  
IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
PA – Projeto de Assentamento Federal  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PE – Projeto de Assentamento Estadual  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## **ANTECEDENTES DESSA PESQUISA: ESPAÇO, SISTEMAS E AUTO-ORGANIZAÇÃO**

Um trabalho de pesquisa, predominantemente empírica, como essa que ora concluo é, em geral, produto de determinado momento no espaço e no tempo. Além disso, sendo um processo *on route*, isto é, criado em movimento, um trabalho de pesquisa desse tipo torna-se um processo passível de natural, e tentadora, continuidade, mas que deve, em algum momento, ser encerrado. Escrevendo as últimas páginas desta dissertação, me veio forte esse sentimento, um pouco paradoxal, de que esta pesquisa estaria sendo encerrada em aberto. Algumas perguntas, interessantes e oportunas, ficaram sem resposta e, houvesse mais tempo, essas questões seriam investigadas através de novas saídas a campo, novas leituras e novas reflexões. De qualquer modo trazemos, no que segue, uma parte, creio que substancial, de um caminho mais longo a ser percorrido, parte essa realizada ao longo de dois anos de atividades de pesquisa, relato e reflexão. Busco assim situar a leitura dessa realidade que procurei elaborar ao longo desse trabalho.

Venho de uma formação em jornalismo e ao cumprir o currículo daquela faculdade<sup>1</sup>, tive uma formação técnica, na utilização das ferramentas e meios de promoção da comunicação de massa. Ao longo da graduação participei de dois grupos acadêmicos – um de pesquisa, outro de comunicação - que muito me estimularam a experimentar com o *meio-de-campo comunicacional* entre o mundo real e as teorias aprendidas na universidade. A primeira dessas experiências foi a minha participação no Grupo de Estudos da Espacialidade Contemporânea (GEEA), da Faculdade de Arquitetura – UFRGS<sup>2</sup>. No GEEA observamos, e registramos, a organização espontânea das populações da periferia urbana, o modo como as pessoas transformam o espaço no qual vivem, produzindo, apesar de todas as carências, lugares habitáveis e frequentemente aprazíveis, tendo em conta o contexto. Estudamos o improvisado e a auto-organização. O pensamento de Hélio Oiticica, conjugado com a teoria da complexidade, tal como descrita por Maturana e Varela, inspiravam então o trabalho. A segunda experiência foi, e segue sendo, a minha participação em uma cooperativa de comunicação, o Coletivo Catarse<sup>3</sup>. Na

---

<sup>1</sup> Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS

<sup>2</sup> Sob orientação do Prof. Douglas Vieira Aguiar

<sup>3</sup> Link para o site: <<http://coletivocatarse.blogspot.com/>>

cooperativa boa parte do trabalho realizado é direcionado à criação de *peças de comunicação*, destinadas a relatar e discutir a atuação de movimentos sociais e organizações populares. Minha experiência nesses grupos deu origem a duas reportagens cinematográficas: *dasgaragens* (2005, 45min)<sup>4</sup>, que trata do processo de favelização da Cohab Rubem Berta, em Porto Alegre, e *Tempo de Pedra* (2008, 46min)<sup>5</sup>, que relata uma *arquitetura do improviso* tendo como mote o processo de auto-organização do camelódromo da Praça XV, em Porto Alegre<sup>6</sup>. No presente estudo, a abordagem do tema da Reforma Agrária mantém e desenvolve a linha iniciada por esses trabalhos anteriores, numa perspectiva de observação positiva, construtiva, dessas organizações populares, que em meio à adversidade vêm trabalhando, adaptando e inventando o espaço que habitam transformando assim uma existência humanamente precária em algo mais digno.

Minha vinda para o Programa de Pós-graduação em Geografia veio a potencializar esse interesse. A perspectiva de trabalhar os assentamentos da Reforma Agrária a partir de categorias analíticas e conceitos geográficos veio a mostrar a Reforma Agrária como um processo dinâmico, multiescalar, multidimensional e, na essência, territorial. A leitura dessa realidade através da lente de geógrafos como Milton Santos e David Harvey, viabilizou que os assentamentos fossem observados de um modo sistêmico, em interação e articulado, tanto com o meio externo quanto internamente através das partes que os compoem. E na escala humana, relatada através da ótica de homens e mulheres que vivem essas situações, os assentados da Reforma Agrária, a perspectiva territorial trouxe uma abordagem onde a territorialidade - entendida no sentido utilizado por Heidrich (2010) como articulação entre forma, ação e representação -, considera o agente, no caso o assentado, como um sujeito provido de *cultura*, que faz escolhas e que, dentro dos recursos à sua disposição, materializa suas opções das formas mais diversas. Nessa leitura das transformações do espaço em diferentes escalas, lancei mão de ferramentas capazes de representar a complexidade dessa realidade através de diferentes mídias. O registro cartográfico e o registro audiovisual

---

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/submitted/layout.php?item=4&lang=pt>>

<sup>5</sup> O *Tempo de Pedra* é produto da monografia de conclusão de curso, em Jornalismo (AGUIAR, 2007). Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/submitted/layout.php?item=5>>

<sup>6</sup> Ambos trabalhos foram e são apresentados, tanto em situações acadêmicas, quanto em escolas, pontos de cultura, mostras de audiovisual, discussões, etc.



utilizados simultaneamente durante o trabalho de campo, mostraram-se ali ferramentas efetivas.

Nesses dois anos na pós-graduação, alguns professores com os quais tive contato mais freqüente inspiraram e contribuíram de forma essencial na formulação e organização deste trabalho. O Prof. Álvaro Heidrich é um deles, por suas percepções sobre a territorialidade e sobre as relações entre pessoas e espaço. Falo também na Profa. Rosa Maria Medeiros, por sua leitura sensível desse universo heterogêneo dos assentamentos, leitura que incorpora a complexidade do dito processo de reterritorialização na compreensão desses espaços. Falo da Profa. Dejanira Saldanha, que me mostrou a oportunidade e conveniência da utilização de imagens de satélite na visualização das transformações espaciais em andamento em minhas áreas de estudo. Falo nas Professoras Andrea Iescheck e Clarice Didellon, que me ofereceram a ferramenta da cartografia temática e da análise espacial para a compreensão de contextos geográficos mais amplos. E finalmente agradeço a Profa. Dirce Suertegaray, que me inspirou a uma leitura do espaço fundada no materialismo dialético de Milton Santos.

A pesquisa que realizei buscou, permanentemente, *problematizar* a situação encontrada nos assentamentos da Reforma Agrária. Tanto nas saídas a campo quanto na pesquisa teórica, contradições múltiplas foram encontradas e levantadas. Esse rico material será descrito e discutido nos capítulos que seguem. Procuramos reconhecer, de modo sobreposto, o uso da terra, as formas de organização social ali encontradas e as relações com o meio no qual os assentamentos se inserem. A cada oportunidade procuramos pensar, vislumbrar esses espaços em sua potencialidade, em sua virtualidade.

O momento institucional atual é de reformulação do papel do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da política de assentamentos tal como vem sendo executada<sup>7</sup>. Essa reformulação tende hoje mais à qualificação de projetos de assentamento existentes, que à ampliação da quantidade de assentamentos como política de desconcentração da propriedade da terra. A pouca importância e a falta de reconhecimento da real dimensão de uma Reforma Agrária, bem como do significado dos assentamentos rurais, não é novidade. A política de

---

<sup>7</sup> Para saber mais: ESTADO DE SÃO PAULO. Documento propõe mudanças no Incra para frear loteamento político e desvios. Pág. A4. São Paulo: Jornal Estado de São Paulo, 09/03/2011.

assentamentos no Brasil foi sempre realizada em busca de aliviar a pressão social interna e/ou suprir a demandas localizadas por terra. Isso não impede, no entanto, que os assentamentos da Reforma Agrária venham a se constituir em espaços plenos de potencialidades, mesmo que pouco valorizadas pelos gestores da nossa política agrícola. O modelo dominante no campo brasileiro é o da monocultura voltada à exportação e o modelo do esgotamento ambiental e da concentração da terra. E não há evidência de que essa situação venha a se transformar em um curto espaço de tempo. Somos, contudo, movidos pelo entendimento racional de que em algum momento dessa história em construção a terra venha a ser mais igualitariamente dividida, e que a agricultura então praticada venha a atribuir o devido respeito ao ser humano - agricultor e consumidor - e às condições ambientais onde ela se desenvolve. Felizmente, ao que parece, as políticas de distribuição da terra hoje praticadas, ainda que pontuais, parecem indicar que há alguma luz no fim do túnel.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa relatada no que segue busca estudar o *processo de territorialização* e, por conseguinte, a territorialidade dos assentamentos da Reforma Agrária no município de Santana do Livramento, na Campanha Gaúcha<sup>8</sup>, extremo sul do Brasil, fronteira com o Uruguai. Nosso ponto de partida foi o entendimento do território como uma manifestação multidimensional que implica, necessariamente, no entendimento de uma implícita relação entre algo material e algo imaterial (SAQUET, 2007). A *territorialidade* é, nesse sentido, compreendida como produto de uma relação entre sociedade e espaço. Trata-se de uma articulação que envolve a interação dinâmica entre forma, ação e representação (HEIDRICH, 2010).

A apreensão desse tipo de interação nos assentamentos implica, por definição, na exploração das diversas dimensões do desenvolvimento dos mesmos. Sendo os assentamentos da Reforma Agrária espaços rurais, o uso da terra é, naturalmente, uma dimensão chave a indicar o processo de territorialização. O uso da terra é, no entanto, necessariamente envolto em e produzido por relações sociais que, por sua vez, envolvem relações de poder. O território constituído é, portanto, uma *imbricação* dessas múltiplas dimensões, e o desafio que se apresenta à pesquisa está precisamente no modo como considerá-las; senão simultaneamente, pelo menos de modo articulado, assim como é a própria dinâmica da territorialidade.

Nosso modo de apreender o território e a territorialidade dos assentamentos da Reforma Agrária foi sendo buscado através de diferentes *representações* dos mesmos. Nos utilizamos, por um lado de imagens: imagens de satélite, imagens audiovisuais e fotografia. A essas imagens que registram *formas* sendo produzidas através de ações, foram articuladas representações das pessoas ou assentados, seus discursos, suas explicações sobre as técnicas utilizadas, sobre as novas formatações do trabalho e buscando a síntese sobre as novas feições espaciais desse, que é agora, o *seu* território.

Considerando a totalidade do quadro da Reforma Agrária no Brasil, a implantação de assentamentos no sul do País é pouco significativa. De um total de 8.620 assentamentos no País, com mais de um milhão de famílias assentadas em

---

<sup>8</sup> Consideramos, com base em Haesbaert (1988), a Campanha Gaúcha como uma região de paisagem relativamente homogênea, com predomínio de campos limpos, e estrutura agrária de grandes propriedades e atividade econômica predominantemente pastoril.

77 milhões de hectares de áreas incorporadas ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apenas 327 assentamentos encontram-se no Rio Grande do Sul, ou seja, 3,8% do total. Em termos de área ocupada, a proporção é ainda menos significativa, apenas 0,4% da área total da Reforma Agrária brasileira é ocupada pelos assentamentos rurais gaúchos. De qualquer modo, temos no estado cerca de 13,5 mil famílias assentadas sobre 284 mil hectares de terra, o que revela, eventualmente, uma realidade nada desprezível.

O foco do nosso estudo volta-se para um conjunto de assentamentos situado na porção sul do Estado, no assim denominado *bioma Pampa*<sup>9</sup>, uma região caracterizada por estrutura fundiária de grandes propriedades, com matriz produtiva voltada, faz séculos, para a pecuária extensiva e, mais recentemente, às lavouras temporárias, ditas empresariais, como o arroz e a soja, e à silvicultura. São atualmente 165 os assentamentos localizados em municípios da Campanha gaúcha (INCRA, 2010), com aproximadamente 7 mil famílias assentadas sobre 150 mil hectares. As famílias assentadas, de composição socioeconômica bastante heterogênea, trazem naturalmente consigo experiências, por um lado, e objetivos, por outro, que se materializam nesse novo espaço de vida de modo articulado ao espaço preexistente. É precisamente no espaço dessa interação que se posiciona essa pesquisa buscando focalizar na linha sugerida por sugere Santos et al (2010), o que é novo se combinando com aquilo que já existia.

Desde o ponto de vista das relações de poder, um assentamento pode ser considerado como uma situação decorrente de uma mediação legal. Em um primeiro momento, diante de um ato de pressão social - ocupações, marchas, acampamentos, etc - ocorre o reconhecimento de uma situação de conflito por parte do Estado; agentes sociais são identificados e as suas demandas, até então ignoradas, passarão a ser consideradas. Mediante o ato de assentar, os agentes que reivindicam direitos serão incorporados ao PNRA passando a fazer parte das políticas públicas previstas por esse programa, ainda que de modo precário em boa parte dos casos. Sob essa leitura o assentamento pode ser considerado como

---

<sup>9</sup> O bioma Pampa caracteriza-se por planícies onduladas cobertas por vegetação herbácea, com espécies lenhosas ao longo das margens dos rios. Localiza-se entre 30º e 34º latitude Sul e 57º e 63º longitude Oeste, estendendo-se em uma área de 700 mil Km<sup>2</sup>, entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, as províncias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Santa Fé, Entrerriós e Corrientes e a República Oriental do Uruguai. Representa cerca de 2,4% da vegetação brasileira.

produto de uma intervenção pública que provocaria, em todo e qualquer caso, uma *reordenação de relações de poder* no plano local (LEITE, 2003).

É oportuno, no entanto, observar que, apesar do impacto no plano local, em uma escala mais ampla, global, observa-se, como sugere Fernandes (2009,p.7), que “nenhuma das políticas de Reforma Agrária (desapropriação, compra e venda e incorporação) impactou a estrutura fundiária brasileira, de modo que o índice de Gíni continua acima de 0,85 (o segundo mais alto do mundo)” (FERNANDES, 2009, p.7). Portanto, a aparente proliferação de assentamentos ocorrida nas décadas de 80 e 90 na região está longe de indicar um processo de Reforma Agrária em curso. De fato, essa política de assentamentos se constituiu, como sugere Medeiros et al (2009, p.16) “a partir de uma lógica de política governamental que tinha por eixo evitar tensões sociais e não realizar transformações significativas na estrutura agrária do País”.

Contudo, conforme indicam os estudos de Carter (2010), Leite (2003) e IPEA (2011), apesar dos percalços e precariedades que marcam a trajetória dos assentamentos rurais, essas situações apresentam resultados socioeconômicos bastante significativos, em boa parte produto da persistência e da auto-organização das famílias assentadas. Tal como ocorre com as periferias urbanas, os assentamentos da Reforma Agrária tendem a uma constituição, desde o ponto de vista humano, heterogênea e, assim como no urbano, concentrada em espaços delimitados. Essa conformação sociológica produz naturalmente uma densidade de novas situações que tende, naturalmente, a dinamizar a área onde se instala. A dinamização, nesse sentido, não é apenas econômica. O manejo do território, o ato de territorializar, propriamente dito, implica necessariamente no estabelecimento de relações, interações e novos equilíbrios, tanto entre os recém-chegados quanto entre esses e aqueles que já habitavam o lugar, aqueles que lhes antecederam. E foi justamente desses pontos de interação, de articulação, que buscamos nos aproximar ao longo desse trabalho, na tentativa de compreender objetivos, motivações, necessidades e percepções das famílias assentadas sobre o novo espaço que vieram a ocupar e que viriam a transformar no processo de reprodução da sua existência nesse novo lugar.

Ao tentarmos avaliar o impacto decorrente da implantação dos assentamentos, a referência é necessariamente o contexto onde esses projetos foram implantados, a situação anterior. O âmbito municipal ganha então relevância

(LEITE, 2003). A população recém chegada, por trazer novas necessidades e portanto reivindicações, tende a, potencialmente, trazer benefícios múltiplos ao município. Essa situação ficou, ao longo dessa pesquisa evidenciada em Santana do Livramento, onde o poder público municipal dispõe de uma infraestrutura mais que precária para atender uma grande extensão de área rural. Nessa circunstância os assentamentos acabam sendo tratados como um “*problema do INCRA*”, ainda que ali estejam há quase duas décadas. Nessa situação, ironicamente, as mil famílias de pequenos agricultores instaladas no município têm seu potencial de trabalho em muito desperdiçados.

Santana do Livramento, assim como a cidade vizinha Rivera, vivem uma situação de abastecimento pode-se dizer dispendiosa. De acordo com o Conselho de Segurança Alimentar do Município, pelo menos 80% dos alimentos *in natura* que chegam à cidade vem da CEASA, localizada na região metropolitana de Porto Alegre. Isso significa que centenas de toneladas de produtos - batatas, tomates, cenouras, etc - viajam diariamente 500km em caminhão, em câmaras refrigeradas para abastecer uma população urbana de aproximadamente 80 mil habitantes<sup>10</sup>. Na teoria, muitos desses alimentos poderiam ser ali produzidos, no próprio município. Por que isso não acontece? Ainda imersa em dificuldades, existe uma produção nos assentamentos. Entretanto, muito pouco dessa produção chega às prateleiras dos mercados da cidade, por motivos diversos. Trabalharemos esse tópico ao longo desse texto.

Nossa abordagem do fenômeno de territorialização nos assentamentos de Santana do Livramento, parte de duas hipóteses. A primeira sugere que o meio no qual os assentamentos se inserem, por ser dotado de infraestrutura de produção já estabelecida, condiciona os projetos produtivos lá desenvolvidos a seguirem as linhas de produção já estabelecidas na região, tais como a pecuária de corte, o arroz e a soja. Minha segunda hipótese sugere que, apesar desses condicionamentos vindos do meio, muitas *famílias assentadas* executam projetos produtivos autônomos, gerando novas relações e possibilidades de relações, novos mercados e, por conseguinte, novas fontes de renda, e, em última instância, desde o ponto de vista da territorialidade, novos arranjos espaciais. Essa segunda hipótese, de superação dos condicionantes do meio, apóia-se no conceito de evento, tomado de

---

<sup>10</sup> Somando as áreas urbanas de Santana Livramento e Rivera, chega-se a 150 mil habitantes.

Santos (1996). Essa leitura do fenômeno mostra o evento Reforma Agrária canalizando um feixe de potencialidades existentes em uma determinada formação sócio-espacial materializando, assim, uma nova situação, sendo capaz de produzir uma nova história fundada na fusão dessas novas variáveis interagindo com o espaço preexistente.

Leite (2007) compreende a Reforma Agrária de dois modos. Num sentido estrito, a Reforma Agrária, para ele, pode ser considerada como uma política de *distribuição de ativos fundiários (land reform)*; distribui-se o fator principal necessário à produção agrícola, a terra, e espera-se dos beneficiários que compareçam com os demais meios à realização da função agrícola. Já em uma acepção mais ampla, a Reforma Agrária seria algo “como um processo mais geral (*agrarian reform*), que envolve o acesso a recursos naturais – terra, água, cobertura vegetal no caso dos trabalhadores extrativistas, etc. – ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e, especialmente, o acesso à distribuição do poder público” (LEITE, 2007, p.9). Nessa acepção ampla, a Reforma Agrária é vislumbrada, percebida, como *estratégia de desenvolvimento* e como política pública capaz de reduzir a desigualdade social; uma percepção que vai na mão contrária de proposições atuais simplificadoras que preconizam uma política de assentamentos voltada, meramente, à erradicação da miséria<sup>11</sup>.

Leite (2007,p.14) contudo, adverte que “para que tal processo deslanche é fundamental garantir, *a priori*, o acesso aos meios necessários, não somente às condições de vida dessas famílias, como também da sua condição de produção e de trabalho”. Essa *condição mínima* para que uma política pública seja de fato potencializada, e se desenvolva plenamente, não tem sido, no entanto, providenciada pelo Estado. Isso é o que mostram os estudos de Leite et alli (2004), Carter (2010) e Mello (2007) sobre os assentamentos brasileiros. Pelo menos até o momento. Entretanto, apesar de negligenciada e precária, a política da Reforma Agrária determina um conjunto de impactos, tanto para os beneficiários, individualmente, quanto para as regiões onde os assentamentos se instalam.

Leite (2007), tendo por base as proposições de Sen (2000) atribui ao programa da Reforma Agrária – particularmente em sua etapa de assentamento dos,

---

<sup>11</sup> Essa parece ser a linha do atual governo e também não parece se diferenciar muito das estratégias dos governos anteriores. Fonte: ESTADO DE SÃO PAULO. Dilma fará reforma agrária voltada para erradicar a miséria./Dilma quer 'padrão da iniciativa privada' no Incra.A7. 30/03/2011.

assim denominados, trabalhadores rurais sem terra – um papel deflagrador no *aumento do grau de tomada de decisões* com autonomia por parte desses novos sujeitos sociais e, portanto, no aumento da sua *capacidade humana* entendida de modo mais amplo. Nessa visão da Reforma Agrária, como intervenção estatal multidimensional, a política pública é vista como uma medida que pode alterar radicalmente a condição do trabalhador rural. Leite (2007) verifica, nesse sentido, o modo como a concretização do assentamento traz um sentimento de segurança e liberdade aos beneficiários, pequenos agricultores, que de um modo geral viviam anteriormente em situações de privação, de insegurança, inclusive alimentar, e da mais extrema exploração do trabalho, incluídas aí situações de escravidão e/ou semi-escravidão. Nesse sentido, o acesso à terra, um espaço *próprio* que pode ser cultivado e desenvolvido, confere ao beneficiário potencialmente a *condição de agente do desenvolvimento de suas próprias capacidades* (SEN, 2010).

Essa percepção – do papel da Reforma Agrária no desenvolvimento humano - é corroborada por um estudo recente, realizado pela UFMS, que investiga as eficiências produtivas das pequenas unidades de produção e das grandes monoculturas. O estudo compara os índices de financiamento público no Mato Grosso do Sul e mostra que as pequenas unidades de produção, com menos de 50 hectares, multiplicaram 20 vezes o valor do financiamento. Já a grande propriedade dividiu por dois o valor do financiamento. Ironicamente, são as grandes propriedades que concentram a maior parte do maquinário agrícola, dos fertilizantes, dos herbicidas, dos fungicidas, dos inseticidas e dos financiamentos estatais. Condições essas que deveriam, na teoria, aumentar a *produtividade*. A coordenadora dessa pesquisa observa, nesse sentido, que “a análise das amostras confirma as hipóteses de que a desconcentração da propriedade é motor de dinamismo no espaço rural e urbano, expresso na maior capacidade de geração de riquezas e pessoal ocupado” (ALMEIDA, 2010, p.1) <sup>12</sup>.

Os resultados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) atestam o mesmo. De acordo com essa pesquisa, a pequena propriedade familiar é responsável por *toda* a produção de hortaliças que chega à mesa dos brasileiros, e também pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves. Além disso, a agricultura

---

<sup>12</sup> Fonte: <http://www.limitedaterra.org.br/noticiasDetalhe.php?id=320>. Acesso em: 10/04/2011.



familiar emprega 74,4% das pessoas ocupadas no campo, 12,3 milhões de pessoas, enquanto que a agricultura não familiar, ou seja, a agricultura empresarial predominantemente voltada para a exportação, emprega apenas 25,6% da mão de obra agrícola total, com 4,2 milhões de pessoas. Assim, enquanto a pequena propriedade ocupa, a cada cem hectares, 15 pessoas, as grandes propriedades ocupam, nos mesmos cem hectares, 1,7 pessoas<sup>13</sup>.

A situação acima descrita mostra como os pequenos agricultores, simplesmente no exercício da condição básica de *proprietários* aquinhoados com um mínimo de incentivo são capazes de produzir mais riquezas do que prevêm as políticas agrícolas e, em geral, utilizando *soluções sinérgicas*, que se adequam às condições ambientais do local onde vieram a habitar. Nesse sentido, a dinamização promovida pelo progressivo parcelamento do solo pode também ser explicada pelo modo de organização da pequena propriedade familiar na qual, conforme mostra Wanderley (2009, p.109), o único limite à continuidade da atividade produtiva do camponês é dado pelo próprio trabalho necessário à sua reprodução. Ou seja, sempre que repostas as suas condições de trabalho, o agricultor voltará a investir sua energia no cultivo da terra<sup>14</sup>.

Outra perspectiva, essa fornecida por Heidrich (1985), atenta para a necessidade de que observemos o modo como a Reforma Agrária modifica a estrutura fundiária das regiões onde é implantada. Desse modo, devem ser analisadas as relações sociais, as relações de produção e as relações de distribuição, para que possamos compreender se uma determinada intervenção foi favorável ou não aos trabalhadores, permitindo a esses um maior controle sobre a sua produção e, em decorrência, sobre seu trabalho. Nesse sentido, a partir da condição de assentado, o agricultor familiar, que agora detém um título sobre a terra que ocupa, assume a nova condição de um *proprietário que trabalha*. A reforma

---

<sup>13</sup> Interessante observar como 62,1% dos estabelecimentos rurais no Brasil (3,2 milhões de unidades) são pequenos, ou seja, têm área até 20 hectares. Apesar de numerosos, esses ocupam apenas 5,5% da área agrícola total do País. Enquanto isso, 1,9% dos estabelecimentos rurais (com mais de 500 hectares) ocupam 55,6% das terras brasileiras (IBGE, 2006). Evidencia-se assim, as pequenas unidades familiares, observadas como pequenas organizações sinérgicas, o trabalho investido por área é capaz de produzir riquezas em proporções muito maiores que as grandes extensões de monoculturas, baseadas, não no trabalho individual, mas na mecanização e no uso generalizado de insumos químicos.

<sup>14</sup> Essa condição apresenta-se contraditória, pois “o camponês, sob o capitalismo, torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros, da totalidade da mais valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo global de acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia”. (WANDERLEY, 2009, p.109)

agrária, no momento em que confere a esse novo proprietário um lote de terra, institucionaliza também, nessa condição de pequeno produtor, aquele sujeito historicamente denominado como *camponês*, que se encontrava, por definição subordinado ao movimento do grande capital. Desse modo, a partir dessa nova condição de proprietário de um lote de terra, desenvolvem-se as complexas relações sociais e de trabalho que estudaremos ao longo deste trabalho. São relações que naturalmente se configuram também como relações de poder; entre assentados, entre assentados e mercado e entre assentados e o próprio meio onde vieram habitar.

Desse modo, tendo os aspectos acima citados em conta, a pesquisa relatada no que segue se propõe a *conhecer* os assentamentos, observando-os como *espaços em formação* e a prospectar sobre as possibilidades dos mesmos considerando o contexto onde se localizam. Nesse sentido, os processos sociais espontâneos inerentes à organização da produção nos assentamentos, processos constituídos por múltiplas variáveis, fazem desses lugares, os assentamentos da Reforma Agrária, “verdadeiros laboratórios para a observação privilegiada de múltiplas experiências” (MEDEIROS et al, 2009, p.16). E foi com esse espírito que mergulhei nessa pesquisa.

Minha argumentação segue a seguinte ordem de capítulos:

O capítulo 1 descreve, em linhas gerais, a situação dos assentamentos de Santana do Livramento. São apresentados aspectos como a localização dos assentamentos no município, o seu tamanho, a origem da população assentada, a dita condição ambiental dos mesmos, a infra-estrutura presente, o acesso a serviços básicos como educação e saúde e o tratamento dos resíduos sólidos. Esses aspectos constituem um pano de fundo ao qual a discussão subsequente se articula a medida da necessidade.

O capítulo 2 volta-se para a abordagem teórico-metodológica na qual nos apoiamos para realizar a leitura dos assentamentos da reforma agrária, e está dividido em seis partes. A primeira trata das relações entre agricultura, técnica e ação. Observamos em linhas gerais o desenvolvimento dos sistemas técnicos da agricultura, a hibridização dos mesmos com o decorrer do processo histórico e a situação atual, na qual a agricultura encontra-se integrada e dependente da indústria e de suas normas técnicas. Por outro lado, observamos também a agricultura praticada nas pequenas unidades familiares, e as possibilidades oferecidas pela

prática de uma agricultura ecológica, que confere uma condição de maior autonomia ao agricultor, dentre outros aspectos essenciais. A segunda parte aborda o conceito de espaço geográfico, na elaboração de Santos (1996 e 2008). O espaço é visto como um sistema de sistemas, ao qual o assentamento, assim como as demais estruturas e organizações que se desenvolvem dentro da totalidade se articulam e interagem no processo dinâmico que constitui a história. A terceira parte observa o fenômeno da reforma agrária como um evento de grande escala, que traz novos componentes a determinadas situações espaciais, e com o desenvolvimento das relações dentro do assentamento e desse com o meio no qual veio a se inserir, uma nova configuração espacial, novas relações de forças naturalmente se desenvolvem. A quarta parte observa o assentamento como uma forma-conteúdo, como um perímetro que se mantém, mas que tem seu conteúdo socioespacial transmutado pela presença dos novos habitantes e seus projetos produtivos. E é a partir desse novo espaço, dos recursos ali encontrados, das capacidades técnicas dos agricultores e das relações estabelecidas, que se desenvolve o novo território dos assentados. A quinta parte do capítulo desenvolve a compreensão do sujeito que realiza o evento, o agricultor assentado. Observamos esse sujeito como um corpo aberto às mudanças e ao futuro, que é capaz de apreender e aprender com os novos estímulos com quais entra em contato e transformá-los em ações e projetos que desenvolve na nova terra. Esses são os sujeitos que se articulam ao espaço, constroem novas relações sociais, e novas representações sobre o meio que vieram a habitar. A sexta parte do capítulo descreve os procedimentos utilizados na pesquisa. Em um primeiro momento, a observação de campo e o levantamento de informações secundárias, em seguida a elaboração de planilhas, gráficos e cartografias para compreender o contexto no qual encontram-se os assentamentos. Descrevemos aí os procedimentos de cartografia temática e análise espacial utilizados e as técnicas de sensoriamento remoto, como meio para observar as mudanças no uso da terra promovidas com a instalação dos assentamentos. E por fim, o levantamento de informações primárias, no qual utilizamos o registro audiovisual das técnicas de produção utilizadas e das representações geradas sobre o processo.

O capítulo 3 operacionaliza os conceitos enunciados no capítulo anterior. A reforma agrária é ali mostrada como um processo dinâmico, um evento que produz novas situações em espaços que passam agora a ser denominados como

*assentamentos rurais*. O capítulo divide-se também em seis partes. Na primeira analisamos o contexto agrário regional através da cartografia temática. Observamos, através dessa lente, a situação da propriedade da terra e a distribuição dos assentamentos na região. As principais linhas de produção desenvolvidas no extremo sul do estado são ali mapeadas, e servem como substrato à compreensão da nova articulação que se estabelece entre os agricultores assentados e o contexto produtivo onde vieram a habitar. A segunda parte dissecar, tanto quanto foi possível, o processo de implantação do assentamento. Observamos e relatamos então o *procedimento padrão* adotado pelo INCRA na implementação dos assentamentos, e o freqüente conflito desse procedimento com o desenvolvimento espontâneo inerente à organização das famílias. A terceira parte observa, desde um ponto de vista afastado, as transformações decorrentes da instalação dos assentamentos. Através de imagens de satélite visualizaremos as mudanças ocorridas no uso da terra, e buscaremos estabelecer relações entre essas imagens e a noção de forma-conteúdo, conforme está proposta por Santos (1996). A quarta parte desse capítulo focaliza as organizações sociais deflagradoras das mudanças registradas no uso da terra. Testemunhamos aí, um processo que nasce, tanto quanto pudemos observar, de um grande coletivo, constituído em geral pela maior parte das famílias que vem a ocupar um determinado assentamento, e que, com o passar do tempo, tende a se rearranjar-se em coletivos menores, formados pela família estendida e por parcerias estabelecidas entre os próprios assentados.

A quinta parte do capítulo 3 focaliza o modo como ocorre a produção. Utilizamos aí estudos de caso que exemplificam o modo de articulação das condições concretas observadas nas famílias assentadas com informações gerais sobre a produção nos assentamentos da região. Identificamos aí assim situações onde ocorre a produção para o auto-consumo; a produção leiteira, o gado de corte, a soja, o arroz, a fruticultura e a horticultura. Dedicamos ainda uma última sessão desse capítulo à problematizar o tema da utilização freqüente dos agrotóxicos nos assentamentos. Buscamos ali refletir sobre as relações que se estabelecem entre o trabalho, o ambiente e a saúde, desde o ponto de vista das pessoas que executam tarefas agrícolas e que se expõem aos agroquímicos. Buscamos, ao final, sinalizar com as possibilidades oferecidas pela agricultura ecológica.

O capítulo 4 focaliza as etapas de beneficiamento, escoamento e comercialização. A partir dos depoimentos de comerciantes locais, detectamos ali o

que entendemos como *oportunidades* para a reforma agrária no que se refere ao abastecimento do município, tendo em conta a carência ali de alimentos *in natura*. Verificamos as estratégias de comercialização dos assentados que, ainda que estejam apenas engatinhando, sinalizam com promissoras possibilidades de desenvolvimento comercial. Observamos finalmente que, diante de condições infra-estruturais precárias, tanto em termos de estradas quanto de meios de transporte, em geral as experiências espontâneas de oferta de serviços, nascidas dos próprios assentados, vem ocorrendo regularmente nos assentamentos.

As considerações finais, por fim, buscam articular os complexos processos observados, como o condicionamento do meio versus as possibilidades do evento, retomando-se os principais conceitos, idéias e temas desenvolvidos nesta pesquisa.

## OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho é a descrição de *novos* territórios e *novas* territorialidades que vem se constituindo com a implantação dos assentamentos da Reforma Agrária em Santana do Livramento, município situado na fronteira Oeste do Pampa gaúcho. Para tanto, delineamos o seguinte encaminhamento.

Em um primeiro momento, buscaremos descrever e assim compreender de modo geral a implantação desses assentamentos da Reforma Agrária no município de Santana do Livramento, as linhas produtivas adotadas, as condições da infraestrutura desses assentamentos, a localização dos mesmos. Essa parte do trabalho foi produzida através de pesquisa em fontes secundárias, como relatórios do INCRA e pesquisas acadêmicas realizadas na região. Foram também consultados bancos de dados agregados como o SIDRA (INCRA) e o IBGE.

A partir desse primeiro quadro, buscaremos descrever e assim compreender o contexto produtivo maior onde os assentamentos foram implantados. Essa parte da pesquisa se dá através da produção de informação cartográfica. Utilizamos tanto procedimentos de cartografia temática quanto de sensoriamento remoto, ambos seguidos de análise espacial. O objetivo aí é apurar a percepção do meio na busca de entender onde acontece o evento, o novo.

A pesquisa de campo, por sua vez, objetiva a apreensão do processo de territorialização na escala humana, sempre voltada ao aspecto produtivo. Busca-se

assim compreender as opções produtivas adotadas pelas famílias assentadas e as formas de organização geradas na realização da atividade produtiva. A pesquisa de campo é amparada pelo registro audiovisual das entrevistas e de situações do cotidiano da produção, como as épocas de colheita, de preparo da terra, comercialização). Através do registro audiovisual busca-se evidenciar as transformações produzidas no espaço a partir da instalação das famílias assentadas. A etapa de edição e montagem do material também é fonte para criação de sentidos a partir das situações registradas.

Por fim, através da análise do material de campo conjugada com a pesquisa teórica realizada, esse trabalho objetiva produzir uma reflexão sobre o processo de territorialização em andamento nesses assentamentos. Busca-se assim reconhecer a complexidade que envolve os processos produtivos e sociais desses espaços em formação.

## **1 OS ASSENTAMENTOS DE SANTANA DO LIVRAMENTO: ASPECTOS GERAIS DA ÁREA DE ESTUDO**

Situado na fronteira entre Brasil e Uruguai, Santana do Livramento é um dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, no qual o processo de Reforma Agrária mais se concentrou. O município conta no presente com 31 projetos de assentamento, os PAs, e cerca de 1000 famílias assentadas sobre 26.257 hectares de terras. Essa quantidade de terras soma cerca de 4,6% da área do município, que possui a segunda maior extensão territorial do estado, uma área de 6.956 km<sup>2</sup>, e população total de 85.152 habitantes<sup>15</sup>. Seguindo o padrão regional, o município apresenta alta taxa de urbanização, 93%, e uma pequena população rural de 7.241 habitantes distribuídos em 2.593 estabelecimentos rurais, sendo assim baixíssima a densidade demográfica das áreas rurais (IBGE, 2006).

Santana do Livramento localiza-se na assim denominada Metade Sul do estado. Essa é uma mesorregião de planejamento<sup>16</sup> que conta com 105 municípios que fazem fronteira com o Uruguai e a Argentina. A Metade Sul caracteriza-se pela

---

<sup>15</sup> Somado com a população de Rivera (Uruguai), o meio urbano conta com cerca de 150 mil pessoas.

<sup>16</sup> Fonte:

[http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr\\_mes\\_metadesul](http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_metadesul)

presença do latifúndio e da estagnação econômica, e está economicamente alicerçada na atividade primária, principalmente pecuária de corte, criação de bovinos, ovinos e eqüinos, pecuária leiteira e, em menor proporção, lavouras de arroz, soja e silvicultura.

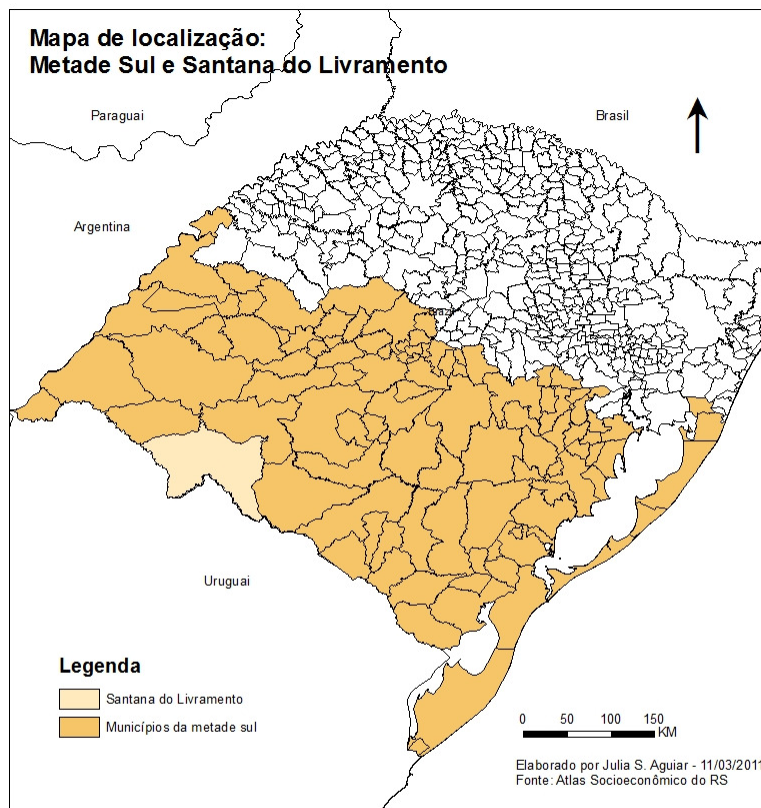
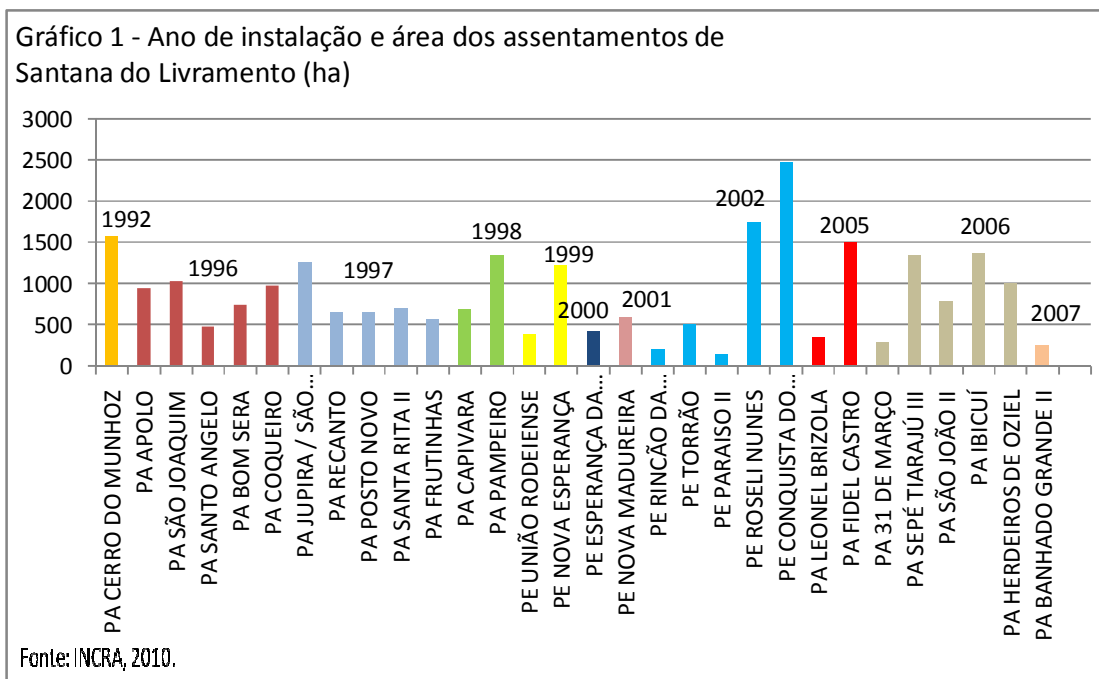


Figura 1 – Mapa de localização de Santana do Livramento com municípios da Metade Sul em destaque / Elaborado pela autora.

A implantação dos 31 assentamentos da Reforma Agrária nesse contexto ocorreu ao longo das duas últimas décadas. Em 1992, foi implantado o primeiro assentamento, conhecido como PA Cerro do Munhoz. Durante a década de 1990, mais quinze assentamentos foram implementados, e na década de 2000 outros quinze assentamentos foram instalados no município. O gráfico 1, abaixo, mostra a área dos assentamentos criados e, em diferentes cores, os anos de instalação, iniciando em 1992 e terminando em 2007.



Dos 31 assentamentos criados, 10 têm acima de 1000 ha e entre 40 e 70 famílias assentadas, ou seja, cerca de 30% dos assentamentos foram criados a partir de grandes propriedades. Doze assentamentos têm de 500 a 1000 ha, e entre 20 e 43 famílias, e foram criados a partir de propriedades médias. E nove assentamentos têm menos de 500ha e entre sete e 17 famílias, e foram criados a partir de estabelecimentos menores.

A maior parte dos assentamentos de Santana do Livramento foram criados através de desapropriação de áreas. Nesse sentido, 18 fazendas, que correspondem a 14,8 mil hectares, ou seja, 58% das áreas de assentamentos foram criados por essa via. Por outro lado, 9 assentamentos, que correspondem a 7,3 mil hectares (29% das áreas de assentamento) foram criadas através de reconhecimento. A menor parte, que corresponde a 4 assentamentos, somando 3,7 mil hectares, foram áreas adquiridas por compra e venda.

Esse é um aspecto que diferencia ligeiramente a reforma agrária da Campanha algumas outras assim denominadas áreas reformadas do País. De acordo com Leite et alli (2004), a análise de áreas que concentram assentamentos nas Norte, Nordeste e Centro-Oeste<sup>17</sup>, por exemplo, mostra que nessas regiões a

<sup>17</sup> Foram analisadas seis grandes manchas que concentram assentamentos (Sudeste do Pará – região de Conceição do Araguaia; Entorno do Distrito Federal – abrangendo o Noroeste de Minas



reforma agrária baseia-se na regularização fundiária. Assim, em boa parte dos casos, a população assentada não é deslocada, mas é incorporada ao programa de reforma agrária e obtém o título da terra que pode já ocupar há gerações, entretanto, de modo informal (LEITE et alli, 2004). Esse tipo de política de assentamentos é reconhecido por ter pouco impacto sobre a estrutura fundiária<sup>18</sup>. Por outro lado, a reforma agrária na Campanha implicou em maior proporção na desapropriação de áreas (somadas a regularizações e compra de áreas), e no deslocamento dos “colonos” sem terras, descendentes de italianos e alemães para a região. Embora o mecanismo de aquisição de terras mais utilizado (a desapropriação), seja o que tem maior potencial de desconcentrar a propriedade fundiária (FERNANDES, 2009), na maior parte dos municípios da Campanha não houve grande impacto sobre a distribuição de terras<sup>19</sup>.

A origem da população assentada de Santana do Livramento é bastante heterogênea. De acordo com o INCRA-RS (2004-2009), a maior parte das famílias assentadas migrou de municípios da região norte do Estado, como Cruz Alta, Rodeio Bonito, Palmeira das Missões, Entre-Rios do Sul, Erechim, Ronda Alta, Constantina, Trindade do Sul, Carazinho, Frederico Westfalen, Nonoai, Planalto, Jóia, Guarani das Missões e São Miguel das Missões. Nos assentamentos mais recentes há também a presença de famílias da região metropolitana de Porto Alegre e dos municípios de Pelotas e Santa Maria. Em menor quantidade foram assentadas famílias oriundas da Campanha gaúcha, dos municípios de São Gabriel, Uruguaiana, Rosário do Sul e mesmo de Santana do Livramento. Além disso, no processo de criação dos assentamentos foram em geral assentados os trabalhadores das fazendas adquiridas pelo INCRA, geralmente pessoas naturais da região da Campanha.

Segue abaixo a figura com a localização dos assentamentos de Santana do Livramento.

---

*Gerais e o Norte de Goiás; Sertão do Ceará; Zona Canavieira do Nordeste - envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas; Sul da Bahia – região cacauzeira; Oeste de Santa Catarina.*

<sup>18</sup> Ver: FERNANDES, 2009.

<sup>19</sup> Conforme mostram os mapas no item 3.1.2.

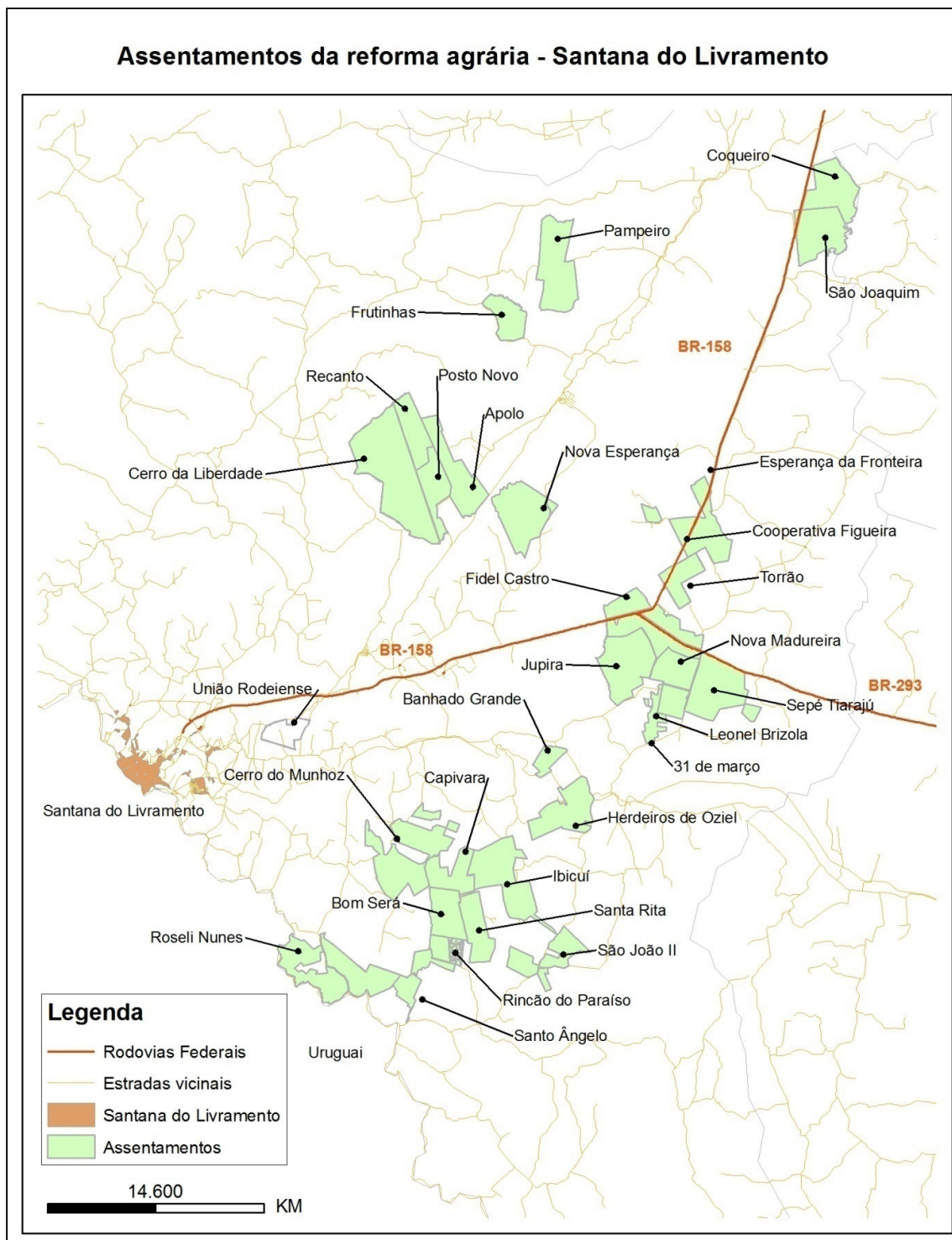


Figura 2 – O mapa mostra os perímetros com a localização dos 31 assentamentos de Santana do Livramento / Elaborado pela autora.

A figura 2 mostra a localização dos assentamentos em Santana do Livramento. Observa-se que em algumas partes do município os assentamentos foram criados em conjuntos, com o intuito de gerar a, assim denominada, *área*

*reformada*. Nove assentamentos têm localização privilegiada, situados praticamente ao longo da BR-158, tendo maior facilidade tanto para o escoamento da produção, quanto de acesso às cidades-sede dos municípios do entorno, Santana do Livramento, Rosário do Sul e Dom Pedrito. Já os assentamentos situados na porção inferior da figura e na parte superior esquerda têm dificuldades com as estradas. Em épocas de chuva é freqüente esses assentamentos ficarem com partes do seu território ilhadas. O mapa acima não descreve a qualidade das estradas. Sabe-se, no entanto, que o tempo de viagem dos assentamentos mais afastados da BR-158 até a cidade é de no mínimo duas horas. Isso é que leva, pela precariedade das estradas, para percorrer 30Km o ônibus rural, principal meio de transporte das famílias assentadas, tanto para o escoamento da produção quanto para passageiros.

Com objetivo de produzir um quadro geral da Reforma Agrária em Santana do Livramento estudamos, num primeiro momento, os relatórios ambientais dos assentamentos do INCRA no município<sup>20</sup>. A partir dessa leitura, realizamos uma sistematização das informações colhidas<sup>21</sup>, que será relatada brevemente no que segue, já complementada com registros e percepções do trabalho de campo.

Os relatórios mostram que, em boa parte dos assentamentos há “dificuldades de adaptação das famílias em função das diferenças entre as suas regiões de origem e a região do assentamento” (INCRA, 2004-2009). Conforme citado, muitas famílias têm origem em municípios de estrutura minifundiária, caracterizados pela prática de uma agricultura familiar dedicada à policultura e ao cultivo de grãos. Nos PAs de implantação mais recente, ocorre também o assentamento de famílias da região metropolitana, com pouca experiência na atividade agrícola. Diante dessas dificuldades de adaptação, registra-se no município uma considerável taxa de abandono de lotes, com a posterior substituição das famílias. No caso mais extremo, o PA Jupira/São Leopoldo, implantado em 1997, a taxa de abandono chega a 40% de lotes (MELLO, 2006). Entretanto, outros assentamentos, de localização bastante desfavorável e com grandes dificuldades de acesso, apresentam taxas de abandono menores. A média de evasão dos assentamentos do município fica em torno de 24%

---

<sup>20</sup> Os 21 relatórios ambientais dos assentamentos foram produzidos pelo convênio entre INCRA/RS e Laboratório de Geoprocessamento da UFRGS, realizado entre os anos de 2004 e 2009, sob coordenação do Prof. Heidrich Hasenack, a quem agradecemos pela colaboração com o envio dos relatórios.

<sup>21</sup> Tabela qualitativa incluída nos anexos.

(MELLO, 2006). Além do fenômeno de evasão de famílias recém-assentadas, ocorre também uma intensa troca informal de lotes nos primeiros anos do assentamento, rotatividade, tendendo na seqüência à estabilização e à formação de comunidades. Esses fenômenos serão abordados mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

De acordo com a Comissão de Segurança Alimentar do município, 273 famílias assentadas, ou seja, 27% estão inscritas no Programa Bolsa-Família, do Governo Federal. A porcentagem relativamente alta de beneficiários pode indicar famílias em situação de pobreza e mesmo extrema pobreza.

O acesso à educação nos assentamentos é regular. Isso quer dizer, alguns assentamentos possuem escolas estaduais de Ensino Fundamental que atendem também crianças de PAs do entorno. Em outros casos, as crianças têm que se deslocar para outras localidades. Isso ocorre através do transporte escolar provido pela Prefeitura local em associação com as famílias assentadas<sup>22</sup>. Já os estudantes do Ensino Médio têm mais dificuldades. Não há escolas desse nível nos PAs ou mesmo na área rural do município, e os estudantes vão por conta própria até a sede municipal, localizada a algo entre 15 e 60 km de distância, para atenderem às aulas.

O destino dos resíduos sólidos nos assentamentos se apresenta também como uma questão crítica. A esse respeito o relatório INCRA/RS (2004-2009) cita: “Os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos (restos de alimentos, garrafas plásticas, latas, vidros, frascos de vacinas, embalagens de defensivos, etc.) gerados pelos assentados carecem de tratamento adequado”. A coleta de lixo da Prefeitura não abrange a zona rural e assim a maior parte dos resíduos sólidos é enterrada em buracos perto da casa, queimado ou simplesmente empilhada a céu aberto, incluídas as embalagens de insumos e defensivos agrícolas.

A matriz produtiva dos assentamentos, foco deste trabalho, é outra questão delicada, especialmente pela condição das terras onde os assentamentos foram instalados. Santana do Livramento faz parte do *Domínio Morfoestrutural das Bacias e Coberturas Sedimentares*, e tem seu território dividido em duas regiões geomorfológicas bastante distintas. Na porção ocidental, localiza-se o Planalto da Campanha, que corresponde à unidade geomorfológica Planalto de Uruguaiana. Na porção oriental está a Depressão Central Gaúcha, que corresponde à unidade geomorfológica Depressão do Rio Ibicuí-Rio Negro (IBGE, 1986 apud INCRA/RS,

---

<sup>22</sup> Será observado no item 4.2.

2006). Essa conformação geológica produz uma situação de solos heterogênea (Figura 3).

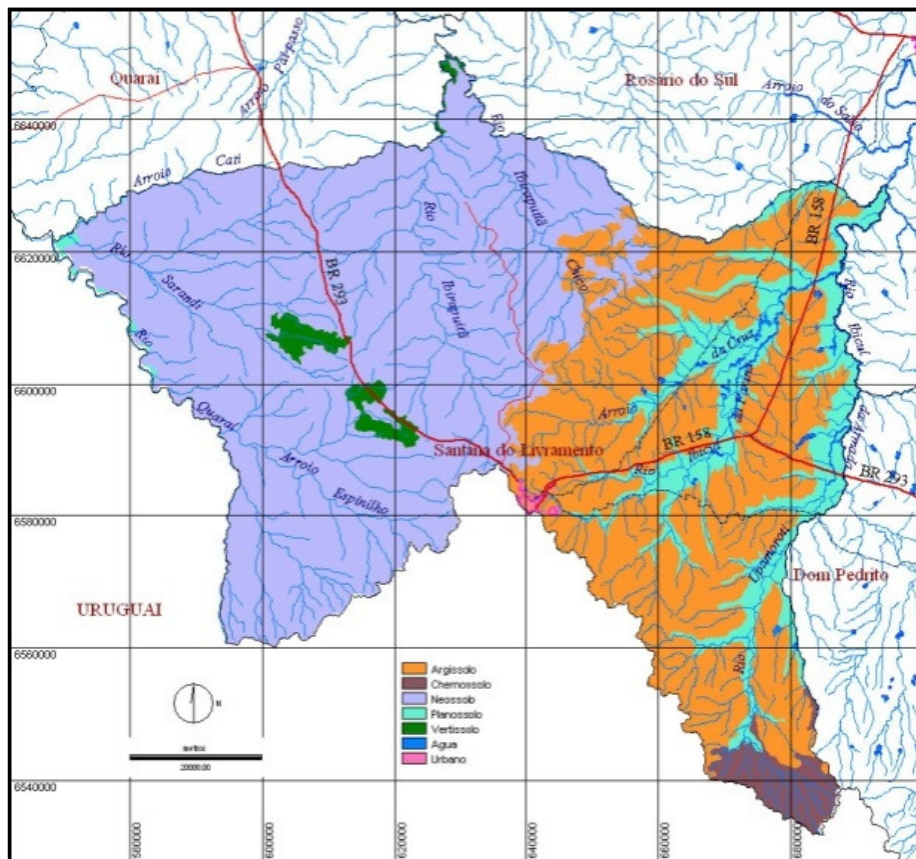


Figura 3 - Mapa de solos de Santana do Livramento / Fonte: INCRA, 2004-2009

Essas duas grandes regiões, uma de solos basálticos, pedregosos e rasos, e outra de solos mais arenosos e frágeis, foram ao longo da história, e ainda são, determinantes nas atividades econômicas desenvolvidas no município. De acordo com o *Levantamento da capacidade de uso da terra no Rio Grande do Sul* (1985 apud INCRA, 2004-2009), aproximadamente 56,3% das terras do município são solos rasos (Neossolos Litólicos), onde a prática da pecuária extensiva em latifúndios é ainda predominante. Cerca de 9,8% da área do município são solos de várzea, boa parte atualmente usados no cultivo de arroz. E 32,4% são solos com maior profundidade, Argissolos que, apesar da sua fragilidade propiciam hoje maior variedade de cultivos. Todos os assentamentos da Reforma Agrária em Santana do Livramento localizam-se na porção oriental do município, onde estão os solos mais profundos e arenosos e as áreas de várzea.

O município, além disso, está localizado sobre área de afloramento do *sistema aquífero guarani*. De fato, a parte basáltica situa-se sobre área de confinamento do aquífero, e a parte dos solos arenosos, onde estão os assentamentos, situa-se sobre áreas de recarga direta. A importância da manutenção da boa qualidade dessa água subterrânea é mais um fator que leva à necessidade de que se tenha ali um uso agrícola adequado às características da região, e que leve em conta os mecanismos de alimentação desse imenso reservatório natural de água. Por suas características bastante particulares, praticamente todo o território do município de Santana do Livramento foi enquadrado como *área prioritária para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira* (Portaria MMA N<sup>o</sup> 09, de 23 de janeiro de 2007).

Com base nas características ambientais expostas acima, a região da Fronteira Oeste é considerada pelo INCRA (2006-2009) como imprópria a lavouras anuais, devido à propensão do solo a processos erosivos. Sendo parte desse contexto maior, as áreas dos assentamentos são também em sua maior parte consideradas impróprias para cultivos anuais, necessitando rotineiramente de práticas de conservação dos solos. Por outro lado, o zoneamento agroecológico do município (SA/RS 1994 apud INCRA, 2004-2009) aponta como culturas preferenciais para o município, o arroz irrigado, o trigo, o sorgo, as forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio, cornichão, etc), a videira americana, os citros (limões e bergamota), a macieira e o pessegueiro.

Situados nesse contexto ambiental, a prática da agricultura nos assentamentos, tal como é característico da agricultura familiar, é variada. Os sistemas produtivos apontam para a diversificação e indicam que existe tanto produção para autoconsumo quanto para o comércio. O quadro abaixo mostra, sinteticamente, as principais linhas produtivas desenvolvidas nos assentamentos de Santana do Livramento:

Quadro 1 - Produção agrícola nos assentamentos de Santana do Livramento	
Leite	Ocorre principalmente através da COOPERFORTE, cooperativa de assentados da região, com 332 sócios envolvidos na produção leiteira e 250 resfriadores de leite. Em geral pastagem nativa e melhorada associada à silagem e/ou ração comprada. Média de produção de 1.256L/família/mês, havendo grande diferenciação entre produtores. Leite destinado à COSULATI <sup>23</sup> , em Pelotas. Vendido <i>in natura</i> . Muito pouco permanece no município.
Gado de corte	Observado na maior parte dos lotes, produção de bovinos e ovinos, para subsistência e vendas informais, para frigoríficos, atravessadores e restaurantes, em geral em pequenos lotes de animais.
Soja	Freqüente em alguns assentamentos, sendo aplicado o pacote da soja transgênica. Muitas parcerias entre assentados para a realização do processo produtivo.
Arroz	Problemas com a exploração das áreas de várzea, principalmente relacionados aos altos investimentos requeridos pela cultura. No entanto, alguns assentamentos estão produzindo, em geral através de parcerias.
Fruticultura	Pomares de pêssegos, peras, uvas, cítricos, em geral entregue para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Contudo, grande quantidade de frutas não possui destino e acaba sendo desperdiçada.
Mel	Produção registrada em diversos lotes, desde poucas caixas de abelhas apenas para autoconsumo até a produção para comércio (informal).
Autoconsumo	Ocorre na maior parte dos lotes, com o cultivo de uma variedade de plantas e pequenos animais para o consumo da família.

O quadro apresentado acima contém uma visão geral sobre a produção nos assentamentos de Livramento, isto é, a materialização do território através do processo produtivo. Observa-se, entretanto, na escala local, a escala do lugar, uma diferenciação expressiva de situações técnicas e de formas de organização. Desse modo localizado, tendo como base a percepção do território como processo complexo, como recurso e condição para a reprodução familiar (WANDERLEY, 2009), como matriz da vida política, econômica e social (SANTOS, 2010), diversas questões são suscitadas no que segue a respeito do modo como esse processo de territorialização em larga escala vem se materializando. São elas:

- Qual a razão ou razões que levam os assentados a adotarem os cultivos que adotam?

- De que modo os assentados se apropriam e utilizam técnicas disponíveis?

<sup>23</sup> A Cooperativa Sul-Rio Grandense de Laticínios Ltda, (COSULATI) industrializa e comercializa a produção dos associados (leite, aves, rações e grãos). A organização é atualmente formada por 3.460 cooperados que desenvolvem as atividades em 38 municípios da região sul do Rio Grande do Sul.

- Quais relações sociais são geradas a partir do uso da terra?
- Haveria outras possibilidades produtivas diante desse complexo jogo de forças que é o território?

As partes seguintes do trabalho dedicam-se a compreender essas questões.

## 2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais. Estas aparecem como as personagens principais do enredo a estabelecer, levando sobretudo em consideração que o espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: *como, onde, por quem, por quê, para quê*. [...] A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia. (SANTOS, 2010, p.11)

O princípio conceitual a fundamentar este trabalho é a realização de uma *geografia do presente* (SANTOS, 1996), voltada para a compreensão do processo de territorialização dos assentamentos da Reforma Agrária em Santana do Livramento. A abordagem e os procedimentos escolhidos para a realização da pesquisa derivam dessa intenção, enraizada no estudo de *diferentes territorialidades* que, a partir do processo de assentamento desenvolvem-se nesses espaços. Para o estudo do fenômeno sob essa perspectiva, partimos da compreensão de Heidrich (2010) acerca do conceito de *territorialidade*. Diz o autor:

A territorialidade vista como uma articulação implica em certa inseparabilidade das dimensões do que é humano, do que se expressa (a) como poder, uma ocupação, (b) como reprodução da vida que implica no agir e (c) como sua representação. Mesmo quando se desenrolam a partir de distintas instâncias ou dimensões da sociedade, provocam relações que abarcam realidades integrais das sociedades e dos sujeitos. O território e a territorialidade expressam, como uma feição da(s) geografia(s), essa condição inteira, completa, que se refere ao complexo forma-ação-representação. (HEIDRICH, 2010, p.9)

Sob essa leitura, a territorialidade pode ser vista como uma articulação, um ponto de contato, de interação entre as diferentes dimensões que constituem o humano. A territorialidade assim situa-se na relação entre o ator e o espaço, e é fruto da dialética ou da provocação de um com o outro. Essa relação se materializa como uma feição geográfica, uma expressão da ação, que por ser resultado de um



agente humano, produz uma representação (HEIDRICH, 2010). Enquanto ponto de integração, a territorialidade se refere a esse “complexo forma-ação-representação” e está enraizada no fazer de um ator social, implicando necessariamente em determinado poder sobre o espaço (HEIDRICH, 2010).

Situamos a pesquisa nesse processo, de apropriação do espaço durante o desenvolvimento dos assentamentos; um complexo movimento que utiliza o espaço como recurso e o transforma em território (RAFFESTIN, 1993), e que enquanto movimento situa-se justamente na imbricação, denominada como o “campo da cultura, da criação e da compreensão do vivido” (HEIDRICH, 2010). Heidrich assim explica a possibilidade de falar da cultura, não somente através de sua morfologia, mas também pela ação, enquanto movimento, processo de apropriação. Segue o autor:

Cultura se origina do sentido de cultivar, de fazer uma ação no espaço, transformá-lo, produzir um habitat [...]. A ação transforma, produz forma e se o que é feito não é consumido, então permanece, se propaga, pode ser capturado, memorializado. (HEIDRICH, 2010, p.4)

Sob essa perspectiva, fica claro como a apropriação do espaço e o processo de criação do território são naturalmente mediados pela cultura. Santos (1996) nesse sentido observa que é através da produção do espaço que os homens satisfazem as suas necessidades. Para o autor, na interação entre necessidades, recursos e técnicas desenvolvem-se as diferentes formas de produzir e paralelamente as diferentes formas de consumir. E assim sociedades, recursos e técnicas interagem e constituem, produzem um ambiente, meio, espaço, que na concepção de Santos (1996a) não é apenas uma condição, mas um *fator* da evolução social. Segue o autor:

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a geografia estuda a ação do homem. (SANTOS, 1996a, p.88)

Apoiados nessa concepção, de que o processo produtivo é por natureza produtor de espaço, e que a geografia volta-se para o estudo da ação humana, buscamos compreender o assentamento e seus sistemas produtivos enquanto

manifestações concretas, dinâmicas e articuladas a uma totalidade, ou estrutura espacial, também complexa e em movimento. O processo de territorialização deriva desse movimento, e pode ser observado tanto na escala coletiva, do assentamento, quanto do(a) agricultor(a) assentado(a) enquanto indivíduo.

Com essa perspectiva em mente, buscamos um diálogo que se desenvolve nos seguintes eixos: relações entre técnica e agricultura, a Reforma Agrária como evento, o assentamento como forma, conteúdo e território, e o agricultor assentado e a territorialidade. Essa discussão se desenvolve sobre um pano de fundo que é a perspectiva de espaço geográfico de Santos (1996). Para o autor, o espaço é uma produção social, marcada pela economia, política, pela cultura e ideologia. O espaço é assim um *constructo* dos tempos passados e um meio e recurso, necessário a quaisquer ações presentes e futuras. Santos (2008) propõe um meio para estudar essa condição espacial por natureza complexa: a decomposição e análise dos elementos constituintes desse todo, com foco voltado justamente para as interações, imbricações e os pontos de contato. Segue o autor:

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise. Na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social. (SANTOS, 2008, p.18)

Buscamos desse modo estudar no que segue algumas dessas interações, tais como entre assentamento e espaço geográfico, entre assentados e assentados, entre assentados, técnicas de produção utilizadas e espaço, entre assentados e os demais habitantes rurais e urbanos, sempre observando essas relações como reflexo de um todo social, cultural, político, espacial, um fenômeno sistêmico que vai além dos indivíduos envolvidos. Para o estudo desse fenômeno, nas diferentes escalas em que ele se manifesta, nos apoiamos nas idéias e argumentos descritos no que segue.

## **2.1 Agricultura, técnica e ação**

A ação produz a forma. Por esta iniciamos a investigação e buscamos compreender a própria ação. Mas o agir, o ser no mundo, se completa com a compreensão do ato e de sua ligação com a própria permanência, que tem a

ver com a forma, que antes já havia sido descoberta. É uma compreensão coerente, pois resulta da relação entre o sujeito e o espaço. [...], não se trata de um agir unidirecional, apenas do ser com o espaço, é também do espaço para com o ser. (HEIDRICH, 2010, p.5)

A citação acima descreve, em linhas gerais, a dinâmica da territorialidade na qual nos apoiamos para estudar as relações entre os agricultores assentados, o uso da terra e as técnicas utilizadas. Nessa concepção, há um movimento intrincado entre a ação que produz a forma e a representação gerada sobre o processo; o uso da técnica e da terra ocorrem no movimento do mundo material e implicam naturalmente em ações dos sujeitos envolvidos nas tarefas. Essas ações produzem efeitos não somente sobre o espaço, a matéria exterior, mas sobre os próprios sujeitos que executam as tarefas. E esse efeito, fruto de uma relação necessária entre pessoa e espaço, gera as representações – sentimentos, reflexões - das quais o autor fala acima. São representações que podem nos dizer como os sujeitos percebem, compreendem o modo como utilizam a terra e os efeitos de suas ações sobre o espaço que lhes foi alocado pela reforma agrária.

Nesse sentido, a compreensão de Santos sobre a técnica também articula a pessoa ao espaço, em uma dinâmica semelhante à descrita acima. Para Santos (1996), a técnica é um meio operacional, traço de união entre homem e espaço. Enquanto meio, a técnica se apresenta como um híbrido, algo onde o humano e o não-humano são inseparáveis e funcionam em um movimento conjunto no processo de criação do espaço geográfico. Assim explica Santos (1996, p.41):

não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico, durante dois a três séculos, e o que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional.

De acordo com Santos, a análise da técnica é central para a compreensão do processo de criação do espaço geográfico. Enquanto processo, baseado no movimento da matéria, a observação da técnica incorpora o tempo à análise. Esse tempo é tanto o tempo histórico, quanto o tempo da realização das atividades cotidianas mediadas pelas técnicas. Para Santos (1996, p.54) as técnicas são datadas e incluem o tempo ou a variável, qualitativamente e quantitativamente. “As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o

tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação”. A análise do espaço através da técnica, desse modo, permite a materialização do tempo, tornando-o empírico (SANTOS, 1996). Para o autor, as técnicas surgem como sistemas, são integradas funcionalmente e agem em solidariedade umas com as outras. A combinação entre essas diferentes formas de realizar as atividades produz a variedade de situações observáveis no espaço concreto.

Nesse sentido explica Santos (1996, p.48):

Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história da sua produção. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, com as condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história.

Depreende-se daí que as diferentes épocas se distinguem pelos distintos modos de fazer, ou seja, por técnicas e saberes particulares. Essa percepção é importante quando observamos as técnicas da agricultura utilizadas pelos assentados da Reforma Agrária; uma diversidade de combinações técnicas são praticadas havendo, no entanto, regularidades nos sistemas adotados.

Buscando realizar uma breve desconstrução do processo técnico, interessante observar que a técnica surge da necessidade de trabalhar o ambiente e se desenvolve enquanto saber-fazer (*savoir-faire*); conhecimento e modo de realizar as tarefas que possibilita a transformação dos recursos que a natureza oferece em benefício das sociedades humanas. Santos explica assim esse processo:

No começo da história social do planeta, havia tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares e os grupos humanos. Estes, servidos apenas pelas técnicas do corpo, carentes de mobilidade, eram dependentes de áreas geográficas restritas, onde os recursos de sua inteligência e os recursos naturais combinados permitiam a emergência de modos de fazer dependentes do entorno imediato. Cada ponto habitado da superfície terrestre constituía, então, um conjunto coerente, formado, sobre uma dada fração do planeta, por uma população local, pelas técnicas locais, um sistema político local, um regime econômico local. (SANTOS, 1996, p.190)

Essas formações sociais distintas, com organizações políticas, econômicas particulares, possuíam técnicas de agricultura, constituídas por saberes e práticas adaptadas ao ambiente no qual surgiram. Os saberes e as práticas eram passadas de geração a geração, e da eficácia dessa transmissão dependia a segurança alimentar e o desenvolvimento desses grupos. Percebe-se assim, a importância dos conhecimentos ligados à agricultura no processo de hominização<sup>24</sup>, pois no momento em que permite ao ser humano certa segurança nutricional, através do cultivo e da domesticação das diferentes espécies animais e vegetais, permite também que esses grupos se tornem sedentários, e passem a enriquecer sua base de recursos ao longo das gerações. Conforme explicam Mazoyer e Roudart (1997, p.38):

O homem não nasceu agricultor: quando ele apareceu, o *Homo sapiens* era caçador-coletor. Quando começou a praticar a agricultura e a criação de gado, não encontrou na natureza nenhuma espécie previamente domesticada, mas domesticou-as em grande número. Também não dispunha de instrumentos anatômicos adaptados ao trabalho agrícola, mas fabricou-os de todas as espécies e cada vez mais poderosos. Enfim, nenhum saber inato ou revelado lhe ditava a arte e o modo de praticar a agricultura, graças ao que ele tenha podido afinar sistemas de cultura e de criação extraordinariamente variados, adaptados aos diferentes meios do planeta e variando de acordo com as suas necessidades e os seus instrumentos.

As diferentes formas de agricultura desenvolvidas ao longo da história apresentavam resultados diversos quanto à produtividade, à qualidade de fibras e alimentos produzidos e, portanto, às possibilidades de desenvolvimento de cada grupo social. Com o processo histórico e as trocas entre distintos grupos humanos, os diversos sistemas técnicos acabam se miscigenando, e resultam na situação híbrida que temos hoje. Santos (1996, p.190) explica assim esse processo: “Entre aceitação dócil ou reticente, entre imposição brutal ou dissimulada, a escolha é, entretanto, inevitável. É assim que conjuntos inteiros ou pedaços de técnicas se incorporam a outros pedaços mudando-lhes os antigos equilíbrios e acrescentando

---

<sup>24</sup> Para autores como Mazoyer e Roudart (1997, p.37), a hominização é, ao mesmo tempo, uma evolução e uma história: “Os progressos biológicos de uma espécie condicionam os seus avanços técnicos e culturais ulteriores mas, em compensação, a herança técnica e cultural de um espécie constitui uma espécie de meio interno, historicamente constituído, que condiciona a sua evolução biológica futura. Assim, de uma espécie de homínídeos à seguinte, o aumento da população e o enriquecimento da sua bagagem técnica e cultural multiplicam as oportunidades de inovações; inovações essas que se vão, portanto, acelerando e que, para cada espécie, tendem para o fim do seu período de existência”.

elementos externos às histórias até então autônomas”. A criação das economias-mundo, também conhecida como globalização, é uma etapa decisiva nessa evolução. A partir do século XVI, com a expansão do capitalismo, cria-se a possibilidade de trocas intercontinentais e transoceânicas, de plantas, animais e de homens, com seus modos de fazer e de ser. Daí por diante, o movimento local das técnicas deixa de ser apenas horizontal, e recebe um componente vertical, incluindo o lugar numa história técnica e social mais abrangente (SANTOS, 1996, p.190). De acordo com Santos, o entendimento desse processo técnico não pode ser separado do papel da política no favorecimento de determinados sistemas técnicos em detrimento de outros:

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que fez a história. (SANTOS, 2004, p.23)

Na leitura de Santos a análise das técnicas é fundamental, uma vez que produziram o espaço geográfico no qual hoje vivemos, e produzem com isso as condições para toda nossa condição futura<sup>25</sup>. Trazendo a reflexão mais próxima de nosso objeto de estudo, nos detemos em algumas características do sistema técnico atual, denominado por Santos (1996) de técnico-científico-informacional, que parecem ter forte relação com o contexto no qual os sistemas produtivos dos assentamentos observados estão inseridos. Uma das características marcantes é a rapidez de difusão das novas técnicas. Associadas a isso, são técnicas indiferentes em relação ao meio onde se instalam, tendo *aplicações padrão* nas diversas situações ambientais. Assim, racionalidade e artificialidade são características do sistema técnico atual que através de procedimentos e normas padronizadas, reduzem as possibilidades de espontaneidade/criatividade e alimentam a estandardização. Outra característica é a unicidade das técnicas e a unicidade dos momentos (SANTOS, 1996). Essa condição afeta, direta ou indiretamente, qualquer

---

<sup>25</sup> Nesse sentido, explicam Mazoyer e Roudart (1997, p.433) que, no início do século XX, a diferença de produtividade entre os sistemas mais produtivos e menos produtivos era de 1 para 10, resultando já em uma discrepância entre as agriculturas das diferentes partes do mundo. Com a revolução agrícola contemporânea, em menos de um século, essa diferenciação se multiplicou inúmeras vezes. Hoje, explicam os pesquisadores, a razão de produtividade entre a agricultura manual menos produtiva do mundo e a agricultura motorizada mais produtiva é da ordem de 1 para 500.

parte do planeta. Na medida em que as técnicas se comunicam, e que a informação circula a uma velocidade que torna o tempo também padronizado, o mundo inteiro passa a estar conectado e em interação. Essa condição articula as distintas técnicas que, para terem sentido, têm que estar necessariamente articuladas ao sistema maior.

Considerando-se a técnica diretamente aplicada à agricultura, pode-se dizer que as três principais características da agricultura moderna, ou industrial, são o tripé mecanização, insumos químicos e sementes melhoradas. Some-se a isso uma tendência pela monocultura e pela produção em média e grande escala (MAZOYER e ROUDART, 1997). Atualmente, embora haja o natural favorecimento aos produtores capazes de investir e acompanhar as inovações, ocorre que pequenos produtores familiares – em muitas partes do mundo – também acabam por adotar esse tipo de agricultura. Esse é o caso de muitos, talvez a maior parte, dos assentados de Santana do Livramento. Nesse sentido, Mazoyer e Roudart (1997) observam que as diferentes técnicas e saberes utilizados, tanto os modernos quanto os antigos ou tradicionais, têm inevitavelmente alguma conseqüência sobre o ambiente do qual os seres humanos, e seres vivos de modo geral, dependem para a sua sobrevivência. Dizem os autores:

a agricultura moderna será perigosa, como o foram todas as novas agriculturas antes dela, enquanto o uso dos novos meios e dos novos métodos de produção não tiver sido temperado para evitar os seus abusos e os seus inconvenientes. Utilizados a torto e a direito, os machados e pedra polida, tão bem-vindos que foram, eram também instrumentos muito perigosos de desflorestamento. Empurradas demasiado longe nas terras e pouco a pouco arruinadas, ou passadas e repassadas com bastante freqüência nas terras insuficientemente estrumadas, as charruas tornaram-se muitas vezes temíveis engenhos de degradação dos solos. Amontoados sem precaução junto das nascentes de água potável, os estrumes, tão úteis, foram em muitas ocasiões verdadeiros agentes de morte; enterrados demasiado tarde ou em demasiada quantidade, eles perderam também muitas sementes. [...] Então, quanto maiores não serão ainda os danos provocados pelo uso dos tão potentes meios e dos tão extraordinários métodos de produção de hoje, se esse uso não for consciente e socialmente controlado, isto é, mantido à distancia respeitosa dos perigos mais imediatos e das conseqüências [...]. (MAZOYER e ROUDART, 1997, p.430)

Como sugerem as considerações de Mazoyer e Roudart, fundamentadas na experiência histórica, o entendimento dos efeitos dos diferentes sistemas técnicos sobre o ambiente é essencial na promoção de um desenvolvimento que se sustente ao longo do tempo, ou seja, um desenvolvimento durável. Weid (2009, p.50), traz a

reflexão diretamente para os modelos de produção agrícola convencional e mostra o quanto estão organizados de forma dispendiosa:

A agricultura é parte do problema do paradigma de desenvolvimento da civilização atual. Nos Estados Unidos, por exemplo, o balanço energético do modelo convencional de produção agrícola é de 10 calorias de investimento para uma caloria de produto. As cadeias produtivas do setor agroalimentar, em média, fazem um percurso de 1.500 milhas entre a produção nas lavouras e pastos até chegar ao prato do consumidor, absorvendo 20% de todos os combustíveis fósseis utilizados no país. [...] Em uma sociedade espartana em uso de energia, os circuitos alimentares deverão aproximar ao máximo produtores e consumidores, assim como evitar a excessiva industrialização dos alimentos. (WEID, 2009, p.50)

Trazendo essa reflexão para o contexto brasileiro, Wanderley (2009, p.60) observa que “além de desperdiçar terras, o modelo da modernização brasileira desperdiça os próprios agricultores”, no momento em que os exclui do processo produtivo, e lhes nega a condição de sujeitos no desenvolvimento das técnicas e sistemas que se adaptem às condições naturais que devem manejar”.

Segundo a autora, essa situação não é nova para os pequenos produtores familiares aqui estabelecidos:

O acesso à terra e a constituição de um sistema de produção, capaz de “fechar o círculo” da subsistência familiar sempre foram elementos sabidamente frágeis na história do campesinato brasileiro e raramente ofereceram a garantia necessária para a fundação de uma economia camponesa estável e próspera. (WANDERLEY, 2009, p.60)

A Reforma Agrária assim parece ter um papel chave nesse processo, no momento em que permite justamente o acesso à terra, e potencialmente o estabelecimento de sistemas de produção que permitam um desenvolvimento próspero da unidade familiar. Um dos principais movimentos de luta pela terra, o MST, traz como uma de suas bandeiras recentes o apoio ao desenvolvimento de uma agricultura ecológica nos assentamentos, como forma de oposição ao sistema técnico hegemônico, dominado por empresas multinacionais da indústria químico-agrícola<sup>26</sup>. A realidade nos assentamentos observados, no entanto, aponta para uma situação complexa, onde os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais fazem parte de uma equação que define a adoção de uma certa *combinação de sistemas técnicos* em detrimento de outros. Mello (2007) e Navarro (2009)

<sup>26</sup> Ver: <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/328>>



descrevem esse tipo de situação como repleta de dificuldades e gargalos a serem superados. Por outro lado, Medeiros (2006 e 2007) e Chelloti (2003), descrevem também experiências em assentamentos da Campanha gaúcha observando no entanto, que apesar de todas as precariedades, existem iniciativas que apontam para o desenvolvimento de sistemas de produção mais justos socialmente e menos impactantes ao ambiente.

Dentro dessa perspectiva positiva, autores como Santos (2004) afirmam que existe hoje, à disposição da humanidade, conhecimentos técnicos e teóricos para tornar o mundo um lugar mais justo com as populações em geral. Explica assim, o autor, que outra lógica é possível e que, por conseguinte, outra globalização é possível:

Podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o capital se apóia para construir a globalização perversa [...]. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para essa última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico. (SANTOS, 2004, p.20)

A perspectiva colocada é de um futuro aberto, no qual existe a possibilidade de criarmos um outro mundo a partir das condições materiais, concretas do presente, aliadas aos conhecimentos e cultura que historicamente vêm sendo desenvolvidos pela humanidade. Em se tratando das técnicas da agricultura, uma série de pesquisadores descrevem experiências concretas realizadas com a pequena produção familiar baseadas no desenvolvimento de sistemas sustentáveis ou duráveis (ANDRIOLI, 2008; GLIESSMAN, 2000; PLÖEG, 2009; WEID, 2009). Agregamos ao trabalho a reflexão e as proposições de alguns desses autores.

O conhecimento dessas proposições é de importância, considerando que os lotes dos assentamentos têm áreas reduzidas e que, em geral precisam ser explorados de modo intensivo a ponto de satisfazer as necessidades das famílias. Parece aí interessante que a satisfação das necessidades da família seja pensada de modo duradouro, sem que ocorra o esgotamento dos recursos que possibilitam a própria existência no lugar. Nesse sentido, a agricultura ecológica, ou agroecologia,

traz uma importante contribuição na compreensão das potencialidades da pequena produção familiar, conforme sugere Weid (2009, p.60):

Na Agroecologia, o que se busca é o manejo integrado dos recursos naturais renováveis de modo a otimizar a produção total por unidade de área sem destruí-los e com o mínimo de perturbação ao meio ambiente. É claro que toda agricultura significa algum tipo de interferência na natureza e certo nível de seleção de espécies privilegiadas em um ecossistema determinado, mas o objetivo é minimizar essas perturbações e manter o máximo de diversidade possível, tanto nas áreas produtivas como no seu entorno natural. Quanto ao manejo dos recursos naturais renováveis, o que se busca é a máxima reciclagem de nutrientes e um aporte mínimo de insumos externos (mesmo que orgânicos).

Observa-se que na aplicação das técnicas da agricultura ecológica é necessária uma posição ativa do agricultor, não havendo fórmulas prontas aplicáveis a quaisquer situações. Uma das principais práticas para a otimização da produção nos pequenos estabelecimentos são os sistemas mistos, ou a integração entre policultura e pecuária. Funes-Monzote et alli (2009, p.16) descrevem assim essa prática:

Os sistemas mistos são considerados um avanço rumo à implementação de práticas sustentáveis. Eles visam maximizar a integração entre subsistemas, conservar a fertilidade dos solos e otimizar o uso da energia e dos recursos locais disponíveis. Em suma, os sistemas diversificados, que têm se mostrado altamente resilientes, abarcam três princípios básicos: (a) diversificação, por meio da introdução de cultivos alimentares, espécies florestais e animais; (b) integração, considerando a troca dinâmica e a reciclagem de energia e nutrientes entre os diferentes componentes de cada sistema; (c) autossuficiência, em termos da capacidade do sistema de suprir suas próprias necessidades sem depender de insumos externos.

A integração entre policultura e pecuária parece oportuna considerando-se que os agricultores assentados em Santana do Livramento, provêm em boa parte da agricultura familiar no norte do Rio Grande do Sul, dos sistemas de produção voltados à policultura em pequenas propriedades. Trazem portanto, consigo essa cultura de produção. A chegada desses assentados às áreas localizadas no bioma Pampa promove o encontro dessa cultura de produção com um ambiente que possui características naturais bastante específicas e delicadas. Nesse sentido, os relatórios ambientais sobre os assentamentos de Santana do Livramento, elaborados pelo INCRA (2004-2009), mostram que a maior parte da terra ali é imprópria para culturas temporárias e que, desse modo, exige práticas conservacionistas mediante a facilidade como ocorre a erosão dos solos. Diante da

complexidade dessa situação, de encontro de uma população de migrantes com um ambiente altamente sensível às intervenções, as técnicas de manejo, associadas ao conhecimento do ambiente se tornam fundamentais na convivência entre esses novos habitantes e o meio onde devem praticar sua agricultura.

Interessante observar que o sistema misto de produção é descrito por Wanderley (2009), como o sistema tradicional de produção camponês. A autora denomina o sistema de *policultura-pecuária* e o descreve como “uma sábia combinação entre diferentes técnicas, que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, até atingir um equilíbrio numa relação específica entre um grande número de atividades agrícolas e de criação animal” (WANDERLEY, 2009, p.158). A autora explica ainda que há nesse tipo de agricultura um esforço para aperfeiçoar a diversidade do ecossistema cultivado, seja pela introdução de novas culturas, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento. Essa integração entre atividades tinha objetivos diretamente relacionados ao funcionamento do estabelecimento como um todo, composto e organizado por subsistemas relacionados, conforme explica Mendras (1984, p.185 apud Wanderley, 2009, p.158):

toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.

De acordo com o autor, na agricultura camponesa tradicional, havia uma busca no sentido de incorporar a fertilidade ao ecossistema cultivado para que o ano agrícola seguinte fosse no mínimo igualmente produtivo ao presente. Além disso, como forma de assegurar o suprimento das necessidades da família, a diversidade de culturas era constantemente alimentada. Havia assim, a busca por um manejo que permitisse que o ecossistema cultivado se renovasse e garantisse o abastecimento da família a partir do cultivo da terra. Embora praticado em pequenas porções de terra, o desenvolvimento desses sistemas gerou uma organização complexa nesse tipo de agricultura, conforme explicam Mazoyer e Roudart (1997, p.40):

O ecossistema cultivado tem uma organização: é composto por vários subsistemas complementares e proporcionais, por exemplo, os jardins, as terras aráveis, os prados para ceifa de feno, as pastagens e as florestas. Cada um destes subsistemas amanhado, mantido e explorado de uma maneira particular, e contribui pela sua parte para a satisfação das necessidades dos animais domésticos e dos homens.

Observa-se que nas condições de relativa precariedade que os camponeses historicamente vivenciam, o conhecimento sobre as necessidades e possibilidades de cada subsistema que compõe o estabelecimento é precioso.

Percebe-se que a pequena agricultura, ao mesmo tempo que externamente se relaciona com uma ordem maior que impõe preços, prazos, padrões de qualidade, etc, internamente é produto de uma riqueza de conhecimentos que potencialmente permitem a renovação e o incremento da base de recursos da qual a família depende. Essa percepção se relaciona às considerações de Santos (2008), sobre o modo como as estruturas socioespaciais evoluem, em um processo dialético, diante das pressões exteriores, promovendo reações e resistências em seu interior.

Funes Monzote (2009, p.5), nessa linha, observa que a atividade agropecuária pode desenhar e implementar sistemas sustentáveis, que combinem a produção de alimentos e energia, com um balanço energético final positivo. Acrescenta ainda o autor: “Los sistemas agrícolas y pecuarios podrían entregar mayor cantidad de energía en forma de productos alimentarios que aquella empleada para la producción a partir de diversas fuentes [de insumos] y, a su vez, deberían cumplir una función determinante para mitigar el cambio climático” (FUNES-MONZOTE, 2009, p.5).

O manejo dos ecossistemas cultivados ou agroecossistemas deve buscar otimizar a transformação das potencialidades de cada ambiente. Contudo, os parâmetros para a avaliação dos sistemas ecológicos não são os mesmos aplicados à agricultura convencional, como a produtividade estrita. Conforme explica Weid (2009, p.61):

a produtividade do trabalho em sistemas agroecológicos é, sem dúvida, muito mais baixa do que em sistemas industrializados. Uma colheitadeira de grande porte pode substituir o trabalho de 100 homens, só para dar um exemplo. Sistemas agroecológicos podem ser mecanizados em algumas de suas operações, mas não na escala dos sistemas convencionais. Quanto mais avançado o sistema agroecológico, mas complexo será o seu desenho, com culturas intercalares e rotações e combinações com criações de animais. Essa complexidade não só limita a mecanização, como exige

uma gestão cuidadosa e eficiente dos tempos de trabalho e do espaço disponíveis.

Percebe-se, portanto, que a agricultura ecológica funciona de acordo com lógica e organização diferentes da agricultura convencional. Nos assentamentos observados nessa pesquisa percebe-se uma situação híbrida, onde a percepção da importância da diversificação e do aproveitamento dos produtos dos diversos subsistemas está presente. Entretanto, a necessidade de gerar renda, leva os agricultores a praticarem os pacotes, com todos os insumos químicos necessários, da agricultura voltada para o comércio. Essas áreas, uma vez voltadas para a produção comercial, terminam por inserir o lote, a unidade familiar, no sistema de produção globalizado.

Levando a reflexão sobre as técnicas agrícolas e a função que os assentamentos poderiam ter um pouco adiante, nos inspiramos em Howard, que trabalhou na Índia durante mais de 30 anos, nas primeiras décadas do século XX. Em seus estudos sobre os sistemas de produção praticados naquele país, o autor incorporava sempre as dimensões social e cultural à análise da prática da agricultura. Howard (2007) nesse sentido observa que:

O patrimônio mais importante de um país é a sua população. Se essa se mantém saudável e com vigor, tudo o mais virá por si só; se permitem-na cair em decadência, nada, nem mesmo as maiores riquezas, pode salvar o país do futuro ruim, já que o mais forte e sólido suporte do capital deve ser sempre uma população rural satisfeita e próspera. Um compromisso entre agricultura e finanças deve, portanto, ser desenvolvido. Quando ambos não são alcançados, isto naturalmente termina em ruína. (HOWARD, 2007, p.35)

Howard, nesse sentido, preocupava-se com a saúde da humanidade, e chamava a atenção para as relações entre a saúde dos solos e a saúde das pessoas. Para o autor, “a manutenção da fertilidade do solo é a primeira condição de qualquer sistema permanente de agricultura” (HOWARD, 2007, p. 25), sendo a destruição do solo, o equivalente à destruição do capital da terra. A reflexão agrega a variável ambiental à análise. E portanto, não basta o acesso a terra e a efetivação da produção. As relações sociais (de produção e de distribuição) e as técnicas utilizadas também fazem parte da complexa equação de formação do assentamento como um lugar, não somente de produção, mas de vida.

## **2.2 Espaço geográfico**

O conceito base da presente pesquisa é o de espaço geográfico, definido como *união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas* (SANTOS,1996). A percepção do espaço como sistema, um sistema de sistemas ou sistema de estruturas (SANTOS, 2008) posiciona nosso objeto de estudo, o assentamento, como um subsistema articulado a esse contexto maior que é o espaço geográfico. Na concepção de Santos (2008), cada sistema funciona como um elemento em relação a um sistema maior, assim como ele próprio, enquanto parte, é também um sistema. O sistema maior, ao qual todos os outros estão articulados, é a totalidade-mundo. A compreensão do espaço como sistema complexo incorpora a qualidade de interdependência, interação e dinâmica, uma vez que o espaço geográfico está sempre *submetido a e em relação com* os movimentos de suas estruturas e elementos constituintes. O espaço geográfico, a realidade social experimentada, é assim fruto desses movimentos, e sua evolução enquanto totalidade está sempre atrelada à evolução de suas estruturas. Estas por sua vez, serão também sempre afetadas por mudanças na ordem maior.

De acordo com Santos (2008), a estrutura espacial possui qualidades específicas, que devem ser conhecidas para o entendimento das diferentes porções que compõem o espaço geográfico. Explica assim o autor:

Estrutura espacial é uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes. (SANTOS, 2008, p.29)

O enunciado de Santos nos fornece importantes pistas para o estudo dos assentamentos da Reforma Agrária. Enquanto estrutura espacial, o assentamento possui qualidades bastante específicas. Os assentamentos de Santana do Livramento foram implementados em um ambiente historicamente produzido, com qualidades socioeconômicas enraizadas na grande propriedade e nos sistemas produtivos da pecuária extensiva. Esse é um meio que no século XX se complexifica, com a presença de projetos característicos da agricultura empresarial intensiva (orizicultura, soja, silvicultura), praticados em áreas com baixíssima densidade demográfica. Considerando-se o adensamento populacional e a composição heterogênea da população que passa a habitar as áreas de assentamento, fica clara a condição do assentamento como uma estrutura espacial,

com qualidades sociais específicas, que se destaca do seu entorno. São novas pessoas no lugar, com cultura, tradições, saberes, fazeres e histórias produzidas em outras regiões, que se encontram no objetivo comum de cultivar a terra, e que materializam esse processo no assentamento.

Agregado a essa condição espacial específica, o assentamento como sistema aberto e em relação com o meio, apresenta-se como estrutura dinâmica e em permanente mutação e evolução. Nesse sentido, de acordo com Santos (2008, p.29), as estruturas espaciais evoluem seguindo três princípios:

1. O princípio da ação externa, responsável pela ação exógena do sistema;
2. O intercâmbio entre subsistemas (ou subestruturas), que permite falar de uma evolução interna do todo, uma evolução endógena; e
3. Uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente, evolução que é igualmente interna ou endógena.

Para Santos, ocorre um tipo de evolução por ação externa e dois outros por ação interna ao sistema, sendo que o último deles deve-se ao movimento íntimo, próprio de cada parte do sistema espacial em foco. Essa compreensão nos parece importante quando tratamos do assentamento enquanto subsistema<sup>27</sup>, pois ilumina o modo como essa estrutura espacial pode ir se modificando. O assentamento aparece assim articulado a uma ordem externa, maior, ao Estado, ao mercado, às normas, firmas e instituições de financiamento, instâncias que interagem e afetam o seu desenvolvimento. E, por outro lado, internamente, a composição humana do assentamento e a sua organização nos lotes, forma também subsistemas dinâmicos que, em suas relações e interações naturalmente evoluem e produzem novas situações. Percebe-se desse modo que a evolução de uma localidade, uma região, um país, é muito resultado desse encontro, choque, ou colisão entre fatores

---

<sup>27</sup> Interessante aqui observar a aproximação da concepção sistêmica de geógrafos como Santos (2008) e Harvey (2006), com as formulações propostas por biólogos como Maturana e Varela (1994 e 2005): “La organización espontánea de un sistema al surgir éste en la conservación de un configuración relacional entre un conjunto de elementos que crea un clivaje con respecto a un entorno que surge en ese momento, tiene, entre otras, dos consecuencias fundamentales. La aparición de un nuevo dominio relacional o fenoménico que antes no existía, en en cuál la entidad o sistema, que surge como una unidad definida como tal por la organización que comienza a conservarse de ahí en adelante, tiene propiedades como sistema o totalidad, que no son propiedades de sus componentes. Tal dominio relacional o fenoménico, no se puede deducir de las propiedades de los componentes del sistema, porque surge con la composición. La otra consecuencia, es que se genera una asimetría en el suceder, porque cada situación surge como una composición espontánea de lo anterior en la que aparecen nuevos dominios relacionales o fenoménicos, que el observador distingue al hablar de historia y tempo”. (MATURANA e VARELA, 1994, p.28)

externos e internos. E a situação de um lugar em um dado momento é resultado dessa síntese, que está permanentemente sendo feita e refeita.

Aos fatores externos cabe sempre um papel ativo. Sua presença, em determinada área, depende de necessidades a ela externas que têm de ser satisfeitas. Tais necessidades (externas) nem sempre coadunam com os interesses ou condições internas à área. Por isso, as forças internas freqüentemente exercem um papel de oposição ou de reação à difusão dos fatores externos. (SANTOS, 2008, p.105)

Exemplos de forças externas são o Estado e o mercado. Nos assentamentos, esses dois fatores parecem exercer influência marcante sobre o modo como os sistemas produtivos se desenvolvem. Considerando-se a população assentada como pequenos agricultores familiares, o papel tanto das políticas públicas quanto das oportunidades do mercado são importantes momentos de interação com forças maiores. Forças essas, contudo, que do ponto de vista da família assentada devem ser constantemente avaliadas, a fim de encontrar uma melhor situação para a unidade familiar.

Santos (2008), nesse sentido, propõe uma generalização e estabelece que, para fins de análise, qualquer país de economia liberal pode ser subdividido em dois subsistemas: governamental e de mercado. Na análise da Reforma Agrária, essa percepção nos parece bastante útil. A política de assentamentos é uma responsabilidade do Estado, e para tanto, existe uma série de normas e etapas que regem a implementação desses novos espaços. Com a divisão dos lotes e a instalação das famílias, outra força externa entre em cena, o mercado, e este passa ditar as suas necessidades, tanto de matéria-prima, quanto de mão-de-obra. Sob essa leitura, Estado, mercado e assentados em interação, produzem as diferentes manifestações sócio-produtivas que se materializam no uso do espaço. Desse modo, o assentamento como um todo formado por partes, pode, através de sua organização interna, tanto submeter-se às vontades e necessidades do mercado e do Estado, quanto, como ocorre em alguns casos, criar novas possibilidades, produzindo o que se acredita ser mais benéfico e útil para as famílias e a sociedade como um todo, criando brechas, saídas e oportunidades para, por exemplo, escoar e comercializar a produção obtendo retorno econômico para a reprodução familiar<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Essa última possibilidade, em nossa perspectiva, é a realização de um evento, conceito que será observado mais detalhadamente na seqüência.



Na percepção sistêmica do espaço proposta por Santos (2008, p.30), no momento em que a estrutura espacial concentra esse jogo de forças externas e internas, cada lugar pode ser visto como uma fração do espaço total, e desse modo, cada lugar participa de uma fração do movimento social total. Assim, para Santos (2008, p.70), o conceito de totalidade “é uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial”. Como a totalidade é um conceito abrangente, é necessário fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto. A totalidade-mundo é assim, o parâmetro maior, o limite das relações que podem ser estabelecidas entre a parte, no nosso caso, o assentamento e suas interfaces com setor produtivo regional ou global. A consideração da totalidade é fundamental para compreender, por exemplo, as flutuações dos preços dos produtos agrícolas, variável essa que parece afetar diretamente as opções produtivas dos assentados. Nesse sentido, acrescenta Santos (2008, p.13), “quanto *mais pequeno* o lugar examinado, tanto maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele. Daí a complexidade do estudo do *mais pequeno*” [grifo do autor]. Para o autor, “a história é a totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento” (SANTOS, 2008, p.71). Sendo a história algo essencialmente dinâmico, é necessária uma estrutura teórica também dinâmica para apreender esse caráter. Nesse sentido, fechando o foco em nosso objeto de estudo, perguntamos: como estudar o espaço dos assentamentos como fração de uma totalidade, em suas relações e conexões internas e externas? Santos apresenta algumas noções, elementos, que fundamentam a análise do processo de produção do espaço, são eles: forma, função, estrutura e processo. Diz o autor:

*Forma* é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. *Função*, [...] sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. *Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. *Processo* pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS, 2008, p.69)

Na compreensão de Santos, *forma, função e estrutura* são *configurações* que podem ser observadas como uma fotografia, um corte em um dado instante do tempo. Já a idéia de processo acrescenta o movimento, ou seja, os fatores agindo e

reagindo sobre os conteúdos desse espaço, produzindo novas configurações ao longo do *tempo*. A possibilidade de trabalhar com a noção de processo pode nos proporcionar uma compreensão evolutiva da organização espacial. Enquanto unidades individuais, forma, função, estrutura e processo representam realidades parciais e limitadas do mundo, entretanto, de acordo com Santos (2008, p.71), quando considerados em conjunto e entre si relacionados, esses ingredientes analíticos podem construir uma base teórica e metodológica a partir da qual é possível discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade. Para tanto, forma, função, estrutura e processo devem ser estudados simultaneamente, recriando um contexto, que na interação dos elementos representa as mudanças e transformações espaciais através do tempo. Depreende-se daí que a descrição de determinado contexto espacial não deve negligenciar nenhum dos componentes de uma situação. Só podemos compreender plenamente cada um deles na medida em que funciona no interior de uma estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera adição das mesmas partes (SANTOS, 2008, p.71).

Nesse sentido, a compreensão do assentamento como um *subsistema* articula os sistemas produtivos praticados na escala do lote da família assentada a uma rede, ou sistema de fluxos e fixos (SANTOS, 1996) que participa do transporte, da armazenagem, do beneficiamento, da distribuição e da comercialização da produção realizada pelos agricultores. Assim, percebe-se que quando nos perguntamos sobre os sistemas produtivos desenvolvidos pelas famílias assentadas, é de fundamento considerar o que o meio geográfico, o sistema espacial, oferece como possibilidades produtivas, nas quais o escoamento e a renda são concretas. Por outro lado, ocorrem também situações nas quais os assentados superam o determinismo das linhas estabelecidas e criam novas relações e interações. Esse tipo de situação é abordada no que segue.

### **2.3 Reforma Agrária e Evento**

Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é o veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. (SANTOS, 1996, p.144)

Santos (1996) propõe o *evento* como a categoria de análise que permite a observação das transformações espaciais em sua qualidade dinâmica e complexa. De acordo com o autor, o evento se assemelha a um vetor no qual as possibilidades existentes em determinada formação social são canalizadas e, em um verdadeiro processo químico, as qualidades originais são transformadas e materializam uma nova situação, uma entidade com qualidades próprias. Para o autor, o *evento* é a categoria de análise que pode condensar as partes fracionadas anteriormente observadas: *forma, conteúdo, estrutura e processo*. Assim, enquanto portadores da ação presente, os eventos ao mesmo tempo em que materializam o tempo, a partir da fusão das variáveis encontradas em determinado momento e lugar. Eventos têm a capacidade de propor uma nova história (SANTOS, 1996, p.155).

Por estarem necessariamente ligados a um processo, que por definição se desenrola ao longo do tempo, eventos são irreversíveis. Nesse sentido, interessante observar as relações da concepção de Santos (1996) com as idéias do químico russo Prigogine, que concentrou parte de seu trabalho no estudo da física das populações, ou física dos conjuntos. Para Prigogine (2003), os sistemas nos quais existe uma seta do tempo são sistemas em que acontecem interações permanentes, e essa condição gera, naturalmente, a necessidade de descrever essas interações. Quando associa essa qualidade interativa dos sistemas à variável tempo, Prigogine aporta reflexões que nos auxiliam a compreender melhor nosso objeto de estudo, o assentamento rural, seus habitantes e suas interações, em toda a sua complexidade. Assim fala Prigogine (2003, p.60-61) sobre a irreversibilidade:

A irreversibilidade, eu diria, é quase um problema de comunicação. As colisões, as interações, criam correlações. Essas correlações se tornam, cada vez mais, múltiplas. É como se você tivesse uma conversa com um amigo e saísse, e depois esse amigo contasse a conversa para um outro, e em seguida o outro contasse para mais outro, quatro pessoas, e assim vocês têm comunicações que se estendem sobre níveis de liberdade cada vez mais numerosos. E o mecanismo da irreversibilidade é, em parte, um mecanismo de desenvolvimento da comunicação, de passagem de uma situação individual para uma situação coletiva, implicando um número de níveis de liberdade cada vez maior. E o que talvez seja interessante é que, desta maneira, no fundo – e aqui vou ser muito breve, simplesmente dizendo algo que me toca muito – é que isso conduz a uma memória da matéria. No fundo, a matéria também possui uma memória.

Prigogine agrega uma nova variável que para nossa análise parece importante: a *comunicação*. A comunicação é para o pesquisador o próprio veículo

da interação, é o que nos permite passar “de uma situação individual para uma situação coletiva”. Para Prigogine a *irreversibilidade* fica marcada na matéria, ou seja, essa química da interação permanentemente produz novas configurações que são irreversíveis, que naturalmente tendem a evoluir para uma outra nova configuração, não retornando jamais à situação anterior. Interessante, assim, pensar a comunicação nos assentamentos que, oportuno notar, ocorre entre os diversos níveis das organizações. A comunicação entre assentados tende a produzir parcerias temporárias, desde pequenos coletivos de máquinas até cooperativas com centenas de associados. A comunicação com os compradores, os comerciantes locais, com os programas do Governo Federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos, com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária e, inevitavelmente, com os bancos são todas interfaces que se estabelecem através de algum meio de comunicação, tendendo a produzir na seqüência efeitos irreversíveis na *matéria*. A comunicação pode, assim, levar ao surgimento de uma nova configuração material.

Esse modo de perceber o assentamento está associado à concepção de Santos (1996), de que os eventos são potenciais produtores de uma nova história. Para Santos, os eventos não ocorrem isoladamente.

Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. Esse conjunto de eventos é também um evento, do qual os eventos singulares que o formam são elementos. Não apenas é uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. (SANTOS, 1996, p.154).

De acordo com o autor, podemos admitir que cada combinação de eventos cria simultaneamente um fenômeno unitário, dotado de determinada extensão temporal, e se impondo sobre uma área específica no espaço. É possível assim falarmos de uma cronologia dos eventos, que se sucedem alinhados na flecha do tempo. Realizando um corte transversal nessa flecha do tempo observa-se, no entanto, que os eventos não ocorrem isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos, formando *situações*. De acordo com Santos (1996, p.149), essas “novas conformações são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação”. E dessa organização dependem, ao mesmo tempo, a duração e a área de ocorrência do evento. Segue o autor:

Vem daí o papel central que a noção de evento pode representar na contribuição da geografia à formulação de uma teoria social. É através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço. (SANTOS, 1996, p.155)

Na compreensão de Santos, o evento como categoria de análise auxilia no conhecimento da constituição atual dos lugares, pois é capaz de unificar sociedade e espaço num movimento por natureza dialético. Os eventos assim acontecem em diferentes escalas, e articulados a outros eventos se combinam no movimento da história. De acordo com Santos (SANTOS, 1996, p.153)

No âmbito geográfico de uma região ou de um lugar, as escalas superiores de ação estão freqüentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização.

Santos, assim, cria o paralelo entre a noção de escala do acontecer e a noção de escala geográfica, a escala de análise do espaço concreto. Considerando-se, então, o espaço geográfico e essa qualidade intrínseca dinâmica e irreversível Santos (1996, p.152) pergunta: “Que forças são capazes de produzir eventos que incidam, num mesmo momento, sobre áreas extensas?”. E em seguida responde:

A primeira delas é o Estado, pelo seu “uso legítimo da força”, encarnado ou não no direito. A lei, ou o que toma seu nome, é, por natureza, geral. Assim, uma norma pública age sobre a totalidade das pessoas, das empresas, das instituições e do território. Essa é a superioridade da ação do Estado sobre as outras macroorganizações. (SANTOS, 1996, p.152)

De acordo com o autor, o Estado, por sua condição de executor do poder político é capaz de promover eventos em grande escala. A Reforma Agrária, foco deste trabalho, é uma intervenção desse tipo, na qual o Estado é um dos agentes promotores da transformação de porções do espaço geográfico. Nesse sentido, enquanto política pública fundada na lei - através de desapropriação, compra de terras, regularização fundiária ou cessão de terras públicas - a instituição assim denominada Estado, é capaz de promover mudanças e transformações tanto na estrutura fundiária, quanto em outras tantas dimensões da vida. Leite (2010), nessa linha, vê a Reforma Agrária como um veículo estratégico ao desenvolvimento econômico, social e sustentável. O autor apresenta uma visão ampla acerca desse

tipo de política pública, e reforça que ela não deve ser pensada apenas como uma política de combate à pobreza, mas também como uma política de desenvolvimento e combate à desigualdade social, apresentando impactos e conseqüências multidimensionais. Diz ele:

Na acepção aqui defendida a Reforma Agrária deve ser entendida não somente como uma política de distribuição de ativos fundiários (*land reform*), mas como um processo mais geral (*agrarian reform*) que envolve o acesso aos recursos naturais (terra, água, cobertura vegetal no caso dos trabalhadores extrativistas, etc.), ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e, especialmente, à distribuição do poder político. (LEITE, 2007, p.9)

O autor defende que os resultados da Reforma Agrária devem ser compreendidos numa abordagem ampla do desenvolvimento onde pesam variáveis como a conquista de autonomia por parte das famílias beneficiárias, a melhoria nas condições de vida, apesar das precariedades encontradas no processo de assentamento, o reconhecimento dos direitos de um conjunto variado de atores relacionados à terra e aos recursos naturais, assim como a presença das mulheres nesse cenário (LEITE e ÁVILA, 2007, p.800-801). Sob essa perspectiva, fica clara a condição da Reforma Agrária como um evento de larga-escala capaz de gerar impactos sociais, econômicos e espaciais significativos, podendo inclusive alterar a configuração de forças nas regiões em que é promovida. Acrescenta ainda o autor:

como em toda política distributivista, a implementação de uma Reforma Agrária efetiva supõe a ação do Estado por meio dos seus instrumentos de desapropriação de imóveis rurais que não cumpram com sua função social, medida que opõe explicitamente ganhadores e perdedores e, portanto, geradora de conflitos. Nessa ordem, o conflito deve ser aqui entendido como um elemento intrínseco ao processo de desenvolvimento [...]. (LEITE, 2010, p.9-10)

Leite traz o conflito como qualidade intrínseca à Reforma Agrária, e a toda alteração nas estruturas de poder que essa política é capaz de promover. Contudo, acrescenta que existem tentativas de realizar reformas agrárias sem que sejam gerados prejuízos aos proprietários de terras desapropriados, como é o caso da política de assentamentos realizada no Brasil. Segue o autor:

A negação do conflito tem explicado as malogradas tentativas recentes de adoção das políticas de acesso à terra pelos mercados (*market-assisted land reform*) e sua ilusória assepsia de que ao nível mercantil tais

contradições poderiam ser eliminadas, o que levou instituições, como o Banco Mundial, a financiar experiências dessa natureza em países como a África do Sul, Brasil, Colômbia e Guatemala. (LEITE, 2010, p.10)

Nessa linha, Mello (2005) observa que a Reforma Agrária brasileira é limitada pelos altos valores pagos pelas terras aos proprietários<sup>29</sup>. Essa qualidade leva autores como Alentejano (2004), Porto-Gonçalves (2005), Girardi (2009) e Fillipi (2005) a qualificarem a Reforma Agrária brasileira como conservadora, ou seja, como uma - simples - política de assentamentos, realizada para amenizar situações de tensão social sem, contudo ter o objetivo de transformar a estrutura fundiária do país. Por outro lado, Leite (2007), Fillipi (2005) e Romeiro (1994) descrevem uma série de reformas agrárias desenvolvidas ao longo do século XX, tanto na América Latina quanto na Ásia e África. De acordo com os autores, as experiências mais exitosas foram as asiáticas, nas quais os antigos proprietários receberam indenizações baixas, possibilitando que o Estado de fato promovesse a aquisição e distribuição massiva de terras. Embora esse não seja o caso do Brasil, a quantidade de famílias assentadas é suficiente para gerar impactos nas diversas regiões onde a política de assentamentos vem sendo implementada<sup>30</sup>.

Na linha de pesquisa que busca conhecer os impactos dos assentamentos nas regiões onde esses se instalam, estudos como os de Leite (2003), Heredia et alli (2005/1) e Carter (2010) demonstram que apesar das condições precárias nas quais a distribuição de terras vem acontecendo, esse tipo de intervenção tem acarretado mudanças positivas. Em um primeiro momento, para as famílias beneficiárias, e por extensão para as regiões. Os assentamentos tendem a promover a dinamização dos

---

<sup>29</sup> O autor cita o exemplo de Santana do Livramento, onde “uma gleba de terra foi adquirida em janeiro de 2005, ao preço aproximado de quatro mil reais por hectare, o que significou um valor aproximado de 100 mil reais o lote, com aproximadamente 25 hectares. A meta de assentamentos do INCRA-RS para 2005 prevê o assentamento de 1.700 famílias, a um custo aproximado de 170 milhões de reais, somente para aquisição de terras, para o caso da modalidade compra (a mais provável). No caso de uma improvável desapropriação, estes valores diminuem, pois pode haver a emissão de título da dívida agrária – TDA, resgatável em até 20 anos. Não consideramos aqui a arrecadação de terras públicas, que embora seja uma boa alternativa, não há investimentos nesta modalidade desde 1982. Evidentemente, estas cifras, na situação atual de contenção que vive o país, são impeditivas para a realização de uma política massiva de assentamentos” (MELLO, 2005, p.3) [sic]

<sup>30</sup> De acordo com Filippi (2005, p.10), o Brasil experimenta políticas de colonização e de assentamentos rurais, e não a distribuição massiva de terras proposta pela concepção clássica de Reforma Agrária. Explica assim o autor esses dois modos de distribuição de terras: “Em resumo, a colonização serviu, fundamentalmente, para a expansão da agricultura comercial de exportação – o agronegócio, tradução do termo *agrobusiness* -, ao passo que o modelo de assentamento rural reproduz, em grande medida, o sonho, por ora utópico, de solidificação e de ampliação da agricultura familiar. Nessa última, é a reprodução social do agricultor e de sua família que determina a dinâmica da exploração agrícola do estabelecimento, antítese do agronegócio.”

municípios onde se instalam. De fato, de acordo com Leite (2003), a idéia de assentamento como mecanismo de acesso a ativos fundiários, às políticas públicas específicas (como o crédito rural, por exemplo), aos mercados de produtos, consumo e trabalho, aos equipamentos sociais etc., constitui, ela própria, num determinado tipo de impacto e subsequente resultado. Nesse sentido, do ponto de vista das milhares de famílias beneficiárias, o acesso à terra significa também o acesso a um conjunto de políticas públicas, direitos e, conseqüentemente, à possibilidade de constituição de um *território* que viabilizará a sua reprodução em um novo lugar.

Comparadas à situação presente e pretérita das famílias assentadas, e guardadas a forte heterogeneidade entre os projetos e a precariedade da infra-estrutura prevalecente em boa parte dos mesmos, poderá ser facilmente constatada uma melhoria nas suas condições de vida. Quando essas oportunidades desembocam na conformação de regiões que abrigam um número considerável de projetos e famílias configura-se, na prática, a constituição de *áreas reformadas*, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas que têm caracterizado a intervenção do Estado na questão agrária. Esse aspecto em si é um efeito relevante das transformações que os assentamentos têm provocado no espaço regional, pois potencializa, em função desta concentração de beneficiários, as mudanças anteriormente apontadas. (LEITE e ÁVILA, 2007, p.800) [Grifo do autor]

De acordo com as pesquisas dos autores, como resultado da implementação de numerosos assentamentos, as áreas assim denominadas *reformadas* naturalmente tendem a se dinamizar. Mesmo sob condições precárias de infra-estrutura, como estradas, moradias, saneamento, crédito, assistência técnica etc. O assentamento, nesse sentido, é o lugar onde as famílias têm possibilidade de sair da situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, para se tornarem atores no processo produtivo e político. Nessa linha, sugerem Leite e Medeiros (2004, p.23-24):

Pode-se falar do assentamento como “ponto de partida”, ou seja, situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecnoprodutivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de Reforma Agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando à sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado), fortalecendo a possibilidade de gerar “efeitos multiplicadores” dessa experiência singular, com impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua. Mas também é possível falar do assentamento como “ponto de chegada”, ou seja, como uma entre outras formas de mobilidade e integração social, na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela terra. Nesse sentido, o impacto também revela-se importante pela possibilidade de transformação



de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena.

A percepção dos autores acima acerca das transformações produzidas pelo processo de Reforma Agrária parece se aproximar das idéias de Santos no que diz respeito aos efeitos dos eventos. A Reforma Agrária, sob essa ótica, é um grande evento, capaz de agregar novas configurações sociais e espaciais a situações onde, pelos mais diversos motivos, a terra não vem sendo utilizada do modo como prevê a lei, isto é, a propriedade da terra não tem cumprido com a sua *função social*. Nesse sentido, interessante observar as disposições na qual esse evento denominado Reforma Agrária, ou política de assentamentos, está fundado. No capítulo III da Constituição Federal de 1988 onde está estabelecida a Política Agrícola e Fundiária e a Reforma Agrária, o artigo 186, dispõe sobre a função social da propriedade estabelece que

a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.<sup>31</sup>

A propriedade privada da terra por lei está sujeita a uma função social. Essa é medida pelo uso que se faz da terra, se é um uso adequado às necessidades alheias, se é adequado em relação aos empregados dos proprietários e se é um uso adequado ao meio-ambiente. A perspectiva estabelecida pela lei corrobora com a necessidade de que estudemos os sistemas produtivos praticados nos assentamentos, suas formas de organização, e a complexidade de relações, interfaces e tensões que envolvem. Os assentamentos da Reforma Agrária são espaços criados a partir das disposições legais acima mencionadas e que, portanto, deveriam cumprir por definição com a função social da terra, em todas as suas

---

<sup>31</sup> Este texto da Constituição 1988 baseou-se no Estatuto da Terra (Lei n.4504). Wanderley (2009) nesse sentido observa que o Estatuto da Terra encarna um “pacto social” assumido entre o Estado e os (grandes) proprietários de terra, cujo resultado foi a modernização da agricultura do País. Segue a autora: “Este texto legal, promulgado, em novembro de 1964 em um momento crucial da história brasileira, expressa a conjunção de dois projetos: a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. O propósito explícito da lei era o de eliminar as formas aberrantes do minifúndio e do latifúndio, através do estímulo à empresa rural” (WANDERLEY, 2009, p.47).

disposições [tal como toda a propriedade privada]. No entanto, em seu processo real de implantação e desenvolvimento, os assentamentos evidenciam dificuldades que, diante da condição jurídica e socioeconômica existentes, nos parecem importantes serem conhecidos.

Nesse sentido, Navarro et alli observam que a situação da produção nos assentamentos do Sul do Brasil é delicada, e que a viabilidade dos mesmos parece depender do desenvolvimento de uma matriz produtiva em diversos aspectos diferente da atual. Dizem os autores:

Registra-se que as propostas produtivas até agora implementadas não têm, na verdade, concretizado situações radicalmente inovadoras em relação às usualmente enfrentadas por agricultores familiares pauperizados. Tudo indica que os assentamentos, como regra geral, não se constituem em mais do que uma *sobrevida temporária* às famílias que perderam a terra e voltaram a ter acesso a um pedaço de chão. Optar, como tem sido o caso mais comum, por formatos tecnológicos da “agricultura de sobrevivência” ou, como em muitos assentamentos do sul do País, da “agricultura moderna”, demandante de insumos agroindustriais e de estruturas produtivas que elevam os níveis de endividamento dos assentados, não oferece viabilidade econômica e produtiva aos novos parceiros. (NAVARRO et alli, 2009, p.56)

Em linha com as observações de Navarro, verificamos desde as nossas primeiras saídas a campo, uma matriz produtiva constituída por situações técnicas que despertam a necessidade de que sejam investigados os motivos da adoção das mesmas e os efeitos que essa utilização tem sobre o cotidiano dos assentados. Do ponto de vista da implementação dos assentamentos como *situações de eventos*, esse conhecimento parece ser importante no conhecimento e avaliação das possibilidades e potencialidades dessas novas situações espaciais dotadas de qualidades tão específicas.

A esse respeito, Heidrich (1985), chama a atenção para as mudanças nas relações sociais promovidas pelo processo de reforma agrária. O autor sugere que a reforma agrária pode modificar as condições de produção e de trabalho na agricultura e, acima de tudo, pode modificar a apropriação do excedente do trabalho social<sup>32</sup>. Assim, entende Heidrich, que do ponto de vista dos interesses dos

---

<sup>32</sup> Heidrich (1985) analisa os dois tipos de reforma agrária que foram efetuados ao longo da história, a reforma agrária burguesa e a reforma agrária socialista, e percebe as diferenças entre os impactos dessas diferentes situações. Segue o autor: “Quando ela [a reforma agrária] é efetivada em situações em que o poder está nas mãos dos burgueses, a nova estrutura agrária que se implanta visa desenvolver um conjunto de relações sociais que dêem condições de valorizar o capital, até mesmo com a manutenção de empresas do tipo familiar. Isto porque o capital pode ser valorizado sem o

trabalhadores rurais, uma reforma agrária deveria ter o objetivo de “alterar a materialização das relações de forças da sociedade capitalista no sentido de valorizar o trabalho, que é o que realmente produz a riqueza” (HEIDRICH, 1985, p.7). Sugere ainda o autor

a simples redistribuição da propriedade da terra não é a única questão a ser discutida, mesmo considerando que tal medida resulte numa redução das desigualdades sociais. [...] O que deve ser analisado é o conjunto das relações sociais que existem na agricultura e na sociedade global, visto que, nas condições tecnológicas atuais, o campo é dominado pela “cidade”, isto é, pelo complexo sócio-econômico que a civilização urbana desenvolveu. (HEIDRICH, 2005, p.2)

Desde essa leitura, a intervenção estatal reforma agrária pode alterar a própria estrutura agrária das regiões onde é implementada. Para o autor, a estrutura agrária é composta basicamente por relações de produção e de distribuição. A estrutura agrária assim consiste num conjunto de relações sociais, um sistema geral de relações de forças como qualquer sistema de relações sociais (HEIDRICH, 1985, p.3). E o assentamento, como fragmento do espaço agrário, naturalmente se encontra imerso e é constituído por essas relações. Essa abordagem complexifica o território que é criado com a instalação do assentamento, e o desenvolvimento das múltiplas territorialidades ao longo desse processo. Com a implantação do assentamento mudam as relações sociais dentro do perímetro da *forma-conteúdo* e dessa com contexto pré-existente. No desenvolvimento do assentamento, e com a necessidade de usar a terra, naturalmente surgem novas relações de poder. Assim, o que se observa na prática, é que os lotes não parecem ter limites rígidos, mas materializam usos que são fruto de relações sociais que se estabelecem, entre assentados, entre assentados e instituições de financiamento, etc. São territorialidades fluidas que se materializam no uso da terra, produzindo as mudanças observadas dentro do perímetro do assentamento.

## **2.4 Forma-conteúdo, assentamento e território**

---

capitalista apropriar-se da terra, como ocorre, por exemplo, nos casos de contrato de integração entre grandes empresas e pequenos produtores, ou mesmo, pela extração de uma quantidade de excedente através de juros bancários. Ao contrário, quando a reforma agrária é implantada sob o poder dos trabalhadores – os produtores diretos – a estrutura agrária visa a valorização do trabalho, ampliando e socializando as condições de produção, bem como, socializando também, os frutos do trabalho”. (HEIDRICH, 1985, p.3)

Na análise do assentamento como uma fração do espaço geográfico total - um subsistema articulado a outros subsistemas - nos apoiamos na categoria forma-conteúdo (SANTOS, 1996). Buscamos relacionar a idéia de forma-conteúdo à percepção do território como expressão do uso coletivo do espaço (HEIDRICH, 2010) e, simultaneamente, como uma *manifestação multidimensional* (SAQUET, 2007). Nessa perspectiva o assentamento é visto como uma forma-conteúdo articulada ao espaço geográfico, uma forma que resulta da materialização da relação entre sociedade e espaço (HEIDRICH, 2010).

A forma-conteúdo considerada como território desenvolve-se através do estabelecimento de determinados tipos de relação de poder, tanto internamente quanto nas relações com o contexto. Como sugere Santos (2008, p.12-13): “Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma”. As relações entre o assentamento rural e o enunciado acima nos parecem bastante diretas. O assentamento surge da desapropriação de uma fazenda, e pode, para fins de análise, ser considerado como uma área no interior de um perímetro ou seja, uma forma que se mantém, enquanto seu conteúdo, habitantes, sistemas produtivos e instalações se modificam. Do ponto de vista social é interessante observar a relação entre a proposição de Santos e a situação de chegada dos novos habitantes à área de assentamento. Santos observa que o conteúdo ou seja, as pessoas, bem como toda a experiência cultural e histórica por elas trazida, ganham uma nova dimensão ao *encaixar-se na forma*. Nesse sentido o espaço materializa justamente essa *nova dimensão* que é possibilitada pela chegada à terra e, por conseguinte, pela *política* de Reforma Agrária.

Com a divisão das fazendas em pequenos lotes, ao mesmo tempo em que a densidade demográfica da área cresce exponencialmente, a organização produtiva é também naturalmente modificada. Para os recém-chegados, o novo espaço é um recurso que vai sendo transformado em condição para a *reprodução da família* no novo lugar. O uso da terra passa a ser intensivo. Trabalha-se agora em pequenas células, os lotes, que em conjunto passam a constituir o território do assentamento.

Nesse sentido, a idéia de forma-conteúdo nos possibilita uma síntese, e de acordo com Santos (1996, p.151), é uma categoria que “une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o

social”. Nessa linha Santos observa que “através do espaço, a história se torna, ela própria, *estrutura*, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade” (SANTOS, 1980, p.152). A forma-conteúdo, desse modo tem um papel ativo no movimento do todo social, pois sendo forma-conteúdo pela presença da ação, a forma é capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade (SANTOS, 1996). Nessa linha Leite (2003, p.10) observa que

os assentamentos tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalam, muitas vezes caracterizada por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas, mudanças tecnológicas, refletem-se na composição da receita dos assentados afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, etc., com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional.

A chegada das famílias assentadas através de políticas de assentamento agrega um novo componente humano e, portanto, territorial, às áreas já estruturadas social e politicamente podendo alterar tanto a estrutura espacial quanto a correlação de forças políticas e econômicas nessas regiões. Em nossa abordagem do tema, damos ênfase à transformação promovida pelo processo produtivo, pela técnica, e pelas relações sociais geradas nesse processo. Navarro (2009) nesse sentido observa que a situação produtiva dos assentamentos da Reforma Agrária é apenas uma faceta de um processo sócio-econômico e político muito maior, mais denso e complexo. Assim explica o pesquisador:

A chamada “questão da organização interna” dos assentamentos, no seu aspecto social e produtivo, assume tamanha importância no cenário atual que se tornou tema obrigatório das pesquisas, nesta área, que revelam realidades surpreendentemente dinâmicas, movidas por complexos processos de integração, desintegração, acomodação e rearranjo dos grupos. Estes processos, por sua vez, além de decorrerem das opções em termos de organização da produção e da relação de força entre os grupos, são influenciados pelo contexto e instituições locais e nacionais. Mais do que refletirem a situação geral dos assentamentos, propõem o tema talvez mais sensível e polêmico, qual seja, as tensões e indefinições entre as diferentes propostas de organização da produção e sua relação com as trajetórias das famílias. (NAVARRO et alli, 2009, p.53)

O desenvolvimento dos assentamentos se mostra como um fenômeno dinâmico constituído por disputas entre propostas organizativas, e repleto de estratégias espontâneas, muitas delas imprevistas pelo planejamento vindo das

autoridades. Mello (2006) relata uma série de situações que ocorrem em dois assentamentos de Santana do Livramento, onde o estabelecimento de uma ordem estável, a formação de comunidades e a definição da organização do assentamento ocorrem de modo autônomo, praticamente sem a intervenção do INCRA e nem de movimentos como o MST. Nesse processo ocorre uma intensa troca informal de lotes, sendo mesmo registrado, em alguns assentamentos, a troca da quase totalidade dos lotes entre as famílias assentadas<sup>33</sup>.

## 2.5 O corpo, o agricultor assentado e a territorialidade

Não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito (...). nesse sentido, toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. (SANTOS, 1996, p.147)

Nesta seção, nos dedicaremos a considerar o ator, o sujeito que realiza a ação que, por sua vez, vem a produzir o evento, o espaço geográfico e, nesse movimento, *desenvolve a territorialidade*, como sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 2010). Consideramos, em um primeiro momento, os atores de um modo geral, os assentados, sejam eles oriundos do campo ou vindos de áreas urbanas. É oportuno, nesse momento, trazermos à baila algumas reflexões de David Harvey acerca do *corpo*. Para o autor é crucial, hoje, um retorno ao “corpo como medida de todas as coisas” (HARVEY, 2006, p.136). Sob essa perspectiva a escala do corpo deve ser necessariamente uma das escalas de avaliação do espaço geográfico em transformação. Essa é a escala na qual o agente, a pessoa, o corpo que trabalha, interage e se relaciona, dialeticamente com o sistema de objetos e com o sistema de ações que constitui o espaço geográfico. Esse espaço geográfico entendido como sistema de sistemas, no qual o ser humano como um subsistema, se relaciona, se forma e se transforma. Essa é igualmente a escala do *espaço vivido* proposta por Santos (2006).

Para Harvey (2006), o corpo é um projeto inconcluso, maleável histórica e geograficamente, e assim aberto ao mundo, poroso, “uma ‘coisa’ relacional que é criada, delimitada, sustentada e em última análise dissolvida num fluxo espaço-

---

<sup>33</sup> Nos deteremos mais nessa questão no capítulo seguinte, com base nos relatos dos assentados colhidos no trabalho de campo.

temporal de múltiplos processos” (2006, p.137), ou seja, o corpo é inexoravelmente marcado pelo espaço e pelo tempo. Segue o autor:

Somos seres sensoriais em relação metabólica com o mundo que nos cerca. Alteramos esse mundo e, ao fazê-lo, alteramos a nós mesmos mediante nossas atividades e labores. Como todas as outras espécies, temos capacidades e potencialidades específicas de nossa espécie, sendo as mais importantes, ao que se diz, a de alterar e adaptar nossas formas de organização social (por exemplo, criar divisões de trabalho, estruturas de classe e instituições), construir uma longa memória histórica por meio da linguagem, acumular conhecimentos e formas de compreender que estão coletivamente à nossa disposição como guias para a ação futura, refletir acerca do que fizemos e fazemos de maneiras que nos permitam aprender com a experiência (não só a de nós mesmos como a dos outros), e, em virtude de nossas destrezas particulares, construir todo tipo de extensões de nós mesmos (por exemplo, ferramentas, tecnologias, formas organizacionais e sistemas de comunicação) para levar nossas capacidades de ver, ouvir e sentir bem além das limitações fisiológicas que nos são impostas por nossa constituição corporal. (HARVEY, 2006, p.272)

Para Harvey (2006, p.137), a condição do corpo é interiormente contraditória, pois é uma organização fruto de múltiplos processos socioecológicos. Nesse sentido, os processos metabólicos que mantêm o corpo, ou organismo, envolvem intercâmbios permanentes com seu ambiente. Se esses intercâmbios se alteram, o corpo, ou se transforma e se adapta, ou então deixa de existir. De igual forma, o conjunto de atividades performativas disponíveis ao corpo num dado tempo e lugar são inteiramente dependentes do ambiente tecnológico, físico, social e econômico no qual esse corpo tem sua existência (HARVEY, 2006, p.137). Além disso, imerso que está em cultura, o corpo é moldado também pelas práticas representacionais que operam na sociedade. Com essa infinidade de variáveis socioecológicas que agem sobre cada trajetória singular, compreende-se a possibilidade de que “tipos radicalmente distintos de corpos” sejam produzidos, carregando uma multiplicidade aspectos distintos, de classe, raça, gênero, literalmente inscritos na matéria, no organismo (HARVEY, 2006, p.137). Esse aspecto nos é de interesse quando tratamos de uma população tão heterogênea quanto os nossos assentados da Reforma Agrária.

Harvey reforça, contudo, que “formular a questão nesses termos não equivale a ver o corpo como produto passivo a processos exteriores” (2006, p.138). Com base nas idéias de Prigogyne e Stengers (1984), Harvey afirma que “na qualidade de “máquina desejante”, o corpo é capaz de criar ordem não apenas em seu próprio interior mas também em seu entorno. O corpo humano é, desse modo, ativo e

transformador em relação aos processos que o produzem, sustentam e dissolvem (2006, p.138). É essa percepção que agrega a possibilidade de que pessoas, indivíduos, ainda que passíveis de todo o tipo de adversidade, sejam capazes de transformar o mundo e buscar a realização de um projeto que sustente a vida de modo absolutamente diverso daquilo que tem presente. Sugere o autor:

Falar de nossas capacidades de transformar o mundo por meio do trabalho e, por meio disso, transformar a nós mesmos, ao lado de falar como pôr em prática nossa imaginação, ainda que sujeita a restrições, na busca de realização de tal projeto, é pressupor alguma maneira de nos compreendermos como espécie, de compreender nossas capacidades e potencialidades específicas (incluindo as “potencialidades adormecidas” de que fala Marx) com relação ao mundo que habitamos. A relação dialética e metabólica que temos com a natureza e, por meio dela, com uma natureza distintivamente humana (com suas qualidades e seus significados especiais) tem, por conseguinte de estar na base daquilo que nós, na qualidade de arquitetos de nosso futuro e de nosso destino, podemos e queremos realizar. (HARVEY, 2006, p.271)

Harvey traz a compreensão de um futuro aberto. Enquanto seres sensoriais e naturais, produto de um processo evolutivo biológico e histórico-geográfico, com capacidades e potencialidades<sup>34</sup> específicas, temos diante das dificuldades opções e desse modo, podemos utilizá-las de formas diversas. Seja com objetivo de modificar as condições ambientais que geraram um determinado problema, seja para competir, seja para cooperar, ou para mudar de caminho. Temos sempre a possibilidade de refletir e reformular comportamentos e ações, podendo mesmo

---

<sup>34</sup> O repertório básico derivado de nossa experiência evolutiva oferece opções estratégicas para a ação humana. Esse repertório abrange:

1. A competição e a luta pela existência (a produção da hierarquia e da homogeneidade por meio da seleção natural, ou, na história humana, econômica, política e cultural);
2. A adaptação e a diversificação em nichos ambientais (a produção da diversidade por meio da proliferação e da inovação em termos econômicos, políticos ou culturais);
3. A colaboração, a cooperação e a ajuda mútua (a produção de organização social, arranjos institucionais e formas político-discursivas consensuais, todas elas fundadas em nossas capacidades de comunicação e de tradução);
4. Transformações ambientais (a transformação e a modificação da “natureza”, em, no nosso caso, uma natureza humanizada, compatível em termos amplos – ainda que com freqüentes conseqüências não pretendidas – com requisitos humanos);
5. Organizações espaciais (mobilidades e migrações associadas com a produção de espaços com diferentes propósitos, como a fuga, a defesa, a consolidação organizacional, os transportes e as comunicações, assim como a organização de um sistema material espacialmente articulado de apoio à vida de indivíduos, de coletividades e da própria espécie); e
6. Ordenações temporais (a instauração de “relógios” biológicos, sociais e culturais que contribuem para a sobrevivência, associados com o uso de várias modalidades de organização do tempo para propósitos biológicos e sociais – nas sociedades humanas, as modalidades de organização do tempo vão da transmissão quase instantânea de pedidos por computador aos contratos de longo prazo que a cultura desenvolve na forma de preceitos morais, de tradições e de leis). (HARVEY, 2006, p.274)



retardar e deixar para um momento futuro qualquer tipo de ação ou reação (HARVEY, 2006, p.273-275).

Harvey assim propõe “pensar a nós mesmos como inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podemos afetar individual e coletivamente por meio de nossas ações” (2006, p.285). Somos desse modo, profundamente afetados por todo gênero de eventos (naturais e sociais), e como seres com capacidade de criar, afirma o pesquisador: “nossas responsabilidades coletivas perante a natureza humana e perante a natureza precisam ser unidas entre si de uma maneira bem mais dinâmica e co-evolutiva que abarque uma variedade de escalas espaço-temporais” (2006, p.303).

Pensamos, no trabalho ora delineado, os pequenos agricultores como sujeitos históricos ativos, agricultores que executam ações, produtores do espaço geográfico, profundamente marcados pelo ambiente em que estão inseridos, e necessariamente agentes em permanente interação com esse ambiente no ato de planejar, produzir e manejar os recursos existentes na terra agora à sua disposição. Essa condição evolutiva aberta se relaciona também ao evento, como uma química, o agente e a transformação no espaço, capaz de gerar novas experiências e realidades a partir das complexas equações socioecológicas e culturais que estão presentes no mundo. A noção de territorialidade pode ser entendida como um *apoderamento* desse agente assentado sobre o espaço.

De uma forma geral podemos associar o programa de Reforma Agrária, particularmente o processo de assentamento de trabalhadores rurais sem terra, com o aumento do grau de tomada de decisões (autonomia) desses novos sujeitos sociais e, portanto, com a expansão das suas *capacidades humanas* [...], sobretudo ao incluir [...] um segmento não desprezível de uma população pobre e marginalizada, que habita predominantemente o meio rural. (LEITE, 2007, p.13)

De modo mais específico, o ator do qual estamos tratando é o pequeno agricultor familiar, historicamente conhecido como camponês. Embora existam em nossa amostra, famílias assentadas em nossa área de estudo oriundas da cidade, todos os entrevistados considerados nesta pesquisa estavam, então, produzindo no campo, ou como dizem, “cultivando o agro”. Nesse sentido, a definição desenvolvida por Plöeg (2008) sobre esse tipo de condição nos é importante referência. Com ela o autor busca situar a condição camponesa “estritamente no contexto dos dias atuais” e, ao mesmo tempo, reconhece a “sua condição de agente, não como um atributo

adicional, mas como uma característica central” (PLÖEG, 2008, p.39). Segue o autor:

As características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza (3) na criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de produção entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLÖEG, 2008, p.41)

Acrescenta o autor que o “modo camponês de fazer agricultura” manifesta-se em formas múltiplas, internamente coerentes, entretanto, intimamente relacionadas com a condição da pequena propriedade (PLÖEG, 2008, p.39). De acordo com Plöeg, a relação entre a terra e a potencial autonomia da família é central. Segue o autor:

A luta por autonomia [...] tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente. (PLÖEG, 2009, p.19)

Através do cultivo da terra, a família pode desenvolver essa “base de recursos autogerida” a partir da qual pode enfrentar as imposições, normas, exigências e hostilidades do mercado e do Estado, com os quais, deve estabelecer uma interface, mesmo que mínima, para obter recursos monetários e outras necessidades de infraestrutura, por exemplo. Percebe-se, nesse contexto social, a importância da Reforma Agrária como política de acesso, justamente, a essa possibilidade de as pessoas, os agricultores, cultivarem a autonomia a partir de recursos naturais e culturais. Weid (2009), nesse sentido, acrescenta a necessidade de valorização do conhecimento e da cultura que trazem os agricultores familiares sobre o ambiente no

qual desenvolvem seus projetos produtivos. Essa variável é essencial quando se considera que os agricultores assentados, em sua ampla maioria, tiveram origem em outras partes do estado, e foram deslocados para um meio com características bastante diferentes dos seus lugares de origem.

## **2.6 Procedimentos**

O conjunto de procedimentos que escolhemos objetivam, em um primeiro momento, o conhecimento do contexto produtivo e técnico no qual os assentamentos de Santana do Livramento estão inseridos e, num segundo momento, uma imersão no espaço cotidiano dos assentamentos e nas relações sociais ali presentes. Os procedimentos compreendem 1) observação de campo voltada para o entendimento da situação produtiva geral dos assentamentos, 2) levantamento de informações secundárias acerca do objeto de estudo, 3) elaboração de planilhas, gráficos e cartografias com dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) e INCRA (2004-2009; 2010), 4) levantamento de informações primárias junto aos agricultores assentados através de entrevistas registradas em audiovisual, registro audiovisual do cotidiano da produção nos assentamentos e observação participante. Na seqüência detalharemos os procedimentos.

### **2.6.1 Observação de campo**

As observações foram realizadas na etapa inicial da pesquisa, em duas saídas a campo, em julho e novembro de 2009. A partir de um primeiro contato com uma liderança dos assentamentos da região, buscamos levantar a gama de situações produtivas existentes em assentamentos localizados em partes diversas do município. O objetivo com isso foi verificar a ocorrência de uma variedade de estratégias produtivas, na busca de apreender as regularidades e particularidades das mesmas. Sete assentamentos foram visitados. Nossas conversas com os agricultores, devidamente registradas em um diário de campo, tiveram foco nos sistemas produtivos adotados. Foi realizado um levantamento fotográfico detalhado das situações que encontramos.

## **2.6.2 Levantamento de informações secundárias**

Este procedimento foi também realizado durante a fase inicial da pesquisa, através de revisão bibliográfica e leitura de pesquisas realizadas na área de estudo e na região da Campanha, que incluiu as pesquisas de Medeiros (2006 e 2007), Chelloti (2003 e 2005), Ribeiro (2009), Mello (2005, 2006, 2007 e 2008), Navarro (2009) que forneceram valiosas informações sobre o contexto dos assentamentos dessa região. Somado a isso, foi realizada a leitura e a sistematização de 21 relatórios ambientais produzidos por Hasenack et alli (2004-2009), para o INCRA-RS. Os relatórios mostram a situação socioeconômica e ambiental de 21 assentamentos de Santana do Livramento, e se constituíram em importante subsídio no conhecimento dessas situações<sup>35</sup>.

## **2.6.3 Elaboração de planilhas, gráficos e cartografias**

Com objetivo de compreender o contexto produtivo e técnico regional no qual os assentamentos de Santana do Livramento estão inseridos, sistematizamos um conjunto de dados referentes à região – obtidos no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) e pelo INCRA-RS - em planilhas, gráficos e representações cartográficas. Por outro lado, buscando visualizar as mudanças ocorridas no uso da terra decorrentes da instalação dos assentamentos, foram realizados procedimentos de sensoriamento remoto com recorte espacial nos cinco conjuntos de assentamentos presentes no município.

### **2.6.3.1 Cartografia temática**

A visualização do espaço agrário regional, por meio de mapas temáticos, tem por objetivo auxiliar na compreensão das opções produtivas dos assentados de Santana do Livramento, através do conhecimento do contexto produtivo e técnico da

---

<sup>35</sup> A sistematização realizada encontra-se nos anexos.

região onde os assentamentos da Reforma Agrária vem sendo implementados. O desenvolvimento das etapas operacionais para caracterização, análise e visualização do espaço agrário regional contempla as fases de definição do recorte, seleção das variáveis (atributos) de interesse, levantamento de dados, montagem do banco de dados geográficos, realização das operações de cruzamento e elaboração dos mapas temáticos.

O recorte escolhido para a realização das cartografias são os municípios pertencentes aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento localizadas no extremo sul do Estado (Coredes Fronteira Oeste, Campanha e Sul). O recorte compreende um total de 41 municípios, que constituem a porção sul da assim denominada Metade Sul do Estado.

Num segundo momento, foi procedido o estudo preliminar para definição das informações necessárias ao conhecimento do cenário agrário regional, especialmente no que tange à estrutura fundiária e à matriz produtiva, de modo a subsidiar as análises posteriores. Como forma de garantir a qualidade e a confiabilidade dessa base de dados, utilizou-se como fonte de dados principal o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2006) e, complementarmente, alguns dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (INCRA, 2009). As variáveis adotadas foram: número de estabelecimentos rurais, área ocupada por esses estabelecimentos, uso da terra, produção, produtividade e valor da produção, uso de agrotóxicos, tipo de tração, número de famílias assentadas e área ocupada por assentamentos rurais.

A partir da seleção das variáveis de interesse, definiu-se a base cartográfica para referenciar espacialmente as análises realizadas. Adotou-se como base a Malha Municipal Digital 2005 do IBGE, que apresenta a representação vetorial das divisas estaduais e municipais, referente ao ano base de 2005, compatível com a escala de 1:2.500.000 e gerada a partir do arquivo-fonte na escala original 1:250.000 (disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default\\_prod.shtm#TOPO](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#TOPO)).

Os procedimentos de entrada e modelagem de dados, bem como os cruzamentos, as análises e a visualização das informações espaciais foram realizadas no programa Philcarto (disponível em: <http://philcarto.free.fr/>).

### 2.6.3.2 Mudanças no uso da terra e sensoriamento remoto

As imagens produzidas através das técnicas de sensoriamento remoto, especialmente por sua capacidade de registrar os diferentes tipos de cobertura vegetal e de solos, se constituem em um eficiente instrumento descritivo das características do espaço e permitem a quantificação e a avaliação das transformações ocorridas na ocupação e no uso da terra em diferentes recortes espaciais e temporais. A utilização dessas técnicas no presente trabalho, associadas a categorias analíticas geográficas, tem como objetivo dar suporte à discussão acerca dessas mudanças ocorridas nos últimos 20 anos decorrentes do adensamento demográfico típico do processo de reforma agrária. Mediante a utilização desse tipo de técnica descritiva, o assentamento apresenta-se com uma nova feição territorial que pode ser associada sem dificuldade ao conceito *forma-conteúdo* (SANTOS, 1996). Desse modo, em diversos casos os assentamentos tendem a se destacar do entorno, principalmente em decorrência do uso intensivo da terra<sup>36</sup> que, igualmente ocorre de diferentes modos.

Nessa linha, interessante observar trabalhos como Câmara et alli (2003), que propõe tomar o conceito de *espaço geográfico* (SANTOS, 1996) como noção-chave a partir da qual construir os fundamentos teóricos da *Ciência da Geoinformação*. Para os autores, essa nova disciplina científica, cujo fundamento básico é a *construção de representações computacionais do espaço*, é enriquecida com a adoção de conceitos e noções fruto da Geografia Crítica. A compreensão de espaço geográfico como sistemas de objetos e sistemas de ações, assim, aponta para uma visão complexa, que enfatiza a percepção dos fenômenos enquanto processos em oposição à natureza estática da atual geração de GIS. Seguem os autores:

Esta caracterização [de SANTOS, 1996] objetiva contrapor os elementos de *composição* do espaço (os *objetos geográficos*) aos condicionantes de *modificação* deste espaço (as *ações* humanas e os processos físicos ao longo do tempo). Numa formulação sintética, Santos enfatiza a necessidade de libertar-nos de visões estáticas do espaço (tais como nos vem condicionando séculos de mapas), ao incluir a componente de *processos*

---

<sup>36</sup> Wanderley (2009, p.232), nesse sentido, propõe: “O território é um espaço delimitado cujos contornos são recortados por um certo grau de homogeneidade e de integração, no que se refere, tanto aos aspectos físicos e às atividades econômicas, quanto à dimensão sociocultural da população local”. Essa perspectiva acrescentada por Wanderley acerca do território nos fornece importante subsídio na análise da situação em Santana do Livramento, em que nas imagens observadas, diversos assentamentos destacam-se do entorno pelo padrão de uso da terra intensivo.

*variantes no tempo* como parte essencial do espaço. (CÂMARA et alli, 2003, p.9)

Descrivendo as capacidades da atual geração de GIS, Câmara et alli (2003) observam que é possível caracterizar adequadamente a *forma* de organização do espaço, mas não a *função* de cada um de seus componentes. Pode-se ainda estabelecer qual a *estrutura* do espaço, modelando a distribuição geográfica das variáveis em estudo, mas não é possível capturar, em toda a plenitude, “a natureza dinâmica dos *processos* em constante transformação na natureza em consequência das ações do homem” (CÂMARA et alli, 2003, p.7). Os autores assim reconhecem as limitações inerentes a qualquer representação computacional do espaço geográfico, para capturar as múltiplas dimensões de conceitos como “sistemas de objetos e sistemas de ações”. Essa tradução do conceito para um ambiente de geoinformação esbarra em três questões: Como modelar os sistemas de objetos? Como representar os sistemas de ações? E como expressar as interações entre os objetos e as ações? (CÂMARA et alli, 2003, p.10).

Diante da impossibilidade de solucionar essas questões no presente, os pesquisadores apontam para a necessidade de “buscar técnicas que permitam aproximar dimensões parciais desta visão” (CÂMARA et alli, 2003, p.13). Para tanto, sugerem a utilização de abordagens quantitativas, baseadas em técnicas como Sistemas Dinâmicos, Ontologias e Representação de Conhecimento.

Nesse sentido, na presente pesquisa utilizamos os procedimentos de sensoriamento remoto buscando o registro estático, as formas produzidas pela materialização dos novos usos do espaço. Complementar a essas representações cartográficas, utilizamos o registro audiovisual para compreender as mudanças nas funções, e como possibilidade de representar ações, interações e processos que também constituem o espaço geográfico. Embora não realize uma modelagem do espaço, o registro audiovisual é um recurso que possibilita a captação e análise das ações e feições produzidas, em seu movimento presente, no espaço e no tempo<sup>37</sup>. Dito isso, segue a descrição das etapas realizadas nos procedimentos de sensoriamento remoto.

A primeira etapa desse procedimento consistiu na definição do recorte espacial e temporal da pesquisa. O recorte espacial abrange a totalidade dos

---

<sup>37</sup> Esse procedimento será descrito no próximo item 2.6.4

assentamentos de Santana do Livramento e o meio urbano do município. O recorte temporal, por sua vez, consiste em um período de 17 anos, entre os anos 1991 e 2007. Observamos situações e condições típicas das quatro estações do ano. Nesse procedimento o mês de janeiro pareceu ser aquele que melhor evidencia as diferentes culturas de verão, especialmente o arroz e a soja, em seus diferentes estágios de desenvolvimento. A escala adotada foi de 1:50000, como ponto de partida. Essa escala propicia a observação de um recorte espacial que engloba os 31 assentamentos implementados no município. Entretanto, aproximações e afastamentos foram realizados com frequência dependendo da demanda descritiva.

A fonte das imagens utilizadas é o site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, imagens do satélite Landsat-5. Duas imagens cobrem a área de estudo. Selecionamos assim, dois cortes no tempo; em um primeiro corte, janeiro de 1991, portanto antes da chegada do primeiro assentamento a Livramento, em um segundo corte, janeiro de 2007, quase duas décadas após a instalação dos primeiros assentamentos.

Na seqüência foi procedido o georreferenciamento das imagens, sendo os *pontos de controle* obtidos em cartas topográficas do exército brasileiro correspondentes às mesmas áreas na escala 1:50000<sup>38</sup>. Realizado o georreferenciamento, foram então mosaicadas as imagens. Com isso, foi procedido o recorte da área de estudo e a sobreposição de 21 *shapefiles* com os perímetros dos assentamentos do INCRA implementados, e outros 10 *shapefiles* com os perímetros dos assentamentos estaduais. Os arquivos foram cedidos pelas instituições para a realização deste estudo. Feita a sobreposição, a área a ser abrangida pela análise espacial ficou evidenciada. Cortamos então as imagens todas em um mesmo tamanho para que, já na etapa seguinte, fossem iniciados os processamentos. A combinação de bandas que veio a produzir maior contraste entre os diferentes usos da terra foi o 4 no vermelho, o 5 no verde, o 3 no azul<sup>39</sup>. A partir das imagens processadas realizamos uma classificação supervisionada pelo método de *máxima verossimilhança*, com a delimitação de polígonos sobre os diferentes usos da terra verificados nas imagens. Foram estabelecidas nove classes, identificadas pelos distintos comportamentos de resposta espectral. São elas:

---

<sup>38</sup> Pontos de controle são situações tomadas como referência no cotejo de imagens de satélite e material cartográfico.

<sup>39</sup> As imagens de satélite aqui utilizadas (Landsat 5) são constituídas por sete bandas ao longo do espectro eletro-magnético.



pastagens, mata nativa, três tipos de uso agrícola (ou cultivos em diferentes estágios), solo exposto, reflorestamento, corpos d'água (barragens, açudes e rios) e queimadas. A partir dessa classificação realizamos a análise das modificações no uso da terra nos dois recortes temporais estabelecidos para o estudo.

#### **2.6.4 Levantamento de informações primárias: técnicas, representações e registro audiovisual**

O levantamento de informações primárias foi realizado junto aos agricultores assentados através de entrevistas não diretivas combinadas com observação participante e registro audiovisual do cotidiano da produção nos assentamentos. As entrevistas também foram registradas em audiovisual e transcritas. O material gravado serviu tanto para análise de conteúdo quanto para a produção de um vídeo, de 33 minutos, como um subproduto da pesquisa.

As entrevistas foram organizadas de acordo com as proposições de Michelat (1980). De acordo com o autor, a entrevista não diretiva procura “apreender os sistemas de valores, normas, representações, símbolos próprios a uma cultura ou a uma subcultura” (MICHELAT, 1980, p.192). Considera-se que a informação obtida por esse tipo de entrevista corresponde a “níveis mais profundos de reflexão”, pois “parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer” (MICHELAT, 1980, p.193). De acordo com o autor, parte-se da hipótese de que “cada indivíduo é portador da cultura e das subculturas às quais pertence e é representativo delas”. Compreende o autor por cultura, o conjunto das representações, das valorizações afetivas, dos hábitos, das regras sociais, dos códigos simbólicos manifestos pelos diferentes grupos humanos (MICHELAT, 1980, p.194). Sob essa perspectiva, o indivíduo é marcado pela cultura e expressa a mesma nas práticas, ações e representações que efetua.

Nesse tipo de pesquisa, a amostra deve abranger uma variedade de situações que dê conta de abarcar a diversidade que a cultura ou subcultura contém, conforme explica Michelat (1980, p.199):

Numa pesquisa qualitativa, só um pequeno número de pessoas é interrogado. São escolhidas em função de critérios que nada têm de

probabilistas e não constituem de modo algum uma amostra representativa no sentido estatístico. É, sobretudo, importante escolher indivíduos os mais diversos possíveis. E, na verdade, em função do que dissemos acima, é o indivíduo que é considerado como representativo pelo fato de ser ele quem detém uma imagem, particular e de verdade, da cultura (ou das culturas) à qual pertence. Tenta-se apreender o sistema, presente de um modo ou de outro em todos os indivíduos da amostra, utilizando as particularidades das experiências sociais dos indivíduos enquanto reveladores da cultura tal como é vivida.

Nessa linha foram realizadas trinta (30) entrevistas com agricultores assentados em Santana do Livramento, nessa etapa de levantamento de informações primárias. A amostra se distribui em dezesseis assentamentos, localizados em diversas partes do município. Foram realizadas seis entrevistas com comerciantes de mercados localizados no meio urbano, uma com o Secretário da Agricultura do município, e uma com o presidente do Sindicato Rural de Santana do Livramento, que também é o representante do Instituto Rio-grandense do Arroz na região. Além disso, para obter uma visão mais ampliada sobre as possibilidades e perspectivas dos assentamentos da Reforma Agrária, foram realizadas duas entrevistas com assentados da região metropolitana de Porto Alegre, o primeiro envolvido na produção de arroz ecológico, e o segundo envolvido na produção ecológica de hortaliças. A análise das entrevistas foi realizada decompondo o texto em unidades de significação, e classificando-as por meio de categorias definidas, buscando quantificar as respostas obtidas, ainda que de forma apenas indicativa.

Nos procedimentos de registro audiovisual, apoiamo-nos nas metodologias da antropologia fílmica<sup>40</sup>, conforme descrita por France (2000). Na antropologia fílmica, o registro audiovisual aproxima-se da tradição oral, e assim, como memória viva apóia-se na evocação verbal e na reconstituição audiovisual dos fatos e dos ambientes (FRANCE, 2000). No registro que buscamos realizar, a palavra, a descrição e a reflexão tiveram peso tão relevante quanto o gesto, a técnica, o movimento registrado, conforme a percepção de France (2000, p.29):

O fato de o material de base da antropologia fílmica ser a tradição oral servirá de apoio à conclusão de que se deve dar tanta atenção à descrição das palavras quanto a dos gestos, aos conteúdos da expressão verbal quanto às atividades não verbais, uma vez que ambas revelam a cultura específica de um determinado grupo humano, a maneira de ser de cada indivíduo. [...] Parece, no entanto, que a investigação ganha em riqueza

---

<sup>40</sup> De acordo com France, a antropologia fílmica é uma disciplina cujo objeto é “o homem tal como ele é apreendido pelo filme, na unidade e na diversidade das maneiras como coloca em cena suas ações, seus pensamentos e seu meio ambiente” (FRANCE, 2000, p.17).

quando existe um equilíbrio na dosagem entre a apreensão da palavra e a do gesto [...].

O fio condutor escolhido foi a descrição dos sistemas produtivos praticados nos assentamentos e as formas de organização social a eles associadas. Buscou-se o registro do conjunto de atividades de acordo com as proposições de France (2000), para as formas de apresentação macrodescritivas<sup>41</sup>. Segue a autora explicando esse tipo de registro:

As formas de apresentação macrodescritivas estão fundamentadas em vastas unidades temáticas de base, cuja referência espacial é, por exemplo, a atividade de um grupo, considerado em seu conjunto. A essa referência espacial está associada uma referência temporal tal como um ciclo sazonal de trabalhos cotidianos [...]. A continuidade desses vastos conjuntos não consiste mais numa restituição aproximada do encadeamento preciso dos gestos, de quaisquer operações, nem numa delimitação quase permanente do pólo operatório da ação material. Ela consiste precisamente na apreensão espacial das *principais zonas de interação* entre os membros do grupo e numa *seleção das operações-chave*, até mesmo de certos momentos ou *gestos-chave* dessas operações. (FRANCE, 2000, p.33) [Grifo nosso]

De acordo com France (2000, p.33), nesse tipo de descrição busca-se uma restituição aproximada dos encadeamentos de fatos que constituem as grandes fases temporais da vida de um grupo, como a alternância entre tempos fortes e tempos mortos da atividade (trabalho e repouso), ritmos sazonais, variações na ocupação dos espaços etc. Enfatiza a autora, além disso, a importância da apreensão espacial das principais *zonas de interação* entre os membros do grupo, ou seja, o registro da interação acontecendo, *in loco*. Houve, assim, na etapa de gravações uma busca pelas imagens voltadas para o registro das técnicas materiais, tanto a partir da seleção dos momentos de gravação, quanto através da postura de câmera, do enquadramento, dos ângulos adotados. Descrever essas técnicas implica em registrar ações, gestos, posturas do agente sobre os objetos e, por outro lado, as ações desses mesmos objetos sobre o meio, a natureza; movimentos que

<sup>41</sup> “Em oposição às formas macrodescritivas, France também propõe as formas microdescritivas, por exemplo, filmes tecnológicos dedicados a atividades de fabricação rústicas. Nesse tipo de pesquisa fílmica, a unidade temática de base da descrição tem como referência espacial o gesto humano individual, por exemplo o trabalho da mão em oposição ao do conjunto do corpo. Essa referência espacial é simultaneamente associada a uma referência temporal cuja unidade de base é constituída por uma completa operação material, ou seja, por cada etapa de transformação do objeto trabalhado à qual concorre um conjunto de gestos (...). Em que consiste, nesse caso, a continuidade descritiva? Consiste na restituição aproximada do encadeamento dos gestos e das operações, sem pré-julgamentos dos momentos-chave (tempos fortes), e na apreensão quase permanente daquilo que chamei, em outra ocasião, de “pólo operatório” da ação material (espaço privilegiado)”. (FRANCE, 2000, p.32)

expressam uma intencionalidade, que promove a transformação do espaço. Nessa linha sugere France (1998, p.66):

encontram-se esclarecidos a escolha do perímetro de observação, que diz respeito à amplitude, o deslocamento, a distribuição no espaço dos enquadramentos e dos ângulos sucessivos; do mesmo modo que a escolha do período de observação, definido pela duração da gravação e sua fragmentação eventual através de saltos no tempo. Por que é na relação do agente e dos instrumentos com o objeto que devem ser procuradas as principais razões da coerência atestada pela observação do cineasta quando deseja destacar do resto das manifestações sensíveis uma técnica material e torná-la inteligível como tal ao espectador.

Nesse sentido as operações-chave do processo de produção selecionadas foram o preparo da terra, o cuidado com a lavoura, as colheitas, as ordenhas, o escoamento e a comercialização. Os temas principais das entrevistas com os assentados foram os sistemas produtivos adotados, a organização da produção, a organização do trabalho, a organização do lote, as relações com o município e as relações com o Estado.

France (2000) sugere que a macrodescrição atinge ainda mais seus objetivos quando seu elaborador “aceita esbanjar um pouco do tempo que ganhou na restituição das ações” preocupando-se em explorar aspectos que “contribuem para criar a respiração cultural de um grupo”, como “as grandes variações rítmicas e a presença do tecido ecológico na vida das pessoas filmadas” (FRANCE, 2000, p.33). Buscamos entrar em contato com esses ritmos através da convivência intensiva com as famílias durante o trabalho de campo. Fizemos as refeições e dormimos nos assentamentos. Desse modo tivemos contato com o ritmo diário das famílias assentadas. Seguindo o princípio da disponibilidade temporal proposto por France (2000, p.27), buscou-se, quando nas situações de gravação, respeitar o tempo e o ritmo das pessoas filmadas, esperando a chegada dos momentos de trabalho, de descanso, do preparo do alimento, etc, criando, desse modo, uma relação na qual o sujeito filmado é capaz de apontar, ele próprio, as atividades e os momentos importantes a serem registrados<sup>42</sup>.

Na linha proposta por France (2000), Nos utilizamos da imagem animada tanto como modo de registro e descrição da realidade, quanto como instrumento de investigação, para posterior análise, edição e montagem do material coletado em

---

<sup>42</sup> Muitos desses momentos não foram registrados em audiovisual, mas estão relatados nos capítulos desta dissertação.

campo. Sobre o vídeo, que está sendo produzido como subproduto dessa pesquisa, ele guarda o espírito de uma grande reportagem, seguindo a linha de trabalhos anteriores - citados na introdução desta pesquisa o *dasgaragens* (2005) e o *tempo de pedra* (2008). O objetivo aí é produzir um vídeo-relatório, uma peça de comunicação que possa representar a leitura dos assentamentos que procuramos realizar ao longo da pesquisa. O público-alvo desse vídeo é aquele público interessado em conhecer e refletir sobre a situação produtiva dos assentamentos da Reforma Agrária, incluídas aí suas possibilidades e potencialidades, a partir das situações registradas e experiências concretas com agricultura ecológica.

Sobre as escolhas de linguagem para esse vídeo produzido, é oportuno observar que para France (2000, p.34), “a macrodescrição é por natureza multimidiática”, ou seja, a narrativa não se sustenta sem o apoio de elementos de ligação e de explicação trazidos pela linguagem justamente por deixar inaparentes demasiadas porções de atividades. Daí a necessidade de que se utilize outras mídias na condução da narrativa (FRANCE, 2000, p.34). Nesse sentido, buscamos nos apoiar em mapas e imagens de satélite produzidos para a pesquisa, além de elaborar uma narração que costurasse as diferentes etapas e situações mostradas.

### **3 REFORMA AGRÁRIA COMO EVENTO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS**

O presente capítulo busca analisar o processo de Reforma Agrária como um evento isto é, na dinâmica de implantação do assentamento por um lado e no processo de territorialização das famílias assentadas por outro. Para Santos (1996) o evento promove um processo químico no qual as qualidades originais de uma determinada situação são transformadas, para participar da produção de uma nova entidade que, por sua vez, já surge com qualidades próprias. Pois é desde essa perspectiva que procuramos observar os assentamentos, objetos de estudo. Partimos do contexto regional, buscando mostrar as qualidades originais que os assentados encontram ao chegar à nova terra. Surgem daí as questões de fundo. Que possibilidades esse meio oferece? Em que medida esse meio condiciona os sistemas produtivos e a territorialização que se verifica nos assentamentos? Como as famílias assentadas conseguem superar o condicionamento do contexto para

produzirem uma existência onde a reprodução da pequena unidade familiar possa se perpetuar de modo autônomo? Quais relações sociais surgem desse processo? E a cultura trazida pelos agricultores, que papel tem ela diante da nova terra e da necessidade de nela produzir?

Em busca de respostas ou aproximações à essas questões iniciamos pelo contexto agrário regional, com foco na situação produtiva e técnica da região onde os assentamentos estão localizados. Passamos então para a dinâmica de implantação dos assentamentos e os primeiros tempos no novo lugar. Em seguida tratamos dos estudos de caso, junto a produtores assentados, buscando aí compreender a partir dos depoimentos dos mesmos, os motivos, os objetivos e as possibilidades que esses agentes vêem surgir a partir da materialização e subsequente desenvolvimento do assentamento.

### **3.1 Contexto agrário regional**

Temos aqui como referência o conceito de *espaço geográfico* de Santos (2006), compreendido como sistemas de técnicas e sistemas de ações, e suas formas híbridas, ou seja, um espaço complexo formado por subespaços e subsistemas que se articulam e interagem. Temos também em mente as proposições de Leite (2003, p.6), ao sugerir que:

falar em "impactos regionais dos assentamentos rurais" implica em perceber diferentes dimensões das relações sociais, econômicas, políticas e ambientais, que se desenvolvem como um processo, em espaços e tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas que levam à necessidade de atentar para as condições anteriores da "região" dos assentados. (LEITE, 2003, p.6)

Nesse sentido, buscamos aqui conhecer em linhas gerais essas condições precedentes, ou seja, o meio no qual os assentamentos vêm sendo implantados. Esse meio preexistente é constituído por um determinado arranjo de objetos e ações que oferecem um certo condicionamento por ali estarem disponíveis, ou pelo contrário, por oferecerem obstáculos aos assentados em sua busca de possibilidades produtivas. O evento, nesse sentido, abre novos caminhos e gera, nesse processo, uma nova estrutura. O jogo que aí se estabelece passa a compor

um sistema de relações de força no qual os assentados participam como sujeitos ativos.

### 3.1.1 A região da Campanha

A região observada foi o conjunto de 42 (quarenta e dois) municípios<sup>43</sup> que constituem os assim denominados COREDES, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, Campanha e Sul (Figura 4). Buscando facilitar o entendimento nessa parte do texto, adotamos para esse conjunto de municípios a denominação genérica de *região da Campanha*. Desde um ponto de vista ampliado, essa área constitui o extremo sul do Brasil fazendo fronteira com o Uruguai e a Argentina, países com os quais a, assim denominada, região pampeana do estado mantém relações históricas bastante próximas, tanto no âmbito econômico quanto sociocultural.

---

<sup>43</sup> São eles: COREDE Fronteira Oeste: São Borja, Itacorubi, Maçambará, Itaqui, Manoel Viana, Alegrete, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel., Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento. COREDE Campanha: Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Dom Pedrito, Bagé, Hulha Negra, Candiota, Aceguá. COREDE Sul: Santana da Boa Vista, Amaral Ferrador, Tavares, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Pedras Altas, Morro Redondo, Turucu, Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Cerrito, Pedro Osório, Herval, Arroio Grande, São José do Norte, Rio Grande, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Chuí, São Lourenço do Sul

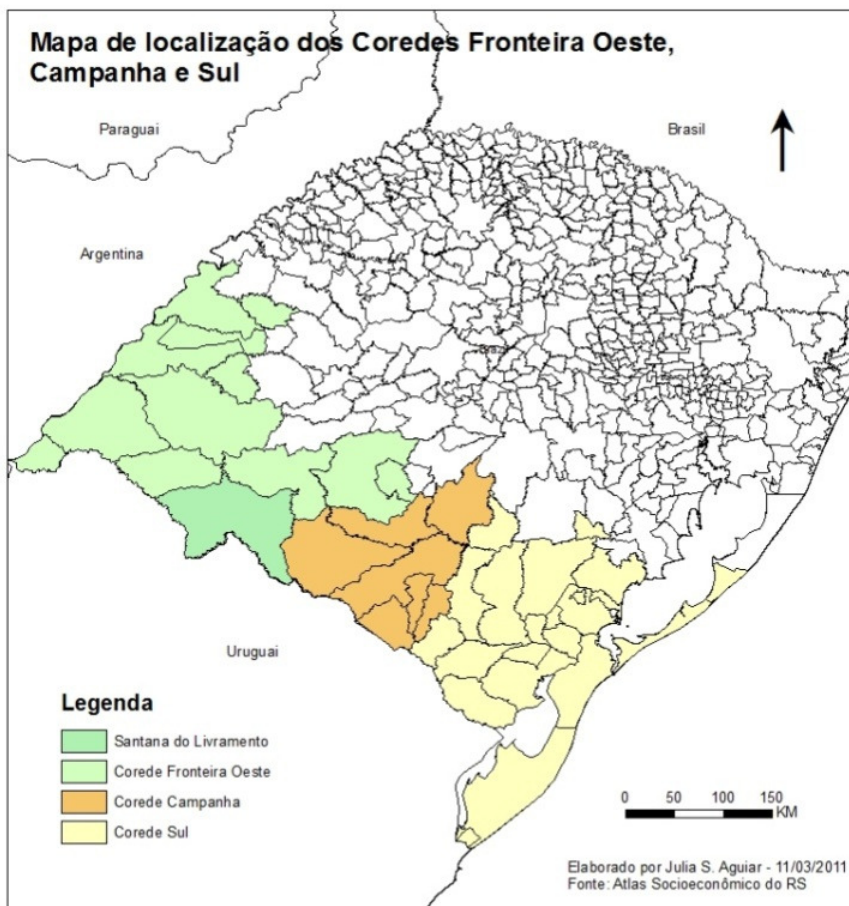


Figura 4 – A região onde se situa Santana do Livramento, com os municípios dos COREDES Fronteira Oeste, Campanha e Sul em destaque.

O mapa mostra uma clara diferenciação entre as duas grandes regiões do estado. Vê-se ali que a denominada Metade Norte é constituída por numerosos municípios de extensão territorial reduzida, onde desenvolveu-se predominantemente uma agricultura familiar voltada à policultura, e onde atualmente concentra-se o parque industrial do Rio Grande do Sul. Por outro lado, na Metade Sul, onde se localiza a região que observamos, verifica-se a presença de municípios com extensão territorial expressiva. Alegrete é o mais extenso com 7.804 km<sup>2</sup>. O segundo é Santana do Livramento, nosso município de estudo, com 6.950 km<sup>2</sup>.

### 3.1.2 Propriedade da terra e Reforma Agrária no contexto regional



As figuras 5 e 6 mostram a estrutura fundiária na região. O primeiro deles, abaixo, mostra o número de estabelecimentos de acordo com os diferentes tamanhos de propriedades.

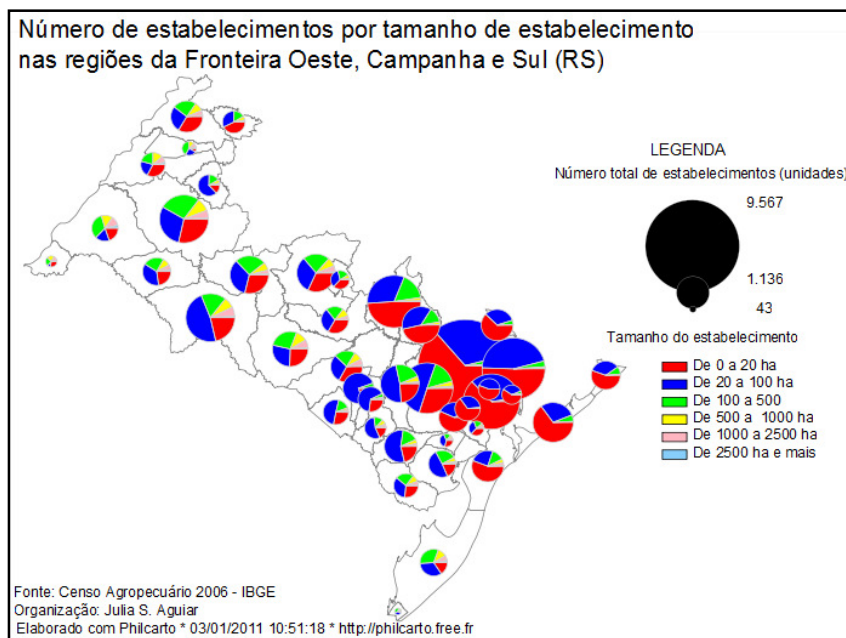


Figura 5

Ao contrário do que ocorre com as extensões municipais, que são vastas na região, o mapa acima mostra que o fracionamento no espaço agrário da região - ocupada ao longo de séculos por grandes propriedades voltadas à pecuária extensiva - está constituído predominantemente, em praticamente todos os municípios, por propriedades com até 100 ha. Municípios como Canguçu, São Lourenço do Sul, Piratini e Pelotas apresentam um número total de propriedades elevado, não havendo ali estabelecimentos com mais de 500 ha. Canguçu, o município que possui maior número de propriedades, tem 9.567 estabelecimentos rurais. Mesmo os municípios mais extensos do estado, Alegrete e Santana do Livramento possuem uma expressiva quantidade de pequenos estabelecimentos. Contudo, nesses municípios, as classes de estabelecimentos maiores também aparecerão em quantidade mais significativa. Entretanto, em nenhum dos municípios observados, a quantidade de propriedades maiores que 500 ha ultrapassará 20% do número total de estabelecimentos.

A figura 6, por outro lado, mostra a área ocupada pelas diferentes classes de estabelecimentos.

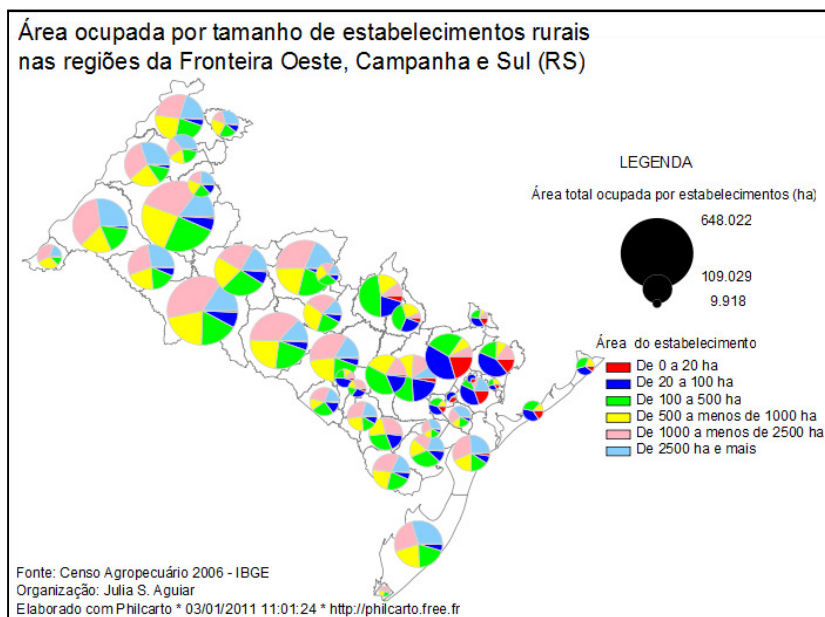


Figura 6

Verifica-se que em poucos municípios, os estabelecimentos com até 100 ha ocupam área expressiva. Em Canguçu, Pelotas, Morro Redondo e Arroio do Padre, esse tipo de estabelecimento chega a ocupar mais de 50% da área total. Entretanto, o padrão mostrado pelo mapa mostra uma ocupação da maior parte da terra por estabelecimentos de 500 ha ou mais. Na área de estudo, embora os estabelecimentos maiores que 1000 ha representem apenas 4,6% do número total, os mesmos ocupam cerca de 34,6% da área total de estabelecimentos rurais, o que demonstra haver uma considerável concentração de terras nas mãos de poucos proprietários na região.

A tabela 1 sintetiza os dados apresentados nos mapas 2 e 3, mostrados acima.

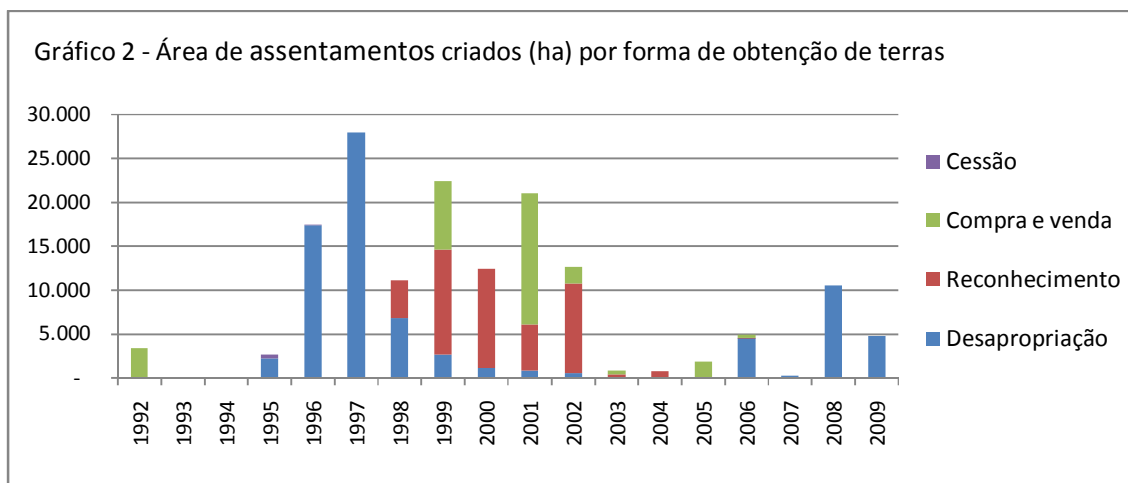
Tabela 1 - Distribuição da propriedade da terra na região da Campanha

Tamanho estabelecimentos	Número estabelecimentos	Área ocupada
< 20 ha	35,5%	5,80%
De 20 a 100 ha	37,40%	18%
De 100 a 500 ha	16,80%	22,90%

De 500 a 1000 ha	5,80%	18,60%
De 1000 a 2500 ha	3,60%	21%
> 2500	1,00%	13,60%
Fonte: Censo Agropecuário 2006 - IBGE		

A tabela mostra que embora o número de estabelecimentos de menor porte, no caso, estabelecimentos até 100 ha somem 72,9% do número total, a área ocupada pelos mesmos é de apenas 23,8%. Por outro lado, as classes de propriedades maiores, acima de 500 ha, representam apenas 10,4% em quantidade, ocupando, contudo, 53,2% das terras da região. A classe intermediária, de estabelecimentos entre 100 e 500 ha, representa 16,8% do número de estabelecimentos, e ocupa 22,9% da área.

Desde o início da década de 1990, o contexto acima descrito vem sendo objeto de políticas de Reforma Agrária que resultam, hoje, em algumas centenas de projetos de assentamento (PAs) instalados em municípios da região. No período de 1992 a 2009, foram ali instalados 164 assentamentos, somando 6.219 famílias assentadas em 154.725 hectares. O gráfico 2 mostra as áreas de assentamento criadas pelo INCRA, de 1992 a 2009, por forma de criação.



O gráfico mostra que houve, entre os anos de 1996 e 2002 um pico na obtenção de áreas para assentamentos. Em 1992, 3.352 ha de terras são adquiridos e Santana do Livramento recebe seu primeiro assentamento, ao mesmo tempo que Candiota e Piratini. Entre os anos de 1996 e 1997, todos os assentamentos foram criados a partir de áreas desapropriadas, somando mais de 45 mil hectares

desapropriados. Entre 1998 e 2002, cerca de 24 mil hectares foram adquiridos por compra e venda, e cerca de 43 mil hectares foram reconhecidos e incorporados ao PNRA. Em menor quantidade, nesse mesmo período, houve também desapropriações somando quase 12 mil hectares. Entre 2003 e 2005, poucas áreas de assentamento são criadas. Em 2006 são retomadas as desapropriações com criação, até 2009, de quase 20 mil hectares em áreas para assentamentos.

A figura 7 espacializa os dados do gráfico acima, mostrando a distribuição desses diferentes modos de obtenção de terras nos municípios da região.

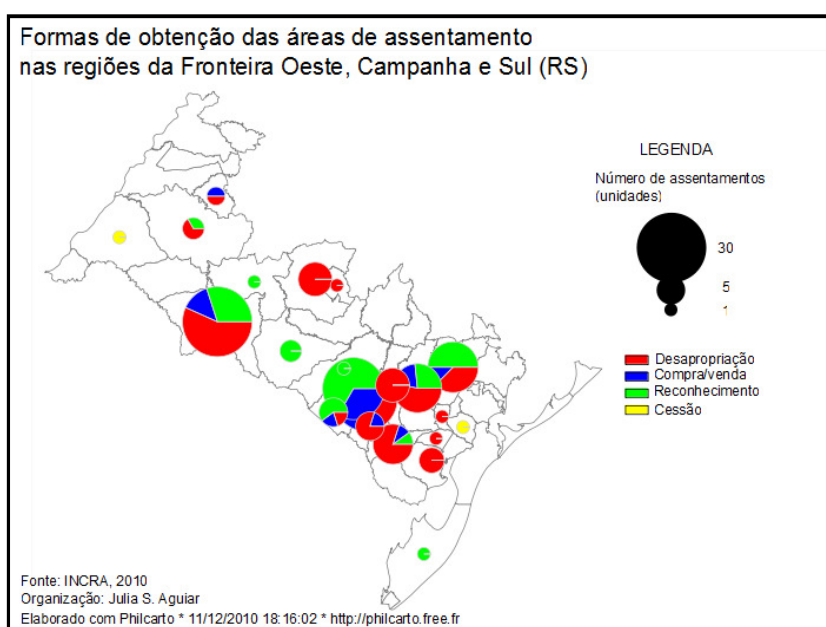


Figura 7

Esse mapa mostra as áreas onde os assentamentos mais se concentram, ou seja, os municípios de Canguçu, Piratini, Hulha Negra, Herval e Santana do Livramento. De um modo geral, as desapropriações predominam em nossa área de estudo, com 51% das áreas de assentamentos tendo sido criadas através de *desapropriações*; 29% dos assentamentos foram criados por *reconhecimento*, 20% por compra e venda e 0% por cessão gratuita. Em alguns municípios - São Gabriel, Piratini, Canguçu e Santana do Livramento - uma quantidade expressiva de assentamentos foram criados através do reconhecimento de áreas ocupadas. Nesses municípios ocorrem também aquisições por compra e venda, entretanto em menor proporção. Morro Redondo e Uruguaiana tiveram pequenos assentamentos criados através de cessão de áreas. Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar tiveram

assentamentos criados exclusivamente através de reconhecimento de áreas ocupadas.

A figura 8 mostra o número de famílias assentadas nos municípios da Campanha e a proporção de área ocupada por assentamentos em relação à área total do município.

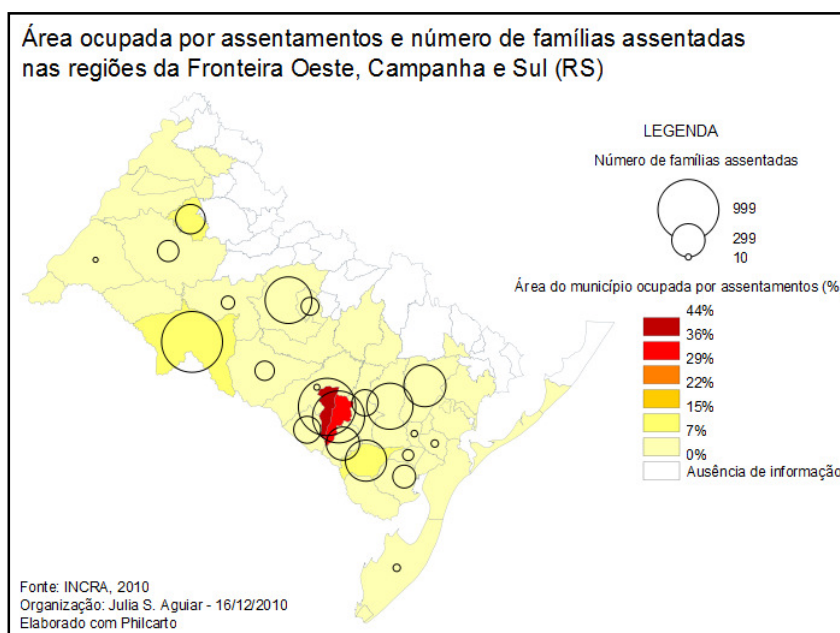


Figura 8

O resultado mostra que há um expressivo número de famílias assentadas, totalizando 6.219 na região. Santana do Livramento, Hulha Negra e Candiota são os municípios que mais têm famílias assentadas, com algo entre 700 e 999 famílias cada. São Gabriel, Herval, Canguçu apresentam entre 400 e 600 famílias assentadas cada. O mapa mostra, por outro lado, que apesar de um expressivo número total de famílias assentadas, somente os municípios de Hulha Negra e Candiota têm significativa área municipal ocupada por assentamentos, o primeiro com 21.701 ha correspondendo a 43,6% de sua área total ocupada por estabelecimentos rurais e o segundo com 12.936 há, que corresponde a aproximadamente 35% da área. Santana do Livramento, Manoel Viana e Herval têm algo entre 7 e 15% da área municipal ocupada por assentamentos. Os demais municípios, ainda que tenham algumas centenas de famílias assentadas, não

chegam a apresentar uma significativa parte de sua área municipal ocupada por assentamentos, com algo entre 0 e 7% da área municipal total.

### 3.1.3 O contexto produtivo regional

Conforme diferentes estudos tem demonstrado (FONTOURA, 2005; HASENACK et alli, 2006; PILLAR et alli, 2009), a Campanha gaúcha se encontra sob a ação de projetos econômicos diversificados e as transformações do espaço agrário refletem naturalmente essas tendências. Desde meados do século XVII, a terra ali vem sendo ocupada com a criação de gado de modo extensivo, resultando na modificação de uma paisagem natural campestre em uma paisagem pastoril. A partir da década de 1970, com a implantação de lavouras de arroz baseadas nos pacotes agrônômicos da assim denominada *Revolução Verde*<sup>44</sup>, a diferenciação do sistema agrário regional, tanto em termos de projetos produtivos, quanto em termos das técnicas utilizadas em tais atividades, se intensifica. Mais recentemente, as lavouras de soja e a silvicultura também passaram a fazer parte das culturas dessa região.

A figura 9 mostra a área dos estabelecimentos rurais ocupada pelas diferentes atividades econômicas; a pecuária e criação de outros animais, as lavouras temporárias, as lavouras permanentes, a horticultura e a floricultura, a silvicultura e a produção de sementes e mudas.

---

<sup>44</sup> De acordo com Mazoyer e Roudart (1997, p.365), a Revolução Verde é também denominada Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos, e caracteriza-se pela motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção de plantas e animais e especialização dos estabelecimentos e das regiões produtivas. Esse conjunto de tecnologias começa a ser popularizado após a Segunda Guerra Mundial, e chega ao Brasil com maior intensidade no período dos regimes militares, nas décadas de 1960 e 1970, fazendo parte do que se denomina modernização conservadora da agricultura e do campo.

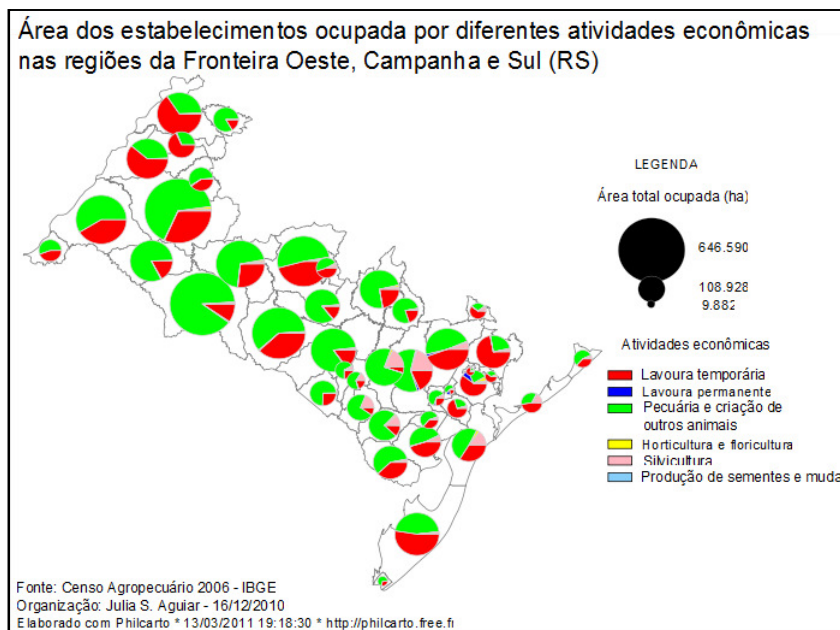


Figura 9

O mapa mostra que em muitos municípios, muito da terra antes destinada à pecuária e criação de outros animais, tradicionalmente dominante nessa região, já deu lugar a cultivos temporários. De acordo com o IBGE (2006), cerca de 37% da área de estudo está ocupada com cultivos temporários. Apesar dessa tendência, municípios de grande extensão (como Santana do Livramento, Rosário do Sul, Dom Pedrito, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel, ainda mantêm uma área expressiva ocupada pela atividade pecuária. A atividade pecuária ocorre em 56% da área dos estabelecimentos do recorte. Já as áreas ocupadas por lavoura permanente e produção florestal (silvicultura), de acordo com o IBGE (2006), são pouco significativas nessa mesma área, ocupando 0,9% da área dos estabelecimentos a primeira e 4,8% a segunda. Entretanto, alguns municípios da COREDE Sul - Candiota, Herval, Pedras Altas, São José do Norte e Rio Grande - concentram áreas com silvicultura, na proporção de algo entre 10 e 19% dos estabelecimentos.

Em Santana do Livramento, no entanto, a pecuária extensiva permanece como a atividade predominante do espaço agrário, com 88,9% da área municipal ocupada com a atividade. Já as lavouras temporárias ocupam 9,4% da área do município. Os cultivos permanentes e a horticultura são inexpressivos em termos de área, ocupando 0,4% cada. A produção florestal por sua vez, de acordo com o IBGE (2006), é ainda pouco expressiva, ocupando 0,9% da área municipal.

Detalhando a atividade pecuária, a figura 10 mostra a composição dos rebanhos predominantes.

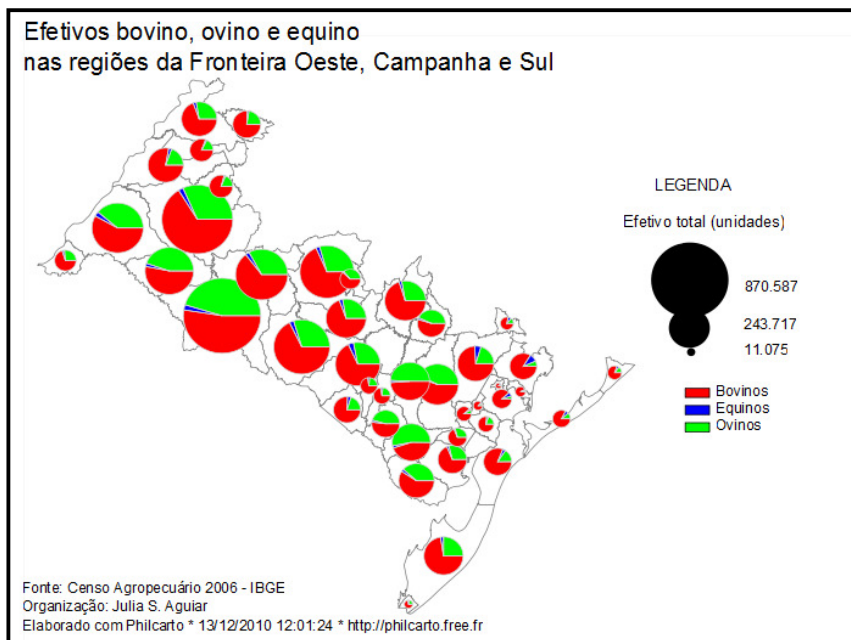


Figura 10

O mapa mostra que predomina o efetivo bovino, com 4.783.864 cabeças no conjunto dos municípios. Os municípios mais extensos são também aqueles que concentram maior número de cabeças de gado bovino. São eles: Alegrete, com 484.403 cabeças e Santana do Livramento, com 456.980 cabeças de gado bovino. Esses mesmos municípios apresentam igualmente um significativo rebanho ovino; Livramento com 394.232 cabeças e Alegrete com 230.770. O gado ovino, contudo, sofreu nas últimas décadas forte redução na população em decorrência, principalmente, do crescimento no consumo da lã sintética. Já os eqüinos são pouco expressivos tendo em conta a totalidade dos rebanhos. O rebanho tem uma função importante no trabalho realizado nos estabelecimentos rurais e também como meio de transporte, não sendo por isso comercializados em maior escala, como acontece com bovinos e ovinos que são naturalmente destinados ao abate.

A figura 11 mostra a produção e a produtividade leiteira na região da Campanha, outra das atividades realizadas sobre pastagens.



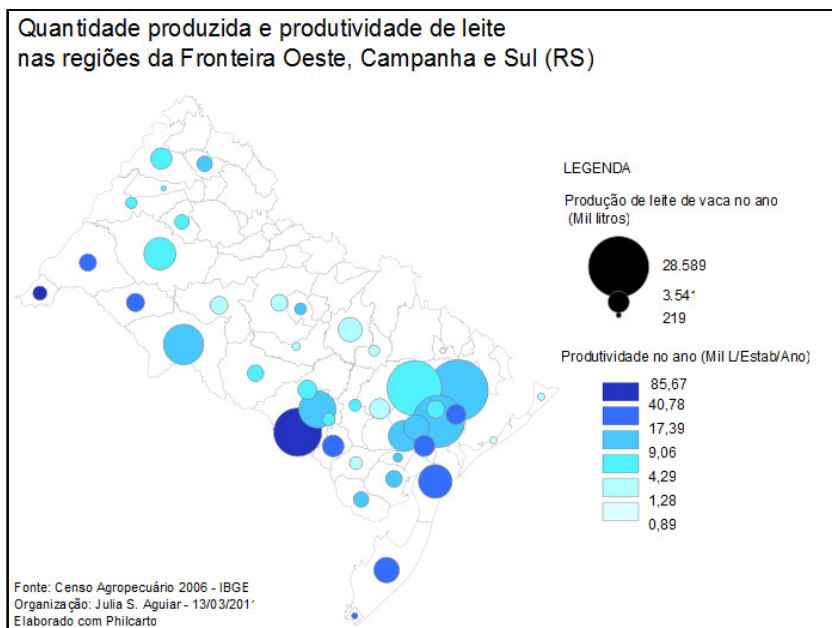


Figura 11

Os diagramas mostram, em conjunto, que a produção de leite é bastante heterogênea dentre os municípios observados. São Lourenço do Sul, Canguçu e Pelotas são os municípios que mais produzem leite na região, com algo em torno de 20 de milhões de litros/ano cada. Aceguá, logo abaixo, produz 17 milhões de litros sendo igualmente e é um dos mais produtivos, com 40,8 mil litros por estabelecimento/ano. Turuçu, Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana, Barra do Quaraí e Quaraí têm menor produção total, porém com alta produtividade por estabelecimento. Por outro lado, 32 municípios do recorte ou seja, 78% dos municípios têm produção menor que 5 milhões de litros/ano, e em paralelo, produtividade baixa nos estabelecimentos produtores. Santana do Livramento, por sua vez, apresenta uma produção total de 12,7 milhões de litros/ano e uma produtividade média, por estabelecimento, de 10 mil litros/ano. Conforme já mostrado na figura 8, diversos dos municípios da região contam com quantidade expressiva de famílias assentadas, e essas tendem a adotar o leite como a principal linha de produção. Depreende-se daí que os assentamentos podem estar contribuindo no volume de produção apontado pelo IBGE (2006).

Detalhando um pouco mais a situação técnica da produção leiteira, a figura 12 apresenta dados sobre o *número de tanques* existentes nos municípios e o número de tanques por estabelecimento produtor.

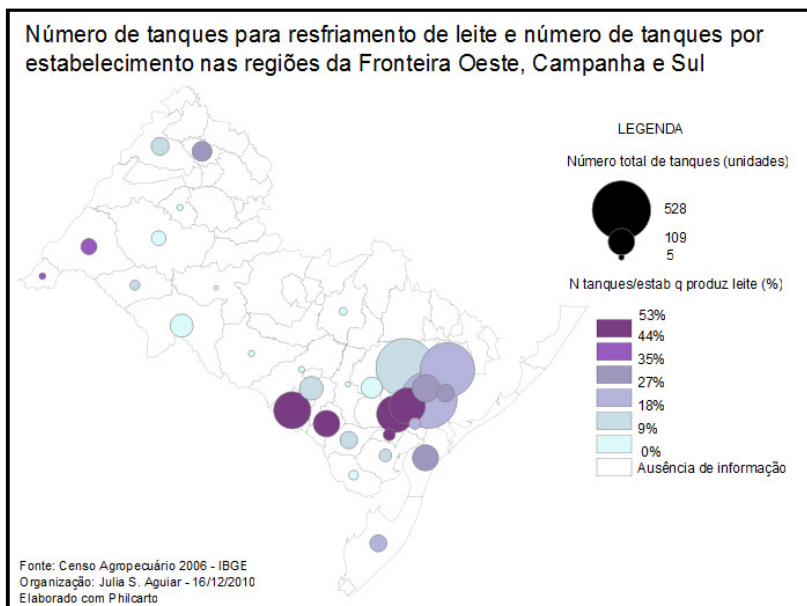


Figura 12

O mapa mostra que alguns municípios da região têm quantidade expressiva de tanques para resfriamento de leite em relação ao número de estabelecimentos envolvidos na atividade. Canguçu, Candiota, Pedras Altas, Pelotas, Morro Redondo estão entre os municípios que contam com maior quantidade de tanques, sendo que algo entre 44 e 53% dos estabelecimentos possui resfriadores próprios. Por outro lado o mapa mostra que são poucos os municípios nessa situação favorável tecnicamente, e que de um modo geral, existem muitos produtores de leite na região que necessitam de resfriadores. Santana do Livramento, Alegrete, Dom Pedrito e Piratini, por exemplo, estão entre os 15 municípios que tem apenas entre 0 e 9% dos produtores de leite com resfriadores próprios. Isso significa que o leite ordenhado deve ser imediatamente encaminhado a algum resfriador localizado fora da propriedade. O resfriador é uma tecnologia importante para a atividade leiteira realizada em lugares de difícil acesso como freqüentemente são as propriedades rurais da Campanha e permite que o leite seja armazenado, por uma ou mais famílias, e que a coleta seja feita a cada dois ou três dias no estabelecimento.

A figura 13 apresenta *número total de silos* existentes nos municípios da Campanha e o *número de silos por estabelecimento* na região de estudo.

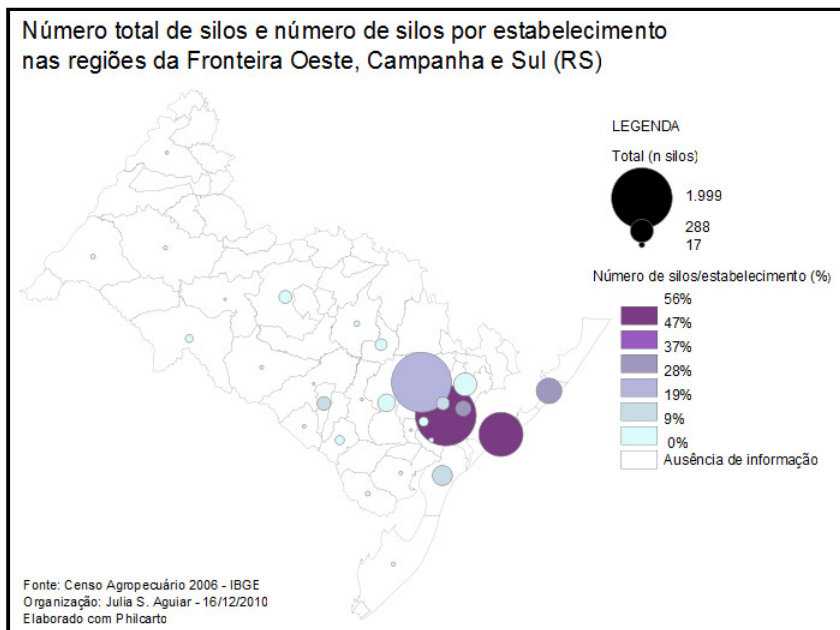


Figura 13

O mapa mostra que existe uma concentração de silos em três municípios da região. São eles: Canguçu (1.343 unidades), Pelotas (1.312 unidades) e São José do Norte (803 unidades). Em Pelotas e São José do Norte, entre 47 e 56% dos estabelecimentos possuem silos. Essa situação contrasta radicalmente com a quantidade de silos existentes na maior parte dos municípios da Campanha. Em Santana do Livramento, por exemplo, de um total de 2.614 estabelecimentos, somente 18 possuem silos. Isso significa que somente 1,3% dos estabelecimentos possui estrutura adequada ao armazenamento de grãos. Esses mostram que, muito embora diversos municípios da região sejam importantes produtores de grãos, a comercialização é realizada próxima dos centros de escoamento e exportação, onde estão as empresas integradoras, portos, etc. Essa situação decorre da presença concentrada das estruturas destinadas ao armazenamento de grãos.

A figura 14 mostra a *área colhida* de feijão, mandioca, horticultura e floricultura na área de estudo; três culturas em geral associadas à pequena produção familiar.

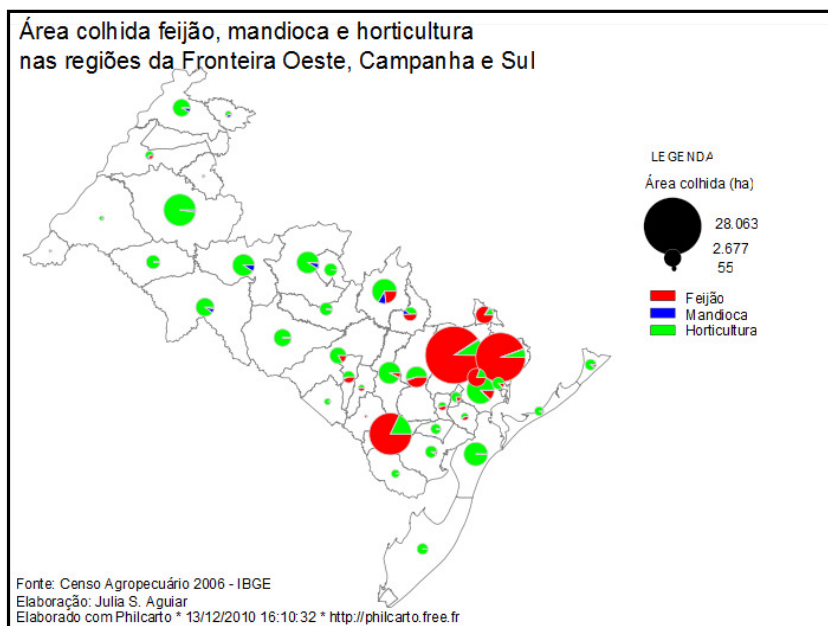


Figura 14

O mapa mostra que, de um modo geral, existe uma pequena produção de horticultura e floricultura na região. O município de Alegrete, interessante observar, tem a maior área colhida, com 8.455 ha voltados para horticultura e floricultura, seguido por Pinheiro Machado com 5.427 ha. Santana do Livramento, por sua vez, tem 2.455 ha ocupados com horticultura. Outros municípios como Canguçu, Herval e São Lourenço do Sul, apresentam importante área colhida de feijão, contando com 25.379 ha, 19.552 ha e 12.420 ha, respectivamente. Esses municípios de fato estão entre os que mais produzem feijão no estado. Em 2006, Canguçu ficou em segundo lugar em termos de quantidade produzida no RS (com 5.572 toneladas), ficando atrás apenas de Vicente Dutra, município situado no Alto Uruguai, região norte do estado. Os demais municípios não apresentam áreas expressivas de produção de feijão. A área colhida de mandioca está entre as predominantes nos municípios de Rosário do Sul, São Gabriel e Santana da Boa Vista, o que parece indicar que a mandioca é mais cultivada em pequena escala, para o autoconsumo, que para a comercialização.

A figura 15 mostra a *força de tração* utilizada nos estabelecimentos da região da Campanha.

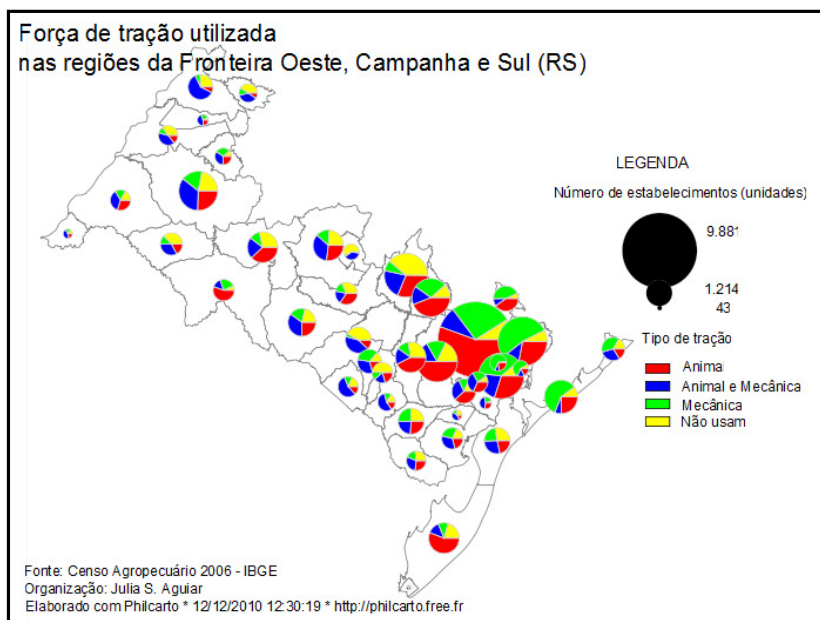


Figura 15

O mapa mostra que um número significativo de estabelecimentos utiliza tração animal para a realização das tarefas relacionadas à produção. Outra quantidade expressiva de estabelecimentos utiliza tração animal e mecânica, combinadas. Em menor proporção, estabelecimentos que utilizam somente tração mecânica. E ainda, em diversos municípios a classe dos estabelecimentos que não utiliza tração, é relativamente expressiva. Em Quaraí, Santana da Boa Vista e Bagé, cerca de 45% dos estabelecimentos não utilizam qualquer tipo de tração. Isso decorre naturalmente de a atividade produtiva nesses municípios ser voltada para a pecuária extensiva, na qual não é necessário o uso rotineiro de tração animal ou mecânica.

A figura 16 cruza dados sobre o *tipo de equipamento* utilizado na aplicação de agrotóxicos, por número de estabelecimentos que utilizam os mesmos<sup>45</sup>.

<sup>45</sup> O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) não fornece dados sobre a área aplicada com agrotóxicos, o que poderia fornecer um quadro mais acurado do alcance de cada uma das formas de aplicação. A área aplicada por um trabalhador com um pulverizador costal é, nesse sentido, muito reduzida se comparada à área aplicada por uma aeronave.

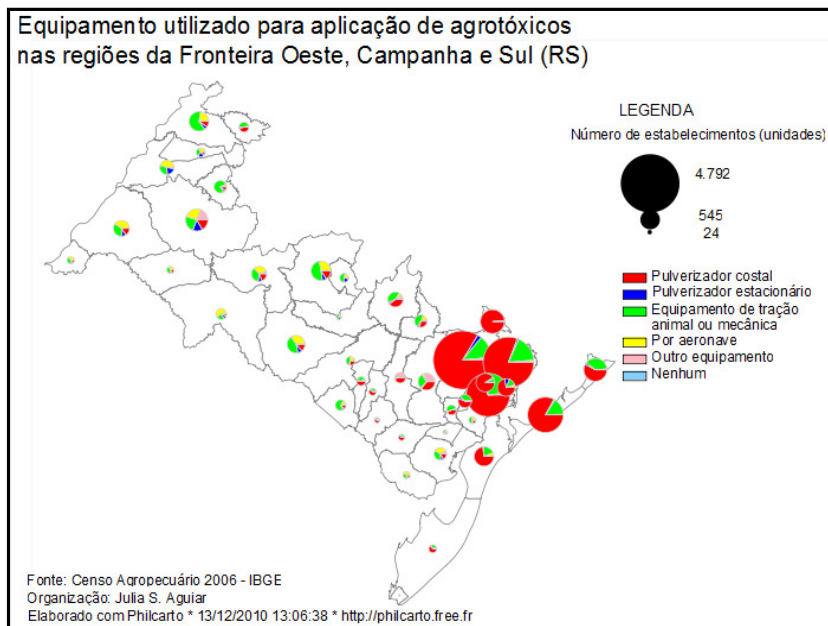


Figura 16

O mapa mostra uma concentração do número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, nos municípios de Canguçu, São Lourenço do Sul e Pelotas. Nesses municípios, o pulverizador costal é utilizado em mais de 80% dos estabelecimentos usuários de agrotóxicos. Esses municípios têm igualmente alta porcentagem de estabelecimentos que utiliza tanto a tração animal quanto à mecânica na aplicação dos insumos. Nas demais áreas é alta a proporção de estabelecimentos que utiliza aeronaves para a aplicação de insumos, além dos equipamentos de tração animal e/ou mecânica. Essa predominância de uma técnica ou outra parece estar associada ao tipo de produção. Também significativa nessas regiões é a cultura do arroz e, em menor escala, da soja. De um modo geral, de acordo com o IBGE (2006), aproximadamente 33% dos estabelecimentos da região utilizam agrotóxicos. Há que notar, nesse sentido, que o órgão de pesquisa não fornece dados sobre a extensão em área aplicada com cada uma das diferentes técnicas. Caso esse dado fosse fornecido é bastante provável que os municípios do COREDE Fronteira Oeste viessem a aparecer com expressiva extensão em área aplicada por aeronaves em plantações de arroz ali existentes.

As figuras 17 e 18 mostram os valores da produção animal e vegetal nos estabelecimentos na região da Campanha. O valor da produção total é a soma dos valores da produção animal, da produção vegetal e da agroindústria. O valor da produção animal inclui animais de grande porte, animais de médio porte, aves e

pequenos animais. Por sua vez, o valor da produção vegetal inclui lavouras temporárias, lavouras permanentes, horticultura, floricultura, silvicultura e extração vegetal. O valor da produção relacionado à agroindústria foi também analisado durante a elaboração dos mapas. Entretanto, esses valores eram tão pouco expressivos quando comparados com os valores das outras duas categorias – produção animal e produção vegetal -, que não pareceu relevante aqui representá-lo.

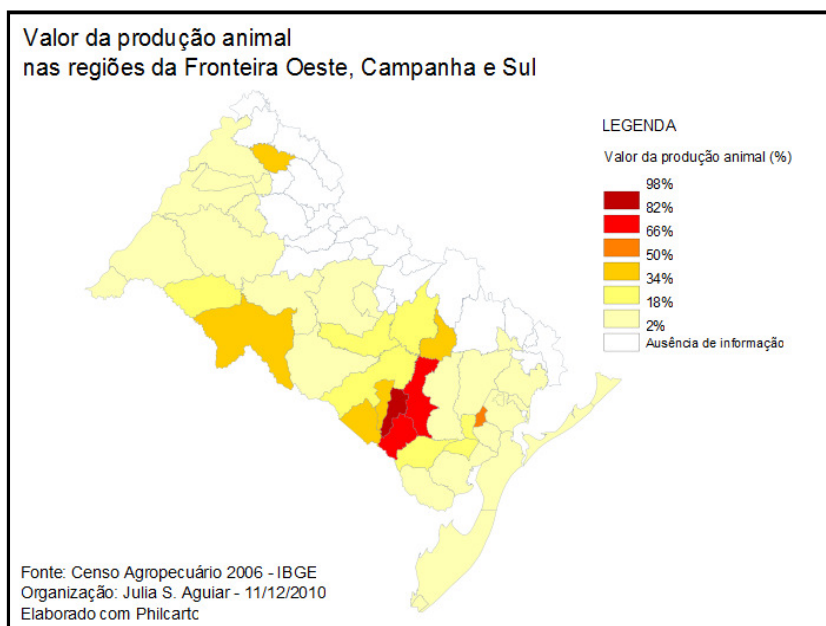


Figura 17

O mapa mostra que são poucos os municípios onde o valor da produção animal é expressiva, em comparação às demais categorias analisadas, principalmente em relação ao valor da produção vegetal. Candiota tem 80% do valor da produção representada pela produção animal. Já Morro Redondo, Pedras Altas e Pinheiro Machado têm entre 66 e 82%. Santana do Livramento, Aceguá, Hulha Negra e Santana da Boa Vista têm entre 34 e 50% do valor total da produção vinda da produção animal. Por outro lado, 27 municípios da região têm valor da produção animal menor do que 18% do valor total da produção.

A figura 18, por sua vez, mostra o valor da produção vegetal em relação às demais categorias.

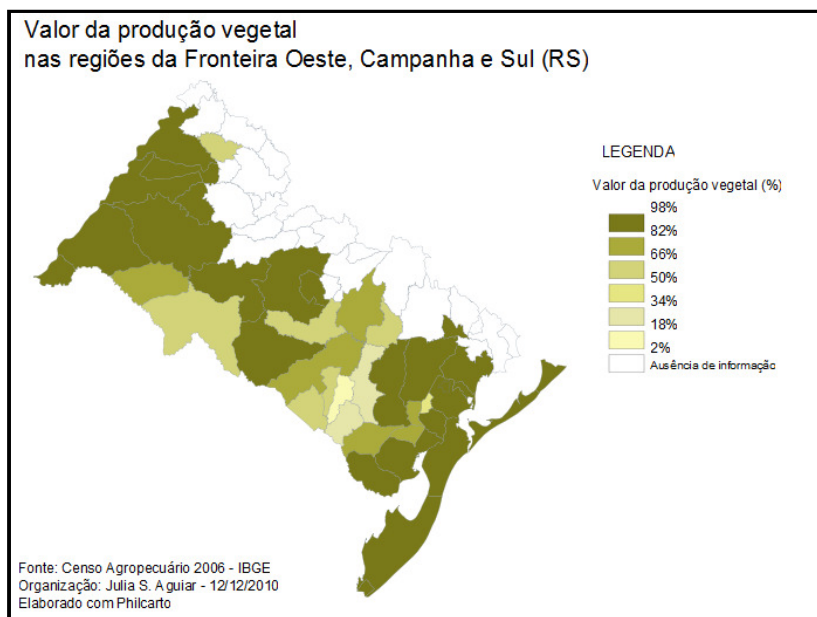


Figura 18

O mapa mostra que predominam os municípios onde o valor da produção vegetal é mais alto. Nessa linha, 27 municípios têm o valor da produção vegetal maior do que 80% do valor da produção municipal total. Nesses municípios, as lavouras temporárias são responsáveis por quase a totalidade do valor da produção vegetal. É exceção o município de Piratini, que apresenta 80% do valor da produção vindos da silvicultura.

A figura 19 mostra o valor dos financiamentos obtidos pelos diferentes agentes financeiros responsáveis.



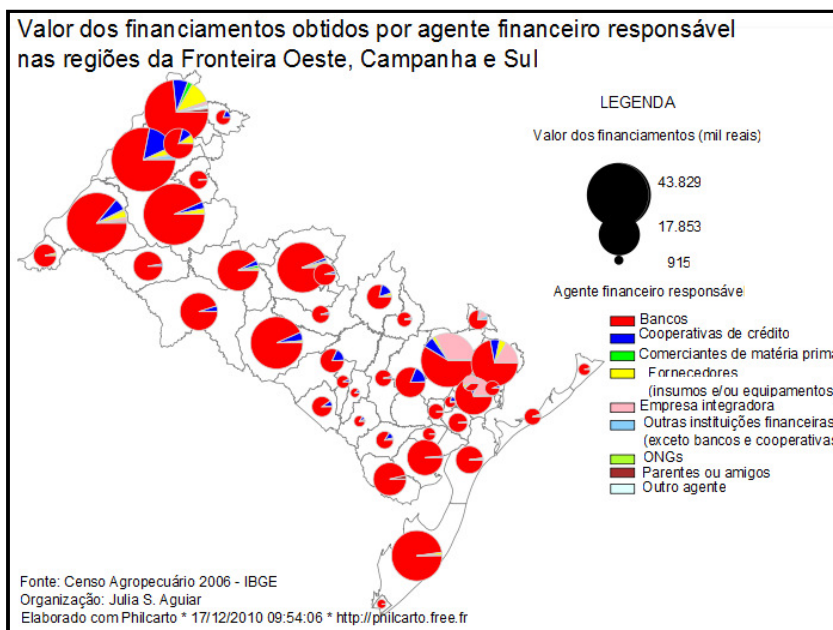


Figura 19

O mapa mostra que os bancos são os principais agentes financiadores na região, tendo financiado 82% do valor dos financiamentos obtidos pelos estabelecimentos rurais, o que representa cerca de 410 milhões de reais. Já o valor total dos financiamentos, de acordo com o IBGE (2006), foi de 503 milhões para os municípios observados. Fugindo um pouco dessa regra, municípios como Canguçu, São Lourenço e Pelotas, têm boa parte dos financiamentos obtidos de empresas integradoras, embora os bancos contribuam com a maior parte. Entretanto, na região como um todo, esse tipo de financiamento obtido de empresas integradoras é pouco expressivo, representando 4% do valor total de empréstimos. As cooperativas de crédito, por sua vez, também estão presentes em quase todos os municípios, contudo os valores financiados pelas mesmas não passem de 6% do valor total para a região. Em alguns municípios da Fronteira Oeste, as cooperativas de crédito e as empresas fornecedoras de insumos e equipamentos contribuem com proporção um pouco maior dos financiamentos.

A figura 20 mostra o *acesso a financiamento* por número de estabelecimentos nos municípios da região da Campanha.

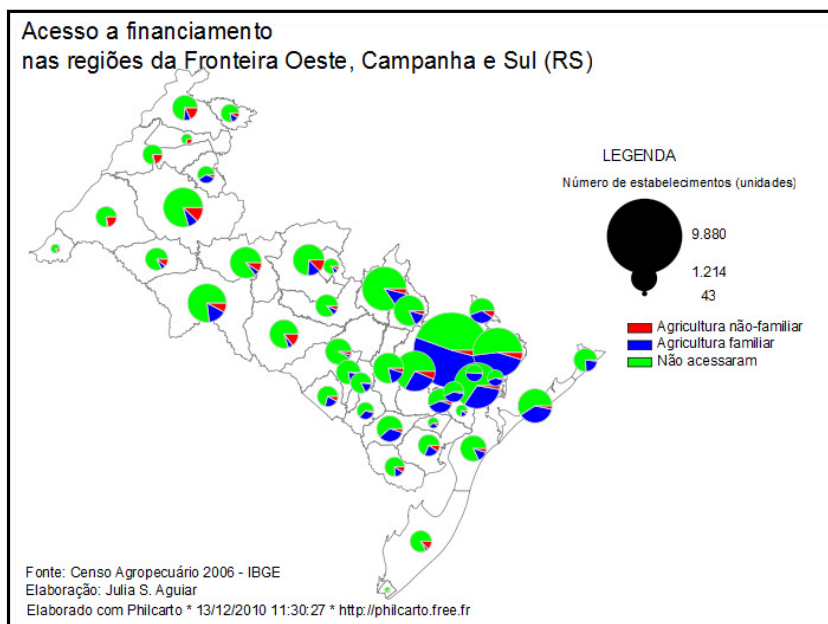


Figura 20

O resultado mostra que, em todos os municípios, uma quantidade bastante expressiva de produtores não utilizou qualquer tipo de financiamento, chegando a 75% dos estabelecimentos dos 19 dos municípios observados. Além disso, dentre os tipos de crédito utilizados, o maior número de estabelecimentos teve acesso a financiamentos para agricultura familiar. Por outro lado, financiamentos voltados para a agricultura não-familiar foram utilizados em menor quantidade de estabelecimentos. Contudo, o valor desses financiamentos é, via de regra, exponencialmente maior do que os financiamentos para a agricultura familiar, via PRONAF, conforme mostra o mapa abaixo (Figura 21), que mostra o valor dos financiamentos por tipo de programa utilizado.

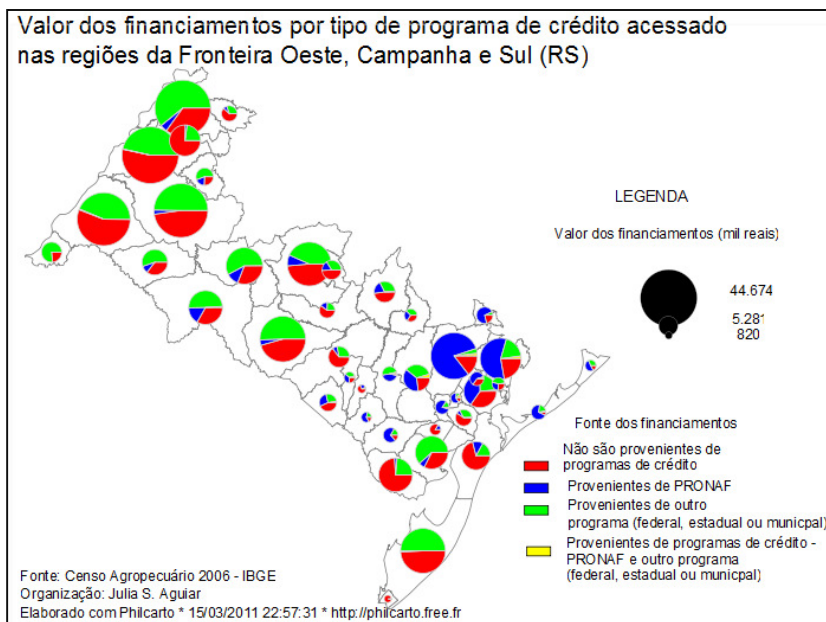


Figura 21

O mapa mostra que uma parte expressiva dos financiamentos obtidos pelos estabelecimentos da região não é proveniente de programas de crédito do Estado. Canguçu e São Lourenço do Sul são os municípios onde os recursos acessados via PRONAF são os mais expressivos, o primeiro com 24,6 milhões de reais, e o segundo com 13,2 milhões de reais. Pelotas e Herval utilizam também quantidade proporcionalmente expressiva de recursos que chegam via PRONAF, embora o valor total desses financiamentos seja menor, 5,8 milhões e 2,1 milhões respectivamente. Em outros municípios, da Fronteira Oeste, onde a orizicultura é preponderante, a classe que representa os investimentos do PRONAF é pouco expressiva em termos do valor acessado. Nesses municípios, os principais financiamentos aos estabelecimentos rurais são oriundos de outros programas federal, estadual ou municipal, que não o PRONAF. Interessante nesse sentido observar que do total de financiamentos para a região, 503 milhões de reais, 17% provém do PRONAF, 40% provém de outros programas, federal, estadual ou municipal (não especificados pelo IBGE) e 42%, ou seja, cerca de 213 milhões de reais, não são provenientes de programa de crédito algum.

### 3.1.4 Os assentamentos e a região da Campanha

Considerando a implantação dos assentamentos a partir da dialética entre os condicionamentos do meio e o evento assentamento, propriamente dito, que traz uma nova estrutura ao espaço, alguns aspectos da relação entre assentamentos e o contexto produtivo regional de imediato chamam a atenção. Verificando a matriz produtiva dos assentamentos, vê-se que as culturas predominantes do meio agrário regional estão, naturalmente, também ali presentes. A diversificação de atividades é, no entanto, a característica predominante desses novos espaços. Na escala do lote, a quantidade de atividades produtivas realizadas por uma mesma família é em geral expressiva, compreendendo o cultivo de alimentos de origem animal e vegetal para o auto-abastecimento da família – podendo o excedente ser comercializado - e a produção de culturas comerciais voltadas especificamente para a venda. Nesse modo produtivo, a pecuária de corte e de leite, o arroz, a soja, a fruticultura, são atividades que fazem parte, senão de um mesmo lote, pelo menos de um mesmo assentamento. Essa estratégia, que envolve uma diversidade de linhas produtivas, tende a criar uma situação de maior estabilidade garantindo renda para as famílias diante das flutuações de preços dos produtos primários.

A pecuária leiteira é a principal linha de produção adotada pelos assentados da Campanha gaúcha. É oportuno observar a condição desses produtores de leite dos assentamentos comparativamente à condição dos produtores do entorno imediato, no caso os produtores de Santana do Livramento. O município conta com 75 estabelecimentos produtores de leite e 81 tanques para resfriamento. Alguns estabelecimentos produtores possuem, no entanto, mais de um tanque resfriador. A produtividade desses estabelecimentos fica em torno de 10 mil litros/mês, o que pode-se considerar um valor médio, comparativamente a outros municípios do contexto, como Aceguá e Barra do Quaraí. A produção total de Santana do Livramento foi 12,5 milhões de litros no ano de 2006. Desse total, 5 milhões de litros foram produzidos pelos produtores de leite associados à Cooperforte. São 332 famílias cuja produtividade média é mais baixa que aquela dos produtores santanenses, mas que somados produzem quantidade significativa do leite do município (40%). De acordo com a Cooperativa Regional de Assentados da Fronteira Oeste (Cooperforte), a produtividade média mensal das famílias fica em torno de 1.200 litros por família. Entretanto, a diferenciação entre produtores é

grande, e as famílias que mais produzem tendem a alcançar a produtividade dos estabelecimentos santanenses com algo em torno de 10 mil litros/mês. Quanto à estrutura, os produtores de leite da Cooperforte utilizam 250 tanques resfriadores distribuídos entre os lotes produtores. Muitos desses são de uso coletivo. O conjunto dos lotes da Cooperforte produziu, em 2010, 5 milhões de litros de leite. Vê-se aí que os assentamentos, apesar de terem uma produtividade menor, contribuem de modo expressivo na produção de leite do município.

Expressivo também é o papel da pecuária de corte nos lotes da Reforma Agrária de Santana do Livramento. Situados em uma região onde as pastagens ainda predominam no espaço agrário, os assentamentos, no entanto, produzem gado para corte, em paralelo com um conjunto de outras atividades que ao final compõem a renda do lote. Considerando as condições ambientais da Campanha a pecuária oferece certa estabilidade. De acordo com os assentados, esse é um dos motivos da adoção dessa atividade. A pecuária de corte aparece de fato na maior parte dos lotes pesquisados. Entretanto, a produção é mais voltada para o consumo da família que com a venda de excedentes. Há que notar, contudo, que em assentamentos de acesso mais difícil, com estradas precárias, a pecuária de corte parece estar mais presente como fonte de renda. Os produtores assentados parecem, nesse sentido, adotar estratégias semelhantes àquelas dos pequenos produtores de gado da região, os assim denominados pecuaristas familiares (RIBEIRO, 2009; TORRES, 2001). O sistema de produção dessa pecuária tradicional (FONTOURA, 2005), caracteriza-se por um manejo do gado que envolve poucos investimentos e, em comparação com os cultivos agrícolas, pouco trabalho também. Os animais são em geral vendidos em lotes de terneiros, em feiras, antes da entressafra da pastagem - nos meses de abril e maio -, ou então vendidos para atravessadores, pequenos abatedouros, açougues e frigoríficos. A situação dessa pecuária extensiva tradicional, de longos ciclos e de baixa produtividade, está descrita por Fontoura (2005). O autor mostra uma situação onde, enquanto houver procura por esses rebanhos de qualidade mais baixa, a oferta desses pequenos pecuaristas familiares tende a se manter, apesar dos baixos valores auferidos na venda. Já nos assentamentos, a pecuária de corte é freqüentemente consorciada com a produção de soja e, na safra, essa outra atividade também gera renda para a família.

Outras produções importantes a considerar relacionadas ao abastecimento de Santana do Livramento são o feijão, a mandioca, a horticultura e a floricultura. Verificamos que a extrema carência desses produtos na região, produtos que, como sabemos, contribuem com parte importante da alimentação diária em nosso meio. A Campanha conta com cidades relativamente populosas cujo abastecimento nesses itens vem de longe. Essa situação de carência que abre lugar para a assim conceituada condição de *evento* oportunizada aos assentamentos da região. No entanto, a horticultura voltada para ao comércio é ainda incipiente nos assentamentos observados. Porém os relatos e as experiências que acompanhamos parecem apontar para possibilidades produtivas que podem criar *circuitos curtos* de abastecimento, a partir de relações diretas com os comerciantes da região, eliminando do processo os atravessadores.

Um aspecto relacionado às técnicas utilizadas pelos assentados que nos chamou a atenção já no início do trabalho de campo foi o uso de agrotóxicos. A cultura da *necessidade de utilização do pacote agronômico* para produzir está muito presente na fala e nas ações dos assentados, apesar de muitos assumirem que esses produtos têm efeitos nocivos à saúde e ao ambiente. Importante notar o grande número de estabelecimentos que utiliza o pulverizador costal, especialmente em municípios como Canguçu, por exemplo, que é caracterizado pela forte presença de pequenos estabelecimentos e assentamentos. O pulverizador costal é muito utilizado por pequenos produtores, sendo o equipamento de aplicação associado ao maior número de intoxicações ocorridas com trabalhadores (SOARES, 2005). Observando o uso de agrotóxicos no contexto regional verifica-se que essa *cultura* não é uma opção dos assentados, mas sim uma prática generalizada, algo que já faz parte da história da agricultura da região, na qual o universo de agricultores está naturalmente imerso. A situação nos assentamentos de Santana do Livramento não foge a essa regra. O uso de agrotóxicos foi registrado no trabalho de campo principalmente nas lavouras de soja e arroz, através de tratores, mas também nas lavouras de milho, feijão, em hortas, pomares e em pequenos serviços ao redor da casa, em geral aplicado com o pulverizador costal. Algumas experiências com agricultura ecológica foram, no entanto, também acompanhadas.

Com relação a financiamentos, os dados do IBGE (2006) mostram que a vasta maioria dos financiamentos é obtida através dos bancos (82%) e um valor relativamente pequeno é obtido junto a empresas fornecedoras de insumos (3%) e

empresas integradoras (4%). A situação verificada nos assentamentos observados, entretanto, parece diferir da realidade mostrada pelo IBGE (2006). De acordo com informações levantadas em trabalho de campo, a taxa de endividamento nos assentamentos de Santana do Livramento é extremamente alta, podendo chegar a 80% dos assentados, nesse caso impossibilitados de acessar novo crédito. Essas dívidas foram de um modo geral contraídas no início do processo de assentamento, numa época em que o acesso ao crédito acontecia via formação de coletivos, e onde um produtor era *aval solidário* de outro. As dívidas foram então contraídas de modo generalizado, e hoje, nenhum dos assentados entrevistados pode contrair novos créditos bancários ao modo do PRONAF A, programa voltado à agricultura familiar, com juros bastante baixos. Essa situação conduz naturalmente a outras estratégias na realização das lavouras, como o financiamento através de empresas fornecedoras de insumos (adubos, sementes, etc) e através das empresas integradoras. Nessas situações, os juros são em geral mais altos que os juros bancários e o produtor fica obrigado a entregar a produção quando ocorre de a oferta ser alta e os preços da mercadoria estarem relativamente baixos. Essa situação foi observada tanto em relação às lavouras de soja quanto de arroz. Não investigamos mais a fundo nesta pesquisa a questão das dívidas. Focalizamos sim as estratégias espontâneas de produção diante dessa situação de endividamento e da necessidade de se auto-organização dos assentados que é do que tratamos no que segue.

### **3.2 O procedimento padrão e as formas espontâneas de organização**

Seguimos nossa análise tratando agora da ação do Estado na implantação dos assentamentos e do encontro entre as normas que regem esse processo e as formas espontâneas de organização social. Para analisar o processo pela via institucional, nos baseamos nas pesquisas de Mello (2006 e 2007), onde o autor avalia as implicações dos aspectos metodológicos e administrativos dos procedimentos utilizados pelo INCRA.

Mello (2007) verifica que no processo de desenvolvimento dos assentamentos, o INCRA lança mão de um método genérico, um procedimento padrão, que consiste de três etapas: implantação, consolidação e emancipação. O

procedimento prevê que durante essas etapas, os assentados devam ter acesso a infraestrutura básica - estrada, água e luz - e aos créditos de instalação nas modalidades apoio - R\$ 2.400 - e materiais de construção - R\$ 5.000<sup>46</sup>. Após a utilização desses créditos, os assentados estarão aptos a receber o PRONAF A, atualmente no montante de R\$ 16.500, que se destina a realizar a pequena produção agrícola de mão de obra familiar. Nesse processo alguns assentados, uma minoria, acessam complementarmente ao Terra Sol, um programa de agroindústria familiar voltado ao beneficiamento da produção. Esse processo é acompanhado pela Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, na proporção de um técnico para cada 100 famílias, em média. Esse serviço é atualmente terceirizado<sup>47</sup>.

A liberação dos recursos tende, no entanto, a ser burocrática. De acordo com as observações de Mello (2007) o procedimento passa por um complexo diagnóstico realizado pela ATES para que seja liberado o recurso, que é pequeno e que tem basicamente a função de sustentar as famílias até a primeira safra ou até a obtenção do PRONAF A. Para que se tenha uma idéia desse processo, para uma amostra de 48 assentamentos gaúchos criados entre 1999 e 2002, o período entre o recebimento do apoio inicial e o recebimento do PRONAF A foi, em média, de 326 dias. Em Santana do Livramento, a liberação do crédito para moradia chegou a levar aproximadamente 3 anos desde a chegada das famílias na terra, como ocorreu no caso do assentamento Roseli Nunes (MELLO, 2006). Evidencia-se aí a precariedade da situação desde a chegada das famílias. O atraso nos créditos iniciais – que prevê valores por demais modestos para contemplar os objetivos de manutenção inicial da família e de aquisição de implementos e insumos para o primeiro plantio – tendem a retardar o processo de instalação e adaptação dos recém-assentados (MELLO, 2007, p.5).

Além do aspecto da infraestrutura, o plano de desenvolvimento do assentamento foi elaborado de acordo com a resolução nº 289/2001 do CONAMA, em concordância com um termo de ajuste e conduta, o TAC, lavrado entre o IBAMA e o INCRA, os quais, como sugere Mello, “são de uma exigência assustadora para o licenciamento ambiental dos assentamentos” (MELLO, 2007, p.6). Diante da dificuldade do INCRA em realizar essas tarefas com seu quadro de pessoal, a

---

<sup>46</sup> O crédito de apoio destina-se a alimentação e utensílios domésticos; o crédito materiais de construção, para a moradia; e o PRONAF A, para a produção agrícola.

<sup>47</sup> No Rio Grande do Sul, a assistência técnica é realizada pela COPTec e EMATER e o custo dessa terceirização R\$ 400 por família/ano para o INCRA.



Superintendência do INCRA do Rio Grande do Sul (INCRA-RS) optou, em 2005, por efetivar um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, através de seu departamento de Ecologia, para elaborar os estudos necessários ao licenciamento de 154 assentamentos; parte deles promovidos pelo INCRA e parte compartilhados. Os relatórios ambientais produzidos através desse convênio fornecem um diagnóstico da situação ambiental dos assentamentos, incluída aí a capacidade de uso dos solos e o uso da terra, anterior e posterior a implantação do assentamento<sup>48</sup>. Os assentamentos estão, portanto, submetidos às normas da legislação ambiental, assim como ocorre com e qualquer estabelecimento rural. Os assentamentos tendem, no entanto, a serem fiscalizados com maior rigor que as propriedades privadas, sendo que todo o seu processo de regularização e titulação dos lotes está sujeito ao cumprimento das mesmas normas ambientais.

De qualquer modo, com a chegada do PRONAF A, a partir do recebimento das diferentes modalidades de crédito acima descritas, as famílias assentadas estão aptas a produzir e a desenvolver sua autonomia. Todavia, quando o conjunto de procedimentos acima descritos se encontra com a heterogênea realidade social dos beneficiários da Reforma Agrária, uma química, a nosso ver inesperada, é gerada, na qual as estratégias espontâneas de organização se manifestam e passam a organizar o território.

Sobre esse aspecto é interessante observar a figura 22, abaixo, que representa a divisão em lotes do PE Roseli Nunes, localizado nas imediações da linha de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Implantado no ano de 2002, pelo Governo do Estado, o assentamento, com superfície total de 1.742 ha está dividido em 63 lotes, com tamanho médio de 27,6 ha. A configuração mostrada na figura parece exemplificar claramente a noção de forma-conteúdo, teorizada por Santos (2006). Com esse tipo de divisão da terra fica evidente a possibilidade de dinamização do espaço agrário através do desenvolvimento de diferentes sistemas produtivos dentro das pequenas células que foram criadas.

---

<sup>48</sup> Os relatórios foram importante subsídio para a elaboração desta pesquisa.

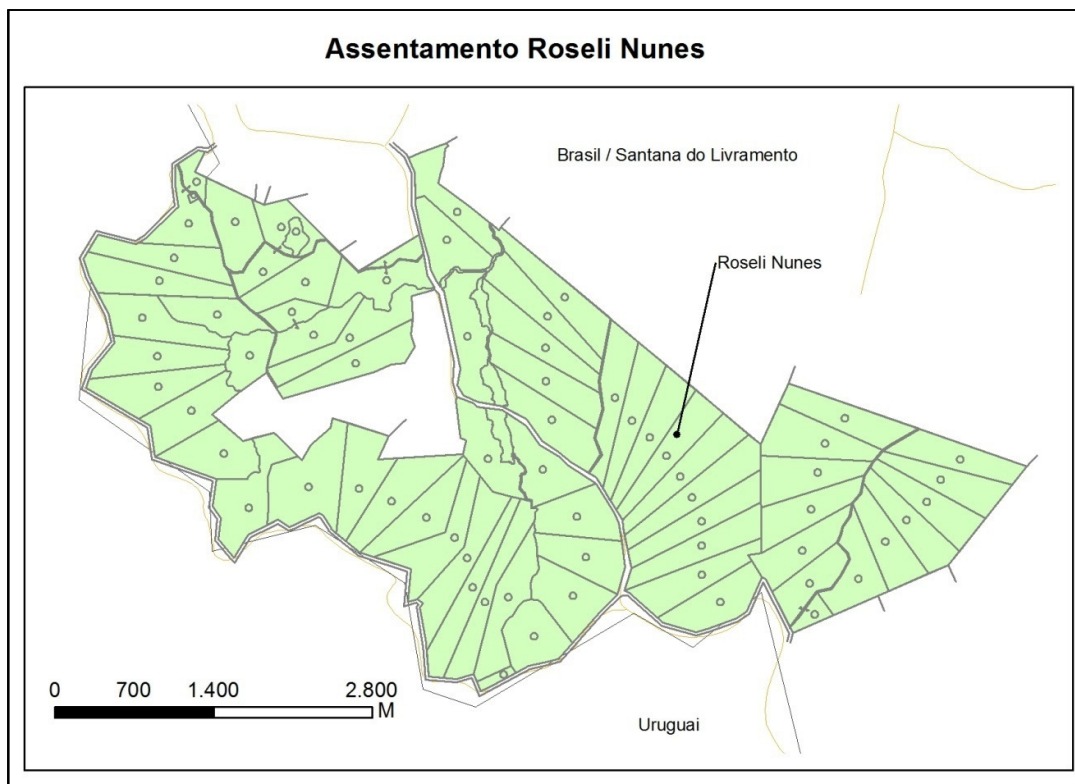


Figura 22– Divisão de lotes do PE Roseli Nunes, situado na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. O lote médio fica em torno de 27,6 ha. / Organizado pela autora.

A figura mostrada acima é estática, estável, uma fotografia que, em nossa análise representa uma situação *ideal*. A imagem, assim, também pode ser vista como um ponto de partida; pois quando agregamos a idéia de evento, de processo, que inclui não somente a forma, mas também o conteúdo, a função e o processo, ou seja, todas essas dimensões em movimento, a situação se complexifica. Na prática, o que se observa em campo, no local, é que os lotes parecem não ter limites rígidos, mas materializam usos que são fruto de *territorialidades fluidas*, simplesmente expressas no uso da terra. Uso esse que parece depender de diversos fatores tais como objetivos, conhecimentos, recursos, possibilidades técnicas e relações sociais, fatores esses que o procedimento padrão adotado pelo Estado freqüentemente não leva em conta.

Interessante exemplo é a situação gerada no PE Roseli Nunes, onde o crédito apoio levou 130 dias para chegar, e o recurso para habitações 990 dias. O assentamento permaneceu sem estradas e luz – pelo menos - até o ano de 2006, quatro anos após a sua instalação (MELLO, 2006). Esse é um dos assentamentos mais isolados do município. Como mostra a figura acima, está localizado ao longo

da linha de fronteira com o Uruguai. Para a maior parte dos assentados o único modo de chegar até o meio urbano de Santana do Livramento é o ônibus rural. Após uma considerável caminhada para chegar ao “ponto”, o trajeto de 30Km até a cidade em geral levará mais de duas horas para ser feito. Curiosamente, apesar de toda essa precariedade, apenas quatro de um total de 63 famílias abandonaram seus lotes, ou seja, a taxa de evasão foi de apenas 6,5%, bastante baixa se comparada à média do estado - 30% de abandono de lotes – ou mesmo a do município - 24,3% de abandono (MELLO, 2006). Nessa situação aparentemente contraditória o autor busca compreender os fenômenos sociais que levam as famílias beneficiárias a evadir do programa de Reforma Agrária ou a trocar de lote. Mello descreve uma situação onde, nos primeiros anos de vida do assentamento existe uma grande mobilidade na população que vem ali habitar. Ocorre nessa etapa um intenso processo de reorganização espacial e social. Muitos lotes são trocados, de modo autônomo e informal. As famílias recém-assentadas trocam, entre si, as áreas recebidas. Menos freqüentes, sabe-se de troca de lotes inclusive entre assentados de diferentes regiões do estado.

Desde um ponto de vista social, ocorrem nessa etapa inicial, outras mudanças importantes; se na etapa de acampamento a organização das rotinas da vida era essencialmente coletiva, no assentamento o que se observa é que os *coletivos maiores* tendem a se dissolver para formar agora pequenas associações, parcerias, muitas das quais baseadas na família estendida. Esse momento inicial parece ser de fundamento na continuidade futura do assentamento. Toda essa reorganização social, espacialmente associada à reorganização dos lotes estará na base da organização da produção futura. As trocas de lotes e a constituição das vizinhanças materializam relações. Decidir sobre a organização dos lotes é, em última instância, é decidir como será ocupado e organizado o território; quem serão os vizinhos de quem.

Contudo, após esse período inicial de acomodação, comunidades mais estáveis tendem a se formar, criando outros vínculos a partir de outros aspectos mais relacionados à dimensão simbólica da vida, tais como parentesco, vizinhança e religião (MELLO, 2007). Pois é justamente nesse processo de reacomodação social do assentamento, que novas forças externas aos movimentos sociais entram em cena no processo de organização espacial do território. Esse é o caso da igreja evangélica, que tem hoje casas de culto espalhadas na maior parte dos

assentamentos de Santana do Livramento e que se propõe a oferecer conforto espiritual à famílias em situação precária, deslocadas para lugares ermos, onde a presença da anomia pode ser crítica.

Mello (2006) ao aprofundar seu estudo sobre esses fenômenos sociais complexos classifica a evasão como o abandono, a venda e a expulsão de lotes. Já a *rotatividade* é equiparada ao fenômeno de mobilidade, que para o autor inclui a evasão, a troca de lote entre e intra-assentamento, as trocas de titularidade, o abandono de lotes ocupados irregularmente, e mesmo outras modalidades de saída do programa de Reforma Agrária como as mortes por conflito. Nesse entendimento tipológico, o fenômeno maior, a *rotatividade*, abarcaria todas as demais situações de mobilidade dentro ou à margem do programa. Já o conceito de evasão, mais restrito, caracterizaria estritamente a fuga ou a saída do assentado.

O autor observou o fenômeno em 193 assentamentos no Estado, todos criados entre os anos de 1994 e 2002. Ao prospectar as causas de evasão/rotatividade<sup>49</sup> 16 variáveis foram testadas, todas relacionadas à dimensão material do processo de assentamento<sup>50</sup>. Contudo, a verificação dessas variáveis não foi suficiente para a compreensão dos fenômenos da evasão e da rotatividade. A população de assentados experimenta, em geral, ao longo da sua trajetória de vida situações de extrema precariedade. Para muitos, o acampamento é a “última saída e única esperança”. O período vivido como acampado<sup>51</sup>, que muitas vezes se prolonga por anos, é um tempo no qual os ditos *beneficiários* da Reforma Agrária vivem em condições materiais muito restritas. Não sendo, portanto, a precariedade uma novidade, deduz-se, seguindo Mello (2006), que a dimensão material não seja decisiva no esclarecimento dos fenômenos da evasão e da rotatividade. O autor, em sua busca de entendimento do tema, realiza duas etnografias aprofundando e

---

<sup>49</sup> Houve ênfase na evasão de lotes por ser mais fácil de quantificar, entretanto, o pesquisador constata que a mobilidade nos primeiros anos de assentamento é extremamente alta, em alguns lugares, como no PA Apolo, podendo atingir quase a totalidade dos lotes.

<sup>50</sup> As 16 variáveis da dimensão material testadas foram: a) crédito instalação, modalidade apoio, b) crédito instalação, modalidade materiais de construção e c) PRONAF A, modalidade para assentados; d) percentual de lotes sem água, e) percentual de lotes sem luz, f) percentual de lotes sem casa, g) percentual de estradas internas executadas e; h) percentual de estradas externas em má condição; i) a qualidade dos solos (medido pelo percentual de classes de capacidade de uso I a IV); j) tipo de assistência técnica (EMATER ou COPTec); l) executor do assentamento (INCRA, GRAC ou compartilhado); m) ano de implantação, n) tipo do público (sem-terra do MST, atingidos por barragens ou ex-ocupantes de áreas indígenas); e o) região de implantação (Norte, Fronteira Oeste, Campanha, Sul e Metropolitana). Em duas etnografias, testou-se o estado civil (p) e a religião (q) dos assentados.

<sup>51</sup> Para conhecer um relato etnográfico bastante rico sobre o tempo de acampado, ver: LOERA, 2010.

constatando *in loco* o que denomina de *dimensão simbólica* do processo. As etnografias foram realizadas nos assentamentos Apolo e Santo Ângelo, ambos em Santana do Livramento. Por essa via etnográfica o autor registra um contexto social onde, nos primeiros tempos de assentamento, intensas disputas relacionadas ao uso da terra podem ocorrer e ocorrem. Uma das conseqüências desses conflitos iniciais é a evasão de beneficiários. Outra é a já mencionada troca informal de lotes, buscando formar uma comunidade fundada em valores comuns, mais estável, onde seja possível alcançar um certo equilíbrio entre cooperação e conflito (MELLO, 2006).

Mello (2006) constata em Santana do Livramento uma evasão média de 23,4%. Já a rotatividade apresenta um percentual bem maior; de fato nos estudos de caso do autor representou o dobro ou mais. O assentamento que teve maior taxa de evasão foi o PA Jupira São Leopoldo, com a saída de 40% das famílias. Por outro lado, o PA Apolo foi aquele com maior taxa de rotatividade. Nesse assentamento, 97% dos lotes foram objeto de troca, ou seja, 33 de um total de 34 lotes. O autor atribuiu as causas do fenômeno a uma conjunção de fatores políticos, sociais e ambientais geradores de disputas de poder.

A situação acima descrita mostra como as dificuldades de solo, clima, estradas, crédito e assistência técnica levaram os agricultores desses PAs, especialmente aqueles que receberam lotes de várzea, a arrendar as terras para fazendeiros do entorno. Somado a isso, desde um ponto de vista sócio-político, a presença ali de dois grupos de assentados com posições divergentes levou a situações de violência, freqüentemente relacionadas à disputa por recursos naturais, como a terra e a água. Boa parte dos assentados do Apolo, não deixaram de arrendar seus lotes para os fazendeiros, não se envolvendo diretamente nessa disputa que, entretanto, se armou por força das contingências. (MELLO, 2006). Essas disputas ocorridas no PA Apolo culminaram em atos de violência, e resultaram na morte de um assentado e outros dois baleados. Nesse período de radicalização, ao longo de 2001, o Apolo chega a ter 17 lotes vagos concomitantemente. Essa situação extrema, em realidade uma história particular entre os grupos diretamente envolvidos, acaba gerando um preconceito por parte da população de Santana do Livramento, com relação aos novos habitantes. Esse estigma, contudo, vai sendo aos poucos superado. Hoje, os lotes então vagos foram reocupados, dessa vez com indicações de famílias acampadas, via MST. Buscou-

se, nesta seleção, pessoas aptas a trabalhar em lavouras de arroz. No entanto, apesar desses cuidados, a chegada de novos habitantes novamente gerou instabilidade; conflito este que talvez pudesse ter sido evitado se os assentados mais antigos tivessem sido consultados durante o processo de ocupação dos lotes vagos<sup>52</sup>.

Mello (2007), observa que a regularização de lotes tende a tomar um tempo considerável aos servidores do INCRA, devido aos altos índices de rotatividade nos assentamentos. O autor sugere, também, que outras dificuldades são criadas pela instituição mediadora, o INCRA, e também pelos movimentos sociais quando esses não percebem o todo que está envolvido na aparentemente simples reocupação de lotes vagos em um assentamento (MELLO, 2006). A normativa do INCRA<sup>53</sup> prevê que o Instituto selecione as famílias com base em indicadores sociais, número de pessoas na família, a idade do candidato, entre outros. Entretanto, esse processo é em geral mediado pelos movimentos sociais, como o MST, e de acordo com Mello (2007), a seleção das famílias é com frequência direcionada por interesses que entram em conflito com os interesses das famílias já assentadas. Nesse aspecto a tendência nos assentamentos, ao surgir um lote vago, é que os assentados se organizem, espontaneamente, buscando trazer algum familiar ou alguém das relações do grupo já instalado para ocupar aquele espaço. Essa tendência aparentemente natural entra, freqüentemente, em choque com a posição, compartilhada pelo INCRA e pelo MST, de que a família a ocupar o lote vago deva ser egressa do processo de acampamento.

Para Mello (2006), a rotatividade e a evasão de lotes são fenômenos com múltiplas causas, porém potencializados em situações de baixa coesão social. Para o autor “a formação de uma comunidade implica na existência de uma identidade ‘nós’. Essa condição não significa que não há conflito, mas que melhor sobrevivem os grupos que conseguem chegar a certo equilíbrio entre a cooperação e o conflito” (MELLO, 2006, p.43). Compreende-se nesse sentido, que “as organizações tradicionais, baseadas no parentesco, na religião e na reciprocidade, não devem ser vistas como um obstáculo no processo de assentamento, mas como recurso para o desenvolvimento” (MELLO, 2006, p.192). Nessa linha, as muitas parcerias que se configuram de modo espontâneo nos assentamentos de Santana do Livramento,

---

<sup>52</sup> Para mais detalhes sobre a situação aqui relatada em linhas gerais, consultar Mello (2006).

<sup>53</sup> Norma 45/2005 (INCRA, 2005a)

podem também ser vistas como relações, em muitos casos, positivas. Baseadas na confiança entre parceiros, essas relações viabilizam – de modo informal e pré-capitalista – que a produção seja efetivada.

Passamos, no que segue, aos primeiros tempos de ocupação nos assentamentos focados pelo nosso estudo.

### **3.3 “Aqui era só campo!”: a forma-conteúdo e as mudanças no uso da terra**

A exclamação acima está seguramente entre as que mais ouvimos quando os assentados se referiam ao período quando chegaram à *nova terra*. As fazendas que passaram a ser um novo espaço de vida eram, de um modo geral pouco habitadas, cobertas por pastagem nativa e com poucas áreas de lavoura. Muitos desses primeiros assentamentos foram implantados em partes do município de difícil acesso. Nesse contexto, áreas que eram “apenas capim” deveriam tornar-se lugares de vida e produção.

Esse foi o caso do PA Bom Será. Em 1996, na instalação do assentamento, havia apenas a sede da antiga fazenda, onde as 26 famílias ficaram morando, juntas, durante os primeiros sete meses. Essa condição inicial é muito comum nos assentamentos da Campanha, onde as estâncias geralmente tinham grandes sedes que acabaram abandonadas. As famílias, não tendo infraestrutura alguma no momento da chegada, aglomeraram-se em torno das únicas instalações existentes – geralmente em estado precário. Na época em que as famílias chegaram no PA Bom Será, não havia estrada que chegasse ao assentamento. Para ir de carro até a cidade era necessário rodar 54 km, dando uma volta pelo Uruguai, ou então, caminhar 9 km “passando por campos e banhados” até chegar ao lugar onde passava o ônibus. Daí seriam mais duas horas de ônibus. “Era tudo igual, não tinha árvore, não tinha nada”, explica Seu Atílio, assentado no PA Bom Será se referindo à imensidão da Campanha. A situação era precária. Mas com a chegada das famílias a transformação do espaço em lugar habitável começa a ocorrer. Assim explica Seu Atílio:

Eu andei nesses campos aí, e a gente ia num lugar parecia bonito, ia em outro lugar, também parecia bonito. Era tudo a mesma coisa. [...] Hoje quem vem aqui, e vê o jeito que está, não acredita que era daquele jeito. Por que

aqui não tinha nada para referencia. Não tinha um moirão, uma árvore.  
(ATÍLIO, Janeiro 2010)

O sentido de mudança e transformação do espaço permeia o discurso do assentado, em uma manifestação que se orgulha de ter desbravado uma fronteira “inóspita” e tê-la transformado num lugar capaz de acolher a vida de famílias. A família do Seu Atílio juntou-se a outras sete, ainda no acampamento, com o objetivo de formar uma agrovila. Esse agrupamento de famílias tinha também o objetivo de auxiliar na implantação da infraestrutura; o poço artesiano, a luz e a estrada. Hoje esse espaço de vida que produziram oferece condições ao grupo para que tenham uma existência com relativo conforto e acesso a alimentos em quantidade e relativa variedade. Plantaram pomares, hortas e flores; construíram casas e galpões; tudo cercado por um grande quebra-vento. “Na verdade a gente nem foi pensando em como fazer, foi se ajuntando os pedacinhos [...]. O lugar é a gente que faz, e a gente está contente por isso”, explica o assentado. A figura 23 mostra o conjunto de lotes descrito acima, com o grande quebra-vento.



Figura 23 - Lotes das famílias de Seu Atílio e André no PA Bom Será. A figura mostra, no primeiro plano, uma plantação de soja, logo à esquerda, um campo “queimado” com o herbicida glifosato. Mais ao fundo, o grande quebra-vento, onde se situam as casas, os pomares, galpões e a criação de pequenos animais. À direita, ao lado do quebra-vento, as vacas leiteiras pastando ao lado do galpão de ordenha que pertence a Seu Atílio e sua família. Na margem direita da figura, um pequeno açude. / Foto da autora.

A presença do quebra-vento, tão proeminente na imagem, é uma das feições mais observadas nos lotes visitados. Sem barreiras naturais, o ambiente da Campanha caracteriza-se pela presença quase que permanente do vento, o que tende a prejudicar em muito as plantações, e mesmo a qualidade de vida em geral nessas áreas. Entretanto, muitos lotes sem quebra-vento e mesmo sem outras



árvores quaisquer foram observados na região, conforme mostra a imagem figura 24, abaixo, de um conjunto de lotes do PA Santo Ângelo.

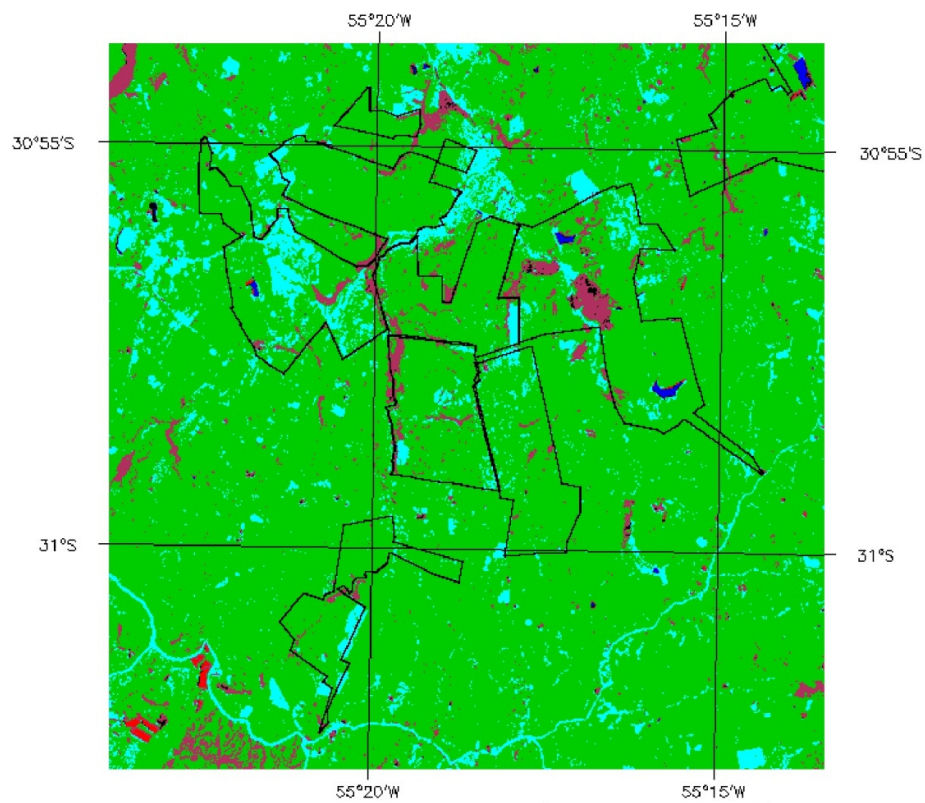


Figura 24 – Lote *pelado* localizado no PA Santo Ângelo. A figura mostra, ao fundo, um conjunto de três lotes. À direita, um lote com o grande quebra-vento voltado para o sul. Ao centro da figura, um conjunto de casas sem proteção alguma à intempérie. / Foto da autora.

A situação mostrada na figura 24, o *lote pelado*, pode tornar as condições de vida, o cotidiano de um lugar aberto como a Campanha, bastante duras. Seu Atílio, nesse sentido, explica que foi necessário insistirem muito no plantio das árvores. A seca no verão invariavelmente matava grande parte das mudas plantadas. Todavia, com persistência, o quebra-vento hoje fornece uma proteção sólida, propiciando um ambiente ameno, tanto em épocas de calor quanto de frio. O assentado reforça, além disso, que o quebra-vento é uma fonte de energia, lenha especialmente: “Aqui o inverno é gelado, muito frio mesmo, e como vamos viver sem lenha num lugar afastado desses?!”. Oriundo de Marau, Seu Atílio trouxe de lá o hábito e uma espécie de necessidade *cultural* de plantar as árvores, do seu lugar de origem. Hoje ele se vê em condições de vida semelhantes àsquelas que vivia antes do assentamento, com um diferencial importante, entretanto; aqui ele possui um título sobre a terra que a família ocupa.

Saindo das transformações produzidas na escala do lote, e observando agora a situação desde um ponto de vista mais amplo, a figura 25, abaixo, descreve em dois cortes no tempo, 1991 e 2007, as mudanças no uso da terra ocorridas em um conjunto de seis assentamentos. O PA Bom Será e o Santo Ângelo estão aí entre os representados.

Assentamentos Santa Rita, Bom Sera, Cerro do Munhoz,  
Herdeiros de Oziel, Ibicui, Santo Angelo - 1991



Legenda

- pastagens
- solo exposto / lavouras
- mata nativa
- silvicultura (eucalipto)

0 5 Km

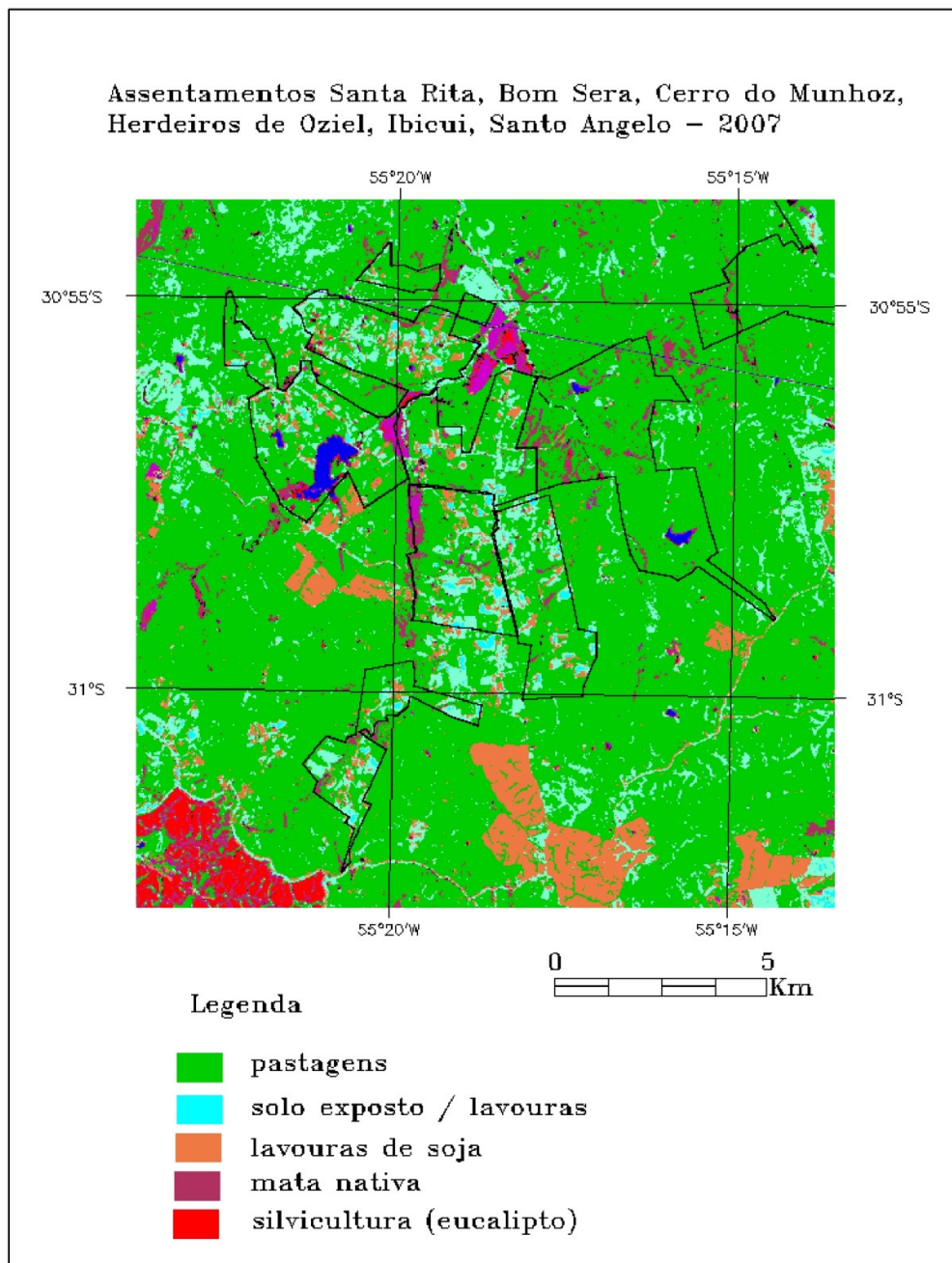


Figura 25 - Assentamentos Santa Rita, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Herdeiros de Oziel, Ibicui e Santo ngelo; uso da terra em Janeiro de 1991 e Janeiro de 2007.

As relaes das imagens acima apresentadas com a idéia de forma-conteúdo (SANTOS, 1996) parecem bastante diretas. A forma, representada pelo perímetro das fazendas, manteve-se, mas os conteúdos social, cultural e produtivo mudaram substancialmente. Com isso as relaes que se criaram entre esse espaço e seu entorno passaram a ser outras também. A imagem acima, entretanto, d conta de registrar a materializao, as feies geradas por esse processo, em um corte

estático no tempo. Expressão dessa transformação são as inúmeras pequenas manchas que surgiram com a instalação dos assentamentos; pequenas manchas que representam o uso da terra. Sendo um processo, o uso da terra envolve tempo, movimento, técnicas e relações, que assim podem ser investigados de outros modos, complementares<sup>54</sup>.

Dentre esses assentamentos, um foi instalado em 1992, três entre os anos de 1996 e 1998, e os demais em 2006. Percebe-se nas imagens as mudanças promovidas pela instalação dos PAs mais antigos, que estão concentrados a noroeste, no centro e no sul da figura, conforme mostra a imagem de 2007. Aparecem então muitas manchas pequenas em ciano, evidenciando o solo exposto, assim como porções alaranjadas indicando o cultivo da soja. Evidencia-se também uma grande barragem criada com a implementação do PA Cerro dos Munhoz. Por outro lado, o assentamento mais novo, localizado no canto nordeste da imagem, tem poucas diferenças perceptíveis no uso da terra, pois na época desse registro tinha apenas um ano desde a sua implantação.

Observa-se, de um modo geral, na imagem a fragmentação de lavouras e das áreas de campo dentro do perímetro dos assentamentos. De acordo com os relatórios ambientais do INCRA (2004-2009) esse é um dos impactos mais frequentes nos assentamentos. A divisão da fazenda em pequenos lotes e a subsequente exploração, na maior parte dos casos, individual ou em pequenos coletivos parece explicar essa situação. Percebe-se assim o modo como a configuração do espaço reflete as formas de organização e, por conseguinte, o conteúdo social, ali presentes. No entanto, embora a situação atual nos assentamentos seja a de exploração individual dos lotes, ou através de parcerias, o momento da chegada na terra é essencialmente caracterizado pelo trabalho de um coletivo. E essa experiência é, de um modo geral, valorizada pelos assentados.

Esse é o processo ocorrido no PA Nova Santa Rita, onde 35 famílias foram assentadas em uma área onde antes moravam apenas quatro trabalhadores. Assentada desde 1996, Jocerlei é natural de Ronda Alta, na região norte do Estado. A assentada explica o choque vivido com a mudança para a região da fronteira:

---

<sup>54</sup> E para investigar o processo e as relações, nos apoiamos no trabalho de campo, cujos resultados estão descritos nos capítulos subsequentes.

Na chegada, aqui, primeiro o pessoal meio que se desesperou, por que nós viemos de uma região totalmente diferente, da região norte do estado, e viemos na verdade para a fronteira. Quando chegamos, vimos a diferença, desde as casas, a terra, a distância, Por que lá, em 100Km passávamos por 5 municípios, e aqui em 100km às vezes demora para enxergar uma casa. (JOCERLEI, Janeiro 2010)

Para Jocerlei, o momento da chegada à essa nova realidade de vida foi um grande choque. “Tinha gente que não queria ficar, não queriam nem descer dos ônibus, as mulheres choravam”, lembra a assentada. No primeiro ano, as 35 famílias concentraram-se na sede e já fizeram uma primeira lavoura para a produção de alimentos básicos como a mandioca, a batata-doce, o milho e o feijão. Essa lavoura foi realizada através do trabalho coletivo. Os assentados começam então a conhecer e a reconhecer o município e, de imediato, a buscar informações sobre o que poderiam vir a plantar nessa nova condição. “Muita gente dizia que aqui não dava cana, trigo, bananeira [...]. O pessoal da EMATER dizia que teríamos que mudar muito nosso hábito de plantar, e que aqui não ia dar o jeito que a gente plantava lá”, conta Jocerlei.

Deco foi também assentado no PA São Joaquim. Oriundo de Cruz Alta, após 1 ano e 8 meses acampado, ele conta a primeira impressão ao chegar à nova terra:

Chegamos numa época de seca, seca muito grande, os campos todos brancos de sol, e nós, barbaridade, achamos que aqui não ia dar para viver... Na chegada já plantamos uma lavoura de milho, todo coletivo. E colhemos um milharal que foi espetacular. E foi onde começamos a ter uma relação com os vizinhos da volta, que eram fazendeiros, e são até hoje. Diziam que aqui nem mandioca não dava. E a gente pensava, o que viemos fazer num lugar desses? Mas plantamos mandioca, mandioca dura até 3 anos. Batata-doce, mandioca, feijão, tudo que a gente produzia em Cruz Alta, se produz aqui na fronteira. Não existe diferença, a única diferença é que chove um pouco menos aqui. (DECO, Janeiro 2010)

Com as primeiras colheitas, os novos habitantes da fronteira perceberam que era possível produzir na região onde foram assentados, ainda que, alguns fatores fossem diferentes. As secas de verão são um desses fatores. A pastagem nativa fica extremamente reduzida e ocorre a *entressafra* do leite. Afora isso os solos da região são de um modo geral de baixa fertilidade e muito suscetíveis à erosão. Os agricultores, nesse sentido, tiveram que se adaptar a uma nova situação. Tal como Deco, muitos seguiram com as culturas às quais se dedicavam em seu lugar de origem. Outros, contudo, aprenderam que seria necessário mudar. Esse foi o caso do Seu Rade, assentado desde 1992, no PA Cerro dos Munhoz, o primeiro

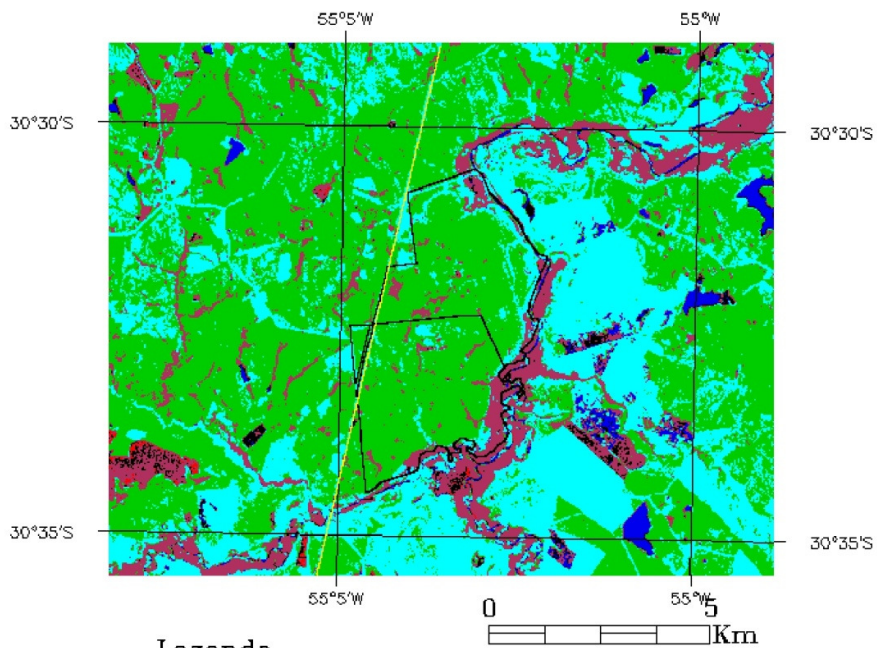
assentamento do município. Ele explica que em sua região de origem, no Alto Uruguai, lidava com milho, soja e feijão. Com a chegada na fronteira, “uma região de outros costumes”, ele e sua família tiveram que se adaptar:

O tipo de plantação que a gente fazia lá, aqui não deu certo. Foram uns quantos anos perdidos... e agora a gente tá com uma parte do pessoal lidando com fruticultura e com vaca de leite. Agora que tá se encaminhando, de uns anos para cá. Mas nos primeiros anos foi difícil. (RADE, Janeiro 2010)

A experiência de Seu Rade mostra que muitos assentados tiveram que se adaptar não somente a um novo contexto cultural, mas também a um novo contexto ambiental e produtivo, aprendendo desse modo novas técnicas de produção. A pecuária leiteira e a fruticultura são duas das novas opções bastante adotadas e, em geral, têm sido aprendidas na nova terra. Mello (2005) nesse sentido observa que existe uma tendência dos assentados da Campanha gaúcha a se dedicarem à produção leiteira e abandonarem os cultivos que praticavam em seus locais de origem. Essa é a situação atual no conjunto de PAs observados na figura anterior (figura 25).

Por outro lado, assentamentos como o PA Coqueiro e o PA São Joaquim (Nova Santa Rita) apontam para uma situação híbrida, onde a cultura de produção trazida do lugar de origem vem permanecendo, ainda que inevitavelmente se confronte com as novas exigências ambientais. A figura 26, abaixo, mostra as mudanças no uso da terra produzidas nesses dois assentamentos, o PA Coqueiro, na porção superior da figura e o São Joaquim (Nova Santa Rita), na porção inferior. Ambas as fazendas foram adquiridas através de desapropriação. Instalados em 1996, os assentamentos somam 75 famílias assentadas em quase 2000ha. Possuem uma localização privilegiada; na beira da BR-158, praticamente sem depender de estradas vicinais para a circulação e o escoamento da produção.

## Assentamentos Coqueiro e Sao Joaquim - 1991



## Legenda

- pastagens
- solo exposto / lavouras
- mata nativa
- rodovia BR-158

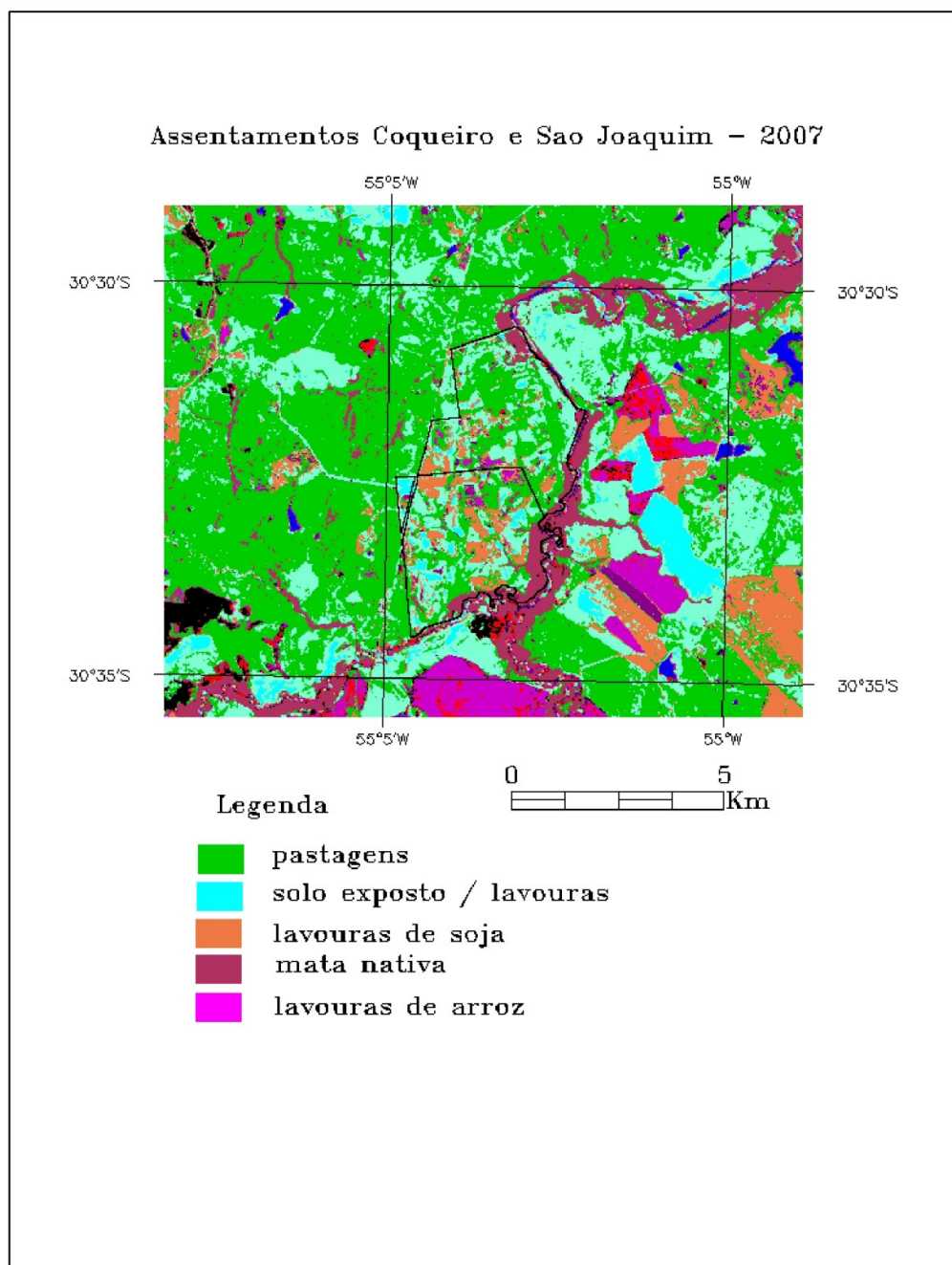


Figura 26 - Assentamentos Coqueiro e São Joaquim (Nova Santa Rita); uso da terra em Janeiro de 1991 e Janeiro de 2007.

A visualização comparada dos mapas mostra uma expressiva intensificação no uso da terra nesses dois assentamentos, ao longo do período. Destaque para o solo exposto, mostrado em ciano, e para os plantios de soja que aparecem em alaranjado. Em verde vê-se as áreas de pastagem que encolheram visivelmente. Destaca-se também a acentuada fragmentação – parcelamento do solo com um



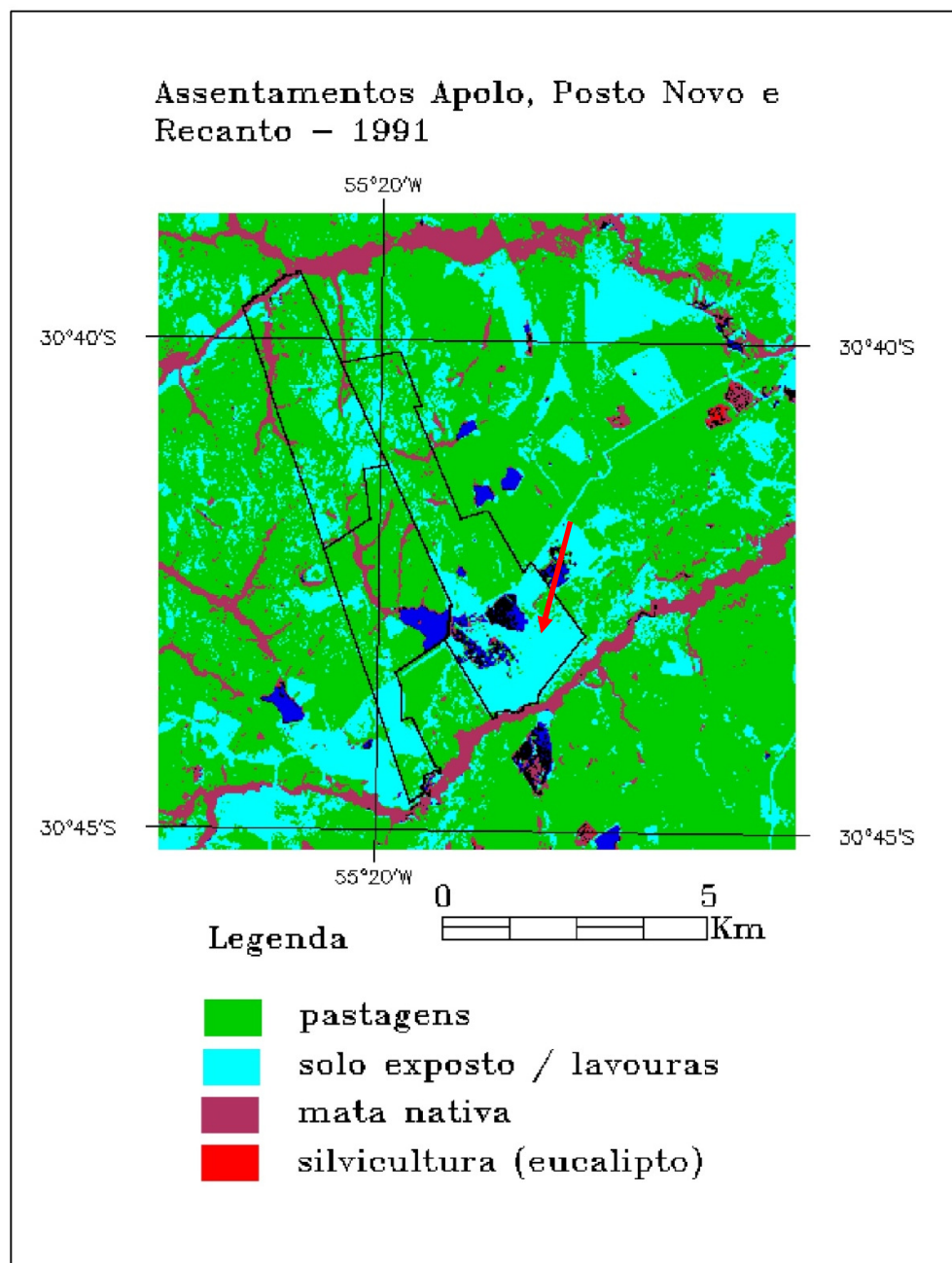
grão relativamente miúdo - dentro dos perímetros dos assentamentos. Essa condição reflete a tendência observada de aproveitamento da totalidade da extensão do lote, simplesmente porque a área para produção é reduzida. A situação é delicada. De acordo com a avaliação da capacidade de uso das terras (INCRA, 2005), 56,9% das terras do PA Coqueiro e 77% das terras do PA São Joaquim apresentam fortes limitações aos cultivos anuais, necessitando práticas intensivas de conservação do solo a fim de evitar a erosão e a degradação. Conforme foi já comentado no capítulo 3, essa limitação não é exclusiva desses dois dos assentamentos, essa é, de fato, a condição dos solos de boa parte dos estabelecimentos localizados na porção oriental de Santana do Livramento.

Os PAs São Joaquim e Coqueiro situam-se nas margens do rio Ibicuí d'Armada, afluente que tem importante contribuição no volume de águas do rio Ibicuí, e que constitui a divisa com o município de Dom Pedrito. Conforme mostra a figura, na cor lilás, essa é uma área de intenso uso das várzeas com a orizicultura. A Divisão Ambiental do INCRA vem desenvolvendo nesses PAs um programa de recuperação ambiental que tem como objetivo a adequação do assentamento à legislação ambiental vigente. Os dois assentamentos possuem uma expressiva área de preservação ambiental, APP e Reserva Legal - mostradas em magenta na figura 26 - com densa mata nativa. Percebe-se, hoje, na fala dos assentados, termos e noções fruto da educação ambiental promovida pelo órgão.

Outra situação observada constituída predominantemente por campos úmidos apropriados ao plantio do arroz, foi o PA Apolo (na figura 27, marcado com uma seta vermelha)<sup>55</sup>, situado nas margens do Arroio da Cruz. O assentamento possui cerca de 400 ha de área de várzea.

---

<sup>55</sup> O PA Apolo é um dos assentamentos ao qual se refere o estudo de Mello (2006).



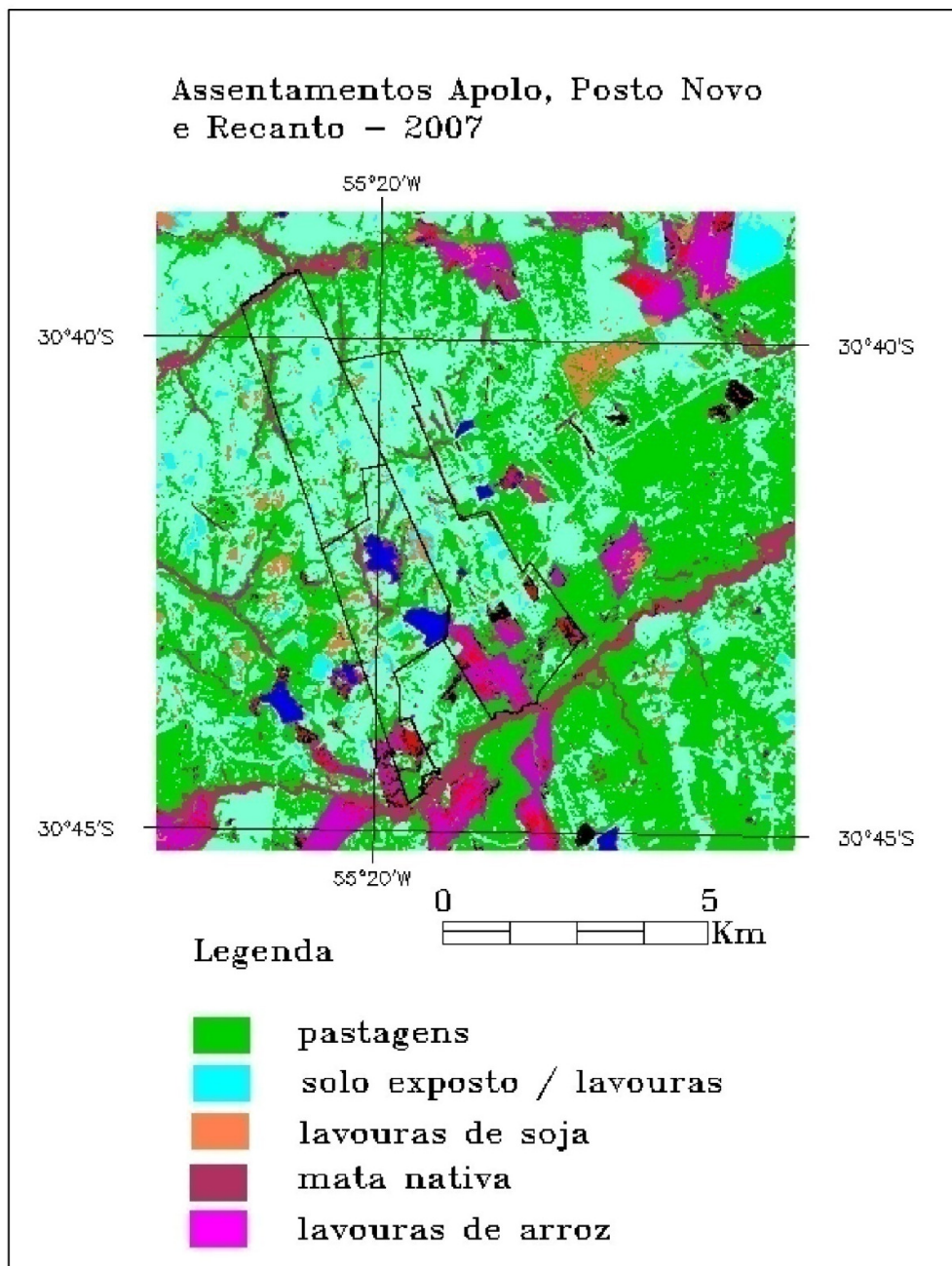


Figura 27 - Assentamentos Apolo, Posto Novo e Recanto; uso da terra em 1991 e 2007.

A figura mostra uma situação comum nos assentamentos em áreas de várzea. Em 1991, antes da instalação desse assentamento a situação ali era de um uso uniforme da área baixa com a orizicultura. Em 2007, dezesseis anos passados, o mapa mostra usos parciais e fragmentados. O relatório ambiental do PA Apolo (INCRA, 2006) mostra que em 1986, 242,8 ha eram cultivados com arroz. Já em

2003, após uma série de conflitos envolvendo o uso da área<sup>56</sup>, a superfície cultivada passa a apenas 6,8 ha.

Oportunos no entendimento desse tópico são os relatos de pesquisadores (MELLO 2006 e 2007; CHELLOTI, 2003; RAMOS et al, 2009) sobre as dificuldades e conflitos envolvendo a utilização de áreas de várzea em assentamentos da Campanha gaúcha. Os altos investimentos exigidos pelo cultivo executado ao modo convencional, frequentemente inviabilizam o uso dessas terras pelos assentados e os leva ao arrendamento ou à realização de parcerias para viabilizar a produção. Entretanto, num outro contexto, na região metropolitana de Porto Alegre, vem se expandindo, desde 1999, uma importante experiência de produção do arroz ecológico em assentamentos da Reforma Agrária. Na safra 2010/2011, a área colhida chegou a 3.800 ha, envolvendo mais de 400 famílias<sup>57</sup> na atividade. Essa experiência parece sinalizar com uma oportunidade para o cultivo das várzeas nos assentamentos especialmente porque parecem envolver essencialmente formas coletivizadas de organização do trabalho.

As mudanças no uso da terra acima apresentadas mostram o quanto a presença dos assentamentos e da população assentada na região alterou a situação do espaço onde foram instalados. A intensificação da exploração do solo é comum às situações observadas, assim como a progressiva fragmentação de lavouras e pastagens. A organização da produção e a transformação do espaço, pelo trabalho das pessoas é, no entanto, uma equação complexa que envolve a interação entre fatores socioculturais, técnicos, econômicos e ambientais. Envolve, além disso, uma série de articulações em diversas escalas; entre assentados e assentados, entre assentados e INCRA, entre assentados e município, entre assentados e oportunidades de produção. É nesse sentido, abordando as formas espontâneas de organização nos assentamentos de Santana do Livramento, que segue a nossa descrição e análise.

---

<sup>56</sup> Relatados no item 3.2.

<sup>57</sup> Essa experiência será brevemente abordada no item 3.5.5.

### 3.4 O coletivo possível, as parcerias e a organização da produção

Conforme observamos no item anterior, com a chegada no assentamento As altas taxas de rotatividade materializam um processo espontâneo de rearranjo social no assentamento. A possibilidade de usufruir de um pedaço de terra, abre para o assentado novas necessidades, objetivos e oportunidades. Se no acampamento a organização era totalmente coletiva, no assentamento os coletivos tendem a se materializar por outras razões. Dedicamo-nos no que segue a compreender o modo como isso acontece e os motivos pelos quais os assentados optam espontaneamente por *coletivos menores*.

Assentado no PA Nova Santa Rita, Deco viveu, como a maior parte das famílias assentadas, um estágio de coletivização total durante o período de acampamento. Com a chegada à terra, Deco e sua família juntaram-se a outras sete famílias e formaram um grupo que durante três anos trabalharam juntos. Hoje, no entanto, esse coletivo maior se dissolveu. Deco trabalha agora somente com o irmão e as respectivas companheiras de ambos, em um, pode-se dizer, pequeno coletivo familiar. Ele fala com naturalidade sobre esse processo: “O acampamento força você a estar organizado em núcleos, e repartir tudo o que você conquista é uma questão de sobrevivência. Chegando no assentamento, parece que você teve uma liberdade maior. [...] e também, nós não fomos educados para trabalhar coletivamente, não é tão fácil” (DECO, Janeiro 2010). Lidar com a diversidade de pessoas que convergem para um acampamento e que, na seqüência, vêm a dividir um mesmo espaço de vida, é naturalmente uma situação onde as divergências aparecem. Segue Deco assim explica:

Tu lida com cidadãos que um veio de Cruz Alta, outro de Ibirubá, outro daqui da fronteira, aí no momento que tudo se junta, têm pensamentos diferentes, não é? Mas é uma luta, é uma busca de fatores para chegar num denominador comum, [...]. Mas principalmente na chegada no assentamento, se você chegar individualzinho, tu tem imensas dificuldades. (DECO, Janeiro 2010)

Mesmo compreendendo com naturalidade essa tendência das famílias de reorganização, em busca por maior autonomia, Deco reforça que no momento da chegada ao assentamento o coletivo é fundamental: “Imagine você chegar aqui, tudo

campo aberto, igual era isso aqui, mil e poucos hectares e fazer teu galpãozinho... a chegada é um momento em que o coletivo funciona, é decisivo”, afirma o assentado.

De modo geral, nos primeiros tempo de assentamento, as famílias repetem a organização que viveram no acampamento. A infra-estrutura na chegada é extremamente precária, em geral limitando-se a uma antiga sede, abandonada e semi-destruída, algum ponto com água e sem luz elétrica. Colocadas nessa situação, as famílias tem de se organizar para sobreviver. Assim, de modo geral, montam barracos de lona preta, um para cada família, formando uma pequena vizinhança. Alguns integrantes podem também acampar na sede. As famílias organizam-se em setores (cozinha, produção, segurança, etc), tal como no acampamento. O cotidiano é regrado, havendo horários para as atividades, que devem ser cumpridos por todos os membros do coletivo formado. Nesse sentido, há pouca liberdade e privacidade para as famílias organizarem-se de acordo com as suas próprias necessidades socioculturais. E esse cotidiano coletivizado que é também um misto de necessidade e imposição acaba entrando em conflito com os objetivos das famílias que o constituem; acabando por se dissolver.

Seu Rade e Dona Fátima, assentados no PA Cerro dos Munhoz desde 1992, também passaram por esse processo de individualização. Seu Rade relata com desconforto o momento da chegada. Havia ali apenas a sede da fazenda. As famílias tiveram que ficar todas ali concentradas: “ficava todo mundo meio amontoado”, explica o assentado, e segue:

e aí já foi iniciado um trabalho coletivo, trabalhava todo mundo junto para conseguir tocar para frente a produção. [...] No primeiro ano andou bem, mas depois não funcionou mais. Era muita gente, muitas idéias para pensar. Aí o pessoal foi se separando, se dividindo, cada um pegando um lote e trabalhando conforme achava melhor. (RADE, Janeiro 2010)

Seu Rade acrescenta que mesmo com a divisão da terra entre as famílias, cada uma em seu lote, os primeiros tempos foram difíceis: “Passaram uns quantos anos que não andou bem. A cultura era outra antes de vir para cá. Então o pessoal custou a se adaptar”. Ele, entretanto, explica que mesmo estando cada família em seu lote, a atitude entre elas era e é de ajuda mútua: “Hoje já está todo mundo trabalhando individual, mas sempre colaborando um vizinho com outro”.

Seu Rade e Dona Fátima chegaram no assentamento em um grupo de 67 famílias. Na época o grupo se organizou por setores, conforme o aprendizado no

acampamento. Dona Fátima conta que “tinha os setores que funcionavam e outros que não funcionavam”. A família tentou um ano e dez meses o trabalho em coletivo, mas a experiência não teve êxito. “Tu tinha horário para tudo. Era roupa, criança para cuidar, tudo tinha horário. Aí eu achei que para nós o coletivo não servia”, lembra Dona Fátima, que insistiu para que o casal se retirasse do coletivo: “Eu comecei a dizer para o José: ‘Vamos sair, que eu não quero mais ficar no coletivo. Se é para ficar no coletivo, eu volto para onde nós morávamos’”.

Dona Fátima aponta diversos motivos para o desgosto com o modo de vida coletivo. São razões aparentemente simplórias que, todavia, somadas, vem a constituir o cotidiano da pessoa e a própria qualidade da vida. Um desses motivos foi, para ela, a falta de controle sobre os mantimentos, pertencentes também ao coletivo. Nos disse ela: “Tinha dias que tinha açúcar para adoçar o mamá das meninas, e no outro dia não tinha. Sabendo que, quando eu morava lá fora, poderia até ter faltado alguma vez, mas não assim”. Outro fator, para ela, foi o modo de organização da cozinha: “Eu não me acostumava com o tipo de comida que era, os panelão de comida... e não me adaptava com o jeito que era feito também”. Dona Fátima problematiza também a organização do trabalho, uma questão central. A assentada explica que os diferentes componentes do coletivo dedicavam também diferentes porções do seu tempo e esforço para o conjunto:

Depois de um tempo começamos a notar que tinha uns que trabalhavam, outros que ficavam mais na moita, não queriam trabalhar. E chegava na hora de comer e todos iam comer a mesma coisa. E aí que fomos nos desgostando e saímos. Mas sempre, no que precisar, para o assentamento, para a cooperativa, estamos colaborando. (FÁTIMA, Janeiro 2010)

A experiência de Dona Fátima no coletivo aponta para um conflito já descrito por Mello (2006); o confronto entre a tradicional organização do trabalho em torno do núcleo familiar, típica do norte do Estado, com *proposições novas*, voltadas para a coletivização. Essas proposições apresentadas aos assentados, eram então desconhecidas para a maior parte das famílias envolvidas. Dona Fátima explica assim a situação: “Nós sempre nos criamos trabalhando só nós. Eu trabalhava com meus pais, meus irmãos. Me casei, era eu e ele. Era a família em si”. Assim, na chegada à terra, a organização do trabalho fundada na unidade familiar de produção tende, naturalmente, a prevalecer sobre a *coletivização total* – por alguns ambicionada, que já não se apresenta, desde um ponto de vista cultural, como uma

possibilidade. Observando a condição atual dos lotes do PA Cerro dos Munhoz, Dona Fátima conclui que as famílias que saíram do coletivo estão melhores do que as que permaneceram. Entretanto, apesar da desagregação do coletivo maior, Dona Fátima acredita que certos coletivos podem dar certo. A assentada explica como a pontualidade é importante nesse coletivo que dá certo:

É aquele que pega todo mundo junto. Tipo uma família. Se tu tens uma família em que todos trabalham, a coisa vai para frente. Agora se tem um da casa que trabalha e quatro, cinco que não, aí não vai. A mesma coisa é o coletivo, o coletivo tem que todo mundo pegar junto. Se é 7h30 a hora de sair para trabalhar, 7h30 todo mundo tem que sair. (FÁTIMA, Janeiro 2010)

Essas palavras expressam o quanto, para pequenos agricultores familiares, como Dona Fátima e Seu Rade, a organização da produção fundada no lote familiar os aproxima de toda uma experiência anterior de trabalho vivida na terra de origem. Esse modo de organização tende a se expandir para fora dos limites do lote, em uma miríade de relações espontâneas viabilizando que determinadas *manchas de solo* sejam exploradas de diferentes modos.

A experiência da família Souza, assentada no PE Sepé Tiarajú aponta também nesse sentido da *organização da família* em torno de um objetivo comum e, em paralelo, o estabelecimento de parcerias, de acordo com a necessidade e com a ampliação das possibilidades de viabilização de determinadas culturas. A unidade familiar é, nesse caso, composta por três lotes ocupados por Seu Joaquim e esposa, Dona Noema, e os dois filhos Gilberto e Jonas, com as respectivas companheiras. A filha Ângela, ex-empregada doméstica em Canoas, ocupa hoje um quarto lote nas imediações. Ângela *juntou-se* recentemente com um artesão, da região metropolitana, que também está vivendo no lote. Quando conhecemos a família, em abril de 2010, o filho mais novo Jonas, e a companheira, uma jovem professora de Santana de Livramento, atualmente desempregada, estavam se separando da atividade de produção da família e saindo – de modo informal e possivelmente temporário - do seu lote. O objetivo de Jonas era então buscar trabalho na indústria na região de Caxias do Sul e na parte norte do estado.

Explicando o modo de organização da família, Seu Joaquim relata ter uma *parceria total* com os filhos: “Nós plantamos, colhemos, e tudo é dividido entre os três. O que nós compramos também, tudo é comprado com o recurso dos três”. Já com a filha Ângela, Seu Joaquim diz que “faz a parceria dependendo da mão de



obra de certos serviços”. Seu Joaquim conta que a parceria que a família estabeleceu vem desde a época do acampamento:

As despesas eram todas divididas, quando um ia para uma mini-frente de trabalho, o dinheiro todo era dividido para que as coisas acontecessem... Então, lá atrás, nós já fizemos essa parceria com a família. Que nós íamos acampar, tirar a terra junto, ficar perto um do outro, e que iríamos continuar trabalhando juntos. Não sei até onde nem até quando, mas a gente tentou construir isso lá atrás, há dez anos atrás. (JOAQUIM, Abril 2010)

A família Souza ficou seis anos acampada. Originários da região do Alto Uruguai, perderam a terra, em um primeiro momento, para a expansão da lavoura mecanizada no planalto. Foram então ocupar as áreas das encostas do rio Uruguai: “que foi o que sobrou para os pequenos”, explica Seu Joaquim. Anos depois, já vivendo então nas encostas íngremes e pedregosas daquela região, realizando uma agricultura fundada baseada na tração animal e humana, a família foi novamente desterritorializada, desta vez pela construção de uma barragem que veio a inundar suas terras. Nessa circunstância, o acampamento e a busca por um novo pedaço de terra foi a saída encontrada. Seu Joaquim reflete assim sobre a sua estada, e da família no acampamento:

A gente com certeza teve muitas dificuldades no acampamento, mas como a gente tinha um sonho, a gente viu que para chegar aqui, teria que cruzar por aquele processo. Então jamais ficamos retidos naqueles problemas internos do acampamento. A gente sempre imaginava coisas melhores no assentamento, que depois que cruzasse... que seria uma passagem dum rio, com dificuldade, numa canoa furada, tirando a água, mas que nós íamos chegar no outro lado. E foi o que aconteceu, com muita dificuldade. (JOAQUIM, Abril 2010)

Os Souza se constituem em três adultos que trabalham naquelas atividades que exigem força física, Seu Joaquim, Gilberto e Rosa, esposa de Gilberto. A mãe, Dona Noema, com problemas de saúde por ter carregado peso demais na juventude, fica na retaguarda, com tarefas ‘auxiliares’; cuidar da neta, fazer comida, cuidar da casa, servir o chimarrão e se alguém liga, trazer o recado.

Em 2010, a família Souza estabeleceu outras parcerias na realização da produção. Uma parceria foi firmada com um prestador de serviços de fora do assentamento para realizar serviços de maquinário necessários aos três lotes administrados pela família. Essa parceria foi de fato concretizada através de uma troca. A família cedeu uma pequena parte dos seus lotes para o parceiro plantar a

soja. Em troca, o parceiro realiza os serviços decorrentes da utilização de maquinário. Outra parceria foi feita com o Cabelo, este também assentado no PE Sepé Tiarajú, e envolve as plantações de milho e mandioca em terras de Cabelo. Essa já foi a segunda parceria feita com este assentado. A primeira envolve culturas de hortaliças. Seu Joaquim explica como funcionou essa relação:

Começamos com a horta. A horta se deu aqui na nossa propriedade devido à água, ficava mais fácil. Aí, na outra planta, ele [Cabelo] disse: 'agora plantamos o milho na minha terra por que não tenho condições de fazer sozinho, então vamos fazer junto a parceria e plantamos o milho lá'. Então se somou, nós tivemos uma necessidade devido à dificuldade de fazer... e também a questão do solo, que o lote dele é diferente do nosso solo aqui. Apesar de ser bem próximo, mas tem grande diferença. A terra ali é mais drenada, mais enxuta. Então é importante que os assentados possam fazer isso aí, essas trocas, parcerias. Não dá mandioca no meu lote, vou plantar no do vizinho, e vice-versa. Eu acho que é uma saída. (JOAQUIM, Abril 2010)

A experiência de Seu Joaquim mostra que a formação dessas *pequenas associações*, denominadas como parcerias pelos agricultores é um modo de viabilizar a produção em lotes da família.

Eu particularmente estou insistindo nessa tecla de parceria, é uma coisa que eu trago do meu pai, que tenho de herança. O pai já procurou, sempre, que os filhos trabalhassem em parceria. Então é uma coisa que a gente trouxe de casa, já de família, e a gente vem insistindo. Mas eu, particularmente, acho uma coisa boa. Que vem a se somar né. Como diz o outro, a união faz a força e a força faz o poder. Mas que tem dificuldade tem, assim como tem no individual tem no coletivo. Só são dificuldades diferenciadas. (JOAQUIM, Abril 2010)

A organização do trabalho em parcerias parece fazer parte da cultura de Seu Joaquim. Ele conta que viveu muitos anos *no individual* também, e que nessa situação também encontrou muitas dificuldades. Assim lembra o assentado:

Precisava de uma ferramenta, tinha que correr no vizinho, buscar. E hoje pela parceria, a gente tá conseguindo ter as ferramentas necessárias, uma carroça, uma trilhadeira, ter os meios para trabalhar. O mais importante, as ferramentas são o mais importante que a gente tenha na propriedade. Mas para adquirir isso é muito difícil. (JOAQUIM, Abril 2010)

Seu Joaquim conta que as famílias do PE Sepé Tiarajú chegaram ao local com o objetivo de fundar uma agrovila. No entanto, já nos primeiros tempos da implantação, esse modo de organização não se consolidou. "Mas a gente se dá com todo mundo, só que cada um foi tocando o seu lote", explica o assentado. Para Seu

Joaquim, “a parceria vem da solidariedade”, e mais do que criar problemas, a parceria ajuda a resolvê-los. Nessa linha, o técnico agrícola da COPTec, e assentado no PA Nova Santa Rita, Bosa, observa que a experiência nos assentamentos tem mostrado que “não existe uma única forma de cooperação, existem várias formas”. O assentado vê isso com naturalidade, dada a variedade de famílias presentes num assentamento; são tipos, origens e modos de pensar variados. Assim explica Bosa:

No acampamento o pessoal coopera em torno de um objetivo que é conquistar a terra. Depois quando chega no assentamento, o objetivo principal é poder produzir. Aí as pessoas, conforme as afinidades desenvolvem a cooperação nos assentamentos. Aqui nós já tivemos várias formas de cooperação, onde nós trabalhávamos coletivamente, e onde algumas famílias foram saindo do grupo coletivo. E agora nós basicamente temos associações de máquinas aqui nesse assentamento, o que é fundamental do ponto de vista de tu conseguir desenvolver a produção em um assentamento. (BOSA, Janeiro 2010)

O PA Nova Santa Rita e o PA Coqueiro, localizados na beira da BR-158, como já vimos, são os assentamentos melhor posicionados do município (figura 26). Do ponto de vista da produção estão entre os mais produtivos. Esses assentamentos vêm se organizando basicamente através de associações de máquinas. Conforme explica Bosa, “para tu adquirir um equipamento, por exemplo, um trator, uma única família individual é muito difícil. Se for um grupo coletivo, se for várias famílias, é mais fácil”. Além das *associações de máquinas*, formadas algumas vezes entre membros de uma mesma família, outras vezes entre famílias - ocorrem também as parcerias voltadas ao objetivo de dar utilização a determinadas extensões de terra. Esse é o caso das parcerias visando a produção da soja.

A história da família de Rogério, assentado no PA Coqueiro desde 1996, materializa os dois fenômenos; a formação de uma associação de máquinas entre familiares e a realização de parcerias com outras famílias assentadas na produção da soja. A formação da associação familiar ocorre literalmente nos moldes descritos por Mello (2006), quando relata as trocas de lotes, na assim denominada *rotatividade*. Quando recebeu o lote, Rogério veio, com sua companheira, a Santana do Livramento. Seu pai já era assentado no município de Júlio de Castilhos. Seu irmão também foi assentado em Livramento, em outro assentamento. Assim, três ramos da família, então separados, resolveram se unir. Fizeram, então, a *permuta de lote* em busca de facilitar a compra de equipamentos: “Com os recursos que a

gente tinha, sozinhos, a gente não conseguiria adquirir os implementos”, diz Rogério.

Os relatos de assentados sugerem que as parcerias ocorram através de um misto de necessidade e solidariedade. São interesses individuais que se unem em torno de objetivos comuns. Jocerlei, companheira de Bosa e dirigente regional do MST, assentada no PA Nova Santa Rita, observa, nessa, linha que “muitos se agrupam por necessidade, não por consciência. Nós temos vários casos em que o pessoal se junta, ou fica mais próximo pela necessidade de comprar a própria semente, de buscar o adubo, de fazer as compras coletivas”. E exemplifica contando de um grupo de famílias que se juntou para trazer uma carreta de adubo orgânico de Chapecó, “porque era muito caro para uma só família trazer”. Acrescenta, no entanto, que esse é um modo de as pessoas se juntarem mais por necessidade “do que por entender que é uma forma melhor para enfrentar o sistema” (JOCERLEI, Março 2010).

No PA Nova Santa Rita, entretanto, o grupo de 13 famílias do qual Jocerlei e Bosa fazem parte, formaram uma agrovila. O grupo se conheceu no acampamento. Tinham o objetivo de “viver em comunidade”. Jocerlei sugere que para muitos assentados, “quando se chega na terra, o sonho se realiza. Mas para outros há que avançar mais. Só a terra não resolve e sozinho não se vai muito longe”. Diante desse quadro de fragmentação do coletivo em favor do grupo familiar na realização da atividade produtiva, perguntamos ao dirigente regional do MST, Ildo de Oliveira como o movimento vê essa situação da reorganização do coletivo em famílias, uma vez que essa é uma tendência ao que parece em conflito com proposições coletivistas do MST. Ildo expõe assim a sua perspectiva sobre a questão:

O Movimento está num contra-senso, não dá para negar isso... essa dificuldade que temos com o capital internacional, que está tomando conta do Brasil, e está nos assentamentos também. E a gente não consegue organizar a produção para o pessoal vender. Nós tínhamos as cooperativas, que era um meio de organizar a produção juntos, mas hoje não conseguimos mais. Tem a cooperativa regional que está negociando com a Conab para comprar a produção, e só. (ILDO, Janeiro 2010)

A cooperativa regional citada por Ildo é a COOPERFORTE, fundada em 2002, que tem possibilitado através de novos contatos uma ampliação na comercialização da produção. Fundada por 35 assentados, a cooperativa tem hoje 722 associados. Desses, 322 estão envolvidos na produção do leite, enquanto 71 famílias entregam

parte de sua produção de frutas e hortigranjeiros para o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, da CONAB. O contrato atual envolve a entrega de 23 produtos<sup>58</sup> para entidades como creches municipais, asilos e a Santa Casa.

A cooperativa foi formada, em um primeiro momento, como um meio de viabilizar a comercialização conjunta da produção leiteira dos assentamentos. Com isso houve a instalação da linha de coleta e o leite produzido pelos assentados passou a ser entregue à empresa multinacional COSULATI (Danby), situada em Pelotas, a 300 Km de Santana do Livramento. No final de 2010, a COOPERFORTE adquiriu um antigo abatedouro situado na periferia de Santana do Livramento<sup>59</sup>. As instalações serão transformadas em uma planta de processamento, com capacidade para processar 12 mil litros de leite por dia. O empreendimento envolve pouca quantidade de mão de obra, inicialmente 2 a 3 trabalhadores, e vai agregar valor à produção. A aquisição possibilita a apropriação do processo de produção do leite e derivados. Permitirá, por outro lado, que o leite produzido permaneça em Santana do Livramento e municípios do entorno. De acordo com representantes da cooperativa, o objetivo da COOPERFORTE é seguir investindo em contratos com a CONAB<sup>60</sup>, tanto na linha do leite quanto nas de frutas e hortigranjeiros (COOPERFORTE, 2011).

O cenário dado acima sugere que a cooperativa regional tenha um papel preponderante no estabelecimento de contratos e comercialização da produção em escalas maiores. Todavia, na escala do lote, na maior parte dos casos observados, a *parceria* é o que parece ser a estabelecer as relações que virão a permitir que a produção seja efetivada. Do total da amostra de 30 assentados entrevistados, apenas uma família não realizou parcerias em 2010. Há uma variedade de modos

---

<sup>58</sup> Os produtos atualmente entregues no PAA são: uva (12.000 kg), batata doce (14.000 kg), alho (240 kg), cenoura (5.400 kg), feijão preto (6.000 kg), alface (6.500 kg), beterraba (5400 kg), repolho (3.200 kg), pêra (8.848 kg), laranja (12.000 kg), abóbora (8.000 kg), moranga (8.500 kg), cabutiá (8.400 kg), pêssego (5.600 kg), melancia (9.100 kg), melão (6.500 kg), pimentão (240 kg), aipim com casca (12.000 kg), milho verde em espiga (9.000kg), leite integral tipo C (73.000 L), cebola (6.000 kg), couve (4.800). (COOPERFORTE, 2011)

<sup>59</sup> O abatedouro foi adquirido pelo valor de R\$ 150 mil. A COOPERFORTE pagou R\$ 50 mil de entrada, e está financiando o restante.

<sup>60</sup> Além do Programa de Aquisição de Alimentos, a CONAB realiza o Programa Nacional de Alimentação Escolar, no qual os municípios estão obrigados por lei a adquirir no mínimo 30% dos produtos para a alimentação escolar da agricultura familiar. Em Santana do Livramento, a política pública – ainda – não está funcionando. Entretanto, diversos outros municípios do estado já estão sendo abastecidos por pequenos agricultores, inclusive com produção ecológica sendo oferecida nas escolas da rede pública (como é o caso do arroz ecológico, observado no item 5.5.5). Essas experiências parecem indicar uma oportunidade importante para o fortalecimento da pequena produção familiar.

de parceria. Algumas parcerias são estáveis, outras efêmeras. Algumas acontecem entre membros de uma mesma família, outras envolvem diferentes famílias. Outras, ainda, envolvem os prestadores de serviços.

### 3.5 Como ocorre a produção: sistemas produtivos e manejo

Vimos acima o *evento* Reforma Agrária em seus primórdios de instalação, materializando-se em assentamento. Vimos a tendência espontânea da produção efetivada através de parcerias, os pequenos coletivos, as associações de máquinas, e uma miríade de relações informais fundadas na auto-organização em famílias. Complementarmente mostramos como a cooperativa regional, COOPERFORTE, confere suporte à etapa de comercialização, possibilitando uma organização, possibilitando contatos comerciais mais amplos, contribuindo na implantação da linha de coleta de leite e mais recentemente nos contratos com o Programa de Aquisição de Alimentos. No que segue, nos dedicaremos à materialização do evento através da observação dos sistemas produtivos desenvolvidos nos assentamentos. Essa descrição está fundada em pesquisa de campo e, em paralelo, nas pesquisas de Mello et al (2007).

Com base no diagnóstico de sistemas de produção para a safra 2004/2005<sup>61</sup>, Mello et al (2007) mostra um retrato da situação produtiva de 2.227 famílias em 117 assentamentos, o que representa aproximadamente 20% do total de assentados no Estado<sup>62</sup>. A pesquisa constata diferenças regionais<sup>63</sup> quanto às estratégias produtivas e quanto às rendas auferidas pelas mesmas, e permite que vislumbremos o potencial de *geração de renda* dos assentamentos e a *renda agrícola média* nas diferentes regiões. Os resultados obtidos foram relativamente baixos. Os autores advertem, no entanto, que os números refletem não apenas o péssimo ano agrícola, decorrente da forte seca, mas também algumas lacunas no preenchimento dos dados de campo da pesquisa. Há que considerar ainda, na validade desses valores

---

<sup>61</sup> A pesquisa foi formulada e tabulada pelo INCRA-RS, e realizada a campo por técnicos da EMATER-RS.

<sup>62</sup> O trabalho foi realizado de forma intensiva e massiva, cumprindo com diversos objetivos, entre eles: a construção de tipologias de agricultores, uma melhor orientação das ações de assistência técnica, o monitoramento do desenvolvimento dos assentamentos, a disponibilização de dados para as estatísticas sobre os mesmos e de informações para o cálculo do módulo de assentamento. (MELLO et al, 2007)

<sup>63</sup> As regiões de atuação do INCRA-RS são: Sul, Metropolitana, Fronteira Oeste, Bagé, Missões, Norte.

baixos registrados, a influência na amostra considerada de um conjunto de propriedades pouco ou nada utilizadas para a produção agrícola. Os números, desse modo, tendem a subestimar a real capacidade de produção dos assentamentos (MELLO et al, 2007). A pesquisa seja como for, mostra que a *diversidade produtiva* dos assentamentos é constituída de leite, ovos, grãos - arroz, milho, soja, trigo, feijão - e carnes - aves, suínos, ovinos e bovinos – ou seja, o conjunto de víveres que compõem a alimentação padrão, a mesa padrão do sul do país. A importância de cada sistema e sub-sistema, decorrentes das diferentes combinações destes produtos, varia de acordo com a região<sup>64</sup>. Os autores observam uma situação produtiva bastante heterogênea, tanto em termos de adoção tecnológica quanto de patrimônio e obtenção de rendas, tanto na escala da região quanto na escala do assentamento. Apesar das disparidades, de acordo com esse estudo, os assentados conseguem obter *rendas razoáveis*, ao redor de 13 salários mínimos por pessoa, por ano, com vantagem para a Região Metropolitana e para a metade norte do Estado. Para a Fronteira Oeste, os autores calculam uma renda agrícola média de R\$ 235,5 por hectare por ano. Tomando como base um lote com 27 hectares, que é uma área média de lote, tem-se uma renda anual de R\$ 6.358 (média mensal de R\$ 529).

Mello et al (2007), propõem uma tipologia, que reproduzimos abaixo resumidamente, que busca mostrar as estratégias de produção e as estratégias de sobrevivência dos assentados diante das contingências que enfrentam. Essa tipologia permite que localizemos, em um contexto mais amplo, as diferentes *situações produtivas* que encontramos em nossa amostra, e também que tenhamos informação básica sobre as mesmas.

1. **Sistema arroz irrigado diversificado** – caracterizado por lotes que apresentam uma *venda mínima* de 200 sacos de arroz, além de produção, geralmente pequena, de outros grãos. Sem venda de fumo e outras especialidades. Encontrado em todas as regiões, exceto na Região Norte, preponderante na Fronteira Oeste.

---

<sup>64</sup> De acordo com Mello et al (2007), há também um tipo de assentado que praticamente não realiza a produção agrícola no lote, seja porque obtém renda fora ou porque simplesmente não a obtém em lugar nenhum (ou pelo menos não a declarou).

2. **Sistema fumo diversificado** – caracterizado por lotes onde há o plantio de fumo, dentre outros produtos animais e vegetais. Encontrado em quatro regiões: Sul, Metropolitana, Norte e Missões. Predominante na Região Metropolitana.
3. **Sistema leite, grãos e carnes** - é o sistema de produção mais comum, entre os assentados, aliando a produção de produtos animais, vegetais e agroindustriais, constituindo uma policultura. Desse sistema derivam subsistemas em suas inúmeras gradações e combinações.
  - a) **Subsistema produção vegetal** - lotes que apresentam 80% do valor bruto da produção total com produção vegetal, excluídas a venda de fumo e vendas maiores que 200 sacos de arroz, ou seja, que produzem fundamentalmente grãos de sequeiro. Ocorre em todas as regiões.
  - b) **Subsistema produção animal** - lotes que apresentam no máximo 20% do valor bruto da produção total com produção vegetal, ou seja, produzem fundamentalmente leite e carnes.
4. **Sistema pluriativo** - lotes com o percentual da renda não agrícola e renda de outros ingressos maior ou igual a 70%, ou seja, a renda agrícola representa 30% ou menos dos ingressos totais. Sistema encontrado em quantidades expressivas em todas as regiões. A recorrência desse tipo enfatiza a existência de um imenso número de propriedades que dependem de outras rendas além da renda agrícola.
5. **Sistema subsistência** - lotes onde o percentual de autoconsumo com relação ao valor bruto da produção total é igual ou maior que 70%. Esses lotes apresentam rendas agrícolas baixas e rendas não agrícolas relativamente próximas às médias regionais. Esse sistema ocorre em todo o estado e indica a situação peculiar, de um conjunto de assentados que pouco se vale da produção agrícola e mesmo da não-agrícola e que, quando o fazem, é para consumo próprio.



Com base nessa tipologia e nas rendas auferidas por cada um dos tipos de sistema produtivo, Mello et al (2007) observam que no sistema mais abrangente - leite, grãos e carne -, onde se combinam os subsistemas vegetal e animal, há uma tendência à verificação de rendas agrícolas mais elevadas. A região da Campanha, para os autores, oferece potencialidade plena à adoção desses sistemas mistos de produção, com ênfase na produção animal, isto é, produção de leite e carnes. Essa constatação ganha em relevância quando se sabe que no ano em que foi realizada a pesquisa houve grande seca, o que não é incomum na região da Campanha, e que, nessa situação, os lotes principalmente aqueles baseados nas lavouras de sequeiro, sofrem as quebras maiores.

Comparando a produção média de uma família assentada com as produções médias de propriedades familiares<sup>65</sup> nas mesmas microrregiões “constata-se que os assentamentos apresentam produções bastante superiores de leite, de arroz, de feijão, de milho, de soja e de aves, em proporções que variaram de 11,1 a 227,3% a mais que a produção das propriedades particulares inventariadas, ficando aquém, apenas, em suínos (-15%)”. Essa é outra verificação importante da pesquisa de Mello et al (2007), que homologa e qualifica positivamente o evento Reforma Agrária. Sugerem ainda os autores, que essa constatação “põe definitivamente por terra o mito de que não há produção de alimentos nestas localidades” (MELLO et al, 2007, p.12)<sup>66</sup>. Os autores concluem que “os assentados, em média, produzem alimentos como qualquer agricultor familiar, superando as dificuldades inerentes a um processo de Reforma Agrária historicamente mal implementado” (MELLO, 2007a, p.28). Essa constatação empírica nos fornece uma base concreta para o entendimento da Reforma Agrária como *evento*, e do assentamento como produto e síntese de *múltiplos eventos*, necessariamente articulados ao contexto e ao conjunto de situações produtivas e relações de produção que envolvem esse processo.

---

<sup>65</sup> Foram verificadas propriedades de dois portes: de 10 a menos de 20 ha e de 20 a menos de 50 ha.

<sup>66</sup> Os autores indicam três fatores que podem ajudar a explicar essa tendência dos assentados produzirem mais do que as médias das regiões nas quais se instalam: 1. Uma parte da agricultura familiar gaúcha está mais voltada a outros sistemas de produção, muitas vezes, mais intensivos (frutas, olerícolas, entre outros), e esses não foram contabilizados; 2. Os assentados acessam de forma privilegiada recursos maiores e mais subsidiados, por exemplo, o PRONAF A e o RS RURAL (programa de desenvolvimento rural do Banco Mundial), dispendo, apesar de todos os limites, de uma assistência técnica e programas de apoio específicos. 3. As microrregiões onde estão os assentamentos tendem a ser caracterizadas por menor tradição na agricultura familiar, especialmente na metade sul (que inclui as regiões Sul, Fronteira Oeste e Bagé), há um grande contingente de pecuaristas familiares empobrecidos, produzindo, basicamente, bovinos de corte. (MELLO, 2007, p.12)

Complementarmente, nos assentamentos de Santana do Livramento, a fruticultura se destaca em meio à produção vegetal. A fruticultura, de fato, não foi contabilizada no estudo de Mello et al (2007), possivelmente porque na safra de 2004/2005 os pomares da Fronteira Oeste ainda não tinham a alta produção e o potencial de comércio que apresentam hoje. Como veremos mais adiante<sup>67</sup>, as dificuldades nessa linha de produção são muitas, indo desde a assistência técnica até o escoamento e a comercialização. De um modo geral, a venda mais garantida nesse setor tem sido o Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB) que, no entanto, absorve apenas uma parcela da produção de frutas. De qualquer modo, a fruticultura já tem lugar na diversificação dos sistemas produtivos da Fronteira Oeste.

Deco e sua família, assentados no PA Nova Santa Rita, exemplificam essa combinação de sistemas, própria da região. Eles produzem, para geração de renda, soja, leite e frutas. O assentado acredita que “o pequeno agricultor pode conciliar as coisas [...], pois quando você adquire um pedaço de terra, você tem que aproveitá-lo da melhor forma possível”, explica. A perspectiva de Deco pode também ajudar a que compreendamos porque a produção dos assentados foi constatada maior que aquela do entorno imediato aos assentamentos. O depoimento dos assentados entrevistados evidencia essa vontade de *aproveitar a terra* que, na realidade significa aproveitar a terra ao máximo<sup>68</sup>. Deco trabalha com o irmão em dois lotes que somam 44 hectares. Durante o verão destinam aproximadamente dez hectares à pastagem e cinco ao milho, utilizado como silagem para as vacas de leite. As mulheres, as companheiras de Deco e de seu irmão são as responsáveis pela produção de leite e pela lida com as vacas. Os homens dedicam-se mais à produção de grãos. Deco explica essa necessidade de “setorizar a produção”, com todos os membros da família trabalhando na geração da renda:

Não dá para deixar a mulher só envolvida na lida da casa, ela tem que se envolver também na parte da lida econômica, buscar o recurso econômico para o sustento do lote. E nós saímos também para fora, fazemos parcerias com outros assentados. Aí chegamos num patamar de renda bruta de 40 mil, 50 mil [por ano], e isso dá para a gente viver. (DECO, Janeiro 2010)

---

<sup>67</sup> No item 3.5.6.

<sup>68</sup> Nesse sentido, as imagens de satélite, do PA Nova Santa Rita, apresentadas na figura 26, também corroboram com essa afirmação.

Nessa perspectiva de aproveitar ao máximo a força de trabalho disponível, André Luiz Cima, assentado no PA Bom Será explica que “aquilo que eu trabalhar, que eu fazer de mão-de-obra, com certeza é mais lucro para mim”. No lote de André a mão-de-obra é a dele, da esposa e do filho de onze anos, que já contribui um pouco *na lida*. Percebe-se nessas estratégias uma lógica que aponta para a otimização da produção, tanto através da exploração da terra de modo mais intensivo quanto no investimento de *mais força de trabalho*, diminuindo assim os custos e, em paralelo, agregando valor à produção.

Nos dedicamos no que segue ao *modus operandi*, o funcionamento dos sistemas produtivos praticados nos assentamentos de Santana do Livramento. A visão faz uso de considerações mais gerais, e quando necessário, dos resultados de Mello et al (2007).

### 3.5.1 “Plantar e comer as coisas da terra”: a produção para o autoconsumo

Para começar, a gente produz o básico, a gente produz a mandioca, a batata, a pipoca, um pouco de amendoim, feijão, queijo, salame, carnes, eu nem sei o preço que está o quilo de carne. O leite é para comprar as outras coisas que se precisa, como produto higiênico, sal, açúcar, farinha de trigo. Mas com o dinheiro do leite dá para tudo isso. (ATÍLIO, Janeiro 2010)

Assentados no PA Bom Será, um local afastado do centro urbano e com acesso difícil, Seu Atílio e sua família têm na produção para o autoconsumo uma prática natural. Para ele trata-se de uma questão de cultura: “De onde nós viemos, tínhamos tudo na propriedade. Era pequeno, mas a gente tinha tudo”. No entanto, quando chegaram à Campanha o choque foi grande. Dentre as primeiras providências estava a criação das condições para uma vida com um mínimo de conforto. A família concentrou-se então em tirar da terra aquilo que tinham como referência para uma existência confortável. Após 13 anos de assentamento, a família de Seu Atílio, hoje composta por cinco pessoas - ele e a esposa, o filho e a esposa e um neto ainda bebê -, produz “de tudo para comer”. A renda está baseada no leite, na uva, que é vendida para o PAA, e na venda de gado de campo, bovinos, ovinos e subprodutos, como a lã. Nas condições de acessibilidade precária em que se encontra a família, a produção para o autoconsumo é essencial.

Nossa observação confirma a tendência observada por Mello (2007) nos assentamentos gaúchos, de que em média de 24% em *valor bruto* da produção fica

para o autoconsumo. Segundo os autores, na região Sul, em municípios como Hulha Negra, Piratini e Bagé, o índice tende a ser ainda maior, ficando em torno dos 40%: “As dificuldades edafo-climáticas e de infra-estrutura dessa região parecem explicar a situação” (MELLO et al, 2007b, p.10). Os autores sugerem que além das produções comerciais - leite, soja, arroz e milho - o lote típico de uma família assentada apresentaria ainda a produção da mandioca, da batata-doce, da batata-inglesa, do sorgo, do peixe, do mel, de embutidos, de queijo, de bebidas, de pães, de massas, de doces, além de pomares e hortas, açúcar mascavo, alfafa, entre outros produtos. Essa diversidade voltada para o autoconsumo foi por nós verificada em muitos lotes de Santana do Livramento.

Mello et al (2007b) contribui com outras informações de interesse sobre a produção para o autoconsumo nos lotes da Reforma Agrária. O milho, de acordo com essa pesquisa foi o grão mais cultivado, produzido em quase todos os lotes da amostra. A maior parte da produção é utilizada para o consumo da família e para o consumo animal - aves, suínos e bovinos -, uma vez que, dadas as condições de solo, clima e mercado, enfrentadas pelos assentados, torna-se difícil a produção do grão em maior escala para comercialização. A Fronteira Oeste foi uma das regiões que apresentou maior produção de milho por família<sup>69</sup>, com a média de 4,53 ha de área plantada e uma produção de 5 toneladas por família (MELLO, 2007b).

Outro alimento básico no autoconsumo da agricultura familiar, e um dos principais alimentos dos brasileiros é o feijão. No ano agrícola 2002/2003, a produção de feijão nos assentamentos do estado chegou a quase 2.300 toneladas. Já na safra seguinte, quando houve grande seca, a produção caiu para menos de mil toneladas. Nas duas safras, a produção média por família ficou em 312 kg. Do mesmo modo que o milho, boa parte dessa produção é utilizada para o autoconsumo (MELLO, 2007b).

A situação da família de Seu Pedroso também exemplifica a alta percentagem do valor bruto da produção destinada ao autoconsumo, observada em muitos assentamentos. Com o lote posicionado praticamente sobre os marcos da fronteira com o Uruguai, em uma condição de pleno isolamento, a necessidade de produzir o básico é compulsória, ou se produz o básico ou não haverá um mínimo de variedade na alimentação. Essas são as opções. O lote de Seu Pedroso tem assim ares da

---

<sup>69</sup> Informação refere-se à produção média em ambas safras: 2002/2003 e 2003/2004.

diversidade campesina, com a presença do pomar, da horta, de lavouras e de criações, diversidade essa que contrasta radicalmente com os milhares de hectares alocados na monocultura do eucalipto, logo passando a porteira do seu lote já em terras uruguaias.

A história de Seu Pedroso e Dona Loeci, sua companheira, mostra também o tipo de *combinação social* que ocorre nos assentamentos da Campanha. Ambos são oriundos de Uruguaiana. Seu Pedroso, 71 anos, é filho de capataz de fazenda. O pai nunca foi proprietário de terra, mas criou seis filhos, todos envolvidos com o trabalho na pecuária e nas culturas de subsistência produzidas pela e para a família. Com 19 anos, Seu Pedroso foi para a cidade. Trabalhou até se aposentar na CEEE, como eletricitista. Nas folgas do trabalho, Seu Pedroso tinha uma banca de camelô no centro de Uruguaiana. Assim conheceu Dona Loeci, que por ali trabalhava como empregada doméstica. Os dois, já com idade, se juntaram e passaram a integrar um acampamento que havia na época em Uruguaiana. E assim foram ali assentados, no PE Roseli Nunes, na ‘fronteira da fronteira’.

Acostumado desde pequeno ao contato com os *hermanos* argentinos, Seu Pedroso se comunica com perfeição em espanhol. Tendo em vista as relações que ele estabelece com o país vizinho e seus habitantes, Seu Pedroso parece encarnar a figura de um *embaixador* da fronteira. Entre essas relações estão justamente os encarregados da fazenda vizinha onde ocorre a silvicultura, logo em frente ao seu lote. A partir de uma relação amistosa o assentado obteve do gerente da fazenda a autorização para retirar lenha do maciço de eucaliptos: “Só pode tirar lenha, madeira não”, diz Seu Pedroso. “E também *isso aí* nem serve para madeira”, comenta o assentado a respeito das árvores destinadas à produção da polpa para papel. Seu Pedroso nos conta que apenas a sua família obteve essa autorização, mas que outras famílias assentadas também usufruem da madeira ali disponível em abundância.



Figura 28 – Registro audiovisual da produção no lote de Seu Pedroso. O assentado ordenha de modo manual uma das duas vacas que a família possui. Seu Pedroso mostra suas caixas de mel. Seu

Pedroso conversa com o capataz uruguaio à sombra de seu pomar. Dona Loeci, companheira de Seu Pedroso, assentada na fronteira da fronteira. / Imagens da autora.

Outra relação espontânea, natural, porém desde o nosso ponto de vista bastante surpreendente, foi aquela estabelecida por Seu Pedroso com o capataz de uma fazenda voltada à produção de leite, também localizada nas cercanias do lote. O capataz, uruguaio, visita Seu Pedroso regularmente. Presenciamos um desses encontros. O motivo da visita foi o sumiço, da fazenda, de uma vaca de leite, e de um terneiro. A conversa aconteceu à sombra dos cinamomos de Seu Pedroso que, frondosos, produzem uma generosa cobertura e um ambiente agradável, mesmo nas horas mais quentes do dia quando ferve a Campanha. O capataz indagava se Seu Pedroso teria visto a tal vaca e seu terneiro. Seu Pedroso respondeu afirmativamente. Disse que viu o animal passando em frente ao lote, mas que por não saber a origem, não quis se envolver. O capataz se mostrava apreensivo. O patrão lhe pressionara a encontrar os animais. Porém aceitou a explicação de Seu Pedroso. O assentado, com senso de humor, ironizava falando em termos muito gerais: “essa ladroagem não presta mesmo”, confortando o capataz angustiado. E após comerem alguns pedaços de melancia da horta de Seu Pedroso o capataz montou seu cavalo e galopou de volta para as bandas orientais do seu País. Quando ficamos a sós, Dona Loeci comentou que eles sabiam do paradeiro da vaca e do filhote. Os animais foram pegos, *roubados* de fato, por um assentado do PE Roseli Nunes, e incorporados ao rebanho da família. Seu Pedroso, no entanto, prefere não se envolver no conflito.

Seu Pedroso também estabelece relações comerciais com o Uruguai. Ele tem uma variada produção para subsistência, compra de fora apenas o arroz, a farinha de trigo, o sal e o açúcar. Quando chegou ao assentamento plantou um quebra-vento de abacate. Hoje tem 50 pés de abacate frutificando e proposta de vender sua produção para um atravessador uruguaio: “eu tinha feito quebra-vento, mas agora também vou vender”, explica ele, e segue: “eu não esperava que o abacate fosse tão valoroso!”. O atravessador paga 50 centavos por fruta, vendidas no Uruguai por 3 reais.

O pomar de Seu Pedroso tem laranja, pêssego, bergamota, ameixas, além de parreiras e abacates. Sob as árvores o solo é repleto de mudas esperando serem transplantadas, tal como em um viveiro natural. Ele nos fala então do hábito de cavar um buraquinho na terra e plantar a semente, logo após comer a fruta. Quando

as mudas atingem um certo tamanho, Seu Pedroso as transplanta formando, assim, outro quebra-vento posicionado em outra posição no lote, e esse composto por cinamomos, eucaliptos e árvores frutíferas.

Seu Pedroso produz também o mel: “a gente come e sobra para vender”, explica ele. E segue: “aqui é bom para produzir mel, agora a chirca, essas florzinhas do campo que tem por aí, que as abelhas tiram o pólen. E no final do mês (março), tem todo esse mato que vai florescer - refere-se ao maciço de eucaliptos em frente ao lote -. Eu consigo fazer duas meladas aqui”. Seu Pedroso relata, no entanto, que não tem cuidado adequadamente de suas abelhas, e nos explica que quando estava “caprichando mais” as suas 20 caixas de mel produziam algo em torno de 300kg do produto a cada safra. “Aí eu vendia para o Uruguai”, conta Seu Pedroso, “por que lá o preço é sempre melhor”. Seu Pedroso arrenda uma parte de seu campo, para produtores de mel do município de Santiago colocarem suas caixas: “Eles sabem que explorando esse mato [de eucaliptos] dá bastante mel”, justifica o assentado. Os arrendatários, segundo ele, comercializam o mel em Santa Catarina e no Uruguai: “eles são registrados lá [no Uruguai], e colocam as caixas aqui, *nessas divisas*”. Foi através dos arrendatários de Santiago que Seu Pedroso fez contato com os atravessadores uruguaios. Ele, no entanto, parece incomodado por estar vendendo a produção para atravessadores. Nos conta que o atravessador uruguaio leva a totalidade da produção por R\$ 4,50 por quilo. Vendendo avulso, ele conseguiria mais que o dobro, R\$ 10 por quilo. Vê porém com certa naturalidade essa situação, pois ao que conta, não teve como se especializar na atividade.

Além do mel, das frutas, da produção da horta e das lavouras, Seu Pedroso e Dona Loeci têm gado de corte e uma quantidade, e variedade de pequenos animais, como galinhas, galinhas de angola, porcos, coelhos, e outros mais. Eles atribuem grande importância em “ter os bichinhos para comer”. A família, contudo, enfrenta um conflito permanente com os animais nativos da Campanha. Seu Pedroso relata com apreensão os momentos em que predadores como o mão-pelada e o gato-do-mato “comeram todos os seus pintos”. E a colocação de uma armadilha no lote, Seu Pedroso relata como resultado, já ter sacrificado alguns gatos do mato. Vê-se aí exemplificado o conflito estabelecido os novos habitantes da Campanha e os animais ainda selvagens, agora sob intensa pressão dos novos modos de exploração de seu habitat. Seu Pedroso, no entanto, justifica: “Hoje em dia a gente não pode pegar bicho nenhum e matar, mas o que podemos fazer, eles estão nos

prejudicando".

Um lado preocupante na territorialidade da Família Pedroso é a situação do lixo<sup>70</sup>. O lote que ocupam está localizado nas nascentes de sangas que correm na direção dos demais lotes do assentamento. Seu Pedroso nos conta que o lixo costumava ficar empilhado à céu aberto. Entretanto, com a chuva, os resíduos se espalhavam chegando à sanga. Desse modo, não tendo um destino adequado a dar aos resíduos do lote, Seu Pedroso cavou um grande buraco, com cerca de um metro de largura, por três de comprimento e um de profundidade, e ali recolhe lixo seco para atear fogo. "Queimo por que não tem coleta", explica ele. Seu Pedroso nos leva então até uma bolsa de ração cheia, ao que parece, de pequenos objetos, e anuncia: "Vocês vão ver uma bolsa de lixo que eu juntei, para ver se algum dia alguém vai vir buscar para não poluir o solo". Ele espalha os objetos no chão; são lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, embalagens de agrotóxicos, frascos de carrapaticida: "daqui a uns dias, boto tudo ali e queimo", diz ele. E segue: "Isso tudo é veneno. Só que ninguém vem buscar isso aqui. Queimando com certeza termina com o veneno [...]. E como é que eu vou deixar isso aqui, o plástico vai apodrecer, a água vai levar tudo pra sanga, e nós estamos nas cabeceiras". E complementa: "e tudo por não ter organização. Se tivéssemos organização vinham buscar". Seu Pedroso tem plena consciência da responsabilidade que tem, como consumidor, sobre os resíduos que ele próprio gera, mas não vê outra saída além de queimá-los. Contudo, a queima desses materiais, muitos deles tóxicos, não seria o recomendado para a situação. As cinzas que restam da queima permanecerão no solo e, pela posição do buraco, é bem possível que resíduos das substâncias queimadas venham a ser, ao longo do tempo, lixiviados para a sanga.

Apesar dessas situações adversas, Seu Pedroso esbanja satisfação ao mostrar sua obra, o lote que com tanto trabalho produziu. "Era assim que eu queria viver!", exclama. E segue: "Querida comer as coisas puras da terra. Então nós damos muito valor para a terra. Gosto de ter comida à vontade... até é bem que venda, mas não interessa muito, interessa é viver bem e comer as coisas com que eu fui criado". Pautado pelo aprendizado na lavoura de subsistência que praticou quando vivia com seu pai e irmãos, o método de Seu Pedroso é absolutamente empírico: "Eu não tiro análise da terra", explica. "Eu planto o primeiro ano e vejo a planta. Se deu boa, eu

---

<sup>70</sup> Essa situação no entanto é comum a boa parte das famílias assentadas.



sigo ali mesmo, plantando, três anos. Vou pela prática, pelo conhecimento que tenho. Não temos assistência técnica, nada”.



Figura 29 – Seu Pedroso mostra orgulhoso o pomar da família, cultivado em meio a vastidão da Campanha. / Foto da autora.

Seu Pedroso utiliza sementes crioulas em boa parte da sua produção, e matéria orgânica para fertilizar a terra. Ele sugere, entretanto, ser necessário utilizar o dessecante, o glifosato, quando há a presença de alguns tipos de gramíneas, como a “paulistinha”. Ele nos mostra, então, outra bolsa de ração, esta repleta de garrafas de PET, de refrigerantes, cortadas. Seu Pedroso utiliza a parte superior da garrafa para cobrir as plantas para aplicar o secante: “Eu tapo a raminha ou o pézinho, e desseco. Aqui têm duzentas e poucas garrafas atoradas. Assim eu faço para ter uma planta saudável. E depois guardo para usar quando for necessário”. Essa técnica caseira permite a utilização do agrotóxico prescrito para as lavouras de soja transgênica em *cultivos crioulos* voltados à subsistência. Apesar da utilização do agroquímico, Seu Pedroso vê a sua produção como “pura, da terra”, em suas palavras.

A estratégia de Seu Pedroso representa um dos tipos de assentado descritos por Mello (2007a), aquele que volta-se, predominantemente, para a subsistência da família, vendendo apenas o excedente. Ambos, Seu Pedroso e Dona Loeci recebem aposentadoria. Desse modo a renda do lote é para o casal “um ganho a mais”. Seu

Pedroso repete que sempre quis viver como está vivendo hoje, produzindo as “coisas da terra”, com fartura, podendo receber convidados em seu lote e oferecendo aos vizinhos aquilo que a família pequena não dá conta de consumir. Com a idade avançando, o casal se programa com a filha de Dona Loeci e o marido, que vivem e trabalham em Criciúma (SC), a vinda deles para o lote. Seu Pedroso acredita que o jovem casal poderá dar continuidade à produção, à família e à vida naquele lote.

### **3.5.2 Leite: “A vaca é como uma fonte que não seca”**

O leite é possivelmente a principal linha de produção, voltada ao comércio, nos assentamentos da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. De acordo com Mello (2007b), a atividade conforma parte significativa da renda agrícola das cerca de 6.200 famílias assentadas envolvidas com a produção. Para a safra 2003/2004, a produção leiteira dessas famílias foi estimada em 47,5 milhões de litros e a produção média por família ficou em torno de 7.756 litros por ano (MELLO, 2007b). Observa-se, contudo, tal como ocorre com as demais linhas de produção, uma grande diferenciação na produção total entre assentamentos de municípios diversos e mesmo dentre as famílias de um mesmo assentamento. Nas safras estudadas por Mello et al (2007b), o autor constata que, apesar da seca, entre a safra de 2002/2003 e a safra de 2003/2004, houve um acréscimo médio de 26,7% na produção de leite por família. Isso mostra o quanto a mais os assentados investiram no setor. A região da Fronteira Oeste é, nesse sentido, um exemplo extremo, onde de uma safra para a outra<sup>71</sup>, houve acréscimo de 310% na produção leiteira/por família. Os autores atribuem essa *explosão* do leite à instalação da linha de coleta em vários assentamentos. O fato, de qualquer modo, indica a emergência de um potencial produtivo reprimido, à espera da estrada e da luz elétrica. Oportuno aqui considerar o decréscimo do percentual relativo à produção para autoconsumo, que caiu de 29% para 17%, indicando que quando as oportunidades para a comercialização se abrem, há um novo direcionamento da produção. (MELLO, 2007b)

---

<sup>71</sup> Safras 2002/2003 e 2003/2004



Figura 30 – Registro audiovisual da ordenha nos assentamentos. Uma casa de ordenha no PA Nova Santa Rita. O trabalho familiar. A coleta do leite sendo feita pelo motorista contratado pela cooperativa regional. O caminhão de coleta, atravessando o pampa. / Imagens da autora.

A experiência de Seu Rade corrobora com a situação geral apontada no estudo de Mello (2007b). Seu Rade e sua família começaram a produzir leite para consumo próprio. Com o excedente faziam queijo, para a venda na cidade. Quando aumentou a produção, diz ele: “já foi mais difícil vender o queijo, por que tinha mais produção e mais trabalho, então não tinha como fazer queijo”, explica Seu Rade. A família passou, então, a vender a produção para a empresa ELEGÊ. Até que, mais tarde, percebendo a tendência forte de crescimento dessa linha, “chegamos à conclusão que era melhor fundar uma cooperativa do próprio movimento dos assentados” (RADE, Janeiro 2010). Assim foi que, no ano de 2002, foi fundada a Cooperativa Regional de Assentados da Fronteira Oeste, a assim denominada COOPERFORTE. Inicialmente com 35 sócios hoje a cooperativa reúne 722 sócios e 332 famílias na produção do leite. Seu Rade explica que a produção de leite “é a alternativa que deu mais certo [...]”. Se chove, ou falta chuva, para os assentados a produção do leite é mais garantida do que plantar”.

André Luiz Cima e sua família, assentados no PA Bom Será, tem considerada a média local, uma boa produção de leite. Com 13 vacas em lactação, produzem cerca de 220 litros/semana, sobre base de campo nativo, complementado com pouca ração<sup>72</sup>. Tal como na maior parte dos lotes produtores de leite, as pastagens de verão, o milho e de inverno, a aveia e o azevém, são também ali produzidas, garantindo a produção leiteira ao redor do ano. Em 2011 André quer diminuir os custos de produção plantando milho, sorgo e soja: “Quero ver se produzo todos os alimentos delas em cima daquilo que eu plantar”, explica o assentado, “Hoje, o que eu gasto com a ração em um mês, plantando os grãos, eu consigo produzir três vezes mais” (Janeiro 2010). André é natural de Entre-Rios do Sul, norte do estado, e nos conta que quando vieram para a fronteira, não tinham o objetivo de trabalhar com o leite:

<sup>72</sup> Nos lotes observados a ração utilizada é à base de soja transgênica.

Na verdade quando a gente chegou aqui, a primeira coisa que nós pensamos era ir embora. Por que o INCRA nos jogou aqui e ficamos três, quatro anos abandonados. Depois veio ao natural, veio estrada, energia, veio linha de leite. Nós somos pioneiros na linha de leite. Eu nem sabia tirar leite, para mim era novidade, começamos a tirar leite na mão, aprendemos e foi embora. Começamos com freezer, daí veio ordenha, veio resfriador e pretendemos chegar a 10 mil litros de leite [por ano] em seguida, essa é a nossa meta. (ANDRÉ, Janeiro de 2010)

André é vizinho de Seu Atílio. As duas famílias compartilham o grande quebra-vento mostrado na figura 23. As famílias têm também o resfriador de leite em sociedade, mas a produção, no entanto, é individual. O leite produzido é encaminhado para a Indústria Santa Luiza, uma pequena planta processadora de leite de Santana do Livramento. A Santa Luiza é responsável pela coleta do leite no assentamento. A comercialização é feita nos mercados locais. André explica a razão pela qual não optaram pela COOPERFORTE, a cooperativa dos assentados: “porque na cooperativa os encargos são altos, e a gente não tem retorno nenhum disso”. O assentado lamenta, por outro lado, que as pessoas da cidade não saibam que no leite Santa Luiza tenha produção dos assentados: “falta um meio campo” diz ele, “entre o povo assentado e o povo da cidade”.

Para grande parte dos assentados, o leite é garantia de uma renda mensal: “A vaca é uma fonte que não seca. Pode dar dez, 12 crias e dura 15 anos, até mais”, explica André.

Dona Lúcia e Seu Mailcon, assentados no PA Coqueiro, têm também a produção de leite como base da renda. Para eles a opção pela pecuária leiteira não foi uma questão de escolha, foi uma necessidade: “O nosso lote é uma bacia”, explica Dona Lúcia. E segue: “Resolvemos investir mais no leite por causa disso [...]. Se vamos plantar soja, milho ou trigo tira bastante espaço das vacas. A cada dois dias estamos entregando 480-500L para a cooperativa”. Com 10 vacas em lactação e um lote com 9 hectares de área seca e 15 hectares de banhado, a família não viu, nessas condições, melhores possibilidades que o leite e a horta. Hoje a produtividade do leite ali é alta, comparada com a média verificada nos assentados vizinhos e no município. A produção da horta é igualmente alta, sendo comercializada nos pequenos mercados de Rosário do Sul, cidade mais próxima.

A organização do lote mostra uma ocupação intensiva. Na área seca está a horta e a pastagem para as vacas. No banhado está o potreiro para os terneiros e também o gado de corte. No entorno da horta foi plantada cana de açúcar, criando

ali um quebra-vento, além de alimentação para o gado. Localizado perto da casa, o quebra-vento, oferece ainda uma proteção para a moradia: “E nós estamos fazendo uns piquetes, para aproveitar bem a área”, explica Seu Mailcon, orgulhoso do aproveitamento integral do lote, em condições tão desfavoráveis: “Foi mal dividido o assentamento. Tem gente aí que tem lote 100% bom [...]. Dos 35 lotes do Coqueiro, o pior é o nosso, é banhado”, diz ele. O lote de Dona Lúcia e Seu Mailcon havia sido anteriormente abandonado, antes de eles serem assentados: “Hoje estou com 40 cabeças de gado, e ele [o assentado anterior] não tinha dez. Tenho porco, galinha... para viver dá bem”, explica. A agricultura praticada no lote é toda manual, um carrinho de mão e uma pá são utilizados na fertilização da terra da horta.

Apesar das condições adversas à produção, o casal aprecia as condições oferecidas pelo lote: “Nosso lote tem três fontes d’água, é rico em água! Pode passar meses sem chuva que água não falta”. Ao fundo do lote, no centro da área de banhado há uma mata nativa, área de preservação permanente, que foi cercada no processo de regularização do assentamento realizado pelo INCRA em conjunto com a UFRGS<sup>73</sup>. Dona Lúcia fala com orgulho da mata nativa presente no lote: “Aquele mato, Deus o livre derrubar uma árvore! Aquele nós preservamos... coisa linda de ver as vertentes!”. O casal nos conta da intenção de aproveitar essa riqueza natural, a água, para fazer um tanque para a criação de peixes. Nesse caso, o único fator limitante ali ainda é o dinheiro.

A família de Bosa, assentada no PA Nova Santa Rita, é mais uma que optou por concentrar esforços na produção do leite, investindo complementarmente nas lavouras voltadas para o autoconsumo e suplementação da alimentação das vacas. Tal como nos casos apresentados anteriormente, a produção de leite é processada à base de pasto e a suplementação é feita com silagem. Com formação em técnico agrícola e exercendo a função de técnico da COPTEC na região, Bosa estuda as técnicas agroecológicas. Há quatro anos implantou um sistema de piqueteamento Voisin através do qual vem melhorando o campo nativo do lote. Dividiu uma área de 2,5 hectares em 30 piquetes e as vacas utilizam um piquete por dia: “Com isso toda a matéria orgânica, os dejetos dos animais, a urina, o esterco, servem como adubação. Já dá para notar uma diferença com o surgimento de novas espécies que não tinham antes”, ele explica. Bosa observa que, com esse sistema, o campo

---

<sup>73</sup> Relatado no item 3.3.

suporta melhor a seca e existe também um controle de parasitas como o carrapato. Ele nos explica ainda que utiliza, assim como a maior parte dos assentados, culturas anuais, milho, para a alimentação dos animais. Além do manejo rotativo das vacas, do melhoramento do campo com a matéria orgânica deixada pelas vacas, ele controla ainda a carga de animais em relação ao tamanho do lote: “Aqui nós estamos trabalhando com uma média de 12 vacas. [...]. Essa é uma média que um lote de 25 hectares nessa região pode suportar”.

Bosa é companheiro de Jocerlei, liderança do MST na região. A família tem moradia na agrovila do PA Nova Santa Rita. As famílias que habitam a agrovila escolheram uma pequena área nas cercanias das residências para instalarem o conjunto de casas de ordenha. São diversos galpões pequenos, com cercados, para onde as vacas são conduzidas para ordenha. Bosa explica como funciona a pequena associação que sua família estabeleceu:

Nós temos a ordenha coletiva, são três famílias, cada um vai chegando no seu horário e no final a gente se ajuda para fazer a limpeza e higienizar o material. O resfriador é coletivo, todos os três colocam o leite ali, mede o leite e coloca ali dentro. No final do mês, cada um pega a sua parte. Apenas a estrutura, a ordenha, o resfriador é coletivo e a produção é individual. (BOSA, Janeiro 2010)

Apesar do êxito da experiência de Bosa, no piqueteamento, seus vizinhos não aderiram a esse tipo de manejo.

### **3.5.3 Gado de corte: “a gente vai *briqueando*”**

Seu Manuel Flores é natural de Passo Fundo. Saiu de lá ainda pequeno e foi criado pelos pais, agricultores, em Júlio de Castilhos. Na juventude, trabalhou 15 anos em fazendas com gado de corte e de leite: “Lá aprendi a lidar com gado, e gosto, estou fazendo o que gosto”, relata o assentado. Seu Manuel acampou em Cruz Alta e está assentado há 13 anos no PA Nova Santa Rita. Já assentado, trabalhou alguns anos com gado de leite. Tinha o galpão com a ordenha estruturada, no entanto, resolveu se especializar: “Agora é só gado de corte”, nos conta ele. E nos explica que optou pelo gado de corte simplesmente “porque é mais fácil de trabalhar”, e assim justifica a escolha:

Não dá muita doença, não exige a gente estar em cima direto. Que nem a vaca holandesa exige bóia e tudo, senão daqui a pouco, se pegar uns carrapatinhos que nem esses bichinhos aí [o gado de corte], daqui a pouco já dá tristeza e tu perde. A vaca é cara também, e o custo de lidar com elas é maior. Hoje uma vaca boa está 2 mil, 2 mil e pouco. E pra tu manter uma vaca assim tem que ter bóia, tem que ter ração e pastagem. E a nossa região aqui dá bastante seca. Daqui a pouco fica mal de pastagem, tem que ter silagem e hoje para fazer silagem, o certo, tem que ter maquinário, senão tu paga tudo... é complicado. E o gado de campo, qualquer cantinho tu tem eles e eles rapam mesmo. E a vaca holandesa não come, tem que ser pasto bom para elas. (MANUEL, Março 2010)

Quando visitamos o local, março de 2010, Seu Manuel tinha 94 cabeças de gado de corte, bovinos, em 33 hectares. Ele assim explica como consegue manejar essa grande quantidade de animais em área proporcionalmente tão reduzida: “Na verdade a gente usa tudo quanto é pedacinho de terra para botar os bichinhos, aproveita tudo. Eles vão andando meio apertado, mas vão”. Ele planta *brachiaria* para alimentar os animais. Afora isso, em uma área de 11 ha, faz parceria com outro assentado, Rogério, para plantar soja no seu lote<sup>74</sup>. Logo após a colheita da soja, cresce ali o azevém, já servindo então na de alimentação do gado.

No outono, antes da geada matar o campo nativo, os pequenos pecuaristas da Campanha vendem aquele gado que não têm capacidade para alimentar durante o inverno. Seu Manuel é um desses produtores. O assentado vende tanto em feiras quanto diretamente para frigoríficos e atravessadores. Ele conta que há pouco havia vendido uma carga de 26 vacas gordas para um frigorífico: “Eu boto para engordar, a hora que tiver gordo, o comprador vem, tenho a balança aí. Me pagaram à vista, em quatro dias”, explica ele.

No mês de abril iniciam-se as feiras de terneiros. Seu Manuel se programa para vender alguns animais: “a produção de terneiro vou vender toda daqui a uns dias, aí entra uns pila para a gente”. Ele nos conta que precisa pagar algumas contas e que no final do inverno, “se sobrar dinheiro”, comprará mais gado de corte. Tal como os pequenos produtores de gado, os assim denominados pecuaristas familiares (RIBEIRO, 2009; TORRES, 2001), Seu Manuel vende seus terneiros no *brigue*, local onde é negociado o gado de todos os tipos e misturas: “a gente leva uns bichinhos lá, é meio sofrido, mas vende. Isso não dá para se queixar, vende igual”. Seu Manuel observa, no entanto, as diferenças entre os produtores pequenos como ele e os produtores maiores:

---

<sup>74</sup> Descrita no item 3.5.4.

Tem fazendeiros grandes que pegam preços bem melhores do que nós. Tu vai numa feira e vê a diferença nos terneiros deles. Eles tem mais folga para trabalhar com o gado. Aqui, um terneiro com 6 ou 7 meses é 170 kg. E dos fazendeiros maiores, a terneirada nasce mais no cedo, e eles tem bóia, vão investindo, sempre touro bom também, e aí pegam peso melhor. E eles podem esperar o melhor preço também, e nós não. (MANUEL, Março 2010)

O relato de Seu Manuel mostra que o assentado está atento ao seu entorno e aos sistemas produtivos na região. Ele conhece também outros pequenos pecuaristas da região e observa que muitos desses estão em situação pior que aquela dos assentados: “Pode andar aí pra baixo e ver as pequenas propriedades que vivem na base do gado, vendendo o gadinho de campo, tem gente muito pior do que nós. E todos anos eles vendem, que nem nós, movimenta assim”. Perguntamos então se nas feiras sabem que ele é um assentado, e se haveria, devido a isso, algum tipo de rejeição. Ele nos responde tranqüilo:

Tudo sabe. Mas nunca fizeram diferença por eu ser mais preto ou mais branco. Até graças a Deus, nessa região eu tenho um crédito que eu mesmo me apavoro. Sempre comprei bastante gado em arremate, e vendo também. Eu passo briqueando né... comprando e vendendo. (MANUEL, Março 2010)

Seu Manuel nos conta que, na primavera compra gado nos remates: “dá uma ajeitada e daqui a pouco vende de novo”. Compra também vacas prenhas, quando dão cria ele engorda os terneiros, *entoura* as vacas e assim vai. Seu Manuel, no entanto, reclama: “Hoje, tudo quanto é coisa hoje não vale nada. O custo de vida e de produção é caro”. Ele planeja, no entanto, comprar algumas vacas de leite na entrada do inverno, quando vender o gado de corte:

É mais para o consumo da casa, é uma renda que o cara tem por mês. E vou seguir lidando igual com o gadinho de campo, por que só uma coisa não dá para lidar também, [...] daqui a pouco o preço do leite está bom, bom não, mas melhor, e daqui a pouco está lá embaixo. E o gado de campo também é assim, tudo é assim. Na época da oferta o preço não vale nada. Então eu vou ter que lidar, não só com um tipo de atividade. (MANUEL, Março 2010)

Segundo a tipologia de Mello (2007a), Seu Manuel é aquele tipo de produtor que adota um sistema baseado essencialmente na produção animal. Entretanto, ele naturalmente percebe a necessidade de diversificar mesmo que minimamente. Além



da parceria para o plantio da soja, a família de Seu Manuel cultiva uma horta para o autoconsumo.

Nas imediações, assentado no PE Roseli Nunes, sobre a divisa com o Uruguai, Seu Pedroso também adota a produção de gado de corte como uma fonte de renda possível na situação de isolamento em que se encontra<sup>75</sup>. A criação de Seu Pedroso é feita através de uma parceria com seu compadre, vizinho no assentamento. A parceria foi feita nos seguintes termos: Seu Pedroso tem cerca de 12 hectares de banhado em sua área, ou seja, possui água em abundância. Já o compadre tem pouca água no lote. A parceria, nesse caso, envolve a troca de mão de obra por água. O compadre de Seu Pedroso é mais jovem e, portanto, tem mais força e energia para realizar as atividades com o gado, mesmo que pouco demandantes. Assim, o compadre toma conta das cerca de 20 cabeças de gado de corte de Seu Pedroso, juntamente com as suas 40 cabeças. A área destinada à criação de gado envolve três lotes com cerca de 70 hectares.

Tal como ocorre com Seu Manuel, o gado de Seu Pedroso e do compadre, é vendido em lotes, porém condicionado pelo isolamento. Os compradores são em geral atravessadores. Seu Pedroso se sente contrariado com a situação. Diz ele:

Os atravessadores estão todos os dias rolando por aí para ver se compram de nós. Eles sabem que, se dão uma choradinha, a gente vende mais barato, por que tem que vender. O lote é pequeno e não vale deixar se criar, por que o boi de dois anos, três anos, vale a mesma coisa que o terneiro de ano. (PEDROSO, Fevereiro 2011)

Seu Pedroso recebe cerca de 600 reais por terneiro. Esse dinheiro se destina a pagar algumas contas e a investir em algumas novilhas, se necessário. O valor é pequeno, diz ele. Seu Pedroso é consciente da existência de uma cadeia longa da qual eles, como pequenos produtores, são apenas a ponta: "Cada um ganha um pouquinho", explica, "E quem ganha menos, somos nós, que temos todo o trabalho, cuidamos, botamos sal, damos injeção, banho... os únicos que ganham menos somos nós, que somos os pequenos".

#### **3.5.4 Soja: “Não me convencem a ficar um ano sem plantar”**

---

<sup>75</sup> O sistema de produção de Seu Pedroso, voltado para subsistência, foi relatado no item 3.5.1.

A soja, o grão mais cultivado no país, é bastante plantada pelos agricultores familiares. Devido à facilidade de cultivo, às estruturas de produção disponíveis e ao preço, a soja está também largamente presente nos assentamentos da Metade Norte do Estado, regiões Norte e Missões, começando, mais recentemente, a aparecer também com mais intensidade nos assentamentos da Metade Sul. A expansão da soja nos assentamentos da Campanha era, de fato, limitada pela variedade convencional. No entanto, hoje, com a expansão da soja transgênica e a possibilidade de aplicação do glifosato, a situação parece ter mudado.

Seu Atílio, assentado no PA Bom Será, já experimentou as duas variedades de soja da região. Ainda nos anos 90, os assentados experimentavam a variedade convencional. No entanto, fracassaram: “apesar de ser campo, esse é um solo que vem muita erva daninha”, explica Seu Atílio. Isso tornou o cultivo inviável. Os assentados optaram, então, pela plantação de milho para o autoconsumo e também para o gado. E, em paralelo, começaram com o gado de leite: “por que é o que dava mais certo”, lembra Seu Atílio, e segue:

Mas hoje mudou. Hoje nós estamos plantando soja, eu mesmo plantei 20 hectares, e está muito bonita. E eu acho que daqui para frente, o resto do pessoal também vai começar a produzir soja por que ela produz bem aqui. Não produzia na época em que não tinha soja transgênica, que era difícil de limpar... é uma capinzeira do diacho isso aqui! É um solo que se tu mexer com ele, se tu tombar com o arado, pode passar a grade, plantar, que no ano que vem ele está do mesmo jeito, gramado de novo. Para produzir capim de tudo quanto é tipo, é especial o solo. (ATÍLIO, Janeiro 2010)

O relato de Seu Atílio mostra reconhecimento, o potencial da região para o cultivo de pastagens, ou seja, a presença de um ativo natural e espontâneo a ser incentivado. Entretanto a renda proporcionada pela soja torna o cultivo do grão mais atraente que o manejo da pastagem para a criação<sup>76</sup>. Seu Atílio manifesta seu otimismo com a soja: “Eu vejo que a gente perdeu tempo. Vejo gente que veio depois de nós, lá de Ibirubá, produtores que vieram plantar soja aqui, compraram a terra por que é barata e produz bem”.

Nessa linha, Deco, assentado no PA Nova Santa Rita, planta soja desde que chegou a Santana do Livramento. Natural de Cruz Alta trouxe consigo uma colheitadeira e vem estruturando um pequeno parque de máquinas. Hoje ele e seu

<sup>76</sup> Essa opção pela soja parece se relacionar com a situação apontada nos mapas do item 3.1.3. O valor da produção vegetal na região da Campanha é muito maior do que o valor da produção animal, embora a pecuária ainda seja a atividade predominante em termos de área ocupada.

irmão possuem duas colheitadeiras; um caminhão, que estão pagando em 3 anos; uma plantadeira, adquirida através de PRONAF; e um trator: “Isso é tudo trabalho”, diz ele, “chegamos aqui, acreditamos na soja, e vamos nos estendendo”.

Filhos de um pequeno agricultor, Deco e seu irmão foram criados nas lavouras de soja do norte do estado. Quando veio para a Campanha, Deco trouxe consigo, não apenas as máquinas, mas também toda a prática do cultivo: “Eu fiz a análise com um técnico da Emater. O solo é espetacular para a produção, tanto de trigo, quanto de soja, milho e pastagem. Existem diferenças, daqui a 1km muda o solo, para melhor ou para pior, mas aqui [no seu lote] é bom”. A técnica utilizada é o *plantio direto*. De acordo com a maior parte dos assentados, esse é um sistema menos impactante por que não provocar a erosão. Deco admite, no entanto, que a cultura da soja é dispendiosa e que o produtor deve estar preparado para arcar com os custos: “Não adianta correr do tratamento por que você vai acabar perdendo no final. Então se tu planta soja tu tens que estar mecanizado e entrar no pacote tecnológico, senão tu não consegue avançar. Ou então, tu não planta”.

A variação no preço do grão regulado pela bolsa, não parece, no entanto, afetar a opção pelo cultivo. O assentado explica que, no ano anterior, maio de 2009, havia vendido a soja a 48 reais a saca. Por ocasião dessa entrevista - chegamos em maio ao assentamento - o preço da saca estava em 32 reais: “Existe uma perda de 25%”, explica ele, “Se tu fizer os cálculos, vai estar embolando esse ano... Só que no ano passado, a produção chegou a 28 sacas por hectare e hoje estamos chegando a 45 sacas por hectare. Então fazendo o balanço, não está ruim, não está bom, mas poderia estar melhor”. Deco atribui o aumento da produtividade ao fator climático, uma vez que o tratamento dado à lavoura foi o mesmo. Na safra 2008/2009 houve seca. Já na safra 2009/2010, com uma temporada de El Niño e de chuvas abundantes, a produtividade cresceu.

Deco está entre os assentados que mais planta soja em Santana do Livramento. A cada safra ele realiza um conjunto de parcerias com assentados sem condições de utilizar a totalidade das terras de seus lotes. Entrevistamos Deco em duas oportunidades. A primeira em seu lote, no PA Nova Santa Rita, em Janeiro de 2010, e a segunda, durante a colheita da soja, em terras do parceiro César Trindade, no PA Fidel Castro em Abril de 2010. A parceria envolve o cultivo de sete hectares de soja. Deco nos fala sobre os investimentos envolvidos na atividade: “Nós estamos aqui com um investimento, junto com o assentado que faz a parceria

comigo, em torno de 600 reais por hectare. Com o preço que está a soja hoje nós vamos ter uma lucratividade também de 600 reais por hectare”, sugere ele, e segue:

O assentado entra com a terra, eu entro com o maquinário e dividimos despesa e lucro. E isso é importante levar ao conhecimento das entidades, que dizem ‘Ah, o fulano de tal está arrendando’, mas tem que ver a fundo, procurar saber das coisas. Acho que o próprio INCRA deve saber disso, até por que viabiliza o assentado. (DECO, Abril 2010)

Deco defende que esse tipo de associação informal entre assentados é um modo, uma alternativa, para viabilizar a produção em assentamentos onde, em boa parte das situações, há uma carência de ferramentas e implementos. Ele enfatiza, no entanto, que o cuidado com a lavoura é feito em conjunto, e que o parceiro “vai cuidar da formiga, da lagarta. A lavoura é também responsabilidade dele. Eu não vou estar presente o tempo todo”, explica Deco.



Figura 31 – Registro audiovisual da colheita de soja no projeto de assentamento Sepé Tiarajú (safra 2009/2010). As imagens mostram a mecanização do processo produtivo, e a necessidade dos agricultores saberem, além de trabalhar com plantas e animais, com máquinas também. / Imagens da autora.

Nas lavouras que visitamos nos assentamentos de Santana do Livramento, o principal motivo que leva o assentado a fazer parceria para plantar a soja é o interesse em ampliar a utilização da terra já cultivada, para fazer a pastagem de inverno para as vacas de leite sem custo de produção. Nesse sistema de relações, que se estabelece de modo relativamente efêmero, as parcerias são feitas no verão e dissolvidas no inverno. Entretanto, se a colheita tiver êxito, é bem possível que no ano agrícola seguinte essa parceria venha a ser refeita.

Assim, enquanto colhe a soja na terra do parceiro, Deco reafirmava seu gosto pelo cultivo do grão: “Está na cultura de cada um. Não me convencem a ficar um ano sem plantar. Eu gosto da atividade, de estar estruturado, a gente vem aí trabalhando, dia-a-dia, ano a ano, mas a agricultura é isso, o pequeno agricultor é isso”, explica ele.

Rogério, assentado no PA Coqueiro, está também estruturado com um pequeno parque de máquinas. Tal como Deco também realiza parcerias com outros assentados. Junto com o pai e o irmão, Rogério adquiriu todo o equipamento necessário à lavoura de soja: “por que se tu planta, tu tem que colher, e para plantar tu tem que ter o equipamento, tu não pode depender de outras pessoas para fazer para ti”, explica ele. E assim, ao longo do tempo, a família foi adquirindo os implementos:

Adquirimos a plantadeira, conseguimos uma colheitadeira usada, temos caminhão também, temos dois tratores, e basicamente foi em cima do pouco financiamento que vinha. A gente foi pegando eles e botando mais em cima. Comprava a plantadeira em dois anos, colheitadeira em três anos. Dava uma entrada com o financiamento que a gente adquiria do banco e assim foi indo, passando, já faz 13 anos que estamos aí produzindo. (ROGÉRIO, Março 2010)

Desde o seu primeiro ano como assentado Rogério planta soja. Oriundo do norte do estado ele trabalhava como assalariado agrícola em granjas, produzindo o grão. Desse modo, quando veio para a Campanha, ele já tinha conhecimento do sistema de produção: “Sempre a soja, por todos os pecados que dá a agricultura, ela consegue te deixar uma margenzinha, ou não tanto prejuízo. [...] E com a tecnologia que se tem hoje fica mais fácil produzir soja”, explica o assentado. A família de Rogério, que compreende uma associação de três lotes, produz em torno de 13 hectares de soja por cada lote. Porém, com a realização de parcerias, ele, além de viabilizar a produção no assentamento, ocupa ao máximo as máquinas que têm disponíveis:

Se tu tens o maquinário... fica ocioso botar um trator para 30 hectares, uma colheitadeira para 30 hectares. E nós estamos fazendo isso por que nós juntamos nossas três famílias para adquirir o maquinário, e outras famílias, que são individuais, que não tem, é mais em conta fazer a parceria. Ele entra com a terra, a gente com as máquinas, e divide o resto. Daí na soma total, se dá um lucro, sobra mais do que se ele fosse pagar. E tu poderia perguntar, por que ele não paga todas as horas... por que para ele sobraria menos ainda. Então a gente faz esses esquemas com a gurizada. (ROGÉRIO, Março 2010)

O destino da produção de Rogério e seus parceiros são as empresas e cooperativas agrícolas de Rosário do Sul, que financiam os insumos e as sementes. Na seqüência, explica ele, a soja “vai para o comércio, para exportação, para fabricação de ração animal e tudo mais. A gente não transforma a produção, a gente

toca para frente, pro comércio”. Quando questionamos a opção pelo cultivo do grão Rogério se mostra ciente do *sistema* no qual está envolvido:

A gente sabe que a soja é um dos comércios em que o produtor não domina o preço, não domina nada. Quem determina os preços é o comércio exterior, são as multinacionais que fornecem a sementes, os defensivos. Eles te dizem como é que eles querem que tu produza. (ROGÉRIO, Março 2010)

Embora entenda que não seja uma boa alternativa, Rogério diz produzir a soja por ser “uma cultura mais fácil de manusear”. Acredita, no entanto, que a sua atividade não trazia benefícios para a sociedade em geral. Diz ele:

Acho que tem outras fontes de renda... aí, tu poderia me perguntar, então porque vocês não fazem isso? É que hoje, tudo exige a mão de obra, e a soja é uma das culturas que menos emprega. Então, nós aqui, e a maioria que planta soja, tem falta de mão de obra. Agora, a família que tem a mão de obra bastante agregada, ela fica ociosa se plantar soja. Uma pessoa numa lavoura de soja controla 100 hectares, com o trator e o equipamento, só uma pessoa. Então, com outras culturas, em 100 hectares, tu precisaria de quantas pessoas para trabalhar? (ROGÉRIO, Março 2010)

Na situação de Rogério, a família tem pouca mão de obra disponível. Desse modo, o cultivo da soja é uma opção à produção. Nessa linha, o parceiro de Rogério, Seu Manuel Flores<sup>77</sup>, explica que esse tipo de parceria é uma fonte de renda que envolve pouco trabalho: “A lavoura não dá serviço por que é só com o trator. Na lavoura, o serviço maior é plantar, depois é só ele [Rogério] que faz. É pouco serviço com a soja”. Ele sugere também que o plantio da soja ajuda a conservar o solo: “Não adianta plantar pasto no verão e no inverno que vai terminando com a terra”. São 10 hectares do lote de Seu Manuel ocupados com o cultivo.

Natural de Constantina, município localizado nas cercanias de Ronda Alta, a família de Walderez Roncaglio administra dois lotes. Há algumas safras, a família optou por se especializar na produção de soja: “São quase 50 hectares a propriedade. Hoje a área está quase 100% coberta com soja”, conta Walderez, jovem agricultor que se responsabiliza pela lavoura. À época de nossa visita, em Janeiro de 2010, a lavoura estava com 20 dias desde a implantação. Walderez explica que a lavoura foi prejudicada pelo excesso de umidade e que a soja deixou de nascer o quanto era esperado: “A gente espera já uma quebra na colheita”,

<sup>77</sup> Produtor de gado de corte / item 3.5.3.

prevê. A família não possui maquinário e terceiriza todos os serviços, desde o preparo da terra, a semeadura, a aplicação dos agroquímicos e até a colheita. De qualquer modo, a justificativa da opção pela soja transgênica é simples: “Chega o momento de fazer a lavoura e a gente tem que fazer uma escolha. [...] Para nós é vantajoso plantar soja transgênica, cobrir toda a área no verão e ficar com pastagem no inverno. E isso é mérito da soja”. No inverno, a família de Walderez cria gado de campo sobre os 50 hectares de pastagem. A extensão da área viabiliza a realização de parcerias com outros assentados, cedendo desse modo áreas da pastagem para o gado dos parceiros invernarem.

Quando perguntamos se não seria uma contradição que um assentado da Reforma Agrária como ele, plantasse soja transgênica, diante de todas as críticas que o MST faz ao modelo do agronegócio, Walderez nos responde:

A gente está sempre em questionamento com relação a isso. Eu vejo que os dois [MST e agronegócio] têm uma certa quantidade de razão. O MST por que defende a diversificação e um método de produção mais limpo, que eu também tenho certeza que seria o melhor. Mas existem muitos gargalos, principalmente, para nós que somos pessoas de baixa renda. E por outro lado, o agronegócio, que é a produção em grandes áreas, também tem o seu peso dentro do país por que de uma forma ou de outra alavanca, ou está alavancando o desenvolvimento do Brasil. (WALDEREZ, Janeiro 2010)

Walderez parece se orgulhar de fazer parte de um sistema de produção que, de acordo com o discurso dos meios de comunicação, traz riqueza e desenvolvimento ao país. “É claro que não vamos ficar ricos trabalhando em cima de uma área dessas”, explica ele, e segue: “mas é uma ferramenta que a gente pegou, e acredito que pode alavancar um crescimento maior”.

Na falta de estruturas para armazenamento, os silos, os assentados não conseguem armazenar os grãos e esperar os preços melhores para vender a safra. De um modo geral, a entrega termina sendo feita para o próprio fornecedor de insumos e sementes que, no caso de Deco, Rogério e Walderez, é a Agrosoja Santana Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., que compra a colheita dos assentados e encaminha para a exportação.

### **3.5.5 Arroz: conflitos e possibilidades da lavoura mais dispendiosa da Campanha**

Assim como o feijão, o arroz é também um dos alimentos favoritos dos brasileiros sendo fundamental na produção para o autoconsumo da agricultura familiar. A opção pelo cultivo do arroz irrigado – a lavoura com mais tecnologia no estado - depende, fundamentalmente, de dois fatores, ou seja, a presença de várzeas que são concentradas nas regiões Metropolitana e Fronteira Oeste, além de Bagé e Missões, pontualmente, e de condições operacionais como recursos financeiros, maquinário e conhecimento das técnicas (MELLO et al, 2007). Para os assentados vindos da região norte do estado - caracterizada pela policultura e pelas lavouras de sequeiro - as exigências da cultura do arroz impõem uma mudança substancial nas estratégias de produção, na medida em que insere os assentados em uma dinâmica produtiva e social bastante diversa daquela da origem. A opção pelo arroz se mostra, desse modo, incompatível com o perfil de boa parte dos assentados, pelo menos no momento<sup>78</sup>.

Todavia, apesar das questões ambientais e técnicas limitantes, uma boa parte dos assentamentos da Reforma Agrária produz arroz em alguma quantidade. Nas pesquisas de Mello et al (2007), o produto foi constatado em assentamentos que abarcam 4.875 famílias, ou seja, dois terços da amostra. A produção total de arroz nos assentamentos, no ano agrícola 2002/2003, foi de 12.507 toneladas. O dado, tal como ocorre com as demais linhas de produção, esconde a grande diferenciação existente entre os produtores de arroz dos assentamentos. De um lado ocorre a pequena produção de arroz de sequeiro, basicamente para o autoconsumo, nas regiões de Bagé, Sul, Missões e Norte. De outro lado estão as lavouras de arroz irrigado com as suas altas produções para a comercialização - fundamentalmente, na região Metropolitana e, pontualmente, na Fronteira Oeste, Missões e Bagé. Com objetivo de compreender *in loco*, o modo como ocorre a produção orizícola nos assentamentos de Santana do Livramento, observamos dois assentamentos no município. Abordaremos ainda, ao final, o caso de um assentamento localizado na região metropolitana de Porto Alegre, aonde vem ocorrendo a produção de arroz ecológico.

---

<sup>78</sup> Sintoma das dificuldades encontradas no uso das áreas de várzea é a razoável incidência de arrendamento dessas áreas. A ocorrência do arrendamento indica um particular modo de articulação do assentamento com o contexto regional. Por meio do arrendamento do campo úmido presente no lote, os assentados passam a fazer parte de uma dinâmica maior, que é a dinâmica de produção de arroz no Estado, em boa parte realizada em áreas de várzea arrendadas (MELLO et al, 2007).



Implantado em 2005, o PA Fidel Castro tem 1.487 hectares. Dessa área, 48% são solos de várzea, o que corresponde a 685 hectares próprios ao cultivo do arroz (INCRA, 2009). Essa condição, de alta disponibilidade de terras para a orizicultura, condiciona os assentados a produzirem o grão, uma vez que as terras de várzea não permitem o cultivo de outras plantas de sequeiro, típicas da agricultura familiar como o milho, a mandioca e o feijão. Somado ao arroz, nas áreas secas, os assentados do PA Fidel Castro vêm buscando a diversificação de culturas, produzindo soja, milho e pastagens para o gado de leite. O PA Fidel Castro conta com 58 famílias assentadas, que somam perto de 300 pessoas vivendo no assentamento. Da totalidade de 58 lotes, 25 possuem área para o cultivo de arroz e ainda uma pequena área de seco.

Quando o INCRA adquiriu a fazenda, Seu Remi estava ali arrendando uma área de 60 hectares de várzea para produção de arroz. No processo de criação do assentamento, Seu Remi cancelou o contrato de arrendamento e terminou sendo assentado junto com os funcionários da fazenda. Na ocasião, produtor de arroz há 25 anos, o agricultor era proprietário dos implementos necessários ao cultivo do arroz, mas pagava percentagem sobre a terra que utilizava. Com a implantação do PA Fidel Castro e a chegada das demais famílias, um *grupo do arroz* foi formado e, nesse processo, a experiência e o conhecimento de Seu Remi foram fundamentais.

O grupo do arroz formado no PA Fidel Castro é na realidade composto por Seu Remi e mais 19 famílias parceiras. A composição sociológica do assentamento é importante na compreensão da situação que se ali se configurou. Além de famílias oriundas da região da Campanha, de municípios como São Gabriel, Rosário do Sul e mesmo de Santana do Livramento, diversas famílias assentadas vieram da própria região metropolitana de Porto Alegre. Essas famílias oriundas da região metropolitana, de modo geral, não tinham experiência com o arroz e portanto, dependem totalmente da *assistência* de Seu Remi.

Tal como ocorre nas parcerias da soja, nas parcerias do grupo do arroz, “todos têm a sua participação no trabalho, também na compra dos insumos, do que é necessário, de sementes, de tudo”, explica Seu Remi, e segue: “o maquinário a gente contrata um pouco, e outro pouco eu tenho, por que eu já era da atividade”.



Figura 32 – Registro audiovisual da lavoura de arroz no PA Fidel Castro. Seu Remi mostra a bomba que *disponibiliza* ao grupo do arroz do assentamento. Os silos do Arroz Urbano, destino da colheita dos assentados. Uma casa pertencente a um parceiro de Seu Remi, contrasta com a condição confortável de vida do ex-arrendatário./ Imagens da autora.

Entrevistamos Seu Remi em Abril de 2010, na época da colheita do arroz. Ele relata que a sua condição de vida melhorou após o assentamento, pois deixou de pagar percentagem pelo o uso da terra e desse modo consegue receber mais pelo seu trabalho. Além disso, possui ali um local onde construiu sua casa e pode abrigar a família, sentindo-se assim mais estabilizado e tranqüilo para trabalhar, e acrescenta: “juntos, com o grupo do arroz, conseguimos aumentar a área de produção”. O relatório ambiental do INCRA (2009) demonstra de fato o aumento na área de produção de arroz no local. Em 2003, antes da implantação do assentamento, havia ali 349 hectares de campo úmido não utilizado para a agricultura, ou seja, 23,4% da área. Em 2008, restam apenas 147 hectares de campos úmidos, ou seja, dos 685 hectares de área de várzea, mais de 500 estão sendo então utilizados no cultivo do arroz. A capacidade para o cultivo é, entretanto, limitada pela disponibilidade de água e também pela disponibilidade dos implementos de Sr Remi. Como ele possui apenas uma bomba, a cada ano agrícola, apenas uma parte das várzeas é cultivada. A outra parte, também expressiva, permanece em *pousio*. Nessas áreas, onde não é possível plantar o arroz, os assentados plantam soja, visando o melhoramento do solo.

Seu Remi conta que no primeiro ano de assentamento, quando foi formado o grupo do arroz, o assentamento passou a fazer parte do projeto IRGA 10. Esse projeto visava, através dos manejos prescritos, chegar a uma produtividade de 10 mil kg/há, com o Instituto Rio-grandense do Arroz prestando assistência técnica aos assentados. Seu Remi explica que nesse processo a produtividade da lavoura vem aumentando. O grupo partiu de uma produtividade de 7 mil kg/ha, no primeiro ano, e na safra 2009/2010, já estava colhendo cerca de 8,5 mil kg/ha. O manejo é feito buscando a economia na utilização dos insumos: “o uso do herbicida e do inseticida é o mínimo [...]. O grupo do arroz faz, ele próprio, a limpeza dos inços e do arroz

vermelho, o controle é todo manual”, nos fala Seu Remi. O assentado acrescenta ainda que não utilizam “o arroz mutagênico, ou qualquer outra variedade que não venha ao encontro das diretrizes do INCRA e do Movimento também”. Mesmo em um ano agrícola difícil para a produção do arroz, os assentados conseguiram, segundo ele “fazer tudo na hora certa”. Seu Remi atribui esse resultado ao trabalho planejado e ao número reduzido de hectares, o que permite que o cuidado com a lavoura ocorra de modo mais intensivo. Nesse processo, a medida que o arroz vai sendo colhido, os assentados aproveitam a palha, para fazer o feno e aumentar a produção de leite. Além disso, utilizam a *resteva*, onde o arroz está rebrotando, na alimentação das vacas de leite.

Apesar dos bons resultados na colheita, a situação dos produtores de arroz do PA Fidel Castro não é das melhores. Seu Remi nos fala sobre a destinação do arroz, e aí percebemos o quanto esse tipo de produção é dependente de mediadores, especialmente as como empresas fornecedoras de insumos e integradoras:

Esse arroz vai para os engenhos mesmo, onde a gente teve que adquirir o crédito, onde nos forneceram semente, adubo, uréia, essas coisas todas. Eles nos forneceram os recursos, e agora a gente tem que devolver para eles a produção, e depois se divide o que sobrou do trabalho, da prestação de serviços de máquinas, todas as despesas que houve, aí depois a gente faz o rateio entre os assentados. (REMI, Abril 2010)

A entrega para o engenho deveria ser feita até o final de abril, quando há maior oferta do grão e, portanto, menores preços menores pagos pela produção. Seu Remi comenta que não há linha de crédito que possibilite a autonomia do produtor de arroz. Ele sugere que se desenvolva “uma linha de crédito, que o assentado possa ele mesmo ir à loja e comprar os insumos, e depois que ele colher, devolver, pagar esse crédito que ele tomou”. E segue: “Mas se nós ficarmos só na dependência de engenhos e cooperativas fornecerem para a gente, naquele troca-troca para pagar na safra, é difícil”. O engenho onde os créditos e insumos foram adquiridos é o Urbano Agroindustrial, filial de São Gabriel. Santana do Livramento possui poucos silos para o armazenamento de grãos, e esses, de um modo geral, são pequenos e particulares. Outra questão apontada pelo assentado se refere à etapa de secagem e armazenamento:

Nós tínhamos que ter uma linha de crédito onde nós pudéssemos secar o produto aqui, armazenar ele, ficar com o produto na mão para comercializar. [...], por que aí tu vai vender para quem tu quer, para quem pagar melhor. E hoje não, nós temos que entregar para o engenheiro, estamos devendo para ele e eles vão pagar para a gente mais ou menos o que eles querem. (REMI, Abril 2010)

A verificação dessas questões técnicas da produção do arroz mostra um contexto difícil para o pequeno produtor. No PA Fidel Castro, a saída para a produção foi a parceria dessas 19 famílias com um produtor detentor dos meios necessários ao cultivo. Os resultados sociais dessa condição são complexos. É oportuno, nesse sentido, que comentemos a expressiva estratificação social que ocorre nesse assentamento, e que naturalmente se materializam nas habitações ali presentes. A residência do Seu. Remi é ampla e confortável, parecendo uma habitação urbana de classe média. A família possui, além disso, uma horta e um grande galpão onde o maquinário é guardado. Por outro lado, assentados como Dona Cleci, parceira agrícola de Seu Remi, e oriunda da região metropolitana de Porto Alegre, vive à beira da lavoura de arroz em uma precária habitação construída com os recursos do INCRA, um casebre. Dona Cleci trabalhou nas indústrias de calçados de Novo Hamburgo, RS, e com a transferência dessas indústrias para a Ásia ela ficou desempregada. Com 52 anos de idade, e aparentando bem mais, veio ao acampamento com a filha de 19 anos e o neto de três. Hoje fazem parte do grupo do arroz. Dona Cleci teve uma experiência anterior, quando menina, como agricultora, morando na periferia urbana de Porto Alegre. Essa situação exemplifica a emergência de uma condição social que tende à sub-urbanização de determinados assentamentos, como nos aponta Thomaz Jr. (2006), ao descrever esse *camponês-proletário* do mundo contemporâneo.

Não tivemos oportunidade de investigar mais a fundo as relações que se desenvolvem entre Seu Remi e seus parceiros no PA Fidel Castro, entretanto relatos de Mello (2007a), acerca de conflitos envolvendo o uso das várzeas em assentamentos de Santana do Livramento, e da região metropolitana, apontam para determinadas configurações sociais onde alguns assentados mais capitalizados, e dispostos de recursos técnicos, *dominam* os demais descapitalizados. Por outro lado, as condições observadas no assentamento também sugerem que se não houvesse as máquinas e o conhecimento técnico do Seu Remi, não haveria provavelmente produção de arroz no assentamento Fidel Castro. O relato acima

coloca em cheque o processo de seleção das famílias; o problema da organização das mesmas no processo de instalação do assentamento. A configuração sócio-econômica e cultural que se formou no grupo do arroz do PA Fidel Castro parece ter sido espontânea, e em nossa leitura, representa uma forma de auto-organização recorrente nos assentamentos, uma configuração estratificada e dominada por quem detém o capital e a tecnologia.

O caso do PA Apolo<sup>79</sup> é igualmente crítico com relação ao uso das várzeas. Em 1986, 242,8 hectares eram cultivados com arroz. Já em 2003, a área cultivada era de apenas 6,8 hectares (INCRA, 2006). Nos primórdios da implantação, o PA Apolo foi palco de conflitos envolvendo o uso da várzea<sup>80</sup>. A situação culminou com o abandono de 18 lotes no final do ano 2000. Tendo os lotes vagos, o INCRA selecionou novas famílias para ocupá-los. Essas famílias foram trazidas de acampamentos do MST e na seleção buscou-se candidatos aptos ao cultivo do arroz. Natural de Rosário do Sul, Seu Joel foi selecionado para ocupar um dos lotes da várzea do PA Apolo. Tal como Seu. Remi, Seu Joel também era arrendatário e chegando no assentamento, fez parcerias com o irmão, com quem já trabalhava, e com um assentado do lote vizinho, esse de origem urbana, para realizar a produção do arroz. A parceria desse modo passou a contar com três lotes. Seu Joel nos conta que já plantou “umas boas áreas de arroz”, e segue: “Só que em vez de crescer, até a gente cresceu..., mas com o financiamento, juros, a gente foi, dá para se dizer, quebrando com a lavoura, e viemos parar aqui”. Seu Joel nos conta que algumas das pessoas selecionadas junto com ele e o irmão já abandonaram os lotes: “tinham aptidão, mas não tinham maquinário para dar continuidade”, explica ele, “mas essa várzea mesmo, se não dá para o arroz, dá para o gado. Nós da fronteira conhecemos isso aqui, e estamos sobrevivendo”, reflete Seu Joel. O assentado e seu irmão possuem algumas máquinas, um trator, arador e grade. Em geral alugam a colheitadeira, mas têm o objetivo de comprar uma em sociedade.

Quando conversamos com o assentado, em Março de 2010, a perspectiva com a safra não parecia muito promissora. O plantio foi feito atrasado, por problemas com a barragem situada no assentamento vizinho, o PA Posto Novo<sup>81</sup>. Os assentados haviam realizado o preparo da terra em junho, entretanto, com o

---

<sup>79</sup> Conforme mostra a figura 27, no item 3.3.

<sup>80</sup> Relatados no item 3.2, com base em Mello (2006).

<sup>81</sup> A barragem foi embargada, em 2009, por problemas ambientais, relacionados à erosão nas margens e irregularidades no uso da água pelos arrozeiros do entorno dos assentamentos.

atraso na liberação da água da barragem, não foi possível plantar. Desse modo, tiveram que realizar novamente o preparo da terra com todos os herbicidas necessários. “Foi gasto dobrado”, lamenta Seu Joel.



Figura 33 – Registro audiovisual da situação da lavoura de arroz nos PAs Posto Novo e Apolo. Seu Motta mostra a barragem que foi embargada por problemas ambientais. Seu Joel mostra a várzea com o plantio atrasado, devido ao problema com a barragem. / Imagens da autora.

Tal como acontece com Seu Remi, a produção de Seu Joel está atrelada aos engenhos que lhe financiam a produção: “É tudo muito arriscado. Compramos semente à vista e vamos vender para as próprias pessoas que nos financiaram, lá de Rosário no caso. Eles nos conseguiram a semente, nós vamos agora depositar o produto lá”. Seu Joel reclama do recurso do PRONAF que é pouco para a lavoura de arroz:

O PRONAF é 5000 a 6000, o custo hoje de uma quadra de arroz, com herbicida tudo, é em torno de 3000 reais. Então não se torna fácil, a gente tem que procurar recurso de fora, particular, e se torna oneroso, mas fazer o que, a gente é disso aí... E estamos tentando recomeçar, só que em área pequena. (JOEL, Abril 2010)

Os assentados da várzea do PA Apolo estão, no momento, formando uma Associação de Orizicultores para buscar recursos e uma comercialização com mais poder de barganha. São 16 lotes nessa situação, cada um com 21 hectares de campo úmido e sete de área seca. Nos 14 hectares de área seca que Seu Joel e seu irmão tinham à disposição, à época de nossa visita, eles pretendiam plantar soja e milho. O milho seria plantado com as sobras da lavoura de arroz:

Nós temos ali no galpão adubo, veneno, uréia, que sobrou, não deu para plantar toda a área de arroz. [...] Agora nós vamos plantar o milho na coxilha, está tudo pronto, tudo dessecado. Esse é particular. Vai ser mais para consumo. Vai ser com adubo, o que sobrou da lavoura. Se deixar parado vai empedrar até o ano que vem, então vamos tentar aumentar a produção. (JOEL, Abril 2010)

A difícil situação de produção descrita por Seu Joel no PA Apolo se reflete no uso irregular da terra. Em nossa visita, a imagem da várzea desse assentamento era de campos úmidos, ocupados com algumas cabeças de gado, e algumas porções de solo exposto, aguardando a brotação do arroz.

O terceiro assentamento observado relacionado à produção de arroz é o PA Lagoa do Junco, situado no município de Tapes, região metropolitana de Porto Alegre. A experiência desse assentamento na produção de arroz, como já comentamos, é uma referência para os assentamentos localizados nas áreas de várzea da Fronteira Oeste e demais regiões.

O assentamento Lagoa do Junco tem 887 hectares com 60% de terra de arroz e 40% de terra para culturas de sequeiro. Quinze famílias do assentamento formam uma cooperativa, a Cooperativa dos Assentados de Tapes, COOPAT, através da qual *setorizaram* a produção. As linhas desenvolvidas pela cooperativa são o tambo de leite, a padaria e o arroz ecológico. O arroz ecológico é produzido em 135 hectares. Cada família possui 17 hectares. Visitamos o assentamento em Abril de 2010, durante a colheita, e entrevistamos Seu Antônio Schëffer.



Figura 34 – Registro audiovisual da colheita do arroz ecológico no PA Lagoa do Junco, no município de Tapes/RS (safra 2009/2010). Seu Antônio trabalhando na colheita do arroz. O maquinário e as estruturas de armazenamento e beneficiamento pertencem ao conjunto de famílias que formaram a cooperativa no assentamento. / Imagens da autora.

Seu Antônio nos relata que a lavoura de arroz ecológico foi acontecendo aos poucos, por não conhecerem o funcionamento e o manejo desse tipo de cultura. No primeiro ano plantaram 20 hectares e com o sucesso da experiência foram aumentando a área. Hoje toda a área de produção da cooperativa é ecológica. “Mas não foi fácil”, lembra Seu Antônio, “porque ninguém tinha afirmação de que desse certo. Com o tempo fomos acertando e hoje estamos dominando tranquilamente”, afirma com satisfação.

Quanto ao trabalho realizado na lavoura, Seu Antônio nos relata que é praticamente o mesmo que aquele dedicado a uma lavoura convencional: “mas do

ponto de vista da saúde da pessoa muda muita coisa”, explica ele. Relatando o modo como chegaram à necessidade de plantar de modo ecológico:

Aqui, nos primeiros dois anos nós plantamos o convencional. A gente passava veneno de avião, pagava pelo serviço. Aí no fim ninguém mais queria ‘banderear’... porque tinha que ter dois que marcassem [a passada do agrotóxico pelo avião], e começou a prejudicar a saúde... Então vimos que não era mais por ali. A questão da saúde não tem nem como explicar, muda tudo, desde a natureza... há uns anos atrás não existia passarinho aqui, hoje vemos uma variedade muito grande. (ANTÔNIO, Abril 2010)

Assim, em 1999, os assentados do PA Lagoa do Junco iniciam a transição para a agricultura ecológica. Nesse processo, os agricultores foram conhecer outras experiências com arroz orgânico e desenvolveram técnicas para controlar os *predadores* prejudiciais à lavoura. Desse modo, os problemas com inços, com a bicheira da raiz, com caramujinhos, lagartas, percevejos e outros, foram dominados basicamente através do manejo da água: “dando banhos na lavoura, vamos entrando e tirando a água até o arroz se firmar”, explica Seu Antônio, “e sendo o convencional é veneno atrás de veneno, se faz umas cinco ou seis aplicações durante o crescimento do arroz”. No sistema ecológico de produção, o manejo da água é de tal modo fundamental que duas ou três pessoas ficam permanentemente responsáveis por esse cuidado. Com relação aos custos da lavoura, Seu Antônio explica que na lavoura convencional a despesa é alta, algo em torno de 1.500 a 2.000 reais por hectare: “e a nossa despesa não chega em 500 reais, com a lavoura pronta”. A despesa do arroz ecológico está na manutenção das máquinas, no óleo diesel e no gasto de energia elétrica para o bombeio d’água. Os custos de produção ficam basicamente a cargo da cooperativa, como nos explica Seu Antônio:

Tem propaganda na TV que diz que tem dinheiro à vontade. Mas na verdade, é pouquinho que vem. Por isso, se é um sozinho se torna inviável. Mas como nós somos 15 famílias, de pouquinho em pouquinho junta e dá para se virar. Mas nós geralmente fazemos tudo por conta. Vêm uns investimentos, mas não dá para dizer que é investimento, é muito pouco. (ANTÔNIO, Abril 2010)

Para os assentados do PA Lagoa do Junco a lavoura de arroz era novidade quando chegaram à nova terra. A maior parte das pessoas ali é oriunda da região do Alto Uruguai, Frederico Westphalen, Alpestre e Planalto: “então nós conhecíamos arroz, só no prato”, brinca Seu Antônio, “era tudo planta do seco, ninguém tinha experiência”. Ele nos explica que a organização da cooperativa em setores viabilizou



que os assentados se especializassem. A cooperativa hoje conta também com uma agroindústria, implantada através do Programa Terra Sol, do INCRA, que descasca, seca e empacota o arroz: “Se não é no coletivo, é difícil de conseguir manter uma estrutura dessas”, adverte Seu Antônio. Ele, contudo, admite que o trabalho em cooperativa não é um trabalho fácil e que não existe fórmula para o sucesso do trabalho em coletivo:

Não precisa ser através de cooperativa, mas trabalhando junto, se as famílias se entendessem, definissem uma linha, uma meta... e conhecimento é tudo. Se nós não tivéssemos ido atrás de pessoas que já estavam plantando ecológico há anos, nós não teríamos chegado a lugar nenhum. [...] E nós estamos dispostos, se alguém quiser vir para cá, por que teoria é uma coisa, mas a prática é bem diferente. E nós estamos dispostos a ensinar, porque sempre há uma saída, só que nem sempre a gente se dá conta qual a saída certa. (ANTÔNIO, Abril 2010)

O êxito da experiência com as lavouras de arroz ecológico está refletido no número de assentamentos e de famílias envolvidas nessa atividade. Ao todo, na região metropolitana de Porto Alegre, são 11 assentamentos, 428 famílias e 3.880 hectares de lavouras de arroz ecológico. O assentamento Lagoa do Junco é um deles. A produção ecológica agrega valor ao produto e tem aberto oportunidades rentáveis para os assentados, como a entrega da produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, e os pontos de venda em diversas partes do estado.

### **3.5.6 Fruticultura: fartura desperdiçada**

As lavouras permanentes estão entre as atividades apontadas pelo zoneamento agrícola (SA/RS, 1994 apud INCRA, 2006) como preferenciais para o município de Santana do Livramento. Diante da condição de solos frágeis, característica da região, o cultivo de videiras, citros – o limão, a bergamota, e a laranja -, macieiras e pessegueiros é recomendado pelo documento. Nessa linha, a fruticultura vem proliferando em uma quantidade não desprezível de lotes dos assentamentos do município. Dentre os agricultores que compõem a nossa amostra, a maior parte destina parte do lote aos pomares. A experiência de produção, de um modo geral, tem tido êxito ainda que alguns *gargalos* não permitam o pleno desenvolvimento da atividade, fechando o ciclo entre produtor e consumidor.

Observamos a experiência com as frutas de alguns assentados de Santana do Livramento, seus objetivos e as dificuldades com esse tipo de produção<sup>82</sup>.

Sabino Carpovski, assentado no PA Nova Santa Rita, tem 180 pés do pêssego de mesa, variedade chimarrita. Quando o entrevistamos, em Janeiro de 2010, os pés estavam carregados de frutas. “Produziu bem, mas está difícil de comercializar”, explica o assentado, “Tem muita fruta essa época. Como todo mundo tem, o preço fica baixo, quase não compensa levar na cidade”. A sua estratégia com a fruticultura é diversificar: “por que só com uma atividade, o pequeno produtor não sobrevive”, reforça Seu Sabino. Ele lida com a soja e o leite além das frutas, mas diante da experiência com os outros cultivos vê na fruticultura uma boa opção:

Só com a soja o pequeno produtor não sobrevive, por que ela é uma planta muito cara e é para grande produtor, né. Eu acho que se o cara tivesse um negócio para fruta, garantido, era uma saída para o pequeno produtor. Mas não dá para esperar preço, por que uma semana, duas, já maturou tudo e tem que vender. (SABINO, Janeiro 2010)

A maior parte dos assentados fruticultores entrega a produção as frutas para o Programa de Aquisição de Alimentos, CONAB, através da cooperativa regional, a COOPERFORTE. Contudo, as quantidades compradas pelo programa são pequenas comparadas com a produção, a existente e a que se perde. Nessa situação, os assentados fecham pequenos negócios e assim, de qualquer modo escoam o que é possível escoar da produção. Seu Sabino nos conta que negociou uma parte de seus pêssegos com um proprietário de mercado de Rosário do Sul. O comerciante buscou as frutas no seu lote. “Ele pagava 1 real o quilo”, nos relata Sabino, “Mas só vai o graúdo e o miúdo fica no pé. É tudo escolhido. Não adianta querer vender o miúdo por que estraga o negócio”. Seu Sabino também tem parreiras de uvas de mesa e viníferas. “Vendi quase 2 mil kg das viníferas nessa safra”, nos conta Seu Sabino. O assentado relata que fechou um bom negócio alguns meses antes da colheita com um advogado de Rosário do Sul. O comprador faz vinho para a família e adquiriu toda a sua produção de uvas para vinho: “Nos acertamos no preço, e ele levou tudo”, explica o assentado. De fato, o comprador foi

---

<sup>82</sup> O estudo de Mello et al (2007), sobre a composição da renda dos assentados, não contabiliza a fruticultura como uma das atividades geradoras de renda dentro da produção vegetal. O estudo foi, no entanto, realizado em uma época que possivelmente os pomares de Livramento ainda não estavam produzindo. A situação atual é diferente; hoje o que se vê são pomares repletos de frutas que, sem ter como escoar, nem como processar, acabam apodrecendo no pé.

ao assentamento comprar aveia. No entanto, conversando com Seu Sabino, acabaram falando de uva e fechando um negócio antecipado. “A uva é bem fácil de vender... para mim pelo menos”, reflete Seu Sabino.

Já Seu Rade, anteriormente apresentado, assentado no PA Cerro dos Munhoz, teve uma experiência diferente com as uvas de vinho. O assentamento onde está localizado seu lote tem acesso difícil e o escoamento das frutas é sempre um problema a ser resolvido. Seu Rade nos conta contrariado que abandonou seus parreirais de uvas viníferas. O motivo do abandono foi quatro safras de boa produção, e comercialização frustrada: “Tive só prejuízo. Agora não vamos mais produzir uva de vinho... por enquanto não”, afirma o assentado.

Quando entrevistamos Seu Rade, era Janeiro de 2010, época da colheita da pêra. Seu Rade, sua esposa Dona Fátima, e alguns familiares estavam fazendo um *mutirão* preparando uma entrega para o PAA. A entrega constava de 500 kg de frutas. Verificamos no local que mesmo após as caixas estarem cheias, prontas para serem vendidas, os pés no pomar continuavam repletos de frutas. A família de Seu Rade investiu na fruticultura e o potencial de produção é enorme. Para se ter uma idéia, somente de pêras, a família tem dois pomares, um com 10 anos e 300 pés, e outro com 9 anos e 600 pés. Além desses a família conta com pomares de pêsego, bergamota, laranja, limão, abacate e parreiras. A opção pela fruticultura foi, para a família, um modo de diversificar a produção: “No início a gente plantava milho e outras culturas e não estava dando certo. Aí surgiu a fruticultura e a pêra produz bem, o problema é o comércio”, constata Seu Rade.



Figura 35 – Registro audiovisual da colheita de peras no lote de Seu Rade e Dona Fátima. Parentes do casal e os jovens da família participam do dia de trabalho. As frutas colhidas eram destinadas ao PAA. / Imagens da autora

Quando visitamos o pomar os galhos dos pés de pêra pendiam de tantos frutos. Seu Rade explica que foi um ano bom para a produção da fruta: “A pêra é uma fruta que precisa de bastante frio, e esse ano fez bastante frio então ela seguiu a florada bastante tempo. Deu até em excesso”. A variedade de pêra ali

cultivada é a asiática, uma fruta de sabor refrescante e doce, redonda como uma maçã. As dificuldades com a comercialização, entretanto, desanimam a família de Seu Rade: “Eu acho que a população não conhece esse tipo de pêra aqui, não tem muita saída. E os mercados grandes da cidade são muito exigentes, preferem pegar produtos que vêm de fora, da CEASA”. Seu Rade explica que essa variedade foi levada para Santana do Livramento pela EMBRAPA. O agricultor lembra que, na época, quem comeu da pêra gostou. “Aí resolvemos plantar, é uma pêra boa, produz bem. Só que ninguém pensou depois para comercializar”. Seu Rade nos falou então da importância de os assentados que produzem frutas se organizarem para vender o produto em outras cidades. Curioso é que na Feira de Agricultores Ecologistas de Porto Alegre – a feirinha dos sábados no Parque da Redenção -, essa mesma variedade de pêra é comercializada pelo alto valor de 6 reais o quilo e as pessoas compram.

A facilidade em lidar com as frutas é outro atrativo para a atividade. Seu Rade nos explica que no pomar das pêras foram poucas as suas intervenções. O manejo feito foi de correção de solo, em 2008, e adubação orgânica durante os primeiros quatro anos do pomar: “depois, não foi feita qualquer adubação ou tratamento. Não precisou... e não achamos que compensava, o retorno seria pouco”.

A colheita é um momento de trabalho quase que meditativo. Chovia manso e os sons eram os pássaros, as vozes das crianças que brincavam pelo pomar e o delicado estalo da fruta sendo colhida no pé. Dona Fátima, concentrada na atividade, nos fala da seleção das frutas: “Vamos escolhendo as que não têm machucado e que não estão comidas por insetos. E pela cor, as que estão mais amareladinhas já estão prontas para colher”. Para Dona Fátima, o cuidado na seleção das peras é justificado pelo destino que dará à sua produção. Através do PAA, as frutas são destinadas para creches, para o lar de idosos e, durante o ano de 2010, para a Santa Casa. Dona Fátima mostra satisfação com o destino das frutas: “Fico muito feliz. É tu produzir e ter para passar para outras pessoas que não têm. Eu também não tinha e hoje eu tenho”. A assentada nos conta, então, um episódio que mostra como ela se percebe na sua relação com os outros, menos afortunados que ela:

Ano passado, eu brinquei com um companheiro nosso que dizia assim: “Ah, vamos mandar todas as frutas que tiver por que não somos nós que vamos comer”. Aí eu disse: “Tu lembra quando nós estávamos no acampamento?”

Que ia batata estragada, arroz estragado, feijão estragado e nós tínhamos que comer, por que não tinha outra coisa melhor para nós comermos, tu esqueceu?”. E é uma pessoa que para o Movimento era estudiosa e tudo, e ele me saiu com aquela... Então eu aquele dia fiquei até meio sentida, por que eu não gosto de pegar uma fruta estragada e dar para alguém comer. Tem gente que ainda tem na cabeça, que o que não presta, pega e dá para o pobre comer. Eu também sou pobre né... Não. Tem que ser o contrário. (FÁTIMA, Janeiro 2010)

Dona Fátima assim explica o quanto se percebe ainda como pobre, em tudo o que deseja, precisa e não tem: “Eu penso que a primeira coisa que eu ainda gostaria de fazer, não só eu, o José, Seu Rade, também tem vontade, era ter mais estudo”. A agricultora nos conta que não teve como estudar na juventude, e que hoje alguns conhecimentos lhe fazem falta: “Tipo a matemática. Eu dependo muito da matemática, e às vezes eu tenho que parar para pensar, para ver se uma conta deu exata ou não deu”. A negociação da produção é um momento crucial na vida do agricultor. E nessa etapa do processo Dona Fátima não se sente segura com os conhecimentos que tem. Com relação aos meios que a família dispõe para produzir, a assentada reflete: “O que nós mais tínhamos que ter agora, seria uma caminhoneta, ou um caminhãozinho para carregar as frutas. Porque de momento nós dependemos do ônibus para levar para a cidade, e o frete encarece muito”.

A entrega para o PAA é hoje feita através do ônibus rural<sup>83</sup>. Evidencia-se aí a condição precária de trabalho dos pequenos agricultores assentados, condição na qual os meios mais básicos para a efetivação do processo produtivo são escassos. Seu Rade critica a omissão do município com relação à produção dos assentados: “O apoio do município é muito pouco. [...] Na época em que plantamos esses pomares parecia que iam ajudar com tudo, que iam colaborar. Mas agora, tanto na produção de pêra como de uva não estão colaborando. A prefeitura não está nem aí” afirma contrariado o assentado.

### **3.5.7 Horticultura nos pampas: “tem que ser teimoso”**

Assentados no PE Sepé Tiarajú, em um lote bem localizado em termos do escoamento da produção, a família Souza vem demonstrando, na sua atividade, que a distância entre o campo e a cidade pode ser encurtada. Com quatro pessoas trabalhando de modo organizado, a família vem produzindo e entregando nos

---

<sup>83</sup> Item 4.2.

mercados da cidade vegetais diversos como a cenoura, a beterraba, a alface, o milho verde, o feijão, a moranga kabotiá, a batata-doce e a mandioca. Gilberto, o filho mais velho da família, se mostra entusiasmado com a experiência que para eles se inicia. Ele nos conta que está trabalhando recentemente no lote que adquiriu através da ‘luta pela terra’. A família permaneceu acampada por seis anos. Após a “conquista” do lote, Gilberto continuou durante cerca de dois anos, em suas palavras, “pela estrada, militando e ajudando a organização”. “E agora estou me virando num outro lado, para ver se dá certo”, explica ele, “Por que só ficar dizendo que vai dar certo, mas não mostrar como, não dá. E claro, tem que ter muita persistência, mas é possível”, afirma ele. As entrevistas com a família foram realizadas em Abril de 2010, em dias de colheita e preparo dos vegetais para a venda.

A produção dos vegetais da família Souza é realizada em diferentes áreas ou lotes, em acordo com as necessidades de cada cultura. A mandioca e o milho são cultivados na terra de um assentado parceiro por ser ali um solo “mais enxuto”. Já a horta está localizada no lote da própria família, pelo acesso à água. A variedade de plantas na horta é grande, entretanto, poucas são as culturas comercializadas. A produção para consumo próprio acontece em pequenos canteiros distribuídos de modo protegido dentro de um diversificado quebra-vento conformado por capim-elefante, cana de açúcar, mamona e crotalária. A distribuição aparentemente caótica das plantas é, no entanto, proposital. Gilberto explica que “é tudo misturado” pois “um faz sombra para o outro. Que nem agora no inverno, a mamona perde as folhas, que é quando as outras plantas precisam de mais sol... aí dobra uma, faz um talho na outra, e vai manejando”.



Figura 36 – Registro audiovisual da produção de hortigranjeiros da família Souza. Lavouras de milho, moranga e a horta foram produzidas com objetivo de comercialização. Quase todo o processo produtivo é ecológico. / Imagens da autora.

Gilberto conta que aprendeu técnicas como a *adubação verde* a partir de uma amizade com “um pessoal do Movimento de Pequenos Agricultores, MPA”. Na

época como militante do MST, Gilberto participava de reuniões políticas: “no final das reuniões, tinha sempre uma demonstração”, relata o assentado, “então o início é de lá, mas depois a gente nunca parou, sempre proseando, estudando, escutando as pessoas. Se não coloca em prática na hora, a gente tem a vontade de um dia colocar, por que vai somando né”. Ele nos conta que trouxe a crotalária de uma dessas reuniões: “Eu trouxe duas vagenzinhas... não era para pegar, mas eu botei duas vagenzinhas no bolso e viemos reproduzindo a semente”. Hoje a crotalária faz parte do quebra-vento que protege a horta. A planta, com mais de dois metros de altura, produz uma massa verde que enche os olhos de Gilberto: “O sonho da gente é produzir ela para quebrar com o rolo-faca, já pensou, que massa verde, fica tudo na terra”. Além da crotalária, a família utiliza ainda o feijão de porco e o feijão miúdo na adubação verde. “O feijão miúdo, pode dar sol, seca, é um feijão que, na pior das hipóteses, produz igual, e dá para comer. Mas nós geralmente comemos o outro [feijão preto] por que é mais gostoso. E olha, aqui é um pé só, e dá uma roda grande de palha”, mostra o assentado.

Gilberto explica que o *pousio* também faz parte do sistema de produção da família: “Fazemos alguns canteiros e deixamos outros descansando para recuperar o solo”. Ele nos conta que a terra que receberam era muito degradada: “agora que estamos colocando adubo, esterco de vaca, galinha, tem mamona também, que esse ano vamos ampliar para semear, por que a mamona também dá bastante nitrogênio e matéria orgânica”. A família mantém ainda, em uma pequena área, na verdade um buraco no solo, um minhocário: “Nós juntamos um esterco de vaca com umas minhocas e elas estão trabalhando aqui. Fazemos o húmus e depois colocamos nas bandejas para plantar as mudinhas”, assim explica o agricultor que ri do seu próprio minhocário improvisado: “A gente vai fazendo do nosso jeito, vai aprendendo, adaptando, senão tudo dá dinheiro, gasto. E quanto menos se gastar, melhor”, reflete Gilberto.

A relação de Gilberto com o espaço no qual se encontra é de pouca interferência e aproveitamento máximo dos recursos à disposição: “Na verdade não tem inço, tem é que saber lidar com essas outras plantas. Mas claro que tem algumas culturas que não tem jeito, tem que meter a enxada, limpar, por que senão não dá, ou pelo menos nós não aprendemos ainda”. Ele diz estar no início de um processo, de uma busca. De fato, ainda que praticamente todo o processo produtivo nos lotes da família Souza seja feito com técnicas da agricultura ecológica, o

dessecante, glifosato, é ainda utilizado na etapa de preparo do solo nas áreas de lavoura: “Na horta não estamos usando, mas no grosso da lavoura passamos. Mas por que não temos ainda estrutura para preparar a terra... [os agroquímicos] são tudo coisas que estamos tentando sair fora, mas não é de uma hora para a outra”, explica ele. Na área da horta, o secante glifosato foi utilizado no primeiro ano. Isso porque, diz Gilberto: “era um capim muito alto” e a família entendeu que a aplicação do químico seria menos impactante que virar a terra, gradear, etc.

A organização do lote é dinâmica e Gilberto tem idéias para melhorá-la. Logo que chegaram ao assentamento posicionaram o chiqueiro perto do galpão de ordenha, nas cercanias da habitação. Com o aumento da produção na horta, ele percebeu a posição equivocada do chiqueiro que se estivesse perto da horta, propiciaria que o esterco dos porcos fosse “automaticamente aproveitado” no preparo da terra dos vegetais. Mas tudo leva tempo, e mão de obra: “No início fizemos lá, e vai demorar ainda um ano e pouco para mudarmos... mas já está na mente. É assim, uma coisa de cada vez, aos poucos, devagarzinho”, reflete Gilberto.

A possibilidade de comercializar a produção da horta anima a família Souza: “Eu na verdade me surpreendi [com a recepção do comércio local]”, conta Gilberto, “A minha expectativa era de que teria uma rejeição, por ser assentado, mas não... já está bastante superado isso”. Ele nos conta que além de vender nos mercados, tem vendido diretamente nas casas, e que a recepção à mercadoria tem sido boa também:

É uma coisa diferente, é um produto diferente, é “da terra”, como eles dizem. Inclusive o cara o mercado, fez assim, quebrou a minha cenoura e deu para eu cheirar, depois quebrou uma dele e me deu. A dele, bonita, mas sonsa, sem cheiro, sem gosto, sem sabor. [...] Ele deu até a idéia de fazer uma banquinha de produtos orgânicos, mas aí já teria que ter uma quantidade, teria que estar organizado em um grupo para sustentar a banquinha. Tem saída, tem que ir buscando os espaços, mas é uma coisa nova, tem que ter mais gente nesse ramo e, principalmente, organizados para fazer isso. (GILBERTO, Abril 2010)

Gilberto explica que até o momento, estão produzindo aquilo que os mercados estão pedindo, e também, o que é mais fácil de produzir nas condições atuais da família. Os Souza têm planos de construir uma estufa para produzir hortaliças mesmo nos meses mais frios, quando a produção ao ar livre fica inviável. Gilberto nos conta que se reuniram, as quatro pessoas que trabalham no sustento do lote, para pautar as culturas a serem produzidas no próximo ano agrícola, para



venda nos mercados locais. O milho, a cenoura, a alface, a abóbora de tronco, o feijão e a beterraba foram apontados como os principais: “Uns cinco ou seis cultivos vão ser um pouquinho mais. Claro que para comer a gente vai produzir de tudo. [...] E vamos plantando de semana em semana para ter para entregar por mais tempo”, explica o agricultor. Ele manifesta dúvida quanto ao cultivo da beterraba, “por que atrai muito fungo, e tu tens que estar direto passando tratamento. Só que ao mesmo tempo”, reflete Gilberto, “é uma coisa que está em falta, e está valendo bem... então a gente fica na dúvida”. Para a família Souza, produzir hortaliças saudáveis é um desafio: “a gente tem que ir inovando as tecnologias em casa de forma que a gente consiga vender mais barato. Imagina um canteiro de alface com 200 pés, se tu vai selecionar e só dá para vender 50”, e acrescenta Gilberto, com pequeno sorriso, “mas é isso, a gente tem que ser teimoso!”.

### **3.6 Trabalho, ambiente e saúde: os agroquímicos e a agricultura ecológica**

Buscamos no que segue problematizar as *técnicas* utilizadas na prática da agricultura a partir de situações levantadas em campo, com foco na utilização freqüente dos agrotóxicos<sup>84</sup> pelos agricultores. A observação mais atenta dessas técnicas nos parece essencial especialmente se considerarmos o impacto da técnica na territorialidade, entendida essa como uma articulação entre pessoa e espaço (HEIDRICH, 2010). A técnica opera como um mediador dessa relação corpo/espaço (SANTOS, 1996). As diferentes técnicas supõem relações distintas entre o agricultor e o seu meio. Assim, ao situar o problema do uso de agrotóxicos, procuramos observar os assentamentos tanto em suas conexões com o contexto global quanto em sua especificidade, como parte da condição ambiental pampeana. A base da argumentação perseguida são os relatos/representações dos assentados, em paralelo às observações de campo. Nos apoiamos, ainda, em pesquisas e outros materiais que subsidiam a linha descritiva que ora buscamos construir.

Nesse assunto é oportuno, de início, destacar a posição ocupada pelo Brasil desde 2008, como maior consumidor de agrotóxicos do planeta, posição até então

---

<sup>84</sup> A legislação brasileira define o termo agrotóxico a partir da Lei 7.802/89 e dos Decretos 98.816/90 e 4.074/200. A definição engloba as diferentes categorias de uso como insetcidas, acaricidas, nematocidas, fungicidas, bactericidas, herbicidas e outras.

ocupada pelos Estados Unidos<sup>85</sup>. A Associação Nacional de Defesa Vegetal, ANDEF, que representa entre nós os fabricantes de agroquímicos, mostra que essa indústria movimentou nesse ano de 2008 a quantidade de US\$ 7,1 bilhões, consumindo 673 mil toneladas de defensivos na proteção das lavouras<sup>86</sup>. Já a pesquisa de Guazelli (2009) sugere que 733,9 milhões de toneladas de venenos agrícolas foram despejados sobre solos brasileiros, uma quantidade substancialmente mais elevada que aquela verificada pela ANDEF. Ainda de acordo com a autora, os herbicidas representam cerca de 45% das vendas, os inseticidas 29%, e os fungicidas 21%. Nessa linha, de acordo com Rigotto (2011), um seleto grupo de apenas quatro culturas domina o consumo desses produtos, respondendo por cerca de 75% dos insumos utilizados no país; são eles a soja, 45,3%; o milho, 12,8%; a cana de açúcar, 9,5% e o algodão, 7,8%.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2006), 78,4% das propriedades rurais brasileiras, dirigidas por proprietários, utilizaram agrotóxicos no período. Em mais da metade das unidades onde a prática foi verificada, 56,3%, os responsáveis não receberam orientação técnica nem do governo, nem de cooperativas e nem do fabricante<sup>87</sup>. O Rio Grande do Sul aparece como o estado com maior número de estabelecimentos usuários de agrotóxicos, com 273 mil propriedades. Esse dado, contudo, não se reflete na quantidade de área passível de aplicação. Computada a área, ao invés do número de estabelecimentos é bastante provável que a região Centro-Oeste, onde se concentram as maiores lavouras de soja do país, se destacasse. A área cultivada de soja no Brasil é de 23,6 milhões de hectares, sendo o Mato Grosso o maior produtor, com 6,2 milhões de hectares de área plantada<sup>88</sup>.

Seguindo a tendência nacional, a soja transgênica vem sendo cultivada em diversos assentamentos da Reforma Agrária de Santana do Livramento. Os agricultores assentados, de um modo geral, parecem ter consciência da condição arenosa, estruturalmente frágil, dos solos da região, e em consequência da necessidade de um manejo cuidadoso. A técnica do plantio direto, possibilitada por

---

<sup>85</sup> Fonte: Estado de São Paulo. Brasil lidera uso mundial de agrotóxicos, 07/08/2009. Disponível em: [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not\\_imp414820.0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not_imp414820.0.php). Acesso em: 02/03/2011.

<sup>86</sup> Fonte: Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF). Disponível em: <http://www.andef.com.br/defensivos/index.asp?cod=4>. Acesso em: 03/02/2011.

<sup>87</sup> Fonte: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/211951.htm>. Acesso em: 03/02/2011.

<sup>88</sup> Fonte: EMBRAPA. Disponível em: [http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod\\_pai=2&op\\_page=294](http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=2&op_page=294). Acesso em: 27/03/2011.

herbicidas com o princípio ativo glifosato<sup>89</sup>, é assim, de um modo geral, considerada menos impactante pelos assentados, por evitar que a terra seja revirada. Entretanto, o uso desse herbicida não se restringe às lavouras de soja transgênica. Ao contrário, ele parece ser hoje utilizado, de modo quase banalizado e com uma frequência preocupante. Registramos relatos do uso de herbicidas, à base de glifosato, para os cultivos de arroz, milho, pastagens, em hortas, pomares e até em pequenos serviços com a terra ao redor das habitações. A figura 36 (abaixo), do lote de Seu Atilio (PA Bom Será), mostra um campo tratado com herbicida, produto conhecido como *secante* pelos agricultores. A semeadura  feita diretamente sobre a palha de gramíneas que permanece no solo após a aplicao do produto.



Figura 37 - Pastagem após a aplicao do *secante*, no PA Bom Será.  esquerda, a pastagem seca resultante da aplicao do herbicida. Ela contrasta com a área imediatamente vizinha que  coberta

<sup>89</sup> “O glifosato, N-(fosfonometil) glicina,  um herbicida secante, com largo espectro de ao sistmica. Ele atua na planta inibindo a enzima EPSPS (5-enolpiruvilshiquimato-3-fosfato-sintase), o que impede a elaborao de aminoácidos fundamentais para o crescimento e a sobrevivência vegetal. Como o metabolismo de animais  diferente, a toxicidade aguda do glifosato  baixa e os sintomas de intoxicao são registrados em contato com uma dose elevada do produto. Isso não significa que não haja interferência crnica do glifosato sobre o metabolismo animal e,  preciso considerar, que na formulao do Roundup constam outros produtos que, em consonância com o glifosato, e outras substâncias no solo, meio ambiente e organismos vivos, acabam tendo diferentes efeitos colaterais. Para aumentar a eficácia do herbicida e facilitar sua penetrao nos tecidos vegetais, a maioria das suas formulaes comerciais possui uma substância química surfatante (um composto químico que reduz a tensão superficial do líquido). A formulao Roundup, que  a mais utilizada,  composta de surfatante polioxietileno-amina, ácidos orgânicos de glifosato relacionados, sal de isopropilamina e gua. Em funo dessa composio, o Roundup possui uma toxicidade aguda maior que o glifosato puro, testado em laboratório pelas principais gncias regulatórias do produto nos EUA. O surfatante presente no Roundup está contaminado com 1-4 dioxano, um agente causador de câncer em animais e potencialmente causador de danos ao fígado e aos rins de seres humanos. Em decorrência da decomposio do glifosato registra-se uma substância potencialmente cancerígena conhecida, o formaldehido. E a combinao do glifosato com nitratos no solo ou em combinao com a saliva, origina o N-nitroso glifosato, cuja composio também  potencialmente cancerígena e para a qual não há um nível de exposio seguro. Um estudo realizado na Suécia concluiu que há uma associao do contato prolongado com glifosato e o linfoma non-Hodgkin, outra forma de câncer, e os pesquisadores alertam para o caso, considerando o exponencial aumento no consumo do herbicida a nível mundial”. (ANDRIOLI, 2005, p.1)

por soja, muito verde e aparentemente sadia. A área dessecada será utilizada para plantio de pastagens de inverno (azevém e aveia). / Foto da autora.

Deco, nosso conhecido do PA Nova Santa Rita, é um assentado *capitalizado*. Ele tem lavouras de soja, tocadas através de parcerias, espalhadas por diferentes assentamentos de Santana do Livramento. Ele nos explica que procura utilizar de modo adequado os recursos naturais à *disposição* e exemplifica: “onde eu planto soja, eu uso aveia ou azevém, em que fica a palhada para proteger o solo”. O assentado, entretanto é cético quanto aos problemas que os agroquímicos, e as sementes transgênicas, podem ocasionar. Assim percebe o agricultor:

Eu não vi ainda algum estudo que comprove... eu me criei lá em Cruz Alta, e lá fazem 35 anos que se planta soja nas mesmas lavouras. E cada vez se produz mais. Não se vê diferença. E antes, meu pai lavrava a terra e ficava aquilo exposto ao sol. Hoje tu usa camada de palha, que está aqui, dá pra ver. Então tu tens que usar as tecnologias que são favoráveis, dentro do pacote tecnológico. (DECO, Janeiro 2010)

Ele considera, portanto, necessário que se permaneça dentro do pacote tecnológico: “Tu tem que estar no barco”, explica ele, “o pior é estar fora do barco. Pegar um pedacinho de terra e não produzir, não vale a pena”, reforça. Deco nos conta que já tentou produzir a soja de modo ecológico, mas que “no final, apareceu o fede-fede e consumiu com a lavoura” e houve prejuízo. E segue: “mas você gosta daquela atividade, você muitas vezes tem prejuízo ou empata, mas você continua fazendo”, explica.

A família de Walderez Roncaglio, outra conhecida nossa do PA Nova Santa Rita, é também adepta do uso dos agroquímicos na agricultura. Com dois lotes quase 100% ocupados com soja transgênica, Walderez explica a estratégia da família quanto aos fornecedores dos agrotóxicos:

A gente procura não ficar submisso ao fabricante tal, ao laboratório x ou y. Nós sempre procuramos o menor custo por hectare. Por que vocês sabem que todas as empresas que fabricam insumos agrícolas tentam vender o seu pacote... Só que isso, do meu ponto de vista, não é vantajoso para o produtor. Então a gente sempre tenta comprar o que é mais barato de um, o que é mais barato do outro fabricante. (WALDEREZ, Janeiro 2010)

A estratégia da família, portanto, é minimizar os custos buscando as ofertas dos produtos, mas assim como Deco tudo dentro do pacote tecnológico. Walderez explica que ela também, até o momento, não encontrou estudo algum que comprove

os efeitos nocivos da soja transgênica e do pacote a ela associado. Estudos como Peres et alli (2005) buscam explicar essa percepção dos agricultores, descrita acima, a respeito dos agrotóxicos. De acordo com os pesquisadores, desde a década de 1970, com *modernização conservadora* da agricultura e do campo, somada ao incentivo do Estado e dos meios de comunicação à adoção das técnicas agrícolas da assim denominada *revolução verde* - mecanização, sementes melhoradas e insumos químicos -, criou-se um imaginário de que essas técnicas, ditas modernas, seriam de fato mais desenvolvidas e melhores que as tradicionais, levando os agricultores a abandonarem essas práticas de manejo herdadas e em geral menos hostis ao ambiente. Desde então a utilização de agrotóxicos nas lavouras brasileiras vem se expandindo de modo vertiginoso. Pesquisas como a de Terra (2008) mostram o uso de agrotóxicos crescente e acelerado, passando de 13,6% ao ano entre 1988 e 1999, para um crescimento anual de 21% entre 2001 e 2007. Nessa linha, os números de Spadotto (2006) mostram um aumento de 700% no consumo de agrotóxicos nos últimos quarenta anos no País, quando, nesse mesmo período, a área agrícola aumentou em 78%.

Os dados do IBGE (2006) e outras tantas pesquisas voltadas ao estudo das *intoxicações* causadas pelo uso de agrotóxicos (POLASTRO, 2005; TRAPÉ, 2004; BEDOR, 2008; ANDRIOLI, 2005; PERES et alli, 2001) mostram que as substâncias associadas a esse modo de lidar com a agricultura são utilizadas tanto nos grandes estabelecimentos, voltados às monoculturas de exportação, quanto nos pequenos estabelecimentos da agricultura familiar, mais voltados à policultura. A aplicação manual dos venenos, por meio do pulverizador costal é a mais utilizada, estando presente em 70,7% dos estabelecimentos agrícolas que utilizaram algum tipo de agroquímico. O pulverizador costal, característico da pequena produção familiar, é o equipamento que apresenta maior potencial de exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos (SOARES, 2005). O Censo aponta também que 20% dessas propriedades - 296 mil propriedades - não utilizam qualquer equipamento de proteção individual (EPI) e que pelo menos 24,8 mil casos de intoxicação aguda de agricultores foram registrados apenas no ano de 2006. Nessa linha, pesquisa recente da Universidade Federal do Mato Grosso, realizada em Lucas do Rio Verde/MT, pequeno município com 45 mil habitantes, e um dos maiores produtores de grãos do Brasil, coloca em evidência a contaminação de leite materno por agrotóxicos. A partir de uma coleta de amostras de leite de 62 mulheres foi

detectada a presença de agrotóxicos *em todas*, sendo que em algumas havia a presença de até seis substâncias tóxicas distintas. Sugerem os pesquisadores que a situação é potencialmente nociva para os bebês em fase de lactação, visto que esses não têm o sistema de defesa completamente desenvolvido<sup>90</sup>.

A pesquisa acima descrita apenas soma a outras tantas descrições dos efeitos nocivos e dos riscos ocupacionais relacionados ao uso de agrotóxicos, que compreendem desde intoxicações agudas, doenças crônicas e problemas reprodutivos até danos ambientais mais abrangentes. Segundo Spadotto (2006), essas substâncias têm, em potencial, efeitos carcinogênicos, mutagênicos, teratogênicos e neurotóxicos, além de provocarem, potencialmente, alterações imunológicas, alterações ligadas ao sistema de reprodução e também como potenciais desreguladores endócrinos. Somado a esses efeitos sobre os seres humanos verifica-se que, como os agrotóxicos têm atuação sistêmica, as moléculas presentes nessas substâncias são transportadas através dos organismos e sistemas da natureza. E desse modo podem levar à morte animais e vegetais, terrestres e aquáticos, não intencionalmente visados pelo defensivo e ainda, segundo Spadotto: “resultando na alteração da dinâmica bioquímica natural e na mudança do funcionamento de todo o ecossistema afetado” (SPADOTTO, 2006, p.6). Spadotto (2006) nos explica que os agrotóxicos são moléculas sintetizadas com o objetivo de afetar determinadas reações bioquímicas de insetos, microrganismos, animais e plantas que se queira controlar ou eliminar. Esses processos bioquímicos, entretanto, são comuns a todos os seres vivos e, assim, o efeito tende a atingir não só o organismo alvo como também outros seres daquele ambiente. Os agrotóxicos, nesse sentido, acumulam-se ao longo da cadeia alimentar. Uma pesquisa, também recente, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP, mostra e comprova a contaminação de ovos de galinha com herbicida, provavelmente oriundo da alimentação desses animais<sup>91</sup>. Para pesquisadores como Faria et alli (2007) e Rigotto (2011), o uso intensivo de agroquímicos na atividade agrícola posiciona esse tipo de trabalho, contraditoriamente, como uma das mais perigosas ocupações na atualidade.

---

<sup>90</sup> Fonte: Folha de São Paulo. Estudo aponta agrotóxico em leite materno em MT, 23/03/2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/892662-estudo-aponta-agrotoxico-em-leite-materno-em-mt.shtml>. Acesso em: 23/03/2011.

<sup>91</sup> Fonte: <http://www.ecodebate.com.br/2010/10/21/veneno-a-nossa-mesa-analise-identifica-residuos-de-herbicida-em-amstras-de-ovos/>. Acesso em: 23/03/2011.

Tendo em conta perspectiva mais geral, verificamos que o relato da nossa experiência em Santana do Livramento não destoia do que se verifica na realidade da agricultura nacional. Nosso relato, no entanto, cobre e aprofunda especificidades da formação socioespacial em análise. Nessa busca, em janeiro de 2010, acompanhamos Rogério, do PA Coqueiro, passando o *tratamento* na lavoura de soja de um parceiro. Foram ali pulverizados simultaneamente três produtos, misturados antecipadamente no reservatório do trator, de acordo com o agricultor, “o classic, o glifosato e a aspemetrina para a lagarta”.



Figura 38 – Registro audiovisual da pulverização de agroquímicos em lavoura de soja, no PA Coqueiro. / Imagens da autora.

Segundo as prescrições de uso desses produtos, Rogério estava, na ocasião, com o corpo relativamente protegido da exposição à substância. Não usava, no entanto, as botas indicadas. A lavoura, localizada no lote de Seu Manuel Flores<sup>92</sup>, está posicionada a apenas 30 metros da habitação do assentado e sua família. As crianças brincam nas imediações da lavoura cotidianamente. Era um dia de sol, mas o vento da Campanha soprava. Enquanto preparava a mistura, Rogério conversa conosco:

Hoje não está um dia muito especial para passar o veneno por que tem muito vento, e o vento atrapalha bastante. [...] Mas o problema é que a lagarta está atacando muito então não tem como esperar. A lagarta, se deixar, em um ou dois dias ela te detona toda a lavoura. Então tem que passar independente do vento. Vai para o ar bastante defensivo, e não fica um serviço de qualidade. (ROGÉRIO, Janeiro 2010)

Rogério nos leva para o meio da lavoura para nos mostrar as lagartas *devorando* tudo o que podem. São pequenos insetos, quase invisíveis ao olho despercebido, mas podem causar um tal estrago que terminam por obrigar que agricultor se submeta ao *pacote tecnológico*. Afora isso, dentre as plantas

<sup>92</sup> Apresentado no item 3.5.2.

dessecadas encontram-se diversas plantas espontâneas, indicadoras de terra fértil e com potencial alimentício, tais como o Caruru (*Amarantus hybridus*) e a Beldroega (*Portulaca oleracea*)<sup>93</sup> (KNUPP, 2007). Não obstante tenha optado por essa *cultura*, Rogério está agora atrelado às suas normas e demandas, ainda que as conseqüências para o ambiente sejam pouco previsíveis e, é possível, não totalmente adequadas<sup>94</sup>. Confirmando a tendência, o assentado Walderez Roncaglio, do PA Nova Santa Rita, afirma que a lagarta é quem decide quando há que aplicar o agrotóxico. Para nós, recém egressos nesse mundo do agrotóxico, soa esdrúxulo que um bichinho, tão pequenininho, submeta e regule o trabalho do agricultor – e em última instância, a quase totalidade da agricultura como prática humana - aos seus caprichos.

Para pesquisadores como Rigotto (2011), Romeiro (2007) e Gliessman (2000), o modelo da monocultura e do agronegócio, ao plantar enormes extensões de terra com um único cultivo, cria condições favoráveis àquilo que se convencionou chamar de *pragas* e que, na verdade, são manifestações normais de um ecossistema reagindo a uma agressão. Atrelada a esse modelo está a indústria química, oligopólios multinacionais que faturam bilhões às custas desse modelo de exploração da terra. De acordo com Terra (2008, p.121), dos 414 ingredientes ativos de agroquímicos registrados, 315 (76,1%) têm apenas um fabricante, 50 (12,1%) são produzidos por dois fabricantes, e apenas 49 (11,83%) são produzidos por três ou mais empresas. Por outro lado, de acordo com a CONAB, pelo menos 36% dos custos de produção de lavouras de soja são destinados à compra de agrotóxicos, outros 18,9% para aluguel de máquinas, e apenas 1,8% dos custos para mão-de-obra<sup>95</sup>. Terra (2008) ressalta neste processo de expansão do agronegócio, o papel do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que, desde a década de 70, vem financiando e incentivando a expansão desse modelo de agricultura.

Sobre as empresas produtoras de agroquímicos há que mencionar as diversas apreensões por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), de lotes de agrotóxicos com irregularidades. Exemplificando, em setembro de 2009, a ANVISA interditou um milhão de litros de agrotóxicos da

---

<sup>93</sup> Plantas como o caruru e a beldroega são comercializadas na Feira de Agricultores Ecologistas, em Porto Alegre.

<sup>94</sup> Spadotto (2006) nesse sentido observa que através de um processo denominado *deriva*, os agrotóxicos podem ser dispersados como uma nuvem e carregados pelo vento por quilômetros.

<sup>95</sup> Fonte: CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1276&t=2>. Acesso em: 20/03/2011.



empresa Bayer, por apresentarem formulação adulterada. No total foram constatadas irregularidades em 12 agrotóxicos. O caso mais grave, identificado pela Agência, foi a importação do ingrediente ativo sem o controle obrigatório de impurezas toxicologicamente relevantes. As conseqüências da falta desse controle poderão vir a causar câncer nos trabalhadores expostos ao agrotóxico ainda que em mínimas quantidades, e na população que venha a ingerir alimentos contaminados com tais produtos<sup>96</sup>. Nesse mesmo ano de 2009, no mês de outubro, a Syngenta, maior empresa em vendas de agrotóxicos do Brasil e do mundo teve também um milhão de litros de agrotóxicos apreendidos por irregularidades na importação, produção e comércio desses produtos<sup>97</sup>. Dentre as irregularidades, são relatadas a adulteração de datas de fabricação e de validade, a falta de controle sobre impurezas toxicologicamente relevantes e a comercialização de produtos proibidos por lei, dentre outras. Os exemplos apenas mostram a falta de comprometimento desse tipo de empresa tanto com os trabalhadores das lavouras quanto com os consumidores dos alimentos passíveis de utilização desses produtos. Sem falar no ambiente onde serão aplicados os ditos *pacotes tecnológicos*.

Voltando a Santana do Livramento, nossa área de estudo, ali verificamos que apesar do entusiasmo de alguns assentados com a agricultura dita tecnificada, outros, não envolvidos na atividade da soja, sentem os *efeitos adversos* desse sistema de produção. Assentados como Dona Lucia e Seu Mailcon, nossos conhecidos do PA Coqueiro, com a sua casa localizada nas imediações de lavouras de soja do assentamento, nos relatam serem obrigados a fechar toda a casa, e a permanecer dentro da residência, quando os vizinhos estão passando o veneno na soja. Dona Lucia conta que vem “uma nuvem” em direção a casa, que virá a lhe provocar coceira nos olhos e tontura. Em nossa visita ao lote do casal, enquanto caminhávamos na pastagem olhando o gado leiteiro, Dona Lúcia observa algumas pombas mortas no chão. E logo associa o fato aos agroquímicos: “Eles estão botando veneno na soja, é assim, morrem todas as pombas”, diz ela.

Conforme a *bula de venenos*, a aplicação do Gliz – veneno utilizado por Rogério quando registramos -, demanda que a área pulverizada permaneça isolada 24 horas após a aplicação, sem a entrada de pessoas. Idealmente em um teste de

---

<sup>96</sup> Fonte: ANVISA. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/280909.htm>. Acesso em: 20/03/2011.

<sup>97</sup> Fonte: ANVISA. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2009/051009.htm>. Acesso em: 23/02/2011.

laboratório sob condições controladas, esse controle seria possível. Estando, porém, a lavoura em tela nas cercanias da habitação de Seu Manuel Flores, com seus filhos e animais domésticos brincando nos arredores, é difícil supor que qualquer tipo de isolamento seja ali possível. De fato, a observação de diversas bulas de herbicidas<sup>98</sup> mostra uma distância enorme entre as prescrições e a realidade de aplicação dessas substâncias, especialmente entre os pequenos agricultores assentados, onde qualquer recurso é escasso. Afora isso, a linguagem técnica utilizada é, em geral, de difícil entendimento, especialmente considerando o público, em geral com baixa escolaridade, como os agricultores. A situação cria um hiato severo na comunicação. Peres et alli (2005) e Andrioli (2005), investigando nesse tema constata sérias distorções na interpretação das prescrições dos agroquímicos. São situações que geram equívocos que podem tanto contaminar a lavoura, o solo e a água, pelo excesso de agroquímicos utilizados, quanto provocar intoxicações que podem ser letais para os trabalhadores e familiares, e especialmente para as crianças, que nos estabelecimentos familiares tendem a estar presentes nas diversas etapas do processo produtivo (POLASTRO, 2005). Perguntamos, nesse sentido, ao parceiro de Rogério, Seu Manuel como ele via o fato de ele próprio estar aplicando agrotóxicos tão perto de sua casa, considerada a periculosidade das substâncias que estão sendo administradas. Segue a percepção do assentado:

Isso é complicado, mas o que a gente vai fazer... todo mundo faz isso aí. Se eu não plantar, o vizinho vai plantar, e o veneno vou estar sentindo igual. [...] E hoje o que tu plantar é às custas de veneno senão tu não produz nada. Não sei se tem outro jeito. A gente mesmo tem as verduras, e ali a gente tenta não usar veneno. Mas a lavoura tem que usar senão não dá nada. Eu sei que o veneno prejudica a saúde, mas o que vai se fazer? Não tem o que fazer. (MANUEL, Janeiro 2010)

A fala de Seu Manuel evidencia um entendimento da atividade da agricultura, tomada em seu sentido mais amplo, como algo necessariamente atrelado ao *pacote* vendido nas agropecuárias. O uso do agrotóxico é banalizado e o êxito da produção agrícola parece estar inexoravelmente associado ao uso dessas substâncias. Pesquisadores como Rigotto (2011) e Peres et alli (2005) sugerem não ser por acaso que nas últimas décadas, com o desenvolvimento da indústria de agrotóxicos no Brasil houve, em paralelo, a construção de um paradigma de uso seguro dos

---

<sup>98</sup> Foram analisadas as bulas dos seguintes herbicidas: Roundup Ready (Monsanto); Gliz 480 SL (Dow AgroSciences); Glifosato (Atanor); Classic (Dupont)

venenos. Reconhece-se desse modo que há uma nocividade das substâncias mas, ao mesmo tempo, são estabelecidas condições para o uso seguro, que transferem a responsabilidade sobre *ocasionais* danos para o sujeito que executa a tarefa. Os parâmetros de uso seguro envolvem limitações como os tipos de cultivo nos quais cada produto pode ser usado, o limite máximo de tolerância das substâncias no ambiente de trabalho, o tipo de equipamento de proteção que deve ser fornecido aos trabalhadores e a informação que eles devem ter para fazer as aplicações (RIGOTTO, 2011).

O relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da ANVISA (2009), mostra dados que propiciam a localização e avaliação da população assentada dentro de um contexto mais geral e preocupante. O programa analisou 3.130 amostras de 20 culturas alimentícias nos 26 estados brasileiros, tendo em conta 234 ingredientes ativos de agrotóxicos. O relatório aponta irregularidades em 29% das amostras, sendo as principais: a presença de agrotóxicos em níveis acima do Limite Máximo de Resíduos (LMR) em 2,8% do total das amostras, e a utilização de agrotóxicos não autorizados para a cultura em 23,8% do total. O relatório aponta que 3,9% do total das amostras contendo ingredientes ativos não autorizados apresentaram substâncias banidas no Brasil ou que nunca tiveram registro no país. Para a ANVISA (2009) a presença desses agrotóxicos nos alimentos sugere a persistência ambiental dos agroquímicos na natureza e a ocorrência de contrabando.

Quanto ao Limite Máximo de Resíduos (LMR), verifica-se que esse instrumento de controle é uma barreira bastante flexível e com critérios *científicos* de avaliação questionáveis. Em março de 2004, por exemplo, a ANVISA autorizou a elevação do LMR do glifosato de 0.2 miligramas por quilo (mg/kg) para 10 miligramas por quilo<sup>99</sup>. Ou seja, a ingestão de 50 vezes mais resíduos dessa substância cancerígena foi liberada aos consumidores. Nessa linha, em novembro de 2010, a ANVISA autorizou elevar em dez vezes o limite máximo de resíduo tóxico no cultivo de milho. O índice aceitável passou de 1 para 10 miligramas por quilo (mg/kg), o que significa que esse grão conterá dez vezes mais resíduos de herbicida à base de glifosato. Essa alteração na legislação ocorre porque esse agrotóxico passará a ser aplicado na etapa de pós-emergência do milho, isto é, após o

---

<sup>99</sup> Fonte: <http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Anvisa+autoriza+elevacao+do+LMR+de+glifosato/5077>. Acesso em: 04/04/2011.

nascimento da planta. Até então, esse agrotóxico só podia ser usado na pré-emergência, ou seja, antes do surgimento da planta<sup>100</sup>. O milho é um grão muito utilizado no alimento de animais. Esse aumento no LMR ajuda a explicar os resíduos de glifosato mais recentemente encontrados em ovos, por exemplo. Pesquisadores como Andrioli (2005) atribuem esse, pode-se dizer irresponsável, aumento na margem de tolerância do LMR à pressão das empresas produtoras dessas substâncias como a Monsanto, por exemplo, que detém a patente do princípio ativo. Andrioli (2005) apresenta um relato curioso da agressiva estratégia de divulgação das tecnologias ligadas à soja transgênica por parte dos vendedores dos produtos. O pesquisador assim descreve um “ritual de queima de enxadas”:

Os agricultores são convidados para uma exposição sobre as vantagens da soja transgênica e devem trazer uma enxada para o encontro, onde, após farta comida e bebida patrocinada pelo vendedor, ocorre uma queima simbólica das enxadas, das quais os agricultores estariam livres, pois elas seriam desnecessárias com o advento do Roundup [herbicida à base de glifosato] e a possibilidade de usá-lo em pós-emergência para o combate dos inços em combinação com a soja transgênica. (ANDRIOLI, 2005, p.1)

A violência, ainda que simbólica, da situação acima descrita ajuda que entendamos a percepção de tantos agricultores sobre as vantagens e facilidades do uso de agrotóxicos no controle dos assim chamados inços, em oposição ao penoso trabalho da capina manual ou mecânica. No PA Nova Santa Rita ouvimos relatos sobre vendedores de produtos Monsanto, por exemplo, que visitam o assentamento, geralmente nos finais de semana e em horas de descanso dos agricultores tomam chimarrão com a família, distribuem balas para as crianças e de quebra vendem o *pacote tecnológico*.

Outro relato que chama a atenção diz respeito à utilização de agrotóxicos sem levar em conta as recomendações quanto às culturas para as quais aquela substância foi desenvolvida. Verificamos esse tipo de ocorrência em muitos lotes de Santana do Livramento, especialmente quando se trata de herbicidas destinados à soja transgênica. O relato que segue ilustra até onde esse tipo de situação pode chegar. Em uma ocasião uma assentada nos mostrava uma parcela de terra com plantas de berinjela. Era a primeira vez que produzia aquela cultura, e o modo de cultivo havia sido até então, após a aplicação do herbicida, apenas a adubação

<sup>100</sup> Fonte: <http://www.aveworld.com.br/aveworld/noticias/post/governo-autoriza-limite-maior-para-residuo-em-milho>. Acesso em: 04/04/2011.

orgânica. As plantas estavam bonitas, porém quando frutificaram surgiram manchas com buracos escuros na casca das berinjelas. Na falta de assistência técnica e de conhecimento para lidar com a situação, a assentada nos relatou ter passado nas plantas remédio para bicheira de gado, um 'spray lilás'. A assentada, de origem urbana nos conta que surpreendentemente o problema foi resolvido com a aplicação. Esse relato apenas corrobora com o que mostra o relatório da ANVISA (2009) a respeito do controle precário que temos, na condição de consumidores, sobre as substâncias exóticas que ingerimos sem querer, junto com os nossos alimentos.

Para Rogério, um dos motivos da ampla adoção do cultivo da soja transgênica foi a escassez de mão-de-obra para o trabalho no lote. O secante, milagrosamente, possibilita que a limpeza do solo seja feita com um mínimo de trabalho. A técnica, como em um passe de mágica, propicia a limpeza de milhares de hectares, favorecendo as ditas *plantas úteis* ao ser humano. Essa visão extremamente simplificada do ambiente, entretanto, já tem seus revezes. Até o momento, o International Survey of Herbicide Resistant Weeds, organizado pela Weed Science (2011), que monitora o surgimento de espécies resistentes aos herbicidas, registra 357 espécies no mundo, que se adaptaram geneticamente aos herbicidas e não são mais afetadas pela aplicação dessas substâncias. Buscando contornar a situação, as bulas dos produtos prescrevem agora a aplicação alternada de herbicidas com diferentes princípios ativos, aumentando também a dosagem de acordo com as plantas resistentes presentes, ou seja, para os fabricantes a solução é aplicar mais e mais veneno. Tendo em mente a situação apresentada chegamos à questão de fundamento: Seria realmente agricultura o tipo de atividade rural acima descrita? Seria esse um modelo que produz qualidade de vida e saúde para trabalhadores e consumidores?

Diferentes pesquisadores, nas mais diferentes culturas, Rigotto (2011) dentre eles, compreendem o trabalho como central na vida das pessoas. Dentro de uma perspectiva marxista, a autora confere ao trabalho a condição de processo, uma relação que se estabelece entre a natureza e o homem. Essa perspectiva marxista tem alguma tangência com a perspectiva da territorialidade através da qual abordamos nosso tópico de pesquisa. Quando pensamos a territorialidade do ponto de vista do trabalho, as diferentes técnicas utilizadas na atividade produtiva são

variável de fundamento. Salta assim aos olhos como a técnica utilizada pode definir a qualidade da relação que se estabelece entre pessoa e ambiente.

Nesse sentido, soa evidente que o uso de tecnologias exógenas como os agrotóxicos, produtos absolutamente indiferentes ao meio onde são aplicados, deve ser muito melhor avaliado. Estudos como Pillar et alli (2009), mostram que dentre os efeitos do glifosato sobre o campo nativo do Pampa está, por exemplo, a diminuição radical das espécies nativas de alto valor nutricional para o gado leiteiro, favorecendo assim outras espécies que não são aproveitadas pelos animais, ditos *úteis*, e nem pelos seres humanos. Somado a isso, uma breve olhada na bula do Gliz, ou de qualquer outro herbicida, mostra que muitas das plantas visadas pelo veneno teriam inclusive, potencial alimentício (KNUPP, 2007).

Herbicidas e agroquímicos, na medida em que fazem *tabula rasa* do ambiente, desconsideram uma história de 12 mil anos de práticas agrícolas se desenvolvendo naturalmente no sentido de preservar a diversidade e, em paralelo, a qualidade nutricional. A prática da agricultura tradicional conferiu, e ainda confere, ao agricultor uma posição de agente (ANDRIOLI, 2005), na medida em que esse como sujeito da atividade, avalia, faz escolhas e cria sistemas de culturas interdependentes que se retroalimentam buscando a fertilidade crescente da unidade de produção buscando, portanto conservar e não degradar a base de recursos da qual depende. Reforçando essa linha, estudos como Knupp (2007) propõem um outro paradigma, fundado em uma agricultura resultante de condições ambientais espontâneas e naturais. Nessa pesquisa o autor avalia aproximadamente 1.500 espécies nativas da região metropolitana de Porto Alegre. Desse total, a pesquisa mostra que 311, ou seja 21%, teria potencial alimentício. Knupp (2007) denomina essas espécies de Plantas Alimentícias Não-Convencionais, PANCs. O cultivo e a comercialização dessas plantas é ainda incipiente. Algumas experiências, no entanto, inclusive algumas em assentamentos da reforma agrária, indicam o potencial dessas plantas tanto para a produção quanto para o comércio. O manejo dessas espécies nativas espontâneas, devidamente estruturado, permitiria a prática de uma autêntica agricultura ecológica que, nas palavras de Saldanha (2011), resulta *na prática de uma cultura no campo de quem conhece a sua terra*.

Apesar do agrotóxico, a resistência interminável das plantas espontâneas, mantém a esperança, talvez utópica, que de tanto verem aumentar os custos de produção, os pequenos agricultores um dia abandonem o cultivo com agrotóxicos e

optem por uma prática agrícola que reconheça os recursos locais como *ativos*, que possam ser incorporados e potencializados aos sistemas de produção.

### **3.7 Assentamento e território familiar: “o lugar é a gente que faz”**

Wanderley (2009, p.173) sugere que “uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um ‘território familiar’, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”. A autora observa ainda que “a perseguição deste objetivo supõe muito freqüentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais”. Coincidindo com a observação do autor, a situação por nós observada com freqüência nos assentamentos de Santana do Livramento, mostrou que essa condição de migrante faz parte da trajetória da maior parte das famílias assentadas. São pessoas vindas da Metade Norte do estado, de uma realidade de pequenas propriedades familiares, baseadas na policultura e no cultivo de grãos, chegadas para se *territorializar*, em uma região de matriz produtiva absolutamente distinta daquela da sua origem, voltada há séculos para a pecuária extensiva praticada em grandes propriedades, e que apenas mais recentemente veio a diversificar-se com a implantação das lavouras empresariais de arroz, soja e da silvicultura.

A chegada desse migrante ao novo contexto implicou naturalmente em aprendizado. E as *linhas de produção* foram desse modo sendo desenvolvidas, numa interação entre técnicas e saberes trazidos na bagagem e os novos conhecimentos, produto de um encontro entre esses saberes trazidos com o novo meio/espço.

Importante destacar nesse sentido que as terras dos assentamentos de Santana do Livramento, são em geral de qualidade inferior e desvalorizadas pelos produtores rurais que buscam lucros maiores nas ditas lavouras capitalistas. De modo geral, os assentamentos foram criados sobre solos arenosos, com severas limitações de uso, e muitos previamente degradados pelos antigos proprietários. Muitos desses solos são de fato impróprios para o plantio de lavouras temporárias, sendo recomendadas as atividades da pecuária e da fruticultura. Diante dessa situação, diversos assentados da nossa amostra buscaram de modo espontâneo, estratégias de produção adaptadas ao novo ambiente. Assim boa parte dos

assentados do município que não tinha tradição na pecuária leiteira, nem na fruticultura, desenvolveram de modo autônomo essas técnicas e hoje, mesmo com todas as dificuldades relatadas, produzem e contribuem para alimentar a sociedade.

Verifica-se assim como sob as mãos, o trabalho e as estratégias produtivas desses pequenos agricultores, essas terras adquirem um valor outro que não decorre apenas da possibilidade de uso ou de troca, mas um é valor afetivo e pode-se dizer, um valor maior. Para a grande maioria dos pequenos agricultores assentados a reforma agrária parece ser, acima de tudo, uma oportunidade de reconstrução de vida e de re-estabelecer a unidade familiar, que compreende não somente a produção, mas os recursos, as relações, a tradição e a herança, uma riqueza material e imaterial concentrada e agregada àquele pedaço de terra.

Interessante, e belo, ver, vivenciar esse novo valor que *adquire* a terra, quando o pequeno agricultor passa a ocupá-la. Um novo valor que surge em meio a toda a precariedade do processo de assentamento. Percebemos na pesquisa que o sentimento dos assentados com a terra que receberam por meio da reforma agrária é, pode-se dizer, um sentimento de *sincera valorização*. O depoimento de André Luiz Cima, filho de um pequeno agricultor de Entre-Rios do Sul, assentado há 13 anos no PA Bom Será, é, nesse aspecto, exemplar, ao explicar a oportunidade de vida que ele teve através da reforma agrária:

Estou contente de estar aqui. Com certeza não sairia daqui jamais. Por que aqui a gente teve oportunidades novas. É bem diferente. Você sair da pequena propriedade, com cerca de 5 ou 6 hectares, e vir para um lugar desses que, apesar de todos os problemas que se teve, com adaptação, falta de recurso, falta de incentivo, de estradas. Na verdade, a gente conseguiu se adaptar. Começamos uma vida nova e deu certo. A prova está aí. Hoje a gente consegue ter uma boa renda mensal. Consegue ter uma vida digna, um padrão de vida bem diferente do que aqui em Livramento os órgãos de imprensa mostram, [...]. Principalmente nós, a nossa tradição é trabalhar. Trabalhar a terra, e nós trabalhamos. (ANDRÉ, Janeiro 2010)

Precariedades e carências estão na base desse novo valor. Famílias como a de André vêem o assentamento como uma oportunidade a ser aproveitada a qualquer custo e com o máximo de trabalho. Em decorrência de sua condição de migrante, o agricultor familiar assentado é dotado de uma natural necessidade de se enraizar, de produzir e de melhorar a existência. E essa necessidade se manifesta explicitamente nas estratégias de produção. André e sua família são um exemplo. Eles se encaminham para produzir todo o alimento destinado às vacas de leite no



próprio lote. O objetivo é utilizar ao máximo a mão de obra da família e assim diminuir os custos com razão: “Quanto mais eu usar a minha mão de obra, mais lucro para mim”, explica ele.

Tal como André, Gilberto e sua família também estão organizados e motivados na produção de hortigranjeiros para venda na cidade. A opção deles é pelo cultivo ecológico, sem uso de insumos químicos. A família tem um planejamento de plantio de modo a fazer entregas semanais. Perceberam que a qualidade é fundamental no comércio e querem inovar em tecnologia. Hoje perdem parte da produção no processo de seleção da mercadoria. Percebemos, nesses dois casos, e em outros tantos, o novo valor decorrente dessa *condição de agente* que possibilita o desenvolvimento de *capacidades* nos agricultores a partir da pura e simples existência do assentamento. Ainda que imerso nas condições precárias em que essa política pública é realizada.

Sen (2010) nesse sentido descreve que na condição de agente é essencial reconhecer os indivíduos como *pessoas responsáveis*, e segue o autor: “Nós não estamos apenas sãos ou enfermos, mas também agimos ou nos recusamos a agir, e podemos optar por agir de um modo e não de outro” (SEN, 201, p.247). É como diz Seu Atílio, assentado no PA Bom Será: “O lugar é a gente que faz”. Na condição de agente, portanto, o assentado em teoria pode optar por um sistema produtivo ou outro, por determinada técnica e não outra. Mas ao que parece, essa opção, somente existe quando percebemos que temos a possibilidade de escolher, e quando temos as informações necessárias sobre as diferentes opções que temos.

Nessa linha, aponto outro caso, o do Seu Sabino Carpovski, assentado há 13 anos no PA Nova Santa Rita. Ele também vê um novo valor no fato de ter um *título* que lhe garante um lote de terra:

Acampei 1 ano, 8 meses e 9 dias. Sempre sonhei em ter a terra. Trabalhava de meeiro. Arrendava uns canteiros aqui, outros ali. Mas para nós, pequenos, ficava muito caro o arrendamento. Então resolvi ver se conseguia um pedacinho para mim. Lutamos. Não foi fácil, enfrentamos barreiras-brabas, mas graças a Deus conseguimos. (SABINO, Janeiro 2010)

A condição de agente e a condição de proprietário se sobrepõem. Seu Sabino, compreende que a conquista da terra foi um passo importante, porém vê a etapa de desenvolvimento do assentamento como essencial na construção de uma vida com qualidade. A propriedade da terra confere ao agricultor a possibilidade de

decisão, por si e pela família. No exercício dessa nova capacidade ele estabelece novas relações com uma comunidade em formação dentro do perímetro do assentamento e com a vizinhança regional. Essa autonomia nas decisões é parte essencial da nova condição de cidadania vivenciada pelo assentado, ainda que ela esbarre muitas vezes nos condicionamentos e possibilidades oferecidas pelo novo meio no qual os agricultores assentados se inserem. Wanderley (2009, p.112), nesse sentido observa:

É precisamente através da mediação do mercado que o capital interfere na própria organização interna da exploração camponesa. Especificação ou diversificação; autoconsumo ou comercialização, tecnologia utilizada, alocação da força de trabalho são, entre outros, aspectos que escapam à decisão autônoma do chefe da unidade familiar, na medida em que são determinados pelos mecanismos de mercado capitalista.

Materializando a condição descrita acima, a família de Seu Sabino tem investido na produção de leite, frutas e soja. Tanto a produção de leite quanto das frutas são realizadas com um mínimo de insumos externos. Já a soja é cultivada através de parceria e com a aplicação do *pacote tecnológico*. O agricultor explica contrariado que é necessário plantar a soja por que as frutas e o leite combinados não garantem a renda necessária à família: “As frutas e o leite seriam o ideal para nós”, reflete ele. Observa-se aí que a criação das novas oportunidades, o assim dito, *evento*, conjunto de circunstâncias capaz de produzir novas situações produtivas para o município, termina esbarrando nas dificuldades de escoamento e comercialização, inibindo assim um processo que já mostra, ainda que de modo incipiente, resultados mais benéficos para o *conjunto* da população do que a soja transgênica.

#### **4 “AQUI, TEMOS QUE CRIAR AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO”: BENEFICIAMENTO, ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO**

Tendo em conta aquilo que observamos nos assentamentos de Santana do Livramento, percebe-se que em muitos lotes a produção de fato está acontecendo e aumentando a olhos vistos. Porém, como já apontamos anteriormente, diversos gargalos permanecem dificultando que o elo entre o pequeno produtor e o consumidor se estabeleça e se fortifique. Ildo de Oliveira, dirigente regional do MST,

vê assim a situação atual dos assentamentos do ponto de vista da organização da produção para o comércio:

No momento nós estamos quase caindo na monocultura do leite. Aqui temos que produzir mais alimentos, horta, os derivados do leite, tem que ter um meio para produzir isso. [...] Nós estamos pensando numa agroindústria, mas tem uma grande dificuldade para organizar por que as famílias são distantes. Nós temos uma faixa de 150 km entre uns assentamentos e outros. Temos também uma dificuldade grande com o comércio, quando nós não temos produção com qualidade, não conseguimos manter a venda. hoje a estrada está ruim, não dá para levar a produção, o mercado não quer mais. (IILDO, Janeiro 2010)

Vê-se nesse relato, a necessidade de que as condições de produção sejam criadas e que a maior dificuldade dos assentamentos é a estrada: “Temos um *bloco* com mais de 200 famílias assentadas, e todo esse pessoal está sofrendo com a estrada. Até para o caminhão do leite”, explica Ildo. Essas são as famílias localizadas nos assentamentos mais afastados da BR-158, a única estrada asfaltada na área rural do município. Assentamentos como o PA Santo Ângelo, o PE Roseli Nunes, o PA Frutinhas, o PA Apolo, o PA Bom Será, para citar apenas alguns, são lugares que em épocas de maior quantidade de chuva ficam, com frequência, ilhados.

Para entendermos a visão da Prefeitura de Santana do Livramento sobre a situação desses assentamentos, entrevistamos o Secretário da Agricultura do município, Gregório Heredes. Para ele, a responsabilidade sobre a infra-estrutura dos assentamentos é do INCRA, o órgão que instalou as famílias ali. O INCRA, para ele, teria a obrigação de dar a atenção necessária às famílias, tanto com relação ad estradas, quanto ao maquinário e à assistência técnica. Heredes critica a localização das áreas onde foram implantados os assentamentos; sobre a qualidade da terra, o secretário diz não ter sido levado em conta na implantação dos assentamentos se os solos seriam ou não aptos à produção. Com relação à infraestrutura, ele observa que “as famílias foram jogadas, sem a estrutura necessária para produzir e executar a função à qual foram inicialmente destinadas quando instaladas no município”. Questionamos se a Prefeitura teria conhecimento da produção que é perdida em decorrência das dificuldades no escoamento, pela falta de meios de transporte e, principalmente, pela condição precária das estradas. Disse-nos ele:

Nós temos mais ou menos quatro mil quilômetros de estradas no município, mais os assentamentos que nós não temos catalogados. Isso dá em torno

de cinco mil quilômetros. Hoje a Secretaria de Obras, que é quem atende isso, tem duas patrôas em condições. [...] Humanamente impossível de atender... A Prefeitura sozinha não vai conseguir atender essa demanda, dos produtores do município, e mais a gama de assentados. (HEREDES, Fevereiro 2011)

As palavras do secretário explicitam uma diferenciação entre, os assim denominados, *produtores do município* e a dita *gama de assentados*. Para ele, a categoria *produtores do município* não inclui a gama de assentados, que parece manter ainda um status indefinido, ainda que muitos já habitem ali há quase duas décadas. Mediante as assistências precárias, tanto do INCRA quanto da Prefeitura, resta recorrer às *estratégias espontâneas*, ou seja, de acordo com as necessidades de uma determinada linha de produção os modos de escoamento serão diferentes. Conforme já vimos, a soja e o arroz são escoados através dos caminhões de assentados mais capitalizados como Deco, Rogério e Seu Remi<sup>101</sup>. O gado de corte é transportado por atravessadores ou frigoríficos. Já o escoamento do leite é realizado através dos caminhões da COOPERFORTE<sup>102</sup>, modalidade resultante da organização coletiva dos assentados.

Observemos no que segue essas estratégias espontâneas que agregam o *novo* ao território – situações como a linha do leite -, estratégias essas que criam relações, laços e oportunidades que antes da chegada dos assentamentos não existiam. A materialização dessas estratégias resulta na condição transformadora que Santos (1966) sintetiza no *evento*.

#### 4.1 Estratégias de comercialização

Um dos modos como ocorre a articulação entre assentamentos e município é por meio do abastecimento de alimentos. Nossa pesquisa verificou que esse abastecimento vem ocorrendo basicamente de três modos. O primeiro, e principal modo, ocorre através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>103</sup>, no qual estão envolvidas 71 famílias assentadas. O segundo ocorre através de uma pequena banca, montada por assentados, no centro da cidade de Santana do Livramento. E o terceiro por meio de iniciativas e relações criadas por famílias

<sup>101</sup> Descritos nos itens 3.5.4 e 3.5.5.

<sup>102</sup> Descrito no item 3.5.2.

<sup>103</sup> Descrito no item 3.5.6.

individualmente, tanto com os mercados da cidade quanto com restaurantes, e com outros compradores para fins específicos. Uma quarta oportunidade vem se expandindo em municípios da região norte do estado, é o fornecimento de alimentos para a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). De acordo com a Lei 11.947/2009, os municípios estão obrigados por lei a adquirir da agricultura familiar no mínimo 30% dos alimentos servidos nas escolas municipais e estaduais. Segundo o Secretário da Agricultura, os produtores assentados ainda não estão entregando os produtos por não terem conseguido cumprir as exigências legais do Programa. No entanto, tendo em conta as experiências com o PNAE em assentamentos do estado<sup>104</sup>, essa é uma oportunidade que vem a garantir renda, ao mesmo tempo em que abastece com alimentos saudáveis os estudantes da rede pública. Contudo, até o momento, esse fornecimento de produtos dos assentamentos para o PNAE não está ocorrendo. Nos concentraremos então no que segue, nas *pequenas estratégias* utilizadas pelos assentados.

Com lotes situados no PE Sepé Tiarajú, a família de Gilberto e Seu Joaquim<sup>105</sup>, se aproveita da boa localização do assentamento para escoar a produção até a cidade. A família possui um carro pequeno, um Fiat Uno, com reboque, e assim são feitas as entregas. Gilberto estabeleceu uma rota que passa nos pequenos mercados da periferia de Santana do Livramento e ali vai oferecendo os produtos. Em paralelo ele vai também abrindo canais de comercialização com os mercados maiores e supermercados.



Figura 39 – Registro da etapa de comercialização da família Souza. Gilberto faz a rota pelos mercados de Santana do Livramento vendendo a produção. A recepção dos comerciantes é boa, mas exigências como preço e qualidade são determinantes para a efetivação do negócio. / Imagens da autora.

<sup>104</sup> No município de Eldorado do Sul, na região metropolitana, por exemplo, 80% dos alimentos servidos nas escolas municipais e estaduais são oriundos dos assentamentos. Boa parte dos alimentos entregues são produzidos com técnicas ecológicas.

<sup>105</sup> Relatado no item 3.5.7.

A busca pelos pequenos estabelecimentos, além de ter uma função comercial tem, para Gilberto, um sentido ideológico. O assentado explica que na época de sua militância no MST aprendeu que “aquilo que a gente produz, que chegue na mesa daquele que necessita. Por que geralmente quem tem dinheiro para comprar os produtos caros, são os mesmos que são contra os assentados”. E foi, a partir dessa percepção, que ele foi elaborando a estratégia de venda:

Eu falo com o cara do mercadinho, amanhã posso vender uma camisa do Movimento, depois levo ele lá em casa... e a hora que ele vê alguém falando mal do Movimento ele pode dizer: “Não, eu já estive na casa deles, isso não é verdade, eu conheço, eu compro deles”. Então isso é um pouco divulgar a outra face que os meios de comunicação tradicionais não divulgam que é a dificuldade que a gente tem para chegar até aqui. (GILBERTO, Abril 2010)

Os caminhos da produção entre a terra e a venda, de acordo com Gilberto, são muitos. É necessária organização para preparar o produto: “é a mãe que trabalha, o pai que trabalha, até a criança, a menorzinha está contribuindo para preparar a mercadoria”, explica Gilberto. O assentado relata que a família, como um todo, participa desse processo. Ele vê a colaboração das crianças como um modo de educá-las para o trabalho: “Não precisa estar carregando caixas de 20 ou 30 kg. Se a criança alcança um copo d’água já está ajudando”. A aceitação da produção por parte dos mercados da cidade, de um modo geral, tem sido boa. Sobre a receptividade dos comerciantes, Gilberto sugere:

Acho que é por que tem aquela coisa de ser um produto da roça, fresquinho, que é daqui da terra, sei de quem estou comprando, está trazendo direto... eu nunca perguntei, mas sinto que é isso. Porque quando tu diz que é da campanha, “ah, é da campanha!”, às vezes nem querem saber o que é, mas se é da campanha é bom. (GILBERTO, Abril 2010)

Gilberto entretanto observa que é importante estabelecer um contato de antemão com o responsável pelo mercado e que, sendo possível encomendar, os mercados ficam fregueses. O assentado explica que os mercados pequenos também valorizam mais o fato de ser um produto sem veneno. “Mesmo sendo um pouquinho mais feio, eles aceitam isso, diferente de um mercado grande”, e segue, “é um público diferente que compra lá, e eles querem boniteza, nos mercados grandes”. A estratégia de Gilberto, contudo, não exclui os mercados grandes e mais exigentes. Ele nos explica que de fato está, ao mesmo tempo, buscando vários mercados: “por que se a gente tem um produto em grande quantidade, como a

kabutiá e o milho verde, podemos entregar para o mercado grande”. A produção que Gilberto não vende nos mercados, ele vende nos mercados, ele tenta vender nos mercados da periferia por onde ele passa, antes de voltar para o assentamento.

Gilberto nos conta que a sua tabela de preços foi construída observando os valores praticados nos vários mercados da cidade. Passando nos pequenos mercados e nas fruteiras ele verificou que os preços ali eram mais altos que aqueles praticados nos mercados maiores. Percebeu então que os mercados pequenos compravam dos mercados grandes, os atacadistas, que abastecem a fronteira trazendo produtos da CEASA de Porto Alegre para abastecer a fronteira. Diz ele: “Eu estou vendendo para os pequenos por um preço maior do que se eu fosse vender para o mercado grande, e esses pequenos me pagam menos do que pagariam se fossem comprar do mercado grande. Então a gente divide”, explica o assentado. “É direto na rua eu vendo por um pouquinho mais, não muito também. Por que geralmente eu chego nas casas das pessoas mais simples, mais humildes, e minha avaliação é que eles têm menos dinheiro”.

No ano de 2010, a família de Gilberto optou por não entregar a produção para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela demora no pagamento que, segundo Gilberto, levou meses para acontecer. Comparando a entrega dos produtos ao PAA com as vendas nos mercados, Gilberto constata que, em termos de preço é praticamente o mesmo. Entretanto, no PAA, o agricultor pode descarregar tudo no mesmo lugar. Já a venda na rua, envolve um itinerário a ser percorrido. Diz ele:

Na rua eu tenho esse trabalho e esse tempo que eu perco, umas duas, três horas, chegando num lugar e noutro. [...] O preço é o mesmo, mas o tempo e a despesa são um pouquinho maiores, mas ainda dá para dizer que dá bem, não dá para se queixar. (GILBERTO, Abril 2010)

Assim como Gilberto, Dona Lúcia e Seu Mailcon, assentados no PA Coqueiro, também entregam produtos hortigranjeiros na cidade. Como estão localizados mais próximos de Rosário do Sul, as entregas são feitas por lá. O casal, além disso, conseguiu estabelecer contato com o dono de um restaurante de Santana do Livramento. Seu João, o comprador, foi até o assentamento procurando de casa em casa por famílias que tivessem leitões para lhe vender. “Mas ninguém tinha, só nós”, conta Dona Lúcia. Agora o casal de assentados e o comprador estabeleceram um

negócio certo, “se tiver 50 porcos, ele leva tudo”, contam com satisfação. O sistema de produção foi então ajustado para atender a essa demanda do comprador:

Nós botamos as três porcas em cria juntas, aí quando têm uns 30 leitõesinhos, com uns 10, 11 kg, nós vendemos. O comprador vem aqui. Antes do natal nós vendemos quase 30 leitõesinhos de dois meses. E agora estão prenhas de novo. Para a páscoa nós já temos leitões para vender de novo. (MAÍLCON, Março 2010)

Dona Lúcia e Seu Maílcon então nos explicam que Apesar dessa oportunidade as famílias assentadas não querem mais criar porcos para venda: “dá muito gasto”. O casal nos explica que não cuidam da criação com “coisa comprada”, diz Dona Lúcia, “nós criamos com abóbora, mandioca e vagem, compramos só um pouco de quirela [canjica]”. Pequenos negócios informais, como o de Dona Lúcia e Seu Maílcon, também ocorrem no PA Nova Santa Rita. A experiência de Seu Sabino Carpovski leva o assentado a considerar a uva uma fruta de venda fácil. O assentado já negociou, antes da safra, toda a sua produção de uva vinífera.

Outra estratégia que contribui para, aos poucos, tornar a produção dos assentados da Reforma Agrária conhecida é a banca que os assentados do PA Cerro dos Munhoz conseguiram estabelecer no terminal de ônibus do centro da cidade de Livramento. O lugar é privilegiado. O movimento de pessoas ali é grande e permite que se estabeleça contato direto entre produtor e consumidor. O funcionamento da banca é rotativo: a cada dia da semana, uma família fica responsável por trazer a produção. O espaço foi conseguido através da Secretaria da Agricultura do município, havendo um limite de caixas que podem ser expostas na rua. Nos dias em que passamos por ali, pêssego, pêra asiática, pão caseiro, biscoito, cuca recheada com frutas, queijo, torresmo, hortaliças e ovos estavam sendo oferecidos.



Figura 39 – Registro da banca dos assentados do PA Cerro dos Munhoz, localizada no centro de Santana do Livramento. De modo geral, os produtos levados para a cidade são todos comercializados. / Imagens da autora.



Em uma dessas oportunidades, Seu Jair Nunes era o responsável. Seu Jair nos fala o quanto a banca é importante para os assentados mostrarem e venderem um pouco da sua produção:

De uns tempos para cá as pessoas já estão nos conhecendo mais. Sabem que nós trabalhamos, produzimos, e já estão bastante achegados, comprando. É um produto sem química, então por esse lado o pessoal vem comprar e acha muito bom, [...] tem pessoas que vêm direto aqui na banca, por que sabem que são produtos caseiros, sem agrotóxicos. (JAIR, Janeiro 2010)

A prática de uma agricultura ecológica aparece novamente como algo que agrega valor aos produtos dos assentados. As dificuldades, entretanto, são grandes. Ainda que o transporte da produção para a banca seja feito pelo ônibus rural, e que o próprio ônibus seja um serviço ofertado pelos assentados. De fato, não fosse pelo ônibus rural, a produção dos assentados ofertada na cidade seria mínima.

#### **4.2 O ônibus de linha e a oferta espontânea de serviços no meio rural**

Era seis da manhã quando o motor do ônibus foi ligado. Com o chimarrão pronto e duas garrafas de água quente para ser utilizada na viagem. Hora de partir. Estávamos na primeira segunda-feira de janeiro, após o feriado de ano novo e muitos assentados tinham que se deslocar. Ao longo do trajeto o ônibus foi lotando, e os motivos pela ida à cidade eram os mais diversos. Seu José Maria, 72 anos, ex-capataz da fazenda que deu origem ao PA Bom Será e hoje assentado, pega o ônibus para visitar a filha que é caixa de supermercado na cidade. Seu Hélio, que havia subido lentamente, mancando, auxiliado por uma bengala, vai de ônibus rural ao hospital tratar de um nervo ciático. Um grupo de jovens entra no ônibus para um trecho do trajeto. Em seguida descem para pegar outro transporte que os levará até a escola. Seu Éder, por sua vez, vai ao banco, negociar dívidas e fazer compras. No andamento da viagem, todos os lugares do ônibus são ocupados.

Assentados há 13 anos no PA Bom Será, Graxa e Ika, criaram a empresa de ônibus que faz o transporte dos assentados à cidade. O empreendimento é dirigido e tocado em conjunto com o irmão de Graxa. Esse *pequeno coletivo*, segundo Ika, “está dando certo”. A assentada nos explica que a família, além do transporte, segue

com a atividade agrícola: “Plantamos para a subsistência e para o comércio”, e justifica: “Por que não adianta ter um lote de terra e não produzir. Então tem que produzir. E a gente viu a necessidade do pessoal de vir para a cidade então botamos o transporte”, diz ela.



Figura 40 – Registro audiovisual da empresa de ônibus de Graxa e Ika. / Imagens da autora.

Desde os primeiros anos em Santana do Livramento, as famílias assentadas tentaram organizar com empresas locais um serviço de transporte que melhorasse as condições de acesso aos diferentes assentamentos do município. Entretanto, nenhuma das empresas contatadas se dispôs a realizar a empreitada. Alegavam dificuldades, estradas ruins, etc. Foi aí que Graxa e Ika se deram conta da oportunidade. Compraram uma caminhonete e começaram com o transporte de assentados à cidade até que, um dia, foram parados pela Brigada Militar que os alertou quanto à possibilidade de acidentes, já que estavam transportando pessoas na parte traseira, aberta, da caminhonete. Graxa resolveu, então, investir em um meio de transporte mais adequado, e junto com o irmão compraram um ônibus usado. E assim foi iniciado o empreendimento.

Hoje a empresa tem cinco motoristas e ainda o filho e o sobrinho de Graxa, que ajudam a cobrar. Todos têm carteira assinada. Os ônibus passam por dez assentamentos e transportam em média 300 passageiros por semana, incluindo naturalmente a população rural que não é assentada, mas utiliza o serviço oferecido. As linhas até a cidade são percorridas diariamente. Já os trajetos variam<sup>106</sup>. São nove ônibus ao todo, dois de linha, seis para o transporte escolar<sup>107</sup>, e um que fica na reserva, pois a condição precária das estradas provoca estragos freqüentes. De fato, diversos trechos das estradas vicinais tornam-se intransitáveis com qualquer

<sup>106</sup> Três vezes por semana pelo trajeto do antigo frigorífico Armour, e outras três vezes pelo Itaçoatiara, Coxilha de Santo Inácio, divisa com o Uruguai.

<sup>107</sup> Graxa tem ainda um caminhão pipa, com o qual presta serviços para fazendas dedicadas à silvicultura.

chuva. Ika nos conta o modo como a empresa se organiza para lidar com essa situação:

A gente bota o nosso trator para arrumar a estrada... a Prefeitura daqui e o INCRA não se acertam. Era para botarem a máquina, botaram, tiraram. E os ônibus a gente faz a parte de mecânica em casa, por que se for depender de pagar, aí não vale a pena nem pôr na estrada, não compensa. [...] Trabalhamos mais de um mês com nosso trator arrumando estrada para ter condições de passar, e ainda em certos pontos o ônibus não passa. (IKA, Janeiro 2010)

A precariedade das estradas, somada à ausência de poder público, leva os assentados a assumirem a função de provedores de infraestrutura na área onde habitam. Na viagem que fizemos no ônibus de Graxa e Ika, havia ainda um casal assentado há 12 anos no município de Aceguá. Eles estavam passando as festas com parentes também assentados em Santana do Livramento, e voltavam para casa. Eles comentaram conosco a condição precária do trajeto, que é percorrido muito lentamente para que o ônibus não sofra: “Lá as estradas são 99% melhores, o prefeito trabalha bem”, comenta o casal de Aceguá. A experiência no ônibus nos deixa clara a incapacidade da Prefeitura em lidar com os cinco mil quilômetros de estradas do município. Ika nos relata que, quando iniciaram com o transporte escolar - um serviço realizado pelos assentados e custeado pela Prefeitura -, as linhas foram estabelecidas pelos próprios assentados. Diz ela:

No começo a Prefeitura não tinha nem noção de como tinha que ser o trajeto pelos assentamentos, não conheciam aqui. Então eles nos chamaram, e eu fiz um mapa com o trajeto que o ônibus ia fazer. E eles só foram lá para confirmar os quilômetros... Nós é que ensinamos a Prefeitura a fazer o transporte escolar. Foi três anos assim. Agora eles conseguem fazer. (IKA, Janeiro 2010)

A experiência de Ika e Graxa exemplifica o impacto territorial decorrente da instalação dos assentamentos. Criam-se naturalmente novas necessidades que devem ser satisfeitas. Como o Estado não as satisfaz, os assentados buscam encontrar formas de organização e meios de lidar com a situação. Ika nos relata que, com a instalação das linhas de ônibus e com a utilização dessas também por fazendeiros e empregados das fazendas do entorno dos assentamentos, as famílias assentadas passaram a ser vistas com mais respeito:

Quando a gente chegou aqui o pessoal tratava a gente quase que nem bicho... Mas agora não, agora mudou. [...] Até essas pessoas que vêm junto com a gente no ônibus, no começo eles nem conversavam com a gente. Mas agora já tratam a gente de outra maneira. Eles viram que o pessoal veio para trabalhar. Não todos, mas a maioria sim. (IKA, Janeiro 2010)

Outras duas empresas de transporte foram montadas por assentados, em Santana do Livramento, estendendo os serviços de transporte para assentados à outras áreas do município. De um modo geral, as famílias assentadas não possuem meio de transporte próprio na realização do escoamento das mercadorias produzidas. Assim mesmo esse transporte da produção tende a ser feito pelo ônibus rural.

### 4.3 O comércio local e as oportunidades para a Reforma Agrária

Confirmamos, ao longo da realização do nosso trabalho de campo, o dado fornecido a nós pela Comissão de Segurança Alimentar do município, de que 80% dos alimentos *in natura* que chegam a Santana do Livramento têm origem na CEASA-RS. Buscando compreender essa situação entrevistamos uma série de comerciantes locais<sup>108</sup> e, constatamos que, para todos os entrevistados o principal centro fornecedor de produtos para a venda era a Central de Abastecimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, 500 km distante dali.

Seu Carlito é responsável pela compra de hortigranjeiros para o supermercado Righi, uma das maiores redes de supermercados da região. Radicado na Fronteira Oeste - com seis lojas em Santana do Livramento, duas em Quaraí e uma em Rosário do Sul -, o supermercado é uma referência pela variedade de produtos ofertada, variedade essa que evidencia de modo insólito a quantidade de alimentos que a região precisa importar para abastecer sua população que gira em torno de 75 mil pessoas, somente do lado brasileiro da cidade (IBGE, 2010)<sup>109</sup>. Seu Carlito relata que, considerando somente as lojas Righi de Santana do Livramento, são importadas cerca de 100 toneladas de alimentos por semana. Só em tomates são 16 toneladas, que somam 800 caixas, 10 mil pés de alface, 7 toneladas de

<sup>108</sup> Algumas das entrevistas foram feitas enquanto acompanhávamos o assentado Gilberto entregando sua produção nos mercados.

<sup>109</sup> Sabe-se por relatos de comerciantes que a população de Rivera, 104 mil habitantes, com frequência se abastece de alimentos no lado brasileiro da fronteira. Fonte: Instituto Nacional de Estadística. Disponível em: [http://www.ine.gub.uy/fase1new/Rivera/divulgacion\\_Rivera.asp](http://www.ine.gub.uy/fase1new/Rivera/divulgacion_Rivera.asp). Acesso em: 27/03/2011.

cenoura e outras tantas toneladas de pimentão, chuchu, moranga, batata e milho que, segundo o comprador, são os produtos mais procurados no setor de hortigranjeiros do supermercado.

Para cada produto o Righi tem quatro ou cinco fornecedores na CEASA que garantem o suprimento de vegetais ao longo do ano. Exemplificando a distância até ali percorrida pelos produtos: a batata vem de São Paulo e do Paraná, o tomate e o pimentão do Espírito Santo, produtos como cenoura e beterraba são produzidos na própria Região Metropolitana de Porto Alegre e no Vale do Caí (RS). Raros são os alimentos produzidos localmente na região de Santana do Livramento. Para Seu Carlito, a situação é crítica: “Se fossemos contar com a produção local praticamente não trabalharíamos”. Ele é nativo da Fronteira Oeste e diz conhecer os agricultores locais:

Os únicos que nós contamos aqui são a família Braz. Eles nos fornecem o ano inteiro algum tipo de verde, a couve verde, o temperinho verde que é composto por salsa e cebolinha, algumas abobrinhas de tronco e é isso que nós compramos o ano inteiro daqui. E na época de safra, o feijão miúdo, a kabutiá e o aipim, que se compra daqui, por que as terras são ideais para isso. (CARLITO, Janeiro 2010)

Outro alimento produzido localmente é a melancia que, na época da safra, durante o verão, é toda ela comprada do município. Com o fim da safra, no entanto, a melancia passa a ser importada de Goiás, percorrendo então mais de 1.500 km de estradas, a bordo de caminhões, até chegar à fronteira oeste do Estado. Frutas cítricas, como laranja e bergamota, vem de Rosário do Sul, município vizinho<sup>110</sup>. Até mesmo o leite é, em sua maior parte, importado; algumas marcas ofertadas são uruguayas e outras brasileiras. O leite Danby, da COSULATI, que inclui a produção dos assentados de Santana do Livramento, está também na prateleira, ainda que seja processado em uma unidade de laticínios localizada em Capão do Leão, a 250 km dali, para então voltar a Santana do Livramento para ser comercializado. Apenas uma marca de leite produzida e beneficiada localmente é oferecida, a Santa Luiza, que também inclui leite produzido por assentados, como André e Seu Atílio do PA Bom Será<sup>111</sup>.

<sup>110</sup> A produção de cítricos, nesse sentido, é apontada pelo zoneamento agrícola (SA/RS, 1994 apud INCRA, 2004-2009) como adequada para a região da Fronteira Oeste. Apesar da condição natural favorável, registramos a produção de frutas cítricas para o comércio em apenas um lote, do Seu Rade. Entretanto, para o consumo, diversos assentados cultivam essas árvores em seus pomares.

<sup>111</sup> Descritos no item 3.5.2.

O transporte dos hortigranjeiros desde a CEASA até o comércio de Santana do Livramento é feito através de caminhões com reboques refrigerados, o que torna a viagem dispendiosa: “Se nós tivéssemos essa produção aqui, isso não seria necessário”, reflete Seu Carlito. Essa receptividade demonstrada por ele, quanto à possibilidade de compra da produção local, foi de fato compartilhada unanimemente entre os comerciantes entrevistados. Todos vêem com entusiasmo as vantagens de se consumir a produção da região. Seu Carlito vislumbra:

A senhora já pensou, chegar aqui pela manhã e ter uma alface fresquinha, um milho verde recém tirado da planta correndo aquele leitinho, um temperinho, uma fruta, que nós estamos carentes de frutas, não temos produção de frutas aqui. E quem produzir, com todo carinho, nós vamos tratar de consumir os produtos, por meio da comercialização dos supermercados. (CARLITO, Janeiro 2010)

Mais que a compra de produtos frescos, Seu Carlito vê na compra de produtos da região, a possibilidade de gerar renda e desenvolver o município:

Para nós seria interessante que isso se produzisse aqui, e aqui ficasse. Por que além de somar dividendos para nós, sobraria um dinheiro para investir aqui. [...] Semanalmente sai um X, que podia ficar aqui. Vamos no caso que fosse mil reais, mas não é, o volume é muito maior. E este dinheiro ficaria aqui, seria empregado em outras coisas, na compra de um veículo, na reforma de uma casa e na própria produção. E isso geraria arrecadação de impostos, que seriam investidos aqui. (CARLITO, Janeiro 2010)

Seu Carlito assim percebe os modos como a produção de alimentos, voltados para o consumo local, podem vir a ser a base para o desenvolvimento do município. Perguntamos como ele vê a presença ali dos assentamentos e as possibilidades que se abrem de comprar produtos localmente produzidos. Seu Carlito diz ser a favor da Reforma Agrária, todavia considera a política de reforma agrária algo mais que a pura e simples distribuição de terras, algo que envolveria, no entender dele, “um conjunto de medidas”. Diz ele:

São tantas coisas que se pode produzir, mas falta incentivo. Não sei se é do governo estadual, do governo municipal, das forças vivas, enfim, são tantas coisas que estão em jogo no sentido de produzir, de educar o produtor para produzir, por que esse dinheiro ficaria aqui. E eu não critico nenhuma das partes envolvidas, mas acredito que se pode fazer alguma coisa. (CARLITO, Janeiro 2010)

Seu Carlito nos conta que já esteve nos assentamentos verificando a possibilidade de comprar produtos, mas que não teve sucesso: “Tem vários fatores que impedem que tu tenhas um contato comercial com esses produtores”, diz ele, e cita o caso do feijão como exemplo. O Righi compra o feijão já beneficiado, isto é, selecionado e empacotado. Se o assentado não tem como beneficiar a produção o contato comercial fica inviabilizado. Outras exigências, como preço e qualidade, também contam: “A qualidade é fundamental para que nós possamos vender aos nossos clientes aquilo que nós desejamos comprar também”, explica ele. Quanto a preço assim como ocorre com os demais estabelecimentos comerciais do município, é regulado pela tabela da CEASA-RS. Nesse sentido, acrescenta o comprador: “Muitas vezes nos sai mais barato comprar na CEASA, por que ali está a produção”. Uma vez atendidas as exigências, Seu Carlito aponta o caminho: “Nós teríamos condições de comprar toda a produção local de Livramento, desde que ela fosse organizada e programada”.

Paulo César Esquizane é proprietário da Feira Central, uma grande banca de hortigranjeiros com excelente localização na cidade. O comerciante nos relata que 90% dos hortigranjeiros vendidos no estabelecimento vêm de fora do município: “Eu carrego uma parte da colônia, do produtor, e outra parte da CEASA”. Para abastecer seu negócio ele se desloca até Caxias do Sul, onde busca as uvas, Pelotas, de onde traz o tomate e assim vai: “cada região tem a sua época de produzir aquele tipo de mercadoria”, explica, “Conforme a gente vai conversando com os produtores a gente vai descobrindo: o fulano está plantando isso esse ano, o outro vai plantar aquilo no outro ano, e vai indo atrás”. Ele adverte, no entanto, que exige dos fornecedores qualidade e responsabilidade no prazo de entrega:

Uma coisa que a gente tem bastante queixa aqui na região é que se compromete a entregar amanhã e volta na quinta, sexta. Então aqui no meu negócio eu exijo qualidade, compromisso e preço, o preço é fundamental, e por isso tem que pesquisar. (PAULO CÉSAR, Janeiro 2010)

Paulo César nos conta que já esteve em dois assentamentos do município, na divisa com o Uruguai. Ele comenta sua percepção dessas situações:

O que deu para notar é que têm assentados que até são bem interessados, que têm vontade de fazer as coisas. Agora tem muita gente desinteressada também, que está ali só para pegar a terrinha... Mas eu acho que para o pessoal interessado tem muita falta de apoio. [...]. Nesse ramo aqui pelo menos [hortigranjeiros] eles são muito desinformados. (PAULO CÉSAR, Janeiro 2010)

Paulo reflete sobre a dificuldade dos assentados com o transporte: “o transporte aqui é o ônibus de linha, de manhã”. E relaciona esse problema com a questão do beneficiamento:

Todos que me trazem aqui, eu é que dou a embalagem. [...] O governo apóia eles a plantar, plantar, mas não ensina a acondicionar. [...] O ramo de *hortifruti* é muito delicado, não é para qualquer um. Esses tempos eu encomendei pêssegos de um agricultor e o homem me trouxe tudo em bolsas de adubo. Chegou aqui tudo preto. Eles não têm a noção de como trabalhar com isso. (PAULO CÉSAR, Janeiro 2010)

Dificuldades parecidas são relatadas por Francisco de Paula, proprietário da Feira do Alemão, um pequeno ponto comercial de hortigranjeiros na periferia de Santana do Livramento. Estivemos em seu estabelecimento acompanhando as entregas de Gilberto, nosso conhecido assentado do PE Sepé Tiarajú. Francisco nos conta que procura vender “produtos da terra”, produzidos localmente. Se queixa, no entanto, que a oferta de hortigranjeiros da região ocorre somente no verão. Nos meses de abril e maio, quando entram as primeiras ondas de frio, cessa a produção: “Se os produtores tivessem noção fariam uma estufa. Eles conseguiriam ter tomate, milho e pimentão todo o tempo, não só no verão”, sugere ele. E critica o modo como a Reforma Agrária foi realizada na região:

Aqui foi posto, talvez bastante dinheiro para esses assentados, e falta informação. Vamos supor 5% desses assentados, ou até menos, tem noção do que é lavoura. Não sabem plantar, não sabem fazer nada na lavoura. Então eles foram assentados, colocados na terra, e se virem. Eles não tiveram instrução. E não basta também só instrução. Para trabalhar na lavoura tem que ter experiência, saber do clima, tudo isso. (FRANCISCO, Abril 2010)

O comerciante problematiza a condição produtiva dramática dos assentados nos relatando que esse ano eles plantaram pêssego, pêra e uva, em quantidade e que agora não sabem o que fazer: “Então é falta de noção, principalmente dos comandantes”, opina Francisco. Quando o entrevistamos, Gilberto entregava cenouras, alface e milho, produzidos sem insumos químicos além do secante, que é utilizado na fase inicial da lavoura. Na relação estabelecida entre ele e o comerciante, o produto é considerado orgânico, e isso agrega valor ao negócio. Francisco apóia a produção sem agrotóxicos, entretanto, contrariado fala da resistência por parte dos consumidores: “o produto orgânico ninguém gosta, por que



ele não é bonito, não tem presença. E o pessoal gosta de presença, de produto bonito”.

Na seqüência de nossa pesquisa de campo entramos em contato com o Hortigranjeiro Três Plátanos, também acompanhando as entregas de Gilberto. Dona Marta Martins, proprietária do estabelecimento, também fala com indignação sobre o modo como ocorre o abastecimento do município: “99% vem de lá da CEASA. Dá para contar nos dedos as pessoas que plantam aqui... E não sei se tu sabe a quantia de colonos que tem aqui em Livramento, mas são poucos os que plantam”, diz ela. “Batata-doce mesmo, a gente compra de São Lourenço. Toda semana vem caminhão trazendo a produção de lá. E isso poderia ser produzido aqui em Livramento”, explica Dona Marta. A comerciante nos diz ter comprado uvas dos assentados do PA Cerro do Munhoz, na safra de 2009. Entretanto, a grande quantidade de chuvas em 2010 diminuiu em muito a produção e inviabilizou a relação comercial.

Dona Marta também problematiza contrariada a formação dos preços pelos assentados: “Aqui quando eles plantam, eles querem mais caro do que vem de lá [da CEASA]. Então não tem condições”. O Hortigranjeiros Três Plátanos, assim como boa parte dos pequenos mercados da cidade, abastece dos atacadistas que diariamente trazem produtos da CEASA-RS e repassam aos pequenos mercados locais. O produto assim vendido ao consumidor tem naturalmente embutidos no seu preço os custos de todos esses intermediários. Quando entrevistamos Dona Marta, Gilberto negociava com ela uma partida de mandioca e milho. A proprietária nos fala que o preço de Gilberto é bom: “eu acho que ele é consciente”.

Seu Juarez Lezzano, comerciante local, proprietário de um hotel, de um restaurante e de um posto de gasolina, também negocia com Gilberto alguns produtos. Na entrega que presenciamos, ele comprava feijão e milho verde. O assentado e o comerciante fizeram uma troca: “Eu abasteço eles com combustível e eles me abastecem com alimentação”. Seu Juarez diz dar preferência aos agricultores assentados, “para não haver atravessador”. Ele enfatiza as qualidades dos alimentos que vem comprando dos assentados para abastecer seu restaurante: “não têm inseticidas, vêm direto da lavoura, são fresquinhos”. Seu Juarez nos conta o modo como estabeleceu o contato com os agricultores assentados:

É tudo sobre relações... eu estou na frente da rodoviária, e a maioria dos produtores pega o ônibus ali, então a gente, fez amizade com esse pessoal, também com o pessoal da pecuária, da soja. E isso proporcionou que a gente fizesse esses negócios aí. (JUAREZ, Abril 2010)

A empresa de ônibus criada pela família de assentados do PA Bom Será<sup>112</sup> abastece a frota no posto de gasolina de Seu Juarez. O comerciante entende que ao assentar as pessoas em Santana do Livramento governo deu o “maior incentivo” à região. Ele entende que a maioria dos assentados é trabalhador, pessoas humildes que precisam de oportunidade:

E como tu estás vendo, esse rapaz [Gilberto] está aqui, já arrumou um carrinho, aos pouquinhos, já investiu e está trazendo os produtos. E os assentados é assim, nós consumidores temos que dar incentivo para eles. Para que eles possam produzir, e não tenham o problema do atravessador, que a gente valorize a mercadoria deles. Por que às vezes tem uns que plantam, e não tem para quem vender. Então eu incentivo eles, e digo que plantem, por que o que eles tiverem, eu compro e indico outras pessoas também para eles venderem. (JUAREZ, Abril 2010)

A negociação acontece na hora da entrega. Seu Juarez e Gilberto acordaram sem dificuldade o valor a ser pago. A moeda de troca, neste caso, foi alimentos por gasolina. Seu Juarez explica como chega ao valor a ser pago:

Como eu tenho um restaurante comercial, então eles me fazem um pouco menos do que se fosse para revender, e a gente se acerta no preço. [...]. É lógico que a gente não pode querer pagar muito barato, a gente tem que pagar o valor exato que valem as coisas. Por que existe uma balança no comércio, existe um índice de quanto vale. Então a gente paga esse valor. (JUAREZ, Abril 2010)

Seu Juarez entende que a relação com o agricultor é interessante para os ambos lados: “Por que a gente adquire o produto pelo seu preço real”, diz ele.

Luis Sérgio Camargo, proprietário da Feirinha, também é mais um a favor do incentivo à produção local: “o consumidor também é beneficiado com isso”, diz ele. Ele aponta, entretanto, o preço como o maior entrave nas negociações. Os preços da produção local devem ser menores do que aqueles praticados na CEASA-RS, sugere ele: “No momento que produzir no local, não tem custo de transporte, não tem intermediário, então automaticamente eles têm que colocar o produto um pouco mais barato. A gente repassa a um preço menor e consegue vender melhor o produto”, sugere o comerciante. A qualidade do produto é outro aspecto por ele

---

<sup>112</sup> Relatado no item 4.2.

lembrado: “Muitos pegam a mercadoria assim como eles tiram da terra, não selecionam, e é necessário selecionar, por que essa mercadoria que vem do CEASA vem toda selecionada”.

Seu Luis compra de produtores locais produtos como a beterraba, a cenoura, a alface, os temperos, a couve e o tomate. Ele compra de duas famílias, “uma de descendentes de italianos e outra de alemães”, com as quais o comerciante mantém uma relação já de duas décadas. “Eles se adaptaram ao sistema de trabalho. [...] Se eles tiverem para me fornecer, eu não compro de fora, eu compro deles”, afirma Seu Luis. E, não tendo outra alternativa, adquire dos atacadistas o restante dos produtos vendidos no estabelecimento. Seu Luis se mostra ciente das dificuldades dos assentados com o transporte e da necessidade de pegarem o ônibus rural para trazer a mercadoria à cidade. O comerciante, nesse sentido, critica a precária participação do Poder Municipal:

As estradas são péssimas. [...] Eu acho que todos são beneficiados se as ruas tiverem boas, e isso é obrigação da Prefeitura, para isso ela cobra impostos, e tem a obrigação de manter as estradas em ordem, em condições para poder escoar a produção. (LUIS SÉRGIO, Abril 2010)

A última entrega de Gilberto, que acompanhamos, foi ao supermercado 300. Assim como o Righi, o 300 é um grande supermercado localizado no centro de Santana do Livramento, frontal à Praça Internacional. Conversamos ali com o gerente geral do estabelecimento, Marcos Loureiro. Ele nos confirma que 90-95% dos produtos *in natura* são trazidos da CEASA-RS. Relata, no entanto, que já há algum tempo vem sendo procurado por agricultores assentados oferecendo a sua produção:

Eu disse para eles, que o que eles produzirem, se tiver qualidade e competitividade de preço, eu pego daqui. E desde então, faz dois meses que eu estou pegando deles. O produto chega mais fresco aqui, por que é uma viagem de sete horas, e isso acaba com o produto, já chega aqui com a vida útil comprometida. Então quanto mais produtores locais me procurarem aqui, melhor. A gente está comprando direto, até porque desenvolve a região. Para nós também tem esse cunho, compra aqui, gasta aqui, gera emprego para desenvolver o município. (MARCOS, Abril 2010)

Na ocasião ora registrada Gilberto entregava moranga kabutiá e milho verde, Marcos nos relatou para exemplificar as vantagens da negociação que estava fazendo com a produção de milho de Gilberto e sua família. Em termos de

quantidades, há quatro meses, Marcos comprava 200 bandejas de milho por semana da CEASA. Hoje o comerciante adquire do produtor assentado algo em torno de 600 bandejas por semana. Ele nos explica que “pela qualidade, o milho está mais fresquinho, então aumentou a demanda. Passou de 200 bandejas por semana para 600. E por ser da localidade, eu consegui um preço mais acessível. Isso também faz o consumidor levar um pouco mais”. A cotação da CEASA-RS é o ponto de partida para a negociação. Em geral, nas sextas-feiras Marcos começa a cotação dos preços para a segunda-feira seguinte. Quando os produtores o procuram, ele já tem a base dos preços da CEASA para os diferentes produtos. Ele nos explica que, como o mercado é capaz de absorver uma quantidade grande de produção, ele pode oferecer determinados produtos por um preço menor que o da CEASA, a lógica da negociação é: “manter a competitividade do preço e fazer o produto girar mais rápido”, mas “sem matar o produtor”:

A gente faz um acordo, eu digo o preço que está lá, faço a oferta de preço para ele aqui um pouco mais baixo. Exemplo é o milho verde, eu pago 70 centavos na CEASA. Aqui eu pago 60 centavos e dou a bandeja para ele embandejar o produto ainda. Então fica bom para os dois o negócio. E tenho o produto, com certeza com melhor qualidade, o milho daqui é bem mais tenrinho, até por que ele colhe um ou dois dias antes. (MARCOS, Abril 2010)

O supermercado 300 tem também comprado moranga e batata-doce dos assentados: “Eles me ligam e perguntam se eu quero”, explica Marcos. Ele nos conta que costumava comprar 3 caixas de batata-doce branca por semana da CEASA. Recentemente comprou 40 caixas de um rapaz assentado e colocou em promoção as batatas com um preço bem mais baixo: “ficou bom para o meu consumidor e para o produtor, por que ele vendeu toda a produção para mim. É uma via de duas mãos, me ajuda que eu te ajudo. Ele me traz preço baixo e qualidade, eu repasso para o consumidor”. Marcos nos relata que na CEASA as compras são pagas em até 30 dias, todavia para os produtores locais, o supermercado 300 paga de uma semana para a outra, buscando também beneficiar o pequeno produtor.

O supermercado 300, assim como o Righi, tem frota própria para o transporte de mercadorias. Perguntamos então a Marcos qual a possibilidade de que buscassem a produção nos assentamentos. Ao que ele nos disse:

Até o momento tive contato com poucos produtores assentados e não tem volume suficiente para deslocar um caminhão [...]. Se fosse uma produção constante, uma quantidade considerável e uma variedade maior de

produtos, se deslocaria o caminhão. Obviamente negociaria o preço, porque não teria o custo do deslocamento, mas isso é uma coisa de se pensar para o futuro. [...] Se tiver um grupo de produtores organizados, com cebola, batata, milho, etc, se isso compor um volume e a gente chegar num denominador comum, não é impossível a empresa deslocar para buscar. (MARCOS, Abril 2010)

As oportunidades para a produção de hortigranjeiros em Santana do Livramento parecem bastante promissoras. Há, por um lado, uma evidente carência desse tipo de produto para o abastecimento da população urbana. Por outro lado, trata-se justamente de produtos que necessitam de mão-de-obra intensiva e se encaixam nos sistemas de policultura, praticados em tantos lotes da Reforma Agrária. É evidente que os diversos gargalos e dificuldades existentes no sistema, tais como o transporte e as estradas, precisam ser contornados para que o contato entre o pequeno produtor local e o consumidor urbano se efetive. Os relatos dos comerciantes sugerem ainda que questões de qualidade como a seleção de mercadorias, especialmente frutas, o beneficiamento e a necessidade de estruturas mais sofisticadas como estufas, por exemplo, devem fazer parte de uma necessária adequação às exigências atuais desse tipo de comércio. O preço é, naturalmente, outra questão chave, que via de regra, é ainda regulado pela CEASA. Todavia, para Gilberto, com quem estávamos entregando produtos nos mercadinhos, o valor recebido estava valendo plenamente o trabalho investido.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ASSENTAMENTO E TERRITORIALIDADE**

Ao longo deste trabalho me dediquei a estudar o processo de territorialização e as diferentes territorialidades que vem se desenvolvendo nos assentamentos de Santana do Livramento. Busquei observar o desenvolvimento do assentamento como um grande *evento* (SANTOS, 1996), como um fenômeno complexo que agrega novos elementos, que se articula ao contexto preexistente, e que se move entre as oportunidades que o meio oferece e as novas possibilidades que podem ser criadas por seus sujeitos. Sob essa perspectiva, a fazenda ou estância é vista como uma *forma* que, através de uma mediação legal do Estado, é dividida em lotes e torna-se assentamento. Nosso ponto de partida foi a chegada dos novos habitantes no assentamento e os processos de organização produtiva e social que se deram a partir daí. Apesar do foco voltado para a organização da produção, tivemos sempre

presente a especificidade desse tipo de espaço, especialmente aquela vinda do conteúdo das entrevistas com os assentados, mostrando que o assentamento como política pública não existe sem a pressão social que lhe deu origem. São espaços que trazem na história pessoal e coletiva dos seus habitantes um forte componente de luta.

Tendo como norte a produção nos assentamentos, a pesquisa partiu de duas hipóteses. Por um lado, haveria um condicionamento do meio no qual os assentamentos foram instalados, condicionamento esse que influenciaria a adoção, por parte dos assentados, de linhas já estabelecidas na região. Por outro lado, os assentados – novos sujeitos naquele contexto - seriam promotores de novos cultivos, de novas relações e de novas possibilidades de escoamento e comercialização. Teríamos, então, o *evento* em ação, trazendo uma nova conformação ao espaço.

Procurei, em minha argumentação, observar o assentamento como um subsistema articulado a um contexto maior, o espaço geográfico (SANTOS, 1996). Nessa perspectiva sistêmica, o assentamento articula-se em múltiplos sistemas produtivos que irão se desenvolver com o processo de territorialização das famílias, estabelecendo relações com o meio no qual se insere. Nos apoiamos assim, na conceituação de Santos (1996) que compreende que os grandes eventos são constituídos por uma miríade de eventos menores, simultâneos e sucessivos. Para o autor, toda teoria do evento é também uma teoria da ação. E aqui se encontra a ligação com a perspectiva da territorialidade que buscamos desenvolver. Na proposição de Heidrich (2010), a territorialidade é vista como uma relação, uma articulação entre forma, ação e representação. A compreensão assim se acomoda na conceituação do evento, e as múltiplas territorialidades desenvolvidas com o assentamento constituem a própria estrutura interna do evento, estrutura essa que deriva das relações criadas pelos sujeitos do fenômeno, as famílias de agricultores assentados.

Para estudar o assentamento como um sistema nos apoiamos em representações que mostram o fenômeno em diferentes escalas, como cartografias, imagens de satélite e o registro audiovisual. As diferentes representações tiveram objetivo de evidenciar diferentes dimensões da realidade em estudo. Recupero assim, nesse capítulo de encerramento aquilo que considero sejam os principais aspectos, idéias e conceitos mostrados e discutidos ao longo do trabalho.

Estruturamos a argumentação na perspectiva do evento e das territorialidades, buscando permanentemente evidenciar relações através da observação do material e do imaterial imbricados.

O primeiro ponto que destaco se refere à *dimensão do fenômeno* em análise, seu porte, sua importância e sua relevância no contexto onde se situa. Nesse aspecto a concentração de assentamentos no município de Santana do Livramento, apesar de significativa em relação aos demais municípios da região - 31 assentamentos, 26 mil hectares de terras -, não representa um impacto significativo na distribuição de terras do município. Embora numerosos, os assentamentos ocupam apenas 4,6% da área territorial do município, sendo que as propriedades maiores (acima de 500 ha) ocupam cerca de 74% da área municipal. O evento reforma agrária tem assim, desde um ponto de vista quantitativo, uma extensão espacial pouco significativa, não chegando a ter impacto maior sobre a distribuição de terras na região. Entretanto, desde um ponto de vista qualitativo, a divisão das fazendas em lotes onde foram assentadas mais de mil famílias, teve a capacidade de promover um adensamento populacional no meio rural, o que naturalmente vem contribuindo para dinamizar progressivamente a região como um todo, e especialmente as localidades onde se instalaram os assentamentos. Somado a isso, verifica-se que o evento Reforma Agrária tem extensão ilimitada no tempo; a maior parte das famílias *chegou para ficar* e suas interações com o meio tendem a prosperar dos mais diversos modos.

O segundo ponto que recupero nesse fechamento é metodológico. A observação do contexto regional através da cartografia temática mostrou características produtivas e técnicas do extremo sul do Brasil, que nos ajudam a perceber onde o evento está se impondo/agindo e onde, de modo contrário, o meio está condicionando as estratégias. A região da Campanha, conforme vimos, tem matriz produtiva voltada para a pecuária extensiva de bovinos e ovinos, para a produção de grãos - arroz e soja - e para a silvicultura que é também uma atividade expressiva na região. Por outro lado, atividades como a produção de leite, a horticultura e a fruticultura são menos expressivas, ainda que tenham enorme potencial, especialmente considerando-se o zoneamento agroecológico da Campanha e, no caso da horticultura, a possibilidade de aumentar a sua fatia no abastecimento das cidades da fronteira. A situação do abastecimento de Santana do Livramento exemplifica bem as necessidades desse tipo de aglomeração urbana

assim tão afastada dos centros produtores de alimentos. O município importa cerca de 80% dos alimentos in natura da CEASA/Porto Alegre, situada a 500Km de distância, evidenciando sua potencialidade de absorver diariamente toneladas e toneladas de produtos hortigranjeiros e frutas, quando os assentamentos vierem a produzir.

Tendo em conta essa potencialidade, observamos as mudanças em andamento no uso da terra nos perímetros dos assentamentos. Através dos procedimentos de sensoriamento remoto, a pesquisa mostrou que a área dos assentamentos tende a ter o uso da terra radicalmente intensificado com a chegada das famílias assentadas e o encaminhamento de seus projetos produtivos. Nesse processo, o que era antes um campo aberto fragmenta-se em pequenas manchas onde pastagens, lavouras e pomares se misturam. A fazenda assim configurada pelo evento é agora um assentamento dividido em lotes de 26 hectares em média, e passa a ser palco de múltiplos projetos produtivos que fazem uso dos recursos ali à disposição. Essa intensificação não é, no entanto, linear e nem se aplica a todos os assentamentos observados. A pesquisa mostrou que fatores como o tipo de solo, a disponibilidade de mão-de-obra e de maquinário, as relações sociais estabelecidas e as possibilidades de escoamento, influenciam fortemente as estratégias produtivas das famílias.

Do ponto de vista da territorialidade, a pesquisa evidenciou que a fragmentação dos campos e lavouras, e o surgimento de pomares, quebra-ventos e áreas de *pousio* são feições, ou configurações, que sugerem a dita *ação materializada* na presença do evento. A proliferação de pequenas manchas dentro do perímetro dos assentamentos reflete um novo uso explicado no modo de organização social adotado pela maior parte dos assentamentos, um modo centrado no *núcleo familiar*; uma situação onde, em suma, a pequena propriedade particular surge em substituição ao uso anterior, à condição de fazenda, que via de regra se expressa em manchas maiores de campo e de grandes extensões de lavouras localizadas.

Outro aspecto a recuperar se refere à organização do trabalho. Nos primeiros tempos de assentamento ocorre um período de organização do trabalho *em coletivo*. As famílias, tal como sucedeu na experiência do acampamento, se organizaram em setores e se tornaram responsáveis pelas atividades que o *coletivo de famílias* julgava necessárias. Para os assentados, essa etapa de trabalho em coletivo foi



essencial para sobreviver nas condições precárias em que foram colocados, ao longo do dito período de instalação, que pode se estender por anos, em habitações precárias, sem falar na infraestrutura de energia e estradas, ainda mais precária. Com a melhora da infraestrutura e a possibilidade de se voltarem para projetos próprios, as famílias naturalmente adotaram um tipo de organização social estruturada em torno das unidades familiares. Assim, com o tempo, as famílias vão se dividindo e passam a formar de modo espontâneo, pequenos agrupamentos, associações e parcerias para realizar determinadas produções, tal como ocorre nas comunidades agrícolas tradicionais. A pesquisa mostrou nesse sentido, que para boa parte dos beneficiários da Reforma Agrária, o assentamento se constituiu na oportunidade de dar continuidade à unidade familiar. O acesso a terra para a maior parte das famílias de pequenos agricultores foi, em paralelo à preservação da unidade familiar, um meio a permitir a continuidade de uma cultura, trazida, impregnada de outras tradições, habilidades e saberes muitas vezes remanescentes de gerações.

Na escala do lote verificamos que as estratégias produtivas adotadas pelas famílias tendem a ser relativamente diversificadas, incorporando duas ou três linhas comerciais, além da produção para subsistência. A produção para a subsistência tem peso importante no trabalho investido no lote. Para muitas famílias, o comércio chega a ser considerado complementar e não seja o foco, na estratégia de reprodução da unidade familiar. Conforme observamos ao longo do trabalho, é comum que uma família tenha simultaneamente um sistema de *leite, soja, frutas e subsistência*, ou então, *leite, gado-de-corte, frutas e subsistência*. Desse modo, em comparação ao que ocorre no contexto regional, os assentamentos tendem a operar como uma instância de agregação de valor em virtude da diversificação do espaço agrário que oportunizam.

Verificamos, observando as estratégias produtivas das famílias assentadas uma tensão dialética entre a predominância e absorção dos condicionamentos do meio e a geração de novas oportunidades a partir da cultura trazida. No sistema diversificado característico das unidades, uma família adota as linhas estabelecidas na região - o gado de corte, a soja e o arroz - por terem esses produtos comércio garantido, ainda que, de um modo geral, com valores depreciados. E essa mesma família frequentemente adota as linhas consideradas como o dado novo na equação da territorialidade dessa região - o leite, a horticultura e a fruticultura. Essa

diversidade de estratégias, conforme já foi comentado, depende de fatores diversos, cuja articulação pode ser lida nas manifestações das diferentes territorialidades. Verificamos em campo essas diferentes territorialidades se constituindo nas diferentes relações que se estabelecem entre assentados, técnicas e meio. Falar, portanto, de uso da terra implica naturalmente em falar do tipo de solo, das técnicas utilizadas e das relações sociais que são estabelecidas na realização desse uso. Falar de *projetos produtivos* implica em falar da cultura trazida pelos agricultores migrantes, do contato desses com o novo ambiente, do duro aprendizado com esse ambiente e, em contrapartida, das oportunidades por ele oferecidas. Essa é a leitura que nos propusemos a realizar em nossa apreciação das manifestações concretas desse grande evento que viemos a conhecer por Reforma Agrária. A matéria prima dessa leitura são os discursos, as representações, das famílias assentadas por nós entrevistadas, em sua maior parte, agricultores vindos do norte do Estado para a região da Campanha. O sujeito do evento é, portanto, o agricultor assentado e sua família. Outras falas de peso foram os comerciantes de hortigranjeiros do município e o depoimento institucional do Secretário da Agricultura de Santana do Livramento. Esse conjunto de depoimentos propiciou a elaboração de um quadro de relações abrangendo assentados e comércio, por um lado, e assentados e Poder Municipal, por outro.

Tivemos também em mente nesse processo a perspectiva trazida por Heidrich (1985), preconizando que a reforma agrária, para que seja de fato efetiva, deve não apenas alterar as relações de produção, mas também as relações de distribuição, contribuindo assim na valorização do trabalho do agricultor que, na perspectiva do autor, é o que realmente produz a riqueza. Nesse quesito a observação do modo como ocorre a articulação dos assentados entre si e com o meio, tanto na etapa de produção quanto de distribuição, permitiu que qualificássemos a territorialidade. Nessa linha, um dos tópicos chave na pesquisa foi a observação das relações sociais envolvidas no uso da terra e as diferentes territorialidades que se manifestam nesse processo. Classificadas sob o nome genérico de *parcerias*, essas relações sociais, de um modo geral efetivadas entre assentados, adquirem inúmeras formas, favorecendo de diferentes modos os diferentes atores envolvidos nessa relação. Os assentamentos observados se configuram nesse sentido como espaços dotados de uma estratificação social bastante nítida; que inicia pelas diferentes capacidades das diferentes famílias.

Algumas famílias, como vimos, trouxeram máquinas e implementos do lugar de origem e, portanto, tiveram condições imediatas de iniciar a produção. No entanto, essa não é a regra. A grande maioria dos assentados chega à terra apenas com seus pertences de uso pessoal e nada mais. Essas famílias mais carentes de recursos técnicos têm, no entanto, opções. Algumas se reúnem em pequenos coletivos – familiares ou não -, na busca de adquirir as ferramentas necessárias à produção. Outras realizam parcerias com assentados mais capitalizados, que possuem as ferramentas necessárias. Outras ainda arrendam ou fazem permutas de parte do lote, para obter os recursos necessários ao pagamento dos serviços de maquinário. Para outras, ainda, a saída é a adoção de sistemas produtivos que não demandam o uso de maquinário, como a fruticultura. E, finalmente, a possibilidade derradeira é o trabalho assalariado fora do lote que evidentemente, termina por frustrar o objetivo maior da Reforma Agrária.

A pesquisa evidencia, portanto, tendo em conta essa estratificação inicial compulsória, que a situação inicial do assentamento, o campo aberto, não é de fato uma *tábula rasa*, nada é iniciado do marco zero. O assentamento é em verdade produto de uma conjunção complexa. Agrega por um lado a experiência do acampamento, os projetos e as relações sociais lá estabelecidas, e agrega, por outro lado, a experiência precedente de cada família, sua história daí decorrente, sua cultura e condição técnica particular. Agreguemos ainda à complexidade do nosso objeto de estudo que no caso de Santana do Livramento, foram também ali incorporados, como assentados, trabalhadores ou arrendatários das antigas fazendas. Alguns desses, pelo conhecimento que detinham do local, acabaram desempenhando papel chave no processo de instalação do assentamento.

Outra questão verificada ao longo da pesquisa e que influencia diretamente na situação produtiva é o *endividamento generalizado* dos assentados de Santana do Livramento. A impossibilidade de acesso ao crédito obriga os agricultores a realizar estratégias produtivas que venham a se desenvolver de modo independente dos financiamentos do Estado. Como resultado da busca por outras fontes de custeio para a atividade produtiva, entram em cena os engenhos e as empresas fornecedoras de insumos e equipamentos. E, com esses, outra questão que pesa fortemente na produção dos assentamentos é a questão da assistência técnica, da precariedade dessa, que de fato é praticamente inexistente na região. Na base do

problema está o projeto do INCRA pelo qual a assistência técnica se resumiria a um técnico para cada cem famílias o que, evidentemente, é insignificante.

O problema da assistência técnica traz naturalmente à baila a questão que se refere ao *sistema técnico* adotado na produção e, por tabela, a questão das *parcerias*. Retomamos abaixo, ainda que sucintamente, algumas modalidades de parcerias descritas no corpo do trabalho, numa tentativa de visualizar, de modo sintético e ordenado, os tipos de relações estabelecidas em decorrência da adoção das diferentes linhas de produção e dos diferentes sistemas técnicos adotados. Abordaremos as relações de produção e de distribuição na tentativa de visualizar onde novas oportunidades e interações estariam sendo efetivadas. Começamos pela produção da soja, transgênica naturalmente. Nesse cultivo registramos situações de parceria onde um dos assentados possui o conjunto de implementos necessários à realização da atividade produtiva; o trator, a colheitadeira, os implementos e o caminhão. Esse assentado equipado realiza parcerias com diferentes famílias, que não possuem implementos, e que entram com a terra no negócio. O proprietário dos implementos já traz em geral algum maquinário do seu lugar de origem, tendo adquirido outros depois de assentado. Na parceria estabelecida, os parceiros dividem os demais custos de produção como as sementes, os agrotóxicos e o diesel. Na avaliação dos assentados com os quais conversamos, que fazem essa modalidade de parceria, o plantio da soja estava valendo a pena. Especialmente porque após a colheita, no início do outono, rebrota o azevém no mesmo campo utilizado para o grão, e sem qualquer custo adicional. Assim, contribuindo na lucratividade do assentado que entra com a terra, a gramínea é utilizada na alimentação das vacas de leite ao longo do inverno. A soja é, na maior parte dos assentamentos estudados, plantada como parte de um sistema diversificado, combinada com a produção do leite, carnes, outros grãos e frutas. Registramos, no entanto, lotes cobertos com praticamente 100% de soja, evidenciando da parte desse assentado uma estratégia de especialização plena. Nesses casos um outro tipo de parceria se estabelece. O assentado trabalha como assalariado em uma lavoura de soja do município e troca suas horas de trabalho pelo uso, em seu lote, das máquinas do proprietário dessa lavoura, para o plantio da sua produção própria.

Quanto às técnicas utilizadas verificamos ao longo da pesquisa que o *pacote* da soja transgênica é, em geral, aplicado e que os agricultores têm plena

consciência do escasso domínio que tem sobre o sistema de produção. Eles compreendem bem que a opção por essa modalidade de cultivo os deixa automaticamente submissos às técnicas, às normas e à lógica da produção globalizada. Isso, no entanto não os incomoda. Ao contrário, eles sabem que a soja tem comércio garantido.

O mesmo não se pode dizer de outros produtos, que enfrentam com dificuldades o gargalo da distribuição. Nesse quesito a falta de estruturas de armazenamento e de recursos para a terceirização dessa etapa impossibilita que a colheita seja estocada até o momento de baixa na oferta da mercadoria, quando os preços estarão melhores. Com isso, evidentemente, o assentado receberá menos pela produção. Com a necessidade de pagar as dívidas ao financiador logo após a safra, sob a pena dos juros altos, a venda da produção acaba sendo feita à época de valor mais baixo da mercadoria. Buscando lidar com essas dificuldades os assentados se articulam às estruturas já existentes na região, aos engenhos e às empresas distribuidoras de grãos, abrindo mão da autonomia na gestão dos frutos do seu trabalho. Esse tipo de situação é corrente tanto na cultura da soja quanto na de arroz.

Observamos ao longo da pesquisa duas lavouras de arroz convencional, em Santana do Livramento, e uma de arroz ecológico, mecanizada, na região metropolitana de Porto Alegre. O cotejo dessas experiências é oportuno na avaliação das diferenças entre os sistemas técnicos desde o ponto de vista dos custos de produção necessários à manutenção dos mesmos. No arroz convencional, produzido no PA Apolo em Santana do Livramento, os assentados investiram R\$ 3.000 por hectare desde o preparo da terra até a colheita. Já os custos de produção em Tapes, no PA Lagoa do Junco, com a lavoura ecológica pronta, foi de R\$ 600 por hectare, ou seja, 1/5 dos custos do arroz convencional. Se levarmos em conta que nos custos de produção do arroz convencional, o valor destinado à mão-de-obra é mínimo, e que os custos de fato estão concentrados na compra do assim denominado *pacote tecnológico* - sementes, insumos químicos e maquinário -, evidencia-se o quanto o sistema ecológico valoriza a mais o trabalho realizado pelas pessoas. Some-se a isso, as diferenças desde o ponto de vista da saúde do trabalhador por um lado, e da qualidade do ambiente por outro.

A observação das experiências de plantio do arroz foi igualmente oportuna na compreensão das diferenças na organização produtiva, comparados os dois modos,

o tradicional e o ecológico. No PA Lagoa do Junco, onde é produzido o arroz ecológico, 15 famílias formaram uma cooperativa, COOPAT, e através desta adquiriram os implementos necessários. Fizeram também investimentos, por conta própria, no custeio da lavoura. Em uma trajetória de 12 anos de existência, a cooperativa possui hoje um silo para o armazenamento de grãos e todo o maquinário necessário ao beneficiamento da produção. Nesse caso, a distribuição do grão é controlada pelos cooperados e a riqueza gerada é igualmente distribuída entre as famílias envolvidas na atividade. Note-se que permanecemos, em se tratando de gestão, falando de famílias e não de *indivíduos* empreendedores.

Em outra condição, em Santana do Livramento, os assentados que participam do grupo do arroz no PA Fidel Castro têm uma situação mais desfavorável, ocorrendo ali uma distribuição de rendas mais desigual entre as famílias participantes da produção do arroz. Assim concluímos pela observação das famílias com as quais entramos em contato, visualizando suas moradias e as condições de vida. Nesse assentamento vinte famílias fazem parceria na produção do arroz. Dezenove têm (apenas) a terra. Um, no caso um ex-arrendatário da fazenda adquirida, tem o equipamento - o trator, o caminhão, a plantadeira, as bombas, e tudo o mais. A partir dessa diferença de largada, as relações de produção, e de poder, foram estabelecidas. Fica ali evidente a desigualdade existente entre as partes, aquele que detém a maquinária necessário e aqueles que têm (apenas) o lote de terra, ainda que todos sejam, na teoria, e no papel, co-participantes da condição de assentado. Nesse caso a Reforma Agrária propiciou ao ex-arrendatário as condições ideais de produção, para ele próprio naturalmente.

Temos pouca informação sobre a renda dos assentados. Essa foi uma lacuna difícil de ser preenchida. As pessoas não falam sobre esse aspecto naturalmente. Afora isso, ao longo do trabalho de campo, não tive esse aspecto como fundamental e acabei focalizando mais na questão do uso da terra e das relações sociais geradas nesse processo, ainda que o fator renda esteja embutido em muito do que foi observado. A renda, contudo, também parece ser um dado importante a ser analisado em espaços assim tão heterogêneos como os assentamentos da Reforma Agrária. Essa importância se refere não somente à identificação de melhora ou não no poder aquisitivo das famílias, mas também na verificação de como a variação de renda ocorre dentro do próprio assentamento, tendo em conta as diferentes condições técnicas dos assentados, o que ao final se expressa na melhor tônica

*capitalista selvagem*, em relações de poder, ou mais apropriado, de dominação. Esse é um outro lado da Reforma Agrária que destoa do imaginário idealizado, mas que parece viabilizar o avanço possível nesse momento, através das máquinas do ex-arrendatário.

Já o caso do leite propicia que recuperemos o conceito de evento, o grande evento, nesse fechamento. Algumas linhas produtivas adotadas nos assentamentos se desenvolveram a ponto de hoje contribuírem significativamente na produção total desse produto no município. Esse é o caso do leite que, apesar de todas as precariedades, foi a linha que mais se disseminou. Cerca de 30% das famílias assentadas em Santana do Livramento entregam sua produção para a cooperativa regional dos assentados, que faz a coleta e a comercialização. Em 2010, o leite produzido nos assentamentos representou 40% da produção total de leite do município. A produção do leite gera sua renda através de relações mais horizontais que aquelas observadas nas culturas da soja e do arroz. A produção leiteira acontece ao modo familiar. Cada família é responsável pelo seu rebanho e pelos seus campos, no entanto, as estruturas, a ordenha, o resfriador e os demais equipamentos, freqüentemente pertencem a um pequeno conjunto de famílias, aparentadas ou não. Formam-se desse modo pequenas sociedades em máquinas, familiares e não-familiares. O leite é também, frequentemente, uma fonte de renda a mais para as mulheres. Na *setorização* da produção as mulheres se tornaram predominantemente responsáveis pela atividade do leite e os homens pelas lavouras, sendo o gerenciando e a remuneração por essas atividades praticados separadamente.

Outro resultado importante na trajetória recente da produção leiteira foi o desenvolvimento da linha de coleta, realizada pelos caminhões da cooperativa regional, a COOPERFORTE. A implantação da coleta promoveu um crescimento em 330% na produção de leite nos assentamentos do município, mostrando como potencialidades adormecidas, uma vez estimuladas pela oferta de canais de escoamento e de comercialização, podem vir a promover exponencialmente uma determinada atividade produtiva. O leite vem sendo, até o momento, processado pela Empresa COSULATI, situada a 250km de distância, no município de Capão do Leão, antes de ser distribuído ao comércio. Recentemente a cooperativa regional de assentados adquiriu um abatedouro de frango, falido, situado na periferia da cidade de Santana do Livramento. Nesse local, uma vez adaptado, será criada uma planta

para o processamento do leite dos assentamentos. Desse projeto resultará maior valor agregado ao produto. Afora isso, a produção poderá ser escoada dali diretamente para os estabelecimentos comerciais do município.

Outra atividade nova naquele contexto e já com resultados e potencialidades imprevistas é a fruticultura, constituindo hoje parte qualitativamente importante na composição desse grande evento regional que é a Reforma Agrária. A fruticultura é apontada no zoneamento agroecológico do INCRA/RS, como uma atividade adequada às condições ambientais da região onde se situam os assentamentos. Praticada em diversos lotes, a produção de pêssegos, peras e uvas é feita através de um manejo ecológico, gerando colheitas fartas. A EMBRAPA teve um papel importante na disseminação da fruticultura nos assentamentos da Fronteira Oeste. No entanto, a etapa de comercialização, que é justamente um ponto crítico, a articulação é deixada para ser resolvida inteiramente pelos assentados. Assim, a grande dificuldade da fruticultura configura-se na etapa de escoamento e a comercialização. O principal comprador vem sendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal. Em decorrência do limite de compras desse programa, muitas toneladas de frutas terminam sem destinação e acabam sendo desperdiçadas. Nesse sentido, as famílias apontam para a necessidade de organização de uma agroindústria para processar o excesso de frutas produzidas. Enquanto isso não se materializa, as dificuldades com as frutas acabam levando muitas famílias a desistirem e fazerem parcerias para plantar a soja.

A cooperativa regional, buscando equacionar a colocação desse excedente, tem sido um importante espaço na comercialização da produção dos assentados, canalizando frutas, leite e hortigranjeiros, diretamente para o município através do PAA. Ainda assim, apenas 71 famílias, de um total de mil famílias assentadas entregam produção para o programa. Curiosamente, no entanto, muitas dessas famílias que entregam apenas um produto para o comércio, mantêm uma produção diversificada e farta para o autoconsumo.

Outro aspecto a ser recuperado nesse fechamento, relacionado com a nossa visualização dos sistemas produtivos como *pequenos eventos*, é a experiência das famílias que estão começando a entregar a produção de hortaliças nos mercados da cidade, experiência essa que aponta para as possibilidades promissoras do novo contexto fronteiriço. A família Souza, cuja estratégia foi possível observar no corpo deste trabalho, percebeu a oportunidade de entregar a produção nos mercados de



Santana do Livramento. O município tem grande carência de alimentos *in natura*, e os mercados locais têm potencial para absorver toda a produção dos assentados uma vez satisfeitas as exigências quanto à qualidade dos produtos, responsabilidade com os prazos de entrega e competitividade nos preços, que são regulados pela CEASA, mais os custos do transporte até a fronteira. A negociação do preço é feita na hora da entrega da mercadoria. A racionalidade dessa relação entre o pequeno agricultor e o comércio pode ser sintetizada nas palavras do gerente do supermercado 300, que diz que 'paga pouco', mas 'sem matar o produtor'. Outras perspectivas mais humanas, como a de Seu Juarez, do Hotel Livramento, também demonstram que os contatos diretos entre produtor e comerciante podem produzir relações que vão além do simples contato comercial. O *preço da mercadoria* nesse tipo de relação tende a conter o *valor do trabalho* realizado mais o *incentivo do comprador*. Lembremos Seu Juarez, para quem é preciso pagar o *valor real* das coisas.

Outro tema chave, recorrente ao longo da pesquisa foi aquele referente às parcerias, nas suas mais diferentes modalidades. A recuperação de algumas histórias é oportuna nesse fechamento. Para realizar a sua produção de hortigranjeiros, a família Souza teve que estabelecer uma série de parcerias. Em 2010, a primeira dessas parcerias foi feita para a utilização de um trator para preparo da terra. Nessa parceria, realizada com um prestador de serviços de fora do assentamento, a família trocou uma área de oito hectares de seus lotes, onde o parceiro plantou soja, por todos os serviços de maquinário necessários ao longo do ano agrícola. Uma segunda parceria foi realizada com um outro assentado que possuía a terra com as qualidades necessárias à produção desejada. No caso, precisavam de terra drenada para produzir mandioca e milho e o parceiro tinha esse tipo de solo no seu lote. Juntaram assim a mão de obra, a junta de bois e a carroça ao negócio. Situação emblemática, tantas vezes verificada ao longo do nosso trabalho de campo. Já a horta pode ser feita no lote dos Souza, com a parceria entre os membros da família dando conta de realizar a produção.

Descritas essas relações em linhas gerais, uma pergunta emerge naturalmente: com a implantação dos assentamentos, no que se modificaram as relações de produção e de distribuição na região? A resposta se mostra complexa, variando nos diferentes sistemas produtivos e com as relações sociais geradas nos diferentes sistemas, conforme foi mostrado acima.

Consideradas as relações internas ao assentamento, o conjunto de relações de produção parece ter se modificado com a reforma agrária. Em vez de trabalhar como assalariado, arrendatário ou meeiro, os agricultores agora assentados têm, em sua maior parte, a sua própria base de produção, executam seus projetos produtivos e trabalham a terra via uma variedade de parcerias. Essas, contudo, produzem uma compulsória estratificação social, conforme observamos, diretamente relacionada às condições técnicas dramaticamente desiguais dos parceiros.

Já na etapa de distribuição verificamos que a produção de soja, do arroz convencional e da pecuária de corte, mantêm-se atreladas às estruturas de distribuição já existentes no município, e submetidas às técnicas e normas desses tipos de produção, características de propriedades maiores. Na mão contrária, outras situações como a planta de processamento de leite, a fruticultura e a comercialização de hortigranjeiros na cidade e para os programas do Governo Federal (PAA e PNAE), parecem produzir novas oportunidades na região, o *evento*. Apesar das dificuldades relacionadas ao estabelecimento de preços, às limitações de quantidades e à precariedade no escoamento, essas linhas são aquelas que parecem oferecer maior controle ao produtor sobre *o quê* e sobre *como* produzir. Portanto, embora necessariamente atrelados ao mercado, os pequenos produtores parecem desenvolver possibilidades bastante distintas quando optam por um sistema produtivo ou por outro.

Essa condição de agente se explicita no processo de assentamento e no desenvolvimento das diferentes territorialidades. Esse é provavelmente o ganho maior da Reforma Agrária no que diz respeito à geração de cidadania; o simples fato do acesso à terra conferir ao agricultor essa condição de agente, a condição de agir sobre uma base de recursos e de optar por determinadas técnicas e relações de produção e distribuição. A autonomia deste agente, contudo, parece ser sempre relativa, e condicionada por necessidades de renda, possibilidades técnicas, conhecimentos e pela experiência do assentado com os diferentes cultivos. Boa parte das famílias que hoje se dedicam à produção do leite e à fruticultura, não tinham experiência anterior nessas atividades. O mesmo vale para a criação de gado de corte que foi adotada por muitas famílias com a vinda para a Campanha, mostrando que os agricultores aprenderam com experiência migratória e buscaram adaptar-se ao novo lugar. No caso da pecuária de leite e de corte, é evidente que a vasta oferta de pastagens é um ativo natural à realização dessas atividades. Por

outro lado, tanto a pecuária quanto a fruticultura são praticadas em sistemas produtivos que utilizam um mínimo de insumo externo e, em muitos casos, são realizadas de modo ecológico, isto é, sem agroquímicos dispendiosos e prejudiciais à saúde e ao ambiente.

As análises realizadas ao longo dessa pesquisa mostraram que, mesmo repletos de dificuldades e precariedades, os assentamentos da Reforma Agrária estudados detêm entre seus principais ativos as necessidades de abastecimento do município onde foram implantados. O acesso a alimentos de qualidade nos centros urbanos da região depende essencialmente da existência de uma população rural com condições para realizar esse tipo de atividade que demanda trabalho intensivo e tecnologias apropriadas. E essa parece ser a relação de troca, na qual a dita agricultura familiar e, em última instância, a própria existência dos assentamentos, torna-se um *bem público*. E, assim sendo a solução já encaminhada para necessidades cruciais futuras da população urbana da região, e não um “*problema*”, como a Prefeitura de Santana do Livramento, de início nos colocou.

Produzimos, como subproduto da pesquisa, um vídeo com o objetivo de promover – dentro de suas limitações, naturalmente – um meio-campo, um diálogo, entre os assentados e o público, a população urbana do município, trazendo à baila as possibilidades e, por outro lado, as contradições dos assentamentos. Pretende-se que esse registro audiovisual possa fazer uma ponte, ainda que apenas comunicacional, entre universos que embora espacialmente próximos, tem enorme dificuldade em se articular de modo a suprir necessidades e viabilizar oportunidades para ambos os lados, a população urbana de Santana do Livramento e de outros núcleos urbanos da região, por um lado, e a comunidade recém chegada de assentados, por outro.

São muitas as questões que permanecem em aberto nesse fechamento. Quando refletimos sobre a continuidade dos assentamentos no tempo, e naqueles agricultores hoje em idade avançada com os quais tivemos algum convívio, nos perguntamos: Quem seguirá no futuro com a produção no lote? Qual então a perspectiva de continuidade dos assentamentos? A existência da agricultura familiar está fundada em um tipo de organização peculiar capaz de gerir simultaneamente uma diversidade de culturas em um espaço reduzido. Esse avanço, esse ganho, parece ser irreversível. E, justamente por isso é importante reconhecer e estudar esses espaços rurais em formação, especialmente quanto às técnicas utilizadas, o

que diz respeito diretamente ao interesse da população urbana, em sua perspectiva de que sejam cultivados alimentos saudáveis, o menos possível contaminados por agroquímicos. Todas essas são questões que, ao final se abrem para a necessidade de estarmos permanentemente repensando o nosso desenvolvimento como sociedade complexa, formada por produtores e consumidores. E os assentamentos, apesar de todas as dificuldades, parecem oferecer possibilidades concretas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. V. *Alma espacial: o corpo e o movimento na arquitetura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- AGUIAR, J. S. Camelódromo da Praça XV: improviso, comunicação e auto-organização. Monografia de Conclusão de Curso em Comunicação Social, UFRGS. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/camelodromo-da-praca-xv-improviso-comunicacao-e-auto-organizacao>. 2007
- AGUIAR, J. S., WEBER, M.H. Por uma cidade que se move e se comunica: corpo, rua e improviso. In: *Em questão*, v. 15, n. 1, 2009.
- AGUIAR, J. S., AGUIAR, D., dasgarAgens. In: *VIRUS*. N. 3. São Carlos: Nomads.usp, 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/submitted/layout.php?item=4&lang=pt>.
- AGUIAR, J.S.; AGUIAR, D.; OLIVEIRA, A., Tempo de Pedra. In: *VIRUS*. N. 3. São Carlos: Nomads.usp, 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/submitted/layout.php?item=5&lang=pt>.
- ALENTEJANO, P.R.R. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da Reforma Agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, nº 1, p. 2-15, 2004.
- ALMEIDA, R. A. Competência do agronegócio é um mito no Mato Grosso do Sul. Campanha Nacional pelo Limite da Terra. Entrevista concedida a CPT Nacional. Publicado em: 04/11/2010. Disponível em: <http://www.limitedaterra.org.br/noticiasDetalhe.php?id=320>.
- ALVES, F. D. Territorialização Camponesa, Identidade e Reproduções Sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v.2, n.4, p.82-97, ago. 2007.
- ANDRIOLI, A. I. A dimensão educativa da agroecologia na agricultura familiar. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 84, mai. 2008.
- ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (Org). *Transgênicos: as sementes do mal*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ANDRIOLI, A.I. O Roundup, o câncer e o crime do “colarinho verde”. *Revista Espaço Acadêmico*, n.51, agosto/2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51andrioli.htm>. Acesso em: 03/03/2009.
- ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA. Nota Técnica para divulgação dos resultados do PARA de 2008. Brasília, 2009.
- BEDOR, C.N. G. *Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde*. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Saúde Pública do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz para obtenção do grau de Doutor em Ciências. Recife, 2008.
- BERNARDES, J. A. Mudança Técnica e Espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I.E. et al (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 352 p.

- BOLDRINI, I I. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR et alli. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. INCRA/MDA, 2004.
- BRASIL. M.E.P.F. I Censo da Reforma agrária do Brasil. Brasília, 1997.
- BRASIL. M.M.A. 2007. *Áreas prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA Nº 09, de 23 de janeiro de 2007, Vol II*. CD-ROM.
- CÂMARA, G.; MONTEIRO, M. A.; MEDEIROS, J.S.. *Representações Computacionais do Espaço: fundamentos epistemológicos da ciência da Geoinformação*. Revista Geografia (UNESP), 28(1):83-96, jan/abril 2003. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/cursos/ser212/referencias.html>. Acesso em: 23/02/2011.
- CARTER, M (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução: C. Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564p.
- CASTRO, Iná E. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHELOTTI, M C. *A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento – RS*. (Dissertação de Mestrado em Geografia. FCT/UNESP), Presidente Prudente, 2003.
- CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant’Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 3(1): 53-70 , jan-jun – 2005. Disponível em: [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)
- CHOMENKO, L. Capacitação em recuperação ambiental nos PAs do Bioma Pampa. In: *Capacitação em recuperação ambiental nos PAs do Bioma Pampa*, INCRA/RS, Porto Alegre, 25 a 27 ago. 2008. 1 CD-ROM.
- CORRÊA DA SILVA, A. A Aparência, o Ser e a Forma (Geografia e Método). *GEOgraphia*, Ano. II, No 3, 2000.
- CRETELLA JÚNIOR, J. *Comentários à Lei da Desapropriação: Constituição de 1988 e leis ordinárias*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- CRÓSTA, A. P. *Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto*. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 1992. 170p.
- DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A.V.M. (eds). *Análise Espacial de Dados Geográficos*. Brasília, EMBRAPA, 2004 (ISBN: 85-7383-260-6).
- DUFUMIER, M. *La importancia de la tipología de las unidades de producción agrícolas en el análisis-diagnóstico de realidades agrarias*. Paris-Grignon: Instituto Nacional Agronomico, 1995.
- ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Centauro, 2005 [1880].

*É POSSÍVEL: 25 anos do MST.* Realização: Coletivo Catarse. 2009. 1DVD (58min), som. cor.

ESTADO DE SÃO PAULO. Documento propõe mudanças no Incra para frear loteamento político e desvios. Pág. A4. São Paulo, 09/03/2011.

FARIA, N. M. X; FASSA, A. G; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.1, pp. 25-38. ISSN 1413-8123.

FERNANDES, B.M (Coord.). *Relatório Data Luta 2009.* Presidente Prudente: NERA, 2009.

FILIPPI, E. E. *Reforma agrária: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FLORES, AI; RIBEIRO, J.; NEVES, A.; QUEIROZ, E. Organoclorados: um problema de saúde pública. *Ambiente e Sociedade*, jul-dez 2004, vol.7, n.2. Campinas, Brasil. pp.125-143. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=31770207>. Acesso em: 19/03/2011.

FONTOURA, L. F. M. A pecuária empresarial como agente modernizador na região da Campanha. *Anais da Segunda Jornada de História Regional Comparada*, FEE, Porto Alegre, 3 a 6 de outubro de 2005. Disponível em: [www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h11-01.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h11-01.pdf). Acesso em: 13/03/2011.

FRANCE, C. *Cinema e Antropologia.* Tradução: Március Freire. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. 421p.

FRANCE, C (Org.). *Do filme etnográfico à antropologia fílmica.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

FUNES-MONZOTE, F; LÓPEZ-RIDAURA, S; TITTONELL, P. Diversidade e integração: elementos da agricultura ecologicamente intensiva. In: *Agriculturas*, v. 6, n. 2, julho de 2009.

GIRARDI, E. P. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.* 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, 2008. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera/atlas](http://www.fct.unesp.br/nera/atlas)>.

GIRARDI, E. P. Quanto reformadora é a política de assentamentos rurais?. *Revista do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*, Artigo do mês: maio de 2009. Disponível em <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GLIFOSATO: sal de isopropilamina N-fosfometil-glicina. Novo Hamburgo/ RS: Atanor do Brasil. Bula de agrotóxico.

GLIZ 480 SL: sal de isopropilamina. São Paulo: Dow AgroSciences Industrial Ltda. Bula de agrotóxico.

GUAZELLI, M. J. Brasil: o maior consumidor de agrotóxicos. *Portal Ecodebate*. Publicado em: 09/06/2009. Entrevista especial concedida ao Portal Ecodebate. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/09/brasil-o-maior-consumidor-de-agrotoxicos-entrevista-especial-com-maria-jose-quazzelli/>. Acesso em: 22/03/2011.

GUTIÉRREZ ALEA, T. *Dialética do espectador: seis ensaios do mais laureado cineasta cubano*. Tradução: I A Correa Jr. São Paulo: Summus, 1984.

HAESBAERT, R. *Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. Tradução: A U Sobral e M S Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HASENACK, H. et alli. Relatório do subprojeto: *Remanescentes dos Campos Sulinos (do Pampa)*. Porto Alegre, 2006. 30p. Disponível em: <[http://pampabrasil.org.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57:do-pampa&catid=1:noticias-recentes&Itemid=50](http://pampabrasil.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=57:do-pampa&catid=1:noticias-recentes&Itemid=50)>

HEIDRICH, A. L. Reforma agrária: para compreender as divergências. In: *Boletim CRIAEC*, Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas. Ijuí, RS, Brasil. V.4. n.40. Jul, 1985.

HEIDRICH, A. L. *Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

HEIDRICH, A. L. Territorialidade humana: memória, representação e consciência. *Revista Formação*, nº14, volume 2, 2005. p.1-7.

HEIDRICH, A. L. A abordagem territorial e a noção de representação. *Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*; Crise, práxis e autonomia: espaços de resistências e de esperanças. Porto Alegre, 25-31 julho 2010. p.1-11. Disponível em: <[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4525](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=4525)>. Consulta em: 03/02/2011

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R; LEITE, S.P. Regional impacts of land reform in Brasil. In: *Land Reform, Land Settlements and Cooperatives*, FAO, 2005/1. p. 20-33.

HOWARD, S. A. Um testamento agrícola. Tradução Prof. Eli Lino de Jesus. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360p.

IBGE. Censo agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 08/2009.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 27/03/2011.

INCRA/RS. *Relatórios ambientais dos Projetos de Assentamento de Santana do Livramento/RS*. Porto Alegre, 2004-2009.

\_\_\_\_\_. Norma de Execução no. 18. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 out. 2001.



\_\_\_\_\_. Norma de Execução no. 33. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a destinação de terras públicas da União e do INCRA. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Norma de Execução no. 45. Dispõe sobre procedimentos para seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 ago. 2005.

IPEA. Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária: fatores de sucesso/insucesso. Versão preliminar. Brasília, fev, 2011. [apresentação power point].

KERN, Arno. *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

KNUPP, V. F. Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS. 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12870>. Acesso em: 02/02/2011.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978 [1971]

LEITE, S. *Impactos regionais da reforma agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais*. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 2003. Disponível em: [www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=27](http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=27)

LEITE, S. P. *A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen*. In: *Boletim de Ciências Econômicas, Coimbra*, v.XLX, p.3-38, 2007. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br/adm/.../17\\_20070703205838.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/.../17_20070703205838.pdf). Acesso em: 10/10/2010.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. *Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas*. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 777-805, jul/set 2007 – Impressa em agosto 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032007000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000300010)

LEITE, S.P. A Reforma Agrária hoje ainda é necessária. Entrevista para redação IHU Online. Publicado em 18/06/2010. Disponível em: [http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com\\_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=33517](http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=33517).

LETURCQ, G.; LAURENT, F.; MEDEIROS, R. M. V. Percepção e gestão da erosão e dos recursos hídricos pelos agricultores e criadores da bacia hidrográfica do Ibicuí (RS, Brasil). *Confins: revista fraco-brasileira de geografia*. Número 4, 2008. Disponível em: <http://confins.revues.org/index4793.html#abstract>

LOBATO CORRÊA, R; ROSENDAHL, Z. *Cinema, música e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

LOERA, N.R. Tempo de acampamento: uma análise antropológica do mundo das ocupações de terra no Brasil. *Anais do Congress of Latin American Studies*, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/RangelLoeraNashieli.pdf>

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Tradução A Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128p.

- MATURANA, H; VARELA, F. *De máquinas y seres vivos – Autopoiesis: la organización de lo vivo*. Santiago de Chile: Editorial Universitária S.A., 1995. 137 p.
- MAZOYER, M. e ROUDART, L. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- MEDEIROS, L. S; LEITE, S. (Org.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.
- MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e inovações. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO: San Pablo, dezembro 2006.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre, UFRGS, 2007.
- MELLO, P. F.; MIELITZ NETTO, C. G. A. O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. In: *Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 43., 2005, Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: FEARP/USP, PENSA/USP, 2005. Não paginado, CD-ROM.
- MELLO, P. F. *Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- MELLO, P. F. As ações de desenvolvimento nos assentamentos: para além da inovação, a velha agenda. In: *Caderno nº. 26*, do CEAMI/UNB, fevereiro de 2007.
- MELLO, P.F; SANTOS, A. N. dos. Assentamentos do Rio Grande do Sul: um retrato atual. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*. Fortaleza: SBSP/EMBRAPA, 2007. Não paginado, CD-ROM.
- MELLO, P. F. Redes de dominação em assentamentos da reforma agrária. *Anais do Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*, 7., 2007a., Fortaleza. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/396.pdf>. Acesso em: 13/02/2011.
- MELLO, P. F. Produção agrícola em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul: um estudo quantitativo comparativo. Artigo a ser publicado nos cadernos de Ciência e Tecnologia - EMBRAPA, n.3, v. 24, 2007b. Mimeo.
- MELLO, P.F. Módulo de assentamento para o Rio Grande do Sul. In: *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 52 - 80, mai/ago. 2008. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/177/543>. Acesso em: 13/02/2011.
- MELLO, P. F. Coesão social e evasão em assentamentos rurais do extremo-sul do Brasil. Artigo a ser publicado nos *Cadernos CRH-UFBA* em dez 2008 a. 30p. Mimeo.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980. p.191-211.
- MOREIRA, R. As formas da geografia e do trabalho do geógrafo no tempo. In: *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

- MUSTERBERG, H. A experiência do cinema. In: XAVIER, I. *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal/Embrafilmes, 1983.
- NAVARRO, Z; MORAES, M. S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. (Org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ONG FASE, GT Monocultivos. Agronegócio e Monoculturas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 2, nº 6, p. 269-282, jan 2008.
- PEREIRA, R. P. A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica de propriedade. In: STROZAKE, J. J. *Questão agrária e a Justiça*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- PERES, F.; ROZEMBERG, B.; ALVES, S.; MOREIRA, J.; OLIVEIRA-SILVA, J. Comunicação relacionada ao uso de agrotóxicos em região agrícola do Estado do Rio de Janeiro. *Rev Saúde Pública*, 2001;35(6):564-70. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v35n6/7069.pdf>. Acesso em: 19/03/2011.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PILLAR et alli. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: MMA, 2009.
- PLÖEG, J. D. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PLÖEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- POLASTRO, D. *Estudo dos casos de intoxicação ocasionadas pelo uso de agrotóxicos no Estado do Paraná, durante o período de 1993 a 2000. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2005.*
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. *Análisis OSAL*. Año VI, Nº 16, p.23-34, enero-abril, 2005.
- PRIGOGINE, I. O fim da certeza. In: *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. [pp.47-68]
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS, V. G.; LOSEKANN, M. B. Desenvolvimento sustentável: o caso do assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana, RS. *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009, pp. 1-24
- RIBEIRO, C.M. *Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR- UFRGS): 2009. 304 p.
- RIGOTTO, R. A herança maldita do agronegócio. *Vi o mundo*, publicado em 20/02/2011. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rigotto-a-heranca-maldita-do-agronegocio.html>. Acesso em: 20/02/2011.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. *Cadernos de saúde pública*. Rio de Janeiro, v. 23, n. Supl.04, p. s475-s501, 2007. Disponível em:  
<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/referencia/0000000944>.  
 Acesso em: 19/03/2011.

RIGOTTO, R. M. Saúde ambiental & saúde dos trabalhadores: uma aproximação entre o verde e o vermelho. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. São Paulo, v. 6, n. 4, p.388-404, 2003. Disponível em:  
<http://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/referencia/0000000956>.  
 Acesso em: 19/03/2011.

ROMEIRO, A. R. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária na década de 90*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

ROMEIRO, A. R. Perspectivas para políticas agroambientais. In: RAMOS, P (Org). *Dimensões das organizações brasileiras: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007. p.283-317.

ROUNDUP READY: sal de isopropilamina de N-(fosfometil) glicina. São Paulo: Monsanto do Brasil. Bula de agrotóxico.

SALDANHA, L.J. *Re: [Amaranto] Natureza devora transgênicos da Monsanto, nos EUA*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <Julia.aguiar@coletivocatarse.com.br> em 15 fev. 2011.

SANTOS, M. *Técnica Espaço Tempo*. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da USP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

\_\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 120p.

\_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [2001].

SAQUET, M. A. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SCHÄFFER, N. O. *Urbanização na Fronteira: expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Sant'Ana do Livramento, 1993.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: L. T. Motta. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SOARES, W. L.; FREITAS, E. A. V.; COUTINHO, J. A. G. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis - RJ. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2005, vol.43, n.4, pp. 685-701.

- SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. et al. *Cidade e Campo: relações e contradições ente urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- SPADOTTO, C.A. Abordagem interdisciplinar na avaliação ambiental de agrotóxicos. *Revista do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar*, São Manuel, 10/05/2006. 9p. Disponível em: [www.fmr.edu.br/npi/003.pdf](http://www.fmr.edu.br/npi/003.pdf). Acesso em: 22/03/2011.
- STÉDILE, J. P. (Org). *A questão agrária na década de 90*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- TERRA, F. H.; PELAEZ, V. A história da indústria de agrotóxicos no Brasil: das primeiras fábricas na década de 1940 aos anos 2000. *Anais do Simpósio de Pós-graduação em História Econômica*, 3 a 5 de setembro, 2008. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/13/43.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/13/43.pdf). Acesso em: 20/02/2011.
- TERRA, F. H. *A indústria de agrotóxicos no Brasil*. Dissertação em Desenvolvimento Econômico, UFPR. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/15861/2/A%20Ind%C3%BAstria%20de%20Agrot%C3%B3xicos%20no%20Brasil%20-%20p%C3%A1gs.%20n%C3%A3o%20numeradas.pdf>. Acesso em: 20/02/2011
- THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D., CARVALHAL, T. B. (Orgs.). *Geografia e Trabalho no Século XXI*, Volume II. Presidente Prudente, p.130-167, 2006.
- TORRES, Jorge Eduardo Hamilton. *A pecuária familiar uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise sócio-econômica da pecuária familiar no município de Sant'Ana do Livramento/RS*. Monografia para obtenção do título Especialista em Desenvolvimento Rural e Agroecologia, PGDR-UFRGS. Porto Alegre, 2001. 176p.
- TRAPÉ, A. Efeitos toxicológicos e registro de intoxicações por agrotóxicos. 2004. Disponível em: [www.feagri.unicamp.br/tomates/pdfs/eftoxic.pdf](http://www.feagri.unicamp.br/tomates/pdfs/eftoxic.pdf). Acesso em: 20/02/2011
- TRIVIÑOS, A. S. A dialética materialista e a prática social. In: *Movimento*, Porto Alegre, v.12, n.02, p.121-142, maio/agosto de 2006.
- UN/ Human Rights Council. *Report submitted by the Special Rapporteur on the right to food*, Olivier De Schutter. Genebra, dez 2010.
- WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WEED SCIENCE. International Survey of Herbicide Resistant Weeds. Disponível em: <http://www.weedscience.org/ln.asp>. Acesso em: 02/02/2011.
- WEID, Jean Marc van der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ANEXO 1 – TABELA QUALITATIVA DOS ASSENTAMENTOS DE SANTANA DO  
LIVRAMENTO

Nome PA / PE	Nº fam. Área Instalação	População Origem	Sistema Produtivo	Infraestrutura	Recursos Hídricos	Impactos ambientais
PA Cerro do Munhoz	3 fam. (eram 67) 1.557 ha 1992 Lotes 26 ha	21 municípios do Alto Uruguai	Gado de leite e corte – campo nativo (aveia, milho, milho e milho verão); leite (50.000L/Mês); coleta p caminhão cooperativa a cada 2 dias; rebanho 16-20 cabeças/ha; Frutas clima temperado (uva, pêssego, pêra) – peq; mel significativa milho, mandioca, feijão, hortaliças, peq animais p consumo; comércio em feiras, boa fonte renda	Boa; energia; água encanada; rede viária boa; sede social p lazer; 4 resfriadores leite; mel - 50 colmeias, 2 centrifugas coletivas; barragem;	Peq cursos (bom estado) p Arr Capivara (degradado-arroz irrigado, queda barrancos) flui p Arr Gambeta; N cursos p Arr Fiorentina; várias nascentes intermitentes, conservação boa; acesso gado, uso agrícola próximo; 1 nascente-açude; peq açudes, 2 barragens (2ha e 81ha), potencial irrigação e peixes	Terras impróprias c lavouras, contribui c erosão; predomínio área campestre; alta pressão caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA São Joaquim	35 fam. (eram 37/ 2 lotes condenados) 1.040 ha 1996 Lotes 28,2 ha	Cruz Alta	Grãos (soja/milho); gado de leite - campo nativo e pastagens (aveia, azevém inverno; milho verão) - 40.000 L/Mês - p Elegê e Consulati; rebanho varia;	Boa; energia maior; poços; caçimbas; casas maioria alvenaria; rede viária boa; resfriadores leite; máquinas e implementos; 1 trator p cada 2 famílias; frutas e verduras, mandioca e feijão, peq animais p subsistência; mel p comércio.	Peq cursos (vários pts veg suprimida) p Ibicui da Armada (limite L); várias nascentes intermitentes, conservação regular; vários açudes	Terras impróprias c lavouras anuais; erosão bem visível; comprometimento cursos d'água e nascentes; significativa área campestre; alta pressão pastaje; caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA Santo Angelo	16 fam. (eram 17/ 1 lote condenado) 481 ha 1996 Lotes 28,3 ha	Cruz Alta, Rodeio Bonito, Palmeira das Missões, exploração individual do lote;	Gado corte – campo nativo; grãos (milho e feijão), convencional, bom nível tecnológico; leite – início, interesse em ampliar; batata doce, mandioca, peq animais p subsistência;	Regular; energia maior; poços, caçimbas; casas boas, madeira ou alvenaria; rede viária boa; 1 resfriador leite capacidade 500L; 1 resfriador individual;	Peq cursos, intermitentes; 1 nascente, 2 no limite, intermitentes, conservação regular, acesso gado;	Terras impróprias c lavouras; manejo inadequado contribui p erosão; predomina área campestre; alta pressão pastaje; capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA Apolo	950 ha 1996 Lotes 28,07 ha	várias regiões RS; abandonado de alguns lotes	Variado; grãos, milho, feijão, mandioca; leite p Consulati; rebanho varia; culturas e peq. animais p subsistência; mel incipiente, pouco comercializado	Boa; energia, poços, vertentes e caçimbas; escassez água épocas secas; s/ resfriadores leite; poucas máquinas	Peq cursos (intermitentes, veg suprimida em vários pts) p Arr Porteira e Arr da Cruz; várias nascentes intermitentes, conservação regular, acesso gado, lavouras em APP; peq barragem p animais	Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadequado pode contribuir p erosão futura; invasão capim-annoni; corte árvores p lenha; caça;
PA Bom Será	26 fam. 748 ha 1996 Lotes 28,8 há	Entre-Rios do Sul, Erechim e Trindade; Alcoolismo; brigas c PA Sta Rita (morte)	Leite – gado em pastagem nativa (30.000L/Mês), p Elegê e Consulati; gado de corte, peq. animais, milho, mandioca, feijão, frutas e verduras p auto-consumo, excedente p feiras	Boa; energia; poços, vertentes e caçimbas; rede viária boa; casas alvenaria; resfriadores leite individuais, coletivo desativado; algumas máquinas, tração animal; sede social p lazer	Peq cursos p Arr Capivara Várias nascentes intermitentes, c veg, lavoura, acesso gado, conservação regular; alguns açudes p animais	Alta pressão de pastaje; Terras impróprias c lavouras anuais; erosão já visível; invasão capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha;

PA Coqueiro	30 fam. (eram 35/ 5 lotes condenados/ inundação) 980 ha 1996 Lotes 28 ha	Alto Uruguai (Ronda Alta, Constantina, Erechim,...) 35% substituídas	Leite - gado em campo nativo e pastagens (aveia, azevém inverno; milho verão); dificuldades na seca; garante renda mensal; grãos - diferentes sist. cultivo (mínimo, plantio direto, milho convencional); milho, mandioca, feijão, peq. animais substit.	Regular; energia maioria; poços, cacimbas; casas madeira ou mto simples alvenaria; rede viária boa; galpão sede várias finalidades; resfriador de leite coletivo; carência máquinas	Peq cursos (intermitentes, veg suprimida em vários pts, erosão nas margens, queda barrancos) p Ibicuí da Armada; 3 nascentes, intermitentes, conservação ruim, 2 c lavouras, outra c veg, acesso gado;	Terras impróprias c lavouras anuais; erosão bem visível; nascentes comprometidas; predomina área campestre; alta pressão pastejo; capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA Jupira / São Leopoldo	44 fam. 1.264 1997 Lotes 28,9 ha	Trindade do Sul, Carazinho e outros; 3 fam. Livramento 40% fam substituídas exploração individual arroz associação	Variada; grão: soja, milho, arroz irrigado (várzea/fam. melhores), cultivo convencional; leite: início (10.000 L/Mês) - Consulat; rebanho varia; feijão, mandioca e peq. animais p subsistência;	Boa; energia; poço artesiano; vertentes e cacimbas; casas alvenaria e madeira; rede viária boa; barragem; máquinas (regular); tração animal; vários resfriadores leite;	Peq cursos (intermitentes, veg suprimida em alguns pts) p Arr. Ibicuí da Faxina; algumas nascentes, intermitentes, conservação regular, c veg, acesso gado, lavouras;; 1 barragem, p arroz e animais	Terras impróprias c lavouras anuais; erosão pouco visível; significativa área campestre; alta pressão pastejo; caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA Recanto	23 fam. 665 ha 1997 Lotes 28,9 ha	Frederico Westfalen, Nonoai, Planalto; 4 fam. Livramento; 9 substituídas; problemas convivência, furto e abate de animais; assentados c outros imóveis	Variada; grãos (milho, feijão): convencional; mandioca, melancia; gado de corte e leite: campo nativo, eventual pastagem cultivada; leite: 10.000L/Mês, maioria p Consulat; queijo (aumenta vir agregado); rebanho variável; outras culturas, peq animais p subsistência; mel incipiente, mas já comercializado.	Boa; energia; poços, cacimbas; casas maioria alvenaria; máquinas pouco disponíveis (evita erosão); carência resfriadores: 1 coletivo e 1 individual, necessitam mais;	Peq cursos (intermitentes, veg suprimida em vários pts), várias nascentes, intermitentes, conservação regular, c veg, acesso gado, lavouras;	Terras impróprias c lavouras anuais;; pode contribuir p erosão significativa no futuro; gado em APP; significativa área campestre; alta pressão pastejo; capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA Frutinhas	20 fam. 565 ha 1997 Lotes 28,3 ha	Jóia, Guarani, das Missões e São Miguel das Missões; 6 fam. substituídas; exploração em geral individual;	Gado de corte: campo nativo e pastagens (aveia, azevém inverno; milho verão); leite p consumo; grãos: cana, (soja); milho, mandioca, feijão, cana, peq animais p subsistência; prod comunitária: pomares (pêssego, uva); dificuldade c comercialização	Boa; energia; poços artesanais e cacimbas, água escaneada, boa; rede viária boa; 1 resfriador leite comunitário (desativado); ã coleta na região;	Peq cursos (intermitentes, veg suprimida em muitos nascentes, intermitentes, conservação ruim, 2 c lavouras, outra c veg, acesso gado; vários açudes	Terras impróprias c lavouras anuais; erosão já visível; nascentes comprometidas; predomina área campestre; alta pressão pastejo; capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha;

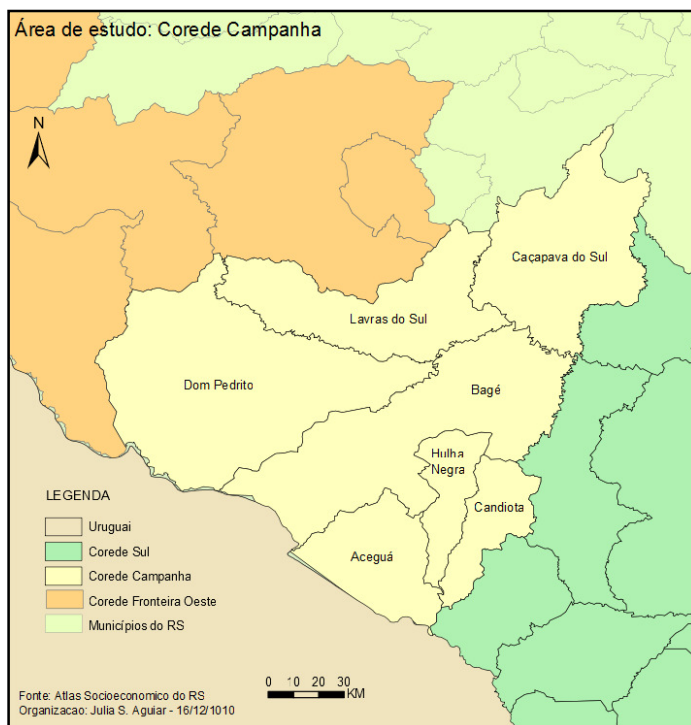


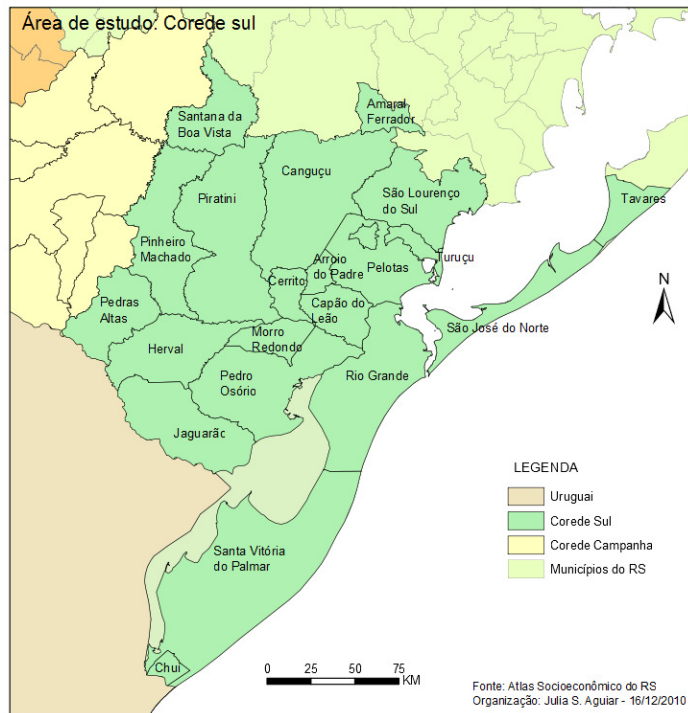
PA Posto Novo	21 fam. 665 ha 1997 Lotes 31,7 ha	Missões	Grãos (milho, feijão, mandioca), convencional c revolvimento do solo; queimada p limpeza pastagem (isolada); gado de corte e leite – campo nativo, eventual suplementação; leite: início, p Consultati;	Boa; energia; poços, cacimbas, boa; casas madeira e alvenaria; rede viária boa; carência equipamentos; resfriador de leite atende 50% fam dedicadas à prod; poucas máquinas, tratores; uso de tração animal; aluga-se máquinas p preparo solo, plantio;	Peq cursos, várias nascentes intermitentes, conservação regular, vegetação mas acesso gado; lavoura em APP; 1 barragem p arroz, plantio fora do PA;	Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadequado pode contribuir p erosão futura; gado em nascentes; invasão capim-annoni; corte árvores p lenha; caça;
PA Santa Rita II	21 fam. (eram 22) 697 ha 1997 Lotes 31,6 ha	Palmeira das Missões e Constantina; exploração individual do lote; problema de convivência, agregado; ovinos; rebanho variável; brigas c faca, outras culturas e peq animais p tiros (morte), subsistência; mel incipiente, mas já atritos c PA comercializado	Variada; Grãos (milho, feijão): cultivo convencional; mandioca, melancia, cana-de-açúcar p forragem; gado de corte e leite: campo nativo, eventual suplementação pastagens cultivadas; leite: problema de convivência; queijo (aumenta vir	Regular; energia; poços, cacimbas; casas madeira e alvenair; rede viária boa; 1 resfriador comunitário – cap. 3000L; 1 resfriador individual;	Peq cursos, 3 nascentes, intermitentes, conservação regular, acesso gado;	Terras impróprias c lavouras anuais; erosão já visível; predomina área campestre; alta pressão pastejo; invasão capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha; APP gado;
PA Capivara	26 fam. 694 ha 1998 Lotes 25 ha	1.1 fam. Livramento; Planalto e Alto Uruguai; exploração individual dos lotes; s/ evasão	gado de corte, sobre pasto e grãos (milho); leite insuficiente p comércio; 3 fam. grãos (máquinas, caminhões, sist. convencional), arrendam outros lotes; milho, mandioca, feijão preto e miúdo, melancia, peq. animais p subsistência; potencial p criação de peixes	Regular; energia; poços artesanais, boa; casas madeira, fam. na antiga sede; rede viária boa; s outras estruturas.	Peq cursos p Arr Capivara e sanga Caleira (degradada), esses p Arr Gambeta; 7 nascentes, maioria intermitente, conservação regular, acesso gado; 2 nascentes impactadas p uso agrícola; peq cursos intermitentes; bom estado; peq barragens,	Terras impróprias c lavouras anuais; diversos processos erosivos, início voçorocas; nascentes comprometidas; alta pressão pastejo; caça;
PA Pampeiro	30 fam. (eram 46) 1.339 ha 1998 Lotes 29,1 ha	Planalto (Cruz Alta, Erechim, etc); 21 fam substituídas;	Gado de leite: campo nativo c pastagens cultivadas (aveia, avevém inverno; milho verão), dificuldades seca, renda mensal ainda q baixa; grãos (soja e milho), convencional, carência máquinas (alugadas); áreas p arroz arrendadas; milho, mandioca, feijão e peq animais p subsistência;	Regular; energia; poços, vertentes e cacimbas, boa; c casas simples, madeiras e alvenaria; rede viária boa, s estruturas comunitárias;	Peq cursos p Arr Beco e Tarumã, limites N e S; peq cursos e várias nascentes intermitentes, conservação regular; mata ciliar degradada; lavoura; alguns açudes; maiores potencial p peixes e irrigação	Terras impróprias c lavouras anuais; erosão já visível; comprometimento cursos d'água; predomina área campestre; alta pressão pastejo; APP c gado; invasão capim-annoni; caça; corte árvores p madeira e lenha;
PA Sepé Tiarajú III	42 fam. 1.340 ha 2006 Lotes 31 ha	Palmeira das Missões, Jóiá;	Variada; principal subsistência: milho, trigo, soja, batata doce, melão, melancia, mandioca, feijão; convencional, s assistência;	Regular; energia; cacimbas e vertentes, boa; casas madeira, bx qualidade; rede viária mau estado, nova n foi implantada; carência máquinas: 1 possui, demais patrulha agrícola do município, tração animal;	Compartilha rede drenagem c PA Leonel Brizola, Fidel Castro, 31 de março; água flui p Rio Ibicuí d'Armada e Ibicuí da Faxina; mts cursos perenes e nascentes intermitentes; mts açudes; lenha;	Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadequado pode contribuir p erosão futura; alguns lugares capim-annoni; pecuária em pastagem nativa; corte árvores p lenha; caça; APP c alto

PA São João II	39 fam. 783 ha 2006 Lotes 23,7 ha	Grande PoA, região N RS, Livramento; 95% permanecem	Variada; subsistência (milho, mandioca, feijão, peq animais) convencional; gado corte; pastagem nativa; criação cavalos p trabalho, transporte; s assistência técnica	sede p reuniões Ruim; fam na sede, casas e galpões da fazenda; energia na sede e parte; casas bx qualidade madeira e alvenaria; s rede viária, caminhos antigos; carência máquinas: 1 possui, outros tração animal e arrendamto máquinas; sede p reuniões	e 1 barragem; Limite N PA Ibicuí; drenagem c vários cursos, maiores permanentes, peq intermitentes; fuem p sanga Caleira, restinga Monteiros, arroio Upamaroti; nascentes intermitentes; açudes e 1 barragem	passivo ambiental; Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadquado contribui p erosão; impacto APP aumentou c PA; corte árvores p lenha; caça;
PA Herdeiros de Oziel	39 fam. 997 ha 2006 Lotes 23,2 ha	Grande PoA, São Gabriel 82% fam permanecem	Variada; subsistência (milho, mandioca, feijão, peq animais) convencional; pouca soja; gado de corte; campo nativo; cavalos p trabalho, transporte; s assistência técnica	Ruim; energia na sede; maioria fam na sede, galpões Ar. Ibicuí da Faxina, perenes; nascentes e casas provisórias; açudes, cacimbas; poucas casas bx qualidade; s rede viária, caminhos antigos precários; carência máquinas: 2 possuem, outros patrulha agrícola e tração animal; sede p reuniões e moradia.	Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadquado, queimada em APP e gado, contribui p erosão; impacto APP aumentou c PA; alguns lugares capim-annoni; pecuária em pastagem nativa; corte árvores p lenha; caça.	
PA Banhado Grande II	11 fam. 258 ha 2007 Lotes 23,5 ha	Livramento s dificuldades, todas permanecem	Variada; subsistência (milho, melão, melancia, mandioca, feijão, peq animais, gado de leite), convencional; psicultura: 1 assentado; s assistência técnica	Média, energia; cacimbas e vertentes; 1 poço; casas alvenaria média qualidade; s rede viária, antigos caminhos precários; carência máquinas: tração animal e arrendamto; antiga ferrovia;	Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadquado, queimada em APP e gado, contribui p erosão; mto capim-annoni; s mata; caça; corte árvores p lenha;	
PA Ibicuí	65 fam. 1.375 ha 2006 Lotes 21,1 ha	Grande PoA e Livramento; 95% permanecem	Variada; subsistência (milho, mandioca, feijão, peq animais) convencional; gado corte; pastagem nativa; s assistência técnica	Ruim; energia na sede; maioria fam na sede, galpões e casas provisórias; açudes, cacimbas; poucas casas bx qualidade; s rede viária caminhos antigos precários; carência máquinas: 1 possui, intermitentes; açudes e 2 arrendamto; sede p reuniões e moradia.	Terras impróprias c lavouras anuais; manejo inadquado, queimada em APP e gado, contribui p erosão; alta pressão pastejo; impacto APP diminuiu c PA, possui mata galeria; alguns lugares capim-annoni; pecuária em pastagem nativa; corte seletivo; caça;	
PA União Rodelense	17 fam. 387 ha 1999					
PE Nova Esperança	43 fam. 1.216 ha 1999					
PE Esperança da Fronteira	19 fam. 422 ha 2000					
PE Nova Madureira	23 fam. 597 ha 2001					



## ANEXO 2 – MAPAS DAS COREDES FRONTEIRA OESTE, CAMPANHA E SUL COM DIVISAO MUNICIPAL.





**ANEXO 3 – DVD com a reportagem-cinematográfica produzida com a pesquisa.**

**ANEXO 4 – Relato de vida de Seu Joaquim / PA Sepé Tiarajú, Abril 2010**

É uma história longa. Eu desde que casei com a Noema, eu sempre trabalhei na roça. Logo depois eu fui morar na cidade, trabalhei dois anos na cidade. Daí por motivos, e também por falta de emprego, nós acabamos voltando para a roça. E daí que nós afirmamos, nos definimos, nós já tínhamos o primeiro filho, o Gilberto na época. Aí voltamos para a roça e encaramos a situação, com a ajuda do pai, construímos uma casinha na terra dele. Na época ele tinha 25 hectares, uma colônia. Lá nós encontramos muitas dificuldades. Nós começamos a vender leite com uma vaquinha, só tinha uma vaca, e nós começamos a entregar. Levava o leite de balde, na faixa, para entregar para o leiteiro pegar. E foi indo. Depois com o tempo o pai vendeu aquela colônia de terra, e depois comprou essa área que nós temos hoje, onde nós criamos os filhos. Que ele dividiu, então ficou 12 hectares para cada filho. Lá a gente conseguiu criar os filhos dentro dessa área, desses 12 hectares. Sempre como pequeno produtor e sempre com dificuldade.

E depois, da década de 70 para cá, as coisas começaram a complicar mais para a pequena propriedade. Começou a concentração de renda, os grandes, começou ali os granjeiros a comprarem terras de máquinas. E acabaram se concentrando os pequenos, só nas ladeiras, nós ficamos só nas ladeiras, só nos morros, cerros. E lá nós tínhamos que trabalhar, e era tudo manual, era boi, arado, então era uma dificuldade enorme. Teve uma época que nós plantamos fumo. Antes de plantar fumo nós criamos porco para a Sadia, integrado, a gente pegava as matrizes da sadia. E criamos porco, por uns dois ou três anos, mas daí ficou inviável, pois já caiu também a produção, já entrou a grande produção. Por que aí, só era viável quem tinha 500 porcos, entendeu? E a gente não teve aquela estrutura então teve que cair fora do integrado. Aí passamos para o fumo, e o fumo ainda restava para a pequena propriedade. Aí fizemos um galpão e começamos com 40.000 pés de fumo, é o que nós plantávamos. Já tinham aumentado os filhos, já tinha os quatro filhos, o Jonas era pequenininho nessa época. Mas os três maiores já ajudavam. E daí, fomos plantando, plantando fumo.

E eu fiquei conhecendo esse movimento [MST] quando o Gilberto tinha sete anos de idade. Eu participei de uma reunião dos movimentos sociais, e dali que eu conheci. Mas a gente nunca teve aquela coisa de ir acampar, só depois quando os guris ficaram adultos, que a terra ficou muito pequena, eles queriam casar, e como eu tinha uma filosofia, que meu pai sempre procurou colocar os filhos na terra, dizendo que tudo que nós comemos, que sai de cima da terra, então, por que nós ir lá para a cidade comprar, vamos ficar, vamos produzir. Então eu tentei repassar isso para os meus filhos, e é isso que eu fiz e estou fazendo até hoje. É tentar, aquilo que meu pai passou para mim, eu passar para os meus filhos. É da terra que nós temos que viver, não adianta...